



Departamento de Ciências Sociais e Gestão

MESTRADO EM ESTUDOS DO PATRIMÓNIO

O BAIRRO OPERÁRIO DE PORTIMÃO

História e Património

Fernando Manuel Amaro Barata Ramos

Dissertação de Mestrado em Estudos do Património,
sob a orientação da Professora Doutora Maria Alexandra Gago da Câmara
e do Professor Doutor Paulo de Oliveira Ramos

Lisboa

2010

Agradecimentos

Aos meus professores orientadores
À minha mulher Sara Rosado
Ao Mestre Jorge Ribeiro Pereira, meu primo
Ao colega Paulo Fernando Coelho Silva
Ao Arqt.º Luís Morgado
Ao Dr. António Feu
Ao Carlos Correia

Resumo

A Revolução Industrial marcou uma nova ordem económica e social na Europa.

O afluxo de população rural às cidades, à procura de melhores condições de vida, obrigou a uma reorganização da urbe, que veio alterar substancialmente o desenho urbano e dotar as cidades de uma nova vivência social e económica.

Por várias cidades europeias proliferaram bairros operários, inicialmente com condições de habitabilidade muito reduzidas, abaixo do humanamente exigível, até às concepções de melhor qualidade, promovidas tanto por exigência legal, como por iniciativa de alguns empresários.

Foram diversas as concepções de habitação operária que ao longo dos anos foram estudadas e aplicadas. Assistiu-se a uma fase de grande experimentação que criou a base para o que hoje se pratica um pouco por todo o mundo.

O bairro operário de Portimão, assinalável no contexto da habitação operária em Portugal, foi concebido na década de 30 do século XX, ligado à indústria conserveira, emergente na cidade, nessa época. Com o decorrer dos anos foi sendo alterado em função de necessidades dos seus moradores, mas manteve a sua unidade como bairro.

Neste trabalho propõe-se a musealização deste bairro, de modo a preservá-lo e a dá-lo a conhecer à população. O objectivo é marcar este espaço urbano como um testemunho da história da cidade, inserido num contexto que a marcou profundamente e a condicionou até aos dias de hoje, como factor fundamental para o seu desenvolvimento.

Abstract

The Industrial Revolution marked a new social and economic order in Europe.

The influx of rural populations to cities in search of better living conditions, forced the reorganization of the municipality, which substantially changed the urban design and gave it a new social and economic life.

In several European towns proliferated workers neighbourhoods, initially in very poor living conditions, even below human requirements, to the conception of better quality, promoted both by legal requirements and by the initiative of some businessmen.

There were different conceptions of workers housing that over the years were studied and applied. It was a time of great experimentation that created the basis for what today is practiced all over the world.

The workers neighbourhood of Portimão, remarkable in the context of workers housing in Portugal, was designed in the 1930s and linked to the canning industry emerging in the city at that time. Over the years it has been altered in accordance with the needs of the residents, but it has maintained its unity as a neighbourhood.

In this work, it is proposed to immortalize it as a living museum, to preserve it so that the population may know of it. The aim is to make this urban space a testimony of the city's history, in a context that was profoundly conditioned, up to the present, as a key factor for its development.

Índice

ÍNDICE.....	I
ÍNDICE DE FIGURAS.....	II
INTRODUÇÃO.....	1
1. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A HABITAÇÃO OPERÁRIA.....	4
1.1. Portugal e a industrialização.....	13
1.2. A Promoção Privada do Alojamento Operário.....	25
2. O BAIRRO OPERÁRIO DE PORTIMÃO.....	73
2.1. A História.....	73
2.1.1. A emergência da indústria conserveira em Portimão.....	75
2.2. Características geomorfológicas do território.....	79
2.3. Análise físico/morfológica do espaço.....	82
2.4. Análise Construtiva.....	88
2.4.1. Estrutura e pavimentos.....	89
2.4.2. Cobertura.....	89
2.4.3. Paredes.....	89
2.4.4. Vãos.....	90
3. MUSEALIZAÇÃO DO BAIRRO OPERÁRIO DE PORTIMÃO.....	107
3.1. O Património.....	109
3.2. Um projecto museológico para o Bairro Operário de Portimão.....	117
3.2.1. Requalificação urbanística do Bairro Operário.....	122
3.2.2. O percurso museológico.....	123
3.2.3. A ficha-guia (exemplo).....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
BIBLIOGRAFIA.....	139
ANEXOS.....	145

Índice de Figuras

Figura 1 - A concepção original da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard (1902).....	31
Figura 2 - Panóptico, desenho de Jeremy Bentham (1791).....	32
Figura 3 - O interior do pátio do Familistério de Jean Baptiste Godin em Guisa (1898).	34
Figura 4 - Exterior de St. Martin's Cottages (1954). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.....	38
Figura 5 - Interior de uma <i>slum house</i> . St. Martin's Cottages (1950). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.	38
Figura 6 - Interior de uma <i>slum house</i> (1930). A pobreza e a exiguidade do espaço são características visíveis. Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.	39
Figura 7 - Uma família sentada junto da sua <i>slum house</i> , situada na Gerard Street, uma das piores de Liverpool (final do séc. XIX). Uma das características comuns nestes bairros, famílias numerosas, constituídas por elementos de várias gerações. Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.	39
Figura 8 - Slums de Liverpool na Christian Street (início do séc. XX). Mais uma vez uma família constituída por elementos de várias gerações. O acesso a esta <i>slum</i> , faz-se através de um corredor estreito, característico dos bairros operários. Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.	40
Figura 9 - Um pátio típico de Liverpool do início do século XX. Pode ver-se o seu acesso, através de um estreito corredor, a partir do arruamento exterior. Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.	40
Figura 10 - O pátio Johnson. Uma <i>slum</i> típica de Liverpool caracterizada pela falta de instalações sanitárias no interior (1935). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.	41
Figura 11 - Bourdary terrace, outro pátio típico de Liverpool (1897). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.	41
Figura 12 - Traseiras das casas nas Lionel Street e Gerard Street (1927). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.	42
Figura 13 – Pátio Bagatela, na Travessa da Légua da Póvoa, São Mamede, Lisboa, constituído por um grande bloco de dois pisos com galeria tipo vila e pátio sobreelevado em relação à rua. Autor: João H. Goulard, (1968). Imagem: AF\img130\A64552.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/JHG/S02401. Em Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/João Hermes Goulard.....	47

Figura 14 – Arco da Vila Dias, no Beco dos Toucinheiros, no Beato, Lisboa. Autor: Alfredo Cunha, (1974). Imagem: AF\img172\B085599.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/ALF/01/000037. Em Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/Alfredo Cunha/Naquele Tempo.	49
Figura 15 - Arco da Vila Dias, na Rua Alves Paiva Fragoso, no Beato, Lisboa. Na imagem visualizamos uma das tipologias utilizadas, com a criação de uma rua particular de grande extensão. Autor: Carlos Alberto Lima (Início do séc. XX). Imagem: AF\img29\A14408.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/AF/LIM/000884. Autor: Alberto Carlos Lima (s.d.). Em ,Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/Alberto Carlos Lima.....	50
Figura 16 - Arco da Vila Dias, na Rua Alves Paiva Fragoso, no Beato, Lisboa. Autor: João H. Goulard, (1967). Imagem: AF\img120\A59876.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/AF/JHG/S01105. Em Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/Alberto Carlos Lima.....	50
Figura 17 – Vila Sousa, no Largo da Graça, Lisboa. Autor: não identificado, (s.d.). Imagem: AF\img7\A3177.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/AF/FAN/003177. Em Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/Fundo Antigo.....	51
Figura 18 – Vila Berta, na Travessa da Pereira, Graça, Lisboa. Autor: Artur Goulard, (s.d.). Imagem: AF\img90\A44959.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/AF/AJG/S01495. Em Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/Artur Goulard.	52
Figura 19 – Vila Cândida, na Pedra de França, Lisboa. Autor: Arnaldo Madureira, (s.d.). Imagem: AF\img124\A61573.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/AF/ARM/S02447. Em Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/Arnaldo Madureira	54
Figura 20 – Vila Cândida, na Avenida General Roçadas, Penha de França, Lisboa. Autor: Arnaldo Madureira, (s.d.). Imagem: AF\img122\A60747.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/AF/ARM/S02495. Em Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/Arnaldo Madureira	55
Figura 21 – Entrada de ilha na Rua do Alto, freguesia de Paranhos, Porto. O acesso faz-se através de um típico corredor estreito, (2009). Foto do autor.....	61
Figura 22 – Vista da mesma ilha na Rua do Alto, na freguesia de Paranhos, Porto, (2009). Foto do autor.....	61
Figura 23 – O estreito corredor de acesso, nas traseiras da referida ilha, com casas costas com costas, situada na Rua do Alto, na freguesia de Paranhos, Porto, (2009). Foto do autor.	62

Figura 24 – Entrada da ilha da Fábrica das Fechaduras, Bairro da Póvoa, Porto, (2009). Foto do autor.....	62
Figura 25 – Corredor de acesso à ilha da Fábrica das Fechaduras, Bairro da Póvoa, Porto. Esta ilha foi construída de raiz para esta unidade fabril, (2009). Foto do autor.	63
Figura 26 – Arruamento de ilha junto à Av. Fernão Magalhães, freguesia de Bonfin, Porto. Podemos ver ao fundo a chaminé da fábrica, num ambiente declaradamente fabril, (2009). Foto do autor.....	63
Figura 27 – Bairro Bispo-Conde, Coimbra, s.d. Fonte: www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=5	65
Figura 28 – Bairro Bispo-Conde, Coimbra. s.d. Fonte: www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=5	65
Figura 29 – Minas de S. Domingos. Conjunto de casas e arruamento, (2008). Foto do autor.	69
Figura 30 – Minas de S. Domingos. Conjunto de casas e arruamento, (2008). Foto do autor.	69
Figura 31 – Minas de S. Domingos. Conjunto de casas com quintal, (2008). Foto do autor.	70
Figura 32 – Minas de S. Domingos. Pequena casa, (2008) Foto do autor.	70
Figura 33 – Planta de piso da moradia tipo T1 (sem escala). Desenho do autor.....	84
Figura 34 – Alçado principal da moradia tipo T1 (sem escala). Desenho do autor.	84
Figura 35 – Alçado tardo da moradia tipo T1 (sem escala). Desenho do autor.	84
Figura 36 – Alçado lateral da moradia tipo T1 (sem escala). Desenho do autor.	85
Figura 37 – Planta de piso da moradia tipo T2 (sem escala). Desenho do autor.....	85
Figura 38 – Alçado principal da moradia tipo T2 (sem escala). Desenho do autor.	85
Figura 39 – Alçado tardo da moradia tipo T2 (sem escala). Desenho do autor.	86
Figura 40 – Alçado lateral da moradia tipo T2 (sem escala). Desenho do autor.	86
Figura 41 – Planta de piso da moradia tipo T3 (sem escala). Desenho do autor.....	87
Figura 42 – Alçado principal da moradia tipo T3 (sem escala). Desenho do autor.	87
Figura 43 – Alçado lateral esquerdo da moradia tipo T3 (sem escala). Desenho do autor. ...	88
Figura 44 – Planta de tipologias (sem escala). Desenho do autor.....	90
Figura 45 – Planta de obras clandestinas efectuadas nas moradias do bairro (sem escala). Desenho do autor.	91
Figura 46 – Planta toponímica (sem escala). Desenho do autor.	92
Figura 47 – Conjunto de casas na Rua General Humberto Delgado, no sentido Norte-Sul (1950?). Fonte: Por amabilidade do Sr. Dr. António Feu.	93
Figura 48 – Conjunto de casas na Rua Caetano Feu, no sentido Poente-Nascente (1950?). Fonte: Por amabilidade do Sr. Dr. António Feu.	93

Figura 49 – Conjunto de casas na Rua dos Operários Conserveiros, no sentido Poente-Nascente (1950?). Fonte: Por amabilidade do Sr. Dr. António Feu.	94
Figura 50 – Conjunto de casas na Rua General Humberto Delgado (1950?). Fonte: Por amabilidade do Sr. Dr. António Feu.	94
Figura 51 – Conjunto de casas na Rua 4 de Junho, no sentido Nascente-Poente. Podemos observar o Sr. Cayetano Feu Marchena, o sexto a contar da esquerda (1950?). Fonte: Por amabilidade do Sr. Dr. António Feu.....	95
Figura 52 – O n.º 3 da Rua dos Operários Conserveiros, presentemente devoluta. Uma das que mantêm a traça original (2008). Foto do autor.....	95
Figura 53 – O n.º 2 da Rua Dr. Manuel de Andrade. Outro caso em que se manteve a traça original (2008). Foto do autor.	96
Figura 54 – O n.º 59 da Rua General Humberto Delgado (2008). Foto do autor.....	96
Figura 55 – O n.º 51 da Rua General Humberto Delgado (2008). Foto do autor.....	97
Figura 56 – Conjunto de casas na Rua General Humberto Delgado, no sentido Nascente-Poente (2008). Foto do autor.....	97
Figura 57 – Conjunto de casas na Rua General Humberto Delgado, no sentido Poente-Nascente (2008). Foto do autor.....	98
Figura 58 – O n.º 16 da Rua Eng. Sebastião Ramirez (2008). Foto do autor.....	98
Figura 59 – Conjunto de casas na Rua Eng. Sebastião Ramirez, no sentido Poente-Nascente (2008). Foto do autor.....	99
Figura 60 – Conjunto de casas na Rua General Humberto Delgado, no sentido Norte-Sul (2008). Foto do autor.	99
Figura 61 – Conjunto de casas na Rua General Humberto Delgado, no sentido Sul-Norte (2008). Foto do autor.	100
Figura 62- Conjunto de casas na Rua General Humberto Delgado, no sentido Norte-Sul (2008). Foto do autor.	100
Figura 63 – Conjunto de casas na Rua Caetano Feu, no sentido Nascente-Poente (2008). Foto do autor.....	101
Figura 64 – Parque infantil do Largo do Operário, renovado (2008). Foto do autor.	101
Figura 65 – Porta original, (excepto ferragens) (2008). Foto do autor.	102
Figura 66 – Janela original (2008). Foto do autor.....	102
Figura 67– Tipo original de moldura de janela (excepto portadas) (2008). Foto do autor. ..	103
Figura 68 – Tipo original de moldura de janela (excepto portadas) (2008). Foto do autor. .	103
Figura 69 – Tipo original de moldura de janela (excepto persianas) (2008). Foto do autor.	104
Figura 70 – Tipo original de molduras de vãos (2008). Foto do autor.....	104
Figura 71 – Tipo original de molduras de vãos (excepto persianas) (2008). Foto do autor..	105
Figura 72 – Chaminé original (2008). Foto do autor.	105

Figura 73 – Beirado de telhado original (2008). Foto do autor.....	106
Figura 74 – Fachada Nascente, zona de acesso ao público do Museu Municipal de Portimão (2010). Foto do autor.....	117
Figura 75 – Fachada Poente e arruamento junto à fábrica “Feu Hermanos” [anos 30 do século XX]. Fonte: Arquivo Histórico de Portimão.....	118
Figura 76 – Mesmo local. Museu Municipal de Portimão (2010). Foto do autor.....	118
Figura 77 – Decoração urbana junto ao Museu Municipal de Portimão, alusiva ao tema retratado – operárias conserveiras (2010). Foto do autor.....	120
Figura 78 – Parte de exposição na nave principal do Museu (2010). Foto do autor.....	120
Figura 79 - Parte de exposição na nave principal do Museu (2010). Foto do autor.....	121
Figura 80 – Operárias conserveiras em laboração [anos 40 do século XX]. Fonte: Arquivo Histórico de Portimão.	121
Figura 81 – Vista Poente/Sul da Casa dos Pescadores de Portimão (2010). Foto do autor. .	125
Figura 82 – Arruamento do Bairro dos Pescadores (2010). Foto do autor.	126
Figura 83 – Fachada de habitações do Bairro dos Pescadores. Uma das casas mantém a traça e materiais originais (2010). Foto do autor.	126
Figura 84 – Fachadas de habitações do Bairro do Pontal, construídas para famílias pobres nos anos 30 do século XX (2006). Foto do autor.....	127
Figura 85 - Roteiro museológico definido com percurso desde o Museu Municipal de Portimão até aos bairros operários. (Sem escala). Desenho do autor	128
Figura 86 – Bairro Operário de Portimão - planta de moradias visitáveis, conforme percurso museológico definido (sem escala). Desenho do autor.	129
Figura 87 – Reconstituição de habitação de tipologia de um quarto (sem escala). Desenho do autor.	130
Figura 88 - Reconstituição de habitação de tipologia de dois quartos (sem escala). Desenho do autor.	130
Figura 89 - Reconstituição de habitação de tipologia de três quartos (sem escala). Desenho do autor.	131

Introdução

O presente trabalho procura caracterizar o Bairro Operário de Portimão em diversas vertentes aqui consideradas como complementares, nomeadamente a arquitectónica, a urbanística, a histórica, a patrimonial e a social. Este espaço urbano histórico foi erigido no âmbito das políticas de habitação do Estado Novo na década de 1930, em Portimão, uma cidade condicionada e influenciada pela indústria conserveira, com repercussões sociais e económicas que ainda hoje perduram.

Os aspectos sociais considerados neste trabalho reflectem a necessidade de considerar a vivência de uma população operária num espaço determinado, onde o quotidiano diário foi muito para além de uma simples relação espacial com a habitação, quiçá uma relação profissional e familiar com a fábrica, da qual o núcleo habitacional urbano era sua parte integrante, uma continuidade desta.

O objectivo primordial do presente trabalho é “fazer a história” do bairro operário de Portimão, através de um levantamento rigoroso de documentos e testemunhos orais, e caracterizá-lo quanto à sua arquitectura e à relação com a envolvente, numa perspectiva de tratar o seu património.

Pretende-se, ainda, atingir o seguinte conjunto de objectivos específicos:

- Enquadrar o bairro no panorama da habitação operária portuguesa e sintetizar a sua evolução e a relação que esta teve com a indústria em Portugal, ao longo dos séculos XIX e XX.
- Relacionar o modo de vida social, profissional e espaço, com a descrição da vida social da população operária, dos serviços sociais disponíveis e a relação laboral e familiar com a fábrica.
- Sistematizar algumas memórias e as identidades do povo operário, tendo sempre como pano de fundo o bairro e interacção com este.
- Sistematizar a diversidade de tipologias de habitação operária.
- Perceber como uma dada configuração espacial da habitação contribuiu, ou não, para a coesão social de um grupo e a exclusão, ou não, desse grupo em relação à cidade.
- Perceber a relação dos espaços interiores da habitação operária com os espaços exteriores do bairro e, por sua vez, a relação deste com a cidade.

- Descrever o espaço, tipologia, morfologia, cidade e a partir daí estabelecer a relação com outras áreas que completam e dão razão de ser ao estudo.
- Caracterizar arquitectonicamente as habitações do bairro, numa vertente de análise à luz da qualidade arquitectónica residencial, tendo em conta as condições espácio-funcionais, de habitabilidade e conforto, de estética, de economia, de segurança, e as especificidades da população alvo.

Em termos de estrutura, o trabalho está dividido em capítulos, em que no primeiro se trata da evolução da habitação operária desde a Revolução Industrial até à 1ª metade do século XX, com passagem pelo panorama industrial de Portugal e pelo Algarve.

O segundo capítulo refere-se ao bairro operário de Portimão. Neste capítulo é caracterizado o território, o clima, a história e as condições físicas do espaço onde se insere o bairro, além das próprias habitações.

Por último, o terceiro capítulo foi reservado para o estudo caso: a musealização do bairro.

O trabalho é complementado com anexos, constituídos por recortes de periódicos da época, entre outros documentos que se julgaram oportunos.

No texto são incluídas diversas imagens utilizadas quando consideradas úteis à sua compreensão.

A metodologia de intervenção traçada inicialmente recaiu na pesquisa sobre toda a documentação existente do bairro nas diversas entidades públicas e privadas onde fosse possível obter informação.

Ao mesmo tempo investigou-se a existência de bibliografia alusiva ao tema da habitação operária, não só no território Português, como fora deste, essencialmente sobre as suas origens, desde a Revolução Industrial, até à primeira metade do século XX.

Em relação à caracterização do bairro operário, o principal obstáculo foi a impossibilidade no acesso a todas as casas que o constituem.

A casa é, por definição, um espaço privado, pelo que aceder-lhes nem sempre é fácil, tornando-se necessário optar frequentemente por uma recomendação local. Das cem casas existentes no bairro, conseguimos acesso a apenas seis. Alguns proprietários, pouco sensíveis a estes estudos, não permitiram a visita. Noutros casos houve outro tipo de limitações, como os casos cujos proprietários, alguns descendentes dos moradores originais, estavam ausentes, por não residirem no local. Perante estas condicionantes optou-se por identificar rigorosamente apenas as habitações mais próximas do traçado original e identificar, no global, as alterações mais profundas ao projecto inicial.

Outra parte fundamental da investigação foi a pesquisa documental que desse sustentação ao trabalho. Foram consultadas várias entidades oficiais, que, apesar de estarmos na presença de um empreendimento promovido pelo Estado Novo, não tinham qualquer documento referente ao bairro. Esta falta de documentos não constituiu uma barreira à concretização do trabalho nos moldes propostos. Se por um lado a falta de documentação que servissem de âncora não foi suficiente para constituir uma barreira intransponível, a opção foi a de fazer uma abordagem diferente quanto à metodologia previamente traçada. O critério passou a ser o de “criar a história do bairro” através dos elementos visíveis, nomeadamente através da leitura do edificado existente e o de testemunhos dos moradores. Foi feito o levantamento fotográfico-documental do bairro, o inquérito à população local, a antigos e actuais residentes do bairro, e através de contactos com os descendentes do industrial António Feu Marchena, nomeadamente António Feu, seu sobrinho-neto.

A investigação documental e a recolha bibliográfica que serviram ao presente estudo foram efectuadas nos seguintes arquivos e bibliotecas: Arquivo Histórico do Centro de Documentação da Câmara Municipal de Portimão e Biblioteca Municipal de Portimão; outros Arquivos Municipais consultados foram os da Câmara Municipal de Albufeira, de Faro, de Lagoa, de Lagos, de Loulé, de Olhão, de Silves, de Tavira, e de Vila Real de Santo António.

Também foram consultados os acervos disponibilizados pela Biblioteca Nacional de Lisboa, pela Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, pelo Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas e o Arquivo Distrital de Faro.

Além destes foram consultados outros organismos, nomeadamente os Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, o Instituto Nacional de Habitação, o Arquivo da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e o Arquivo do Ministério do trabalho e da Solidariedade Social.

Desenvolve-se, ainda, no presente trabalho, uma proposta de musealização do Bairro Operário de Portimão. Este bairro viu as suas características arquitectónicas alteradas ao longo da sua existência, por força de sucessivas intervenções, situação que mexeu bem fundo na sua unidade como bairro, ao ponto de actualmente quase não se reconhecer a sua identidade. É nesse sentido que se propõe a musealização do bairro, com a delimitação de um percurso que permita perpetuar a sua memória e porventura, com o desenvolvimento de um projecto adequado, promover a sua reclassificação e requalificação, que, neste momento, considerando o existente, ainda se considera possível.

1. A Revolução Industrial e a Habitação Operária

A actividade produtiva anterior à Revolução Industrial era artesanal e manual, em que os artesãos agrupados dividiam tarefas e organizavam etapas do processo, ou mesmo em que um único, isoladamente, suportava toda a produção, desde a obtenção da matéria-prima até ao produto final. As oficinas, geralmente, eram nos domicílios. Era a época da manufactura.

Com a Revolução Industrial, o sistema de produção alterou-se. Os trabalhadores perderam o controlo do processo produtivo. Nasceu a relação patrão/operário, onde o primeiro controla o processo de produção e em que o trabalho é dividido por vários intervenientes. O trabalho é realizado com máquinas e o operário é um operador deste novo meio de produção – a maquinofactura. Segundo Rémy e Voyé (1994),

Enquanto com o artesanato cada um dispõe de instrumentos próprios, de máquina própria e controla tanto o seu tempo e ritmo de trabalho como a quantidade e a qualidade produzidas, as coisas mudam, (...), com o estabelecimento fabril. Aqui, embora as máquinas permaneçam individuais, estão doravante agrupadas num mesmo espaço e o trabalho efectua-se sob o controlo visual de um patrão que decide os horários, os ritmos, as quantidades e qualidades e que compara os contributos individuais; deste modo, o instrumento permanece divisível mas o trabalho efectua-se segundo regras comuns impostas por um terceiro. (...) o instrumento é colectivo e o produto comum, e é impossível medir o contributo de cada um na produção. 1994, (p.58),

Verifica-se a alteração profunda dos modelos de produção, com a divisão das várias actividades industriais, em que a produção é potenciada através da especialização dos trabalhadores numa só tarefa. Na sua “Breve História do Urbanismo”, Goitia, citando Adam Smith, considera que, de facto, o maior avanço e aperfeiçoamento da força produtiva, bem como a destreza, habilidade e acerto com que esta força deve ser dirigida ou aplicada, parece terem sido consequências da divisão do trabalho - *division of labour* – (Goitia, 1996, p.156). A produção em larga escala é dividida por etapas, onde cada trabalhador controla apenas uma fase de produção, cada vez mais distanciado do produto final.

A Revolução Industrial determinou, além da modificação das ideias económicas e sociais, uma revolução agrícola, uma revolução dos meios de transporte e de comunicação.

Foi um movimento filosófico-social, com consequências profundas nos sistemas e formas de produção que surgiu inicialmente em Inglaterra, no século XVIII e cuja influência se espalhou por toda a Europa. As principais figuras que estiveram na base das doutrinas filosóficas e ideológicas, emergentes da Revolução Industrial, foram Adam Smith¹, Jeremy Bentham² e Stuart Mill³.

O industrialismo iniciou-se em Inglaterra, principalmente na indústria têxtil. As fábricas estavam dispostas ao longo dos rios, com engenhos movidos a energia hidráulica. Os sucessivos inventos, associados à utilização de grande quantidade de mão-de-obra, proporcionaram uma mudança de estratégia e a concentração de indústrias em pontos estratégicos, junto a centros urbanos, situação que proporcionou o crescimento de grandes cidades industriais. Ainda, segundo Goitia, (1996, p.157), “O aparecimento da máquina a vapor permitiu que se realizasse uma tal concentração industrial que a produção em massa foi extraordinariamente favorecida”.

Nesta fase da história mundial, a Revolução Industrial observou um conjunto de mudanças tecnológicas com um profundo impacto no processo produtivo, com consequências ao nível económico e social.

A história, nos séculos XVIII/XIX, revela-nos o dramático alcance das demonstrações sociais resultantes da Revolução Industrial, ao introduzir processos científicos de organização capitalista onde se perspectiva uma maximização da produção com a consequente repercussão no mundo laboral. As bases da sociedade urbano-industrial vão revelar-se numa perda de liberdade de iniciativa do trabalhador; este, que ainda há poucas décadas, era autónomo na sua produção artesanal, via-se agora confinado a deprimentes linhas de montagem estandardizadas, num industrialismo negligente, com impacto no quotidiano das cidades e nas suas populações. Estas transformações urbano-

¹ Adam Smith (1723-1790), economista e filósofo francês, considerado o pai da economia moderna, o mais importante teórico do liberalismo económico.

² Jeremy Bentham (1748-1832), filósofo e jurista inglês. Advoga a política do *laissez faire*, difundiu o utilitarismo, teoria ética que responde a todas as questões acerca do que fazer, do que admirar e de como viver, em termos de maximização da utilidade e de felicidade.

³ Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista inglês, um dos pensadores liberais mais importantes do século XIX, defensor do utilitarismo, a teoria ética proposta por Jeremy Bentham.

industriais tiveram consequências na perda da homogeneidade social e arquitectónica e levam ao surgimento de uma nova paisagem urbana, dominada pela fábrica e pelos bairros operários, caracterizando o aspecto fabril dos centros urbanos.

Como já referimos anteriormente, a Revolução Industrial iniciou-se na Grã-Bretanha. As primeiras cidades industriais surgem na Inglaterra. Entre as principais estão Londres e Manchester.

Apesar de, nesta época, outros países já contarem com uma indústria de relevo, como a Alemanha, a França e a Prússia, nenhum teve uma evolução tão acentuada como a Grã-Bretanha. Hamburgo e Berlim, na Alemanha, Paris, na França, Antuérpia e Bruxelas, na Bélgica, eram referências de grande desenvolvimento industrial europeu. Nos Estados Unidos os grandes centros industriais eram Nova Iorque e Baltimore.

O desenvolvimento dos transportes, com o caminho-de-ferro e marítimo, com novos portos e com o reequipamento de outros existentes, trouxe um aumento da rapidez com que as matérias-primas afluíam às zonas industriais. As novas infra-estruturas facilitavam e acelerava a obtenção de combustíveis, elemento fundamental nos processos de produção, além de que diminuía o tempo de distribuição do produto acabado aos consumidores.

O primeiro navio a vapor foi lançado em 1807, no Hudson, Estados Unidos. Na Grã-Bretanha, o primeiro foi lançado em 1811, em Clyde, Escócia. A partir desse ano foram construídos 600 barcos e no ano de 1836 aportaram nos portos britânicos 500 navios de mercadorias (Engels, 1993).

Foram vários os factores que permitiram o surgimento de uma nova ordem económica, o capitalismo, como sistema económico vigente no início do século XVIII: políticas económicas liberais, aliando baixas taxas de juros ao avanço tecnológico, a invenção de maquinaria industrial, como a máquina a vapor, o desenvolvimento dos meios de transporte, factor fundamental como instrumento que permitia a expansão do mercado económico, a grande quantidade de matérias-primas, como o carvão e o ferro e a grande quantidade de mão-de-obra disponível.

No que diz respeito às alterações sociais, a Revolução Industrial, aliada às grandes transformações agrícolas, veio alterar profundamente as condições de vida dos trabalhadores, provocando uma intensa migração da população rural para as cidades, tal como Francisco Keil do Amaral tão bem descreve (Amaral, 1945):

As indústrias, uma vez postas ao seu serviço pelos possuidores de capital, e libertadas, principalmente pela invenção da máquina a vapor e pela explo-

ração dos jazigos de carvão, da necessidade de se instalarem junto aos cursos de água a às grandes florestas, de onde tiravam a indispensável força motriz, assentaram arraiais nos aglomerados urbanos, onde a mão-de-obra era mais abundante, e assalariavam inúmeras pessoas.

Legiões de pequenos agricultores e artífices despojados das suas terras em benefício de grandes latifundiários, e esmagado pouco a pouco o artesanato pela concorrência das fábricas, não tiveram outro remédio senão vir engrossar a massa de operários dessas mesmas fábricas cujos donos os haviam arrancado aos seus tradicionais modos de vida. (p.16)

A demografia constituiu um factor preponderante para esta nova ordem económica.

O sobrepovoamento dos campos, ao invés de constituir um obstáculo ao desenvolvimento económico de Inglaterra, constituiu um factor determinante na sua evolução. Nesta fase da história social, a demografia teve uma grande evolução. Este aumento anormal da população foi o factor que torna esta época distinta das anteriores. Em Inglaterra, a população, na segunda metade do século XVIII, aumentou 40%, para um crescimento nas primeiras décadas do século XIX superior a 50%. Em Londres a população cresceu de 958.000 habitantes, em 1800, para 4.536.063, em 1901. Manchester tinha, no início do século XVIII, 12.000, habitantes, em 1760, cerca de 30.000, em 1800 já tinha 95.000, 10.000 dos quais emigrantes irlandeses e em 1850 atinge os 400.000. No que diz respeito a Paris, em 1800, a população que era de 548.000 habitantes, passou para 2.714.068, em 1901 (Matta, 1909).

Em 1830, foi inaugurada a linha de caminho-de-ferro entre Manchester e Liverpool, a *Manchester and Liverpool Railroad* (Goitia, 1996, p.157). A partir dessa data todas as grandes cidades inglesas foram ligadas por caminho-de-ferro (Engels, 1993, p.51). Estas facilidades nas vias de comunicação proporcionaram que, em 1850, a população de Manchester crescesse até aos 400.000 habitantes, enquanto a população de Liverpool cresceu dos 35.000 para os 120.000 habitantes e Birmingham dos 30.000 para os 90.000.

Do ano 1800 até 1930 a população europeia quase quadruplicou, passando de 150 milhões para cerca de 550, três quartos dessa população era constituída por trabalhadores fabris (Engels, 1993, p.53). Os outros continentes acompanharam esta tendência (Amaral, 1945, p.22).

De acordo com Matta (1909, pp.70-79), “No começo do século XIX havia na Europa apenas 4 cidades com mais de 100.000 almas, com uma população total de 4.700.000

habitantes, isto é a trigésima quinta parte da população do continente. No fim do século, o número dessas cidades elevava-se a 147, com mais de 40.000.000 habitantes, ou seja a décima parte da população total”.

Nos campos, os camponeses deixaram de viver com os patrões e tornaram-se mais independentes. Os casamentos começaram a ser praticado em idades mais precoces, mas a fecundidade, apesar de ser elevada e aumentar ligeiramente, manteve-se constante. Outro factor que favoreceu o aumento de população em Inglaterra foi a imigração. A emigração de irlandeses rumo à Inglaterra e Escócia foi grande nesta época, num fluxo que se tornou constante (Ashton, 1987).

Entre as décadas de 1740 e 1820, assistimos a uma baixa crescente da taxa de mortalidade, o que constituiu o principal factor que contribuiu para o aumento demográfico. Para esta situação contribuíram a introdução de novas culturas, como a de tubérculos, o que permitia alimentar o gado nos períodos de Inverno, e a do nabo, que permitia o aumento dos rebanhos, melhorando a alimentação, com o aumento no fornecimento de carne fresca às populações durante todo o ano.

Deu-se o aumento da terra cultivada, com a construção de canais de rega, a drenagem de pântanos, a transformação de baldios em terra arável e o aumento das pastagens. Esta melhoria substancial, tanto da agricultura como a criação de gado, representou uma melhoria nas condições de vida de grande parte da população.

A melhoria da alimentação, com o incremento do consumo de cereais, principalmente do trigo, veio aumentar as defesas e a resistência a doenças.

As noções de higiene pessoal mudaram, com a introdução do sabão, a melhoria do vestuário, e a utilização de roupas interiores de algodão.

Na construção, a utilização das paredes de tijolo, de pedra e ardósia, em detrimento das de madeira e colmo nos telhados, tiveram como consequência directa a melhoria das condições de saúde das populações.

Nas cidades mais importantes começaram a pavimentar-se as ruas. As redes de esgotos e de água corrente começaram a ser uma realidade.

As melhorias das condições de vida das populações permitiram um avanço da medicina e da cirurgia. Construíram-se hospitais e dispensários. Os lixos começaram a ser colocados em locais próprios e os mortos convenientemente enterrados (Ashton, 1987).

O campo era incapaz de absorver uma demografia em ascensão e acabou por exercer uma pressão sobre os recursos. O melhoramento das técnicas agrícolas e o aumento da produtividade libertaram mão-de-obra para uma emergente indústria. A crescente meca-

nização promove o aparecimento de uma nova classe social, o proletariado, inicialmente constituído por antigos trabalhadores rurais, que, à procura de melhores condições de vida, afluem às cidades, para fugir às dificuldades do campo.

As migrações do campo para as cidades provocam um aglomerado de população, que se depara com centros urbanos sem preparação para os acolher. A urbanização em Londres ou Manchester não era planeada ou regulada. Os operários eram remetidos para a periferia onde o mercado habitacional era mais acessível e onde a extrema indigência proliferava, longe da classe média londrina. Os subúrbios explodiram. A cidade era um palco onde a mudança ocorria, mas também era cenário de grandes tensões sociais.

Construíram-se aglomerados populacionais junto das unidades fabris. Estas concentrações têm, em termos sociais, como consequência, a cimentação de uma consciência de classe. Além disso, favorece um novo tipo de urbanidade, com a revolução dos transportes públicos. O local de trabalho e o de alojamento distanciou-se progressivamente.

Os trabalhadores viviam em condições horríveis, em barracas de madeira com coberturas em colmo. Conviviam com a falta de água potável, com ratos e esgotos a céu aberto.

Os trabalhadores ficavam submetidos a jornadas de trabalho que muitas vezes ultrapassavam as 80 horas semanais.

Com a introdução da maquinaria na produção industrial, reduz-se a necessidade de força de trabalho. Daí que se assistiu à substituição do trabalho masculino pelo infantil e feminino, fazendo baixar simultaneamente os salários. Enquanto antes o chefe de família trabalhava e a sua remuneração tinha de garantir o sustento da família, agora toda a família tem de trabalhar. A mulher e os filhos entram na fábrica e recebem, em conjunto, o mínimo indispensável para o seu sustento. Os salários dos trabalhadores eram reduzidíssimos e toda a família era obrigada a trabalhar para poder alimentar-se (Castro, 1971).

A este problema acresce o aumento do custo de vida. Os preços dos géneros alimentícios, na década de 1860, tiveram uma tendência de subida constante. O aumento do consumo e do poder de compra criou novas preocupações e alterações nos hábitos dos operários. Os hábitos da população alteraram-se. A procura de artigos de higiene, de vestuário, de decoração e cultura veio criar diferentes necessidades no dia-a-dia, numa conjuntura em que só os produtos de alimentação já sobrecarregavam os orçamentos familiares.

Por outro lado a máquina dispensa mão-de-obra e cria um exército de trabalhadores excedentários, o que provoca uma maior redução nos salários. Os investimentos na maquinaria obrigava a uma rentabilização do equipamento, que não podiam estar inativas, o que tinha como consequência um alongar das jornadas de trabalho.

De acordo com a descrição de Huertas Lobo (1985):

Em Inglaterra, crianças a partir dos 6 anos puxavam nas mais profundas galerias das minas, os vagões com minério a elas atrelados por uma corrente de ferro presa a um cinto de couro, arrastando-se sobre os pés e as mãos. (...). Em Liverpool em 1842, mais de metade das crianças da classe trabalhadora, com menos de 5 anos, tinha morrido. (...). A má alimentação, as condições péssimas de alojamento fizeram descer o limite de vida da classe trabalhadora abaixo dos 15 anos. (p.16)

Em Inglaterra a indústria chegava a empregar crianças de 3 e 4 anos de idade em indústrias tóxicas e insalubres. Na indústria de fósforos, pouco depois de 1843, metade do contingente de trabalhadores era constituído por menores dos 13 aos 18 anos. Ainda segundo Castro, era comum encontrar menores a laborar “em ambientes carregados de gases venenosos, durante doze a quinze horas por dia, e sendo usual o trabalho nocturno” (Castro, 1971, p.202). Os trabalhadores morriam por fadiga, como foi o caso de uma operária de 20 anos, após uma média de dezasseis horas e meia de trabalho por dia, noticiado por um jornal londrino, numa edição de Junho de 1863 (Castro, 1971, p.202).

O trabalho nocturno abrangia, não só adultos, mas também crianças com 9 e 10 anos de idade.

O país que mais se evidenciou na utilização de mão-de-obra feminina e infantil foi a Inglaterra, mas somente por ser onde a indústria se instalou primeiro. Na França, Alemanha e Estados Unidos este fenómeno era idêntico. “Na Alemanha, por exemplo, em 1816, a indústria ocupava cinco vezes mais homens que mulheres, e em 1846 apenas três vezes e meia; o mesmo sucedeu quanto ao trabalho infantil ...” (Castro, 1971, p.203).

Na Alemanha, entre 1830 e 1840, a idade de ingresso de mão-de-obra infantil na indústria era de 6 a 7 anos, apesar de se ter registado a presença de crianças de 3 e 4 anos. Nesta fase, 25% da mão-de-obra operária era infantil. As jornadas diárias de trabalho cresciam das 12 para as 14 horas.

A partir de 1860 o panorama modificou-se. O emprego de trabalho feminino e infantil começou a baixar por toda a Europa. Esta situação foi forçada pelo desenvolvimento

técnico da produção e a necessidade de operários com uma determinada especialização técnica.

Outros factores forçaram a que o cenário se alterasse. A oposição dos trabalhadores às condições reinantes e a luta de humanistas obrigaram os dirigentes a manterem um mínimo de condições sanitárias e laborais, de modo a conseguirem manter os efectivos motivados e serenos.

As revoltas operárias eram desordenadas, normalmente fruto de iniciativas isoladas, resultado de gritos de revolta pelas condições de miséria a que estavam sujeitos, à semelhança do que acontecia anteriormente, com os camponeses.

Em França, após a revolução francesa, foi proibida qualquer manifestação de operários. O desespero e os actos de revolta desordenados favoreciam o isolamento dos operários que cada vez mais eram explorados.

Nesta fase da vida europeia, havia a consciência das condições de vida da classe operária, cada vez mais oprimida, infeliz, explorada e socialmente decadente. Muitos escritores contemporâneos escreviam sobre o tema. Ashton (1987), cita o que Auguste Barbier escreveu, em 1937:

Minha mãe, que males sofremos nestes lugares!

O ar das fábricas desgasta-nos os pulmões,

E morremos a olhar para os campos! (p.23)

Este “lamento” retrata o pensamento das populações operárias, que vieram de uma vida rural, que por mais difícil e castradora de sonhos que fosse, era mais digna do que a que foram encontrar nas cidades industriais.

Benévolo (1994) lembra a descrição que Friedrich Engels, faz de um bairro de *cottages* em A Situação da Classe Operária em Inglaterra, de 1845:

(...) em todos os quatro lados por altas fábricas e altas margens cobertas de construções e áreas terraplanadas, estão cerca de 200 cottages reunidas em dois grupos, na maior parte coma parede posterior comum duas a duas, e nas quais habita um total de cerca de 4.000 pessoas, quase todas irlandesas. As cottages são velhas, sujas e do tipo mais pequeno, as ruas são desiguais, cheias de buracos e em parte não pavimentadas e sem valetas. Imundices, detritos e lama nauseabunda estão dispersos por todo o lado em enormes quantidades, no meio de lameiros permanentes; a atmosfera é empestada pelas suas exalações e escurecida e adensada por uma dúzia de chaminés; uma massa de mulheres e de crianças maltrapilhas circulam

pelas imediações, sujas como os porcos que se deleitam nos montões de cinzas e nos lameiros; (...). A raça humana que vive nestas cottages a cair, por detrás de portas desconjuntadas e de caixilhos podres, ou nas caves húmidas e escuras, no meio de toda esta porcaria sem limites e deste mau cheiro, numa atmosfera que parece propositadamente fechada, esta raça humana deve pertencer realmente ao mais baixo degrau da humanidade; (...).
(pp.44-45)

Mesmo se considerarmos que Engels faz a descrição de um caso extremo, permitenos ter uma panorâmica das condições de vida das populações operárias mais desfavorecidas.

Segundo Guilherme Augusto de Santa Rita, referindo-se a fontes da época (1891, pp.66-67), em França, cerca de 25 a 30.000 famílias tinham por moradia, cada uma delas não mais do que um único quarto onde seis e oito pessoas viviam promiscuamente, dormindo às vezes cinco ou mais no mesmo leito.

As cidades de origem mineira eram as que mais penosas recordações trazem da época industrial do século XIX. As chamadas *Company Towns* ou cidades das companhias, estabelecidas principalmente em lugares de extracção de matérias-primas, como minas e bosques, onde as famílias operárias vivam em cabanas, em condições sub-humanas. Viviam submetidos à total tirania de um agente da companhia, do qual dependiam para todas as necessidades, sem quaisquer direitos civis ou institucionais (Goitia, 1996, p.164).

A ganância dos empresários em obter lucros, levava a que se perdesse uma consciência social que colocasse um fim àquela situação.

Tornou-se importante que a indústria se localizasse junto aos centros urbanos. Esta proximidade permitia aos empresários ter o controlo sobre uma mão-de-obra, mal paga e dependente. A quantidade de mão-de-obra, dependente da indústria e aglomerada em bairros junto às unidades fabris, permitia ao fabricante o controlo dos salários. A quantidade sobrepunha-se à organização eficaz do trabalho e substituíu um modo de produção bem organizado (Goitia, pp.158-159).

Os novos conflitos entre patrões e trabalhadores gerados marcaram o aparecimento de uma classe operária consciente e determinada, a obrigar à consciencialização sobre questões fundamentais, como condições e trabalho, alojamento e salários dignos. Estas reivindicações vêm introduzir uma nova temática e vão alimentar uma luta de classes, com vista à obtenção de direitos historicamente negados pelos empresários burgueses.

1.1. Portugal e a industrialização

O desenvolvimento da indústria portuguesa nunca foi comparável ao dos grandes países capitalistas europeus, principalmente com a França, Alemanha e Inglaterra. A indústria nunca teve uma função tão determinante nas cidades, tanto na sua formação, como na sua expansão, como aconteceu nesses países. Foi, no entanto, um factor importante no desenvolvimento urbano, contribuindo para o progresso de algumas cidades, além de pólos de atracção para outras indústrias, motor da transformação suburbana e agente dinamizador de crescimento. Foram os casos de Alcântara e Chelas em Lisboa, Bonfim e Massarelos, no Porto, e nas suas periferias, como o Barreiro e Matosinhos, respectivamente.

As oficinas da época pré-industrial encontravam-se mais ou menos dispersas pela cidade. As fábricas do século XIX e XX, localizaram-se preferencialmente fora das cidades, na periferia, ao longo das vias de transporte, sendo mais tarde absorvidas pelo crescimento urbano emergente, geralmente constituindo uma coroa perfeitamente identificável na estrutura urbana (Salgueiro, 1992):

P.Barrére e M. Cassou Mounat consideram que o período de industrialização urbana do fim do século XIX, princípios do século XX foi caracterizado por três tipos de implantações. As indústrias de consumo urbano directo, como as de confecções e tipografias. Cresceram nas zonas já relativamente densas, ou seja, nas imediações do centro; as empresas com um mercado mais vasto (metalurgia diferenciada, alimentares, mobiliário) dispersavam-se na periferia da zona de construção contínua, vindo a ser progressivamente submergidas pelos edifícios residenciais posteriores; finalmente, formavam-se aglomerados de indústrias perto de infra-estruturas de transporte, como sejam canais, portos ou estações de caminho de ferro, deixando pouco ou nenhum espaço para habitação. (p.272)

Foi no século XVII que se assiste ao aparecimento de uma primeira onda de estabelecimentos manufactureiros de alguma dimensão, apesar de muito dispersos no território nacional e sem se constituir como uma tendência perfeitamente estabelecida, relacionados directamente com factores de subsistência da comunidade. A influência da manufactura portuguesa e, mesmo posteriormente, da indústria mais mecanizada, era muito condicionada por estes factores directamente relacionados com a procura local e pela localização de matérias-primas e fontes de energia, como, e principalmente, a hidráulica

ca. Estes centros manufactureiros não tinham expressão suficiente para serem considerados pólos industriais de relevo e acabaram por estagnar no nível de pequenas oficinas.

Os progressos industriais tarde chegaram ao nosso país, marcadamente dominado pela manufactura e por oficinas familiares, localizadas perto de cursos de água, captada por processos rudimentares e usada como força motriz.

Após as invasões francesas, parte das oficinas existentes ficaram desactivadas. Após o arranque de novas unidades privilegiaram-se as localizações próximas dos portos e pontos de fácil acesso a transportes, tanto fluviais, como mais tarde ferroviários.

No século XIX, outros centros industriais de pequena dimensão apareceram, de forma dispersa e mantiveram ao longo dos tempos uma actividade expressiva, como são os casos de Guimarães, Covilhã, Tomar e Torres Novas. A indústria têxtil teve grande relevância no panorama industrial português, com manufacturas e posteriormente fábricas, nomeadamente na Covilhã, em Portalegre. Esta cidade também ligada à produção de transformados de cortiça e Tomar também foi um centro metalúrgico de relevo. Estes municípios do centro do país, às quais podemos juntar Abrantes, foram beneficiados posteriormente pela construção de redes de transportes, inicialmente através do Tejo, depois pelo caminho-de-ferro e vias rodoviárias. Todas elas apresentavam uma grande diversidade industrial, com a indústria alimentar a ter também um papel importante. No final do século XIX e início do século XX, são de relevar as indústrias ligadas a actividade piscatória, como a construção naval e as das conservas de peixe, que estão na origem do desenvolvimento e crescimento de alguns aglomerados urbanos, como Espinho, Peniche, Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Nazaré, Sesimbra, Vila Real de Santo António, Olhão, Portimão e Lagos (Salgueiro, 1992, pp.131-132).

A seguir às invasões francesas existiriam em Portugal, segundo o Mapa Geral Estatístico, cerca de 509 fábricas, apesar de algumas dificilmente merecerem esta designação (Castro, 1971, pp.34-35).

Segundo Vitorino Magalhães Godinho, não existem dados que nos possam levar a pensar que já se praticava a maquinofactura na indústria nacional antes de 1820. Nesse ano, de acordo com um relatório governamental citado por aquele autor, “existiam 1.031 fábricas, com 14.934 operários, sendo que cada uma destas “fábricas” teria em média 14 a 15 trabalhadores” (Godinho, 1955, p.246).

A tardia industrialização avançava muito lentamente, apesar das políticas proteccionistas de fomento industrial dos vários ministérios, nomeadamente de Mouzinho da Silveira e posteriormente de Passos Manuel, que, por exemplo, em 1836, ordenou que

nas repartições do seu ministério se utilizassem artigos nacionais, além da criação de bases para o ensino profissional e a pauta alfandegária, precedida pela reforma pautal de Mouzinho da Silveira, com o objectivo de proteger a nossa indústria da concorrência estrangeira (Godinho, 1955, p.30).

Entre 1835 e 1852, segundo o Inquérito Industrial, teriam sido assentes e registadas 70 máquinas a vapor, em Portugal continental e ilhas (Godinho, 1955, p.35)⁴.

Na área de Lisboa havia pouco mais de 50 unidades industriais. Entre as principais actividades encontrávamos as da estampanaria e tinturaria de algodão, as oficinas metalúrgicas, as empresas de tecelagem e apenas duas alimentares, em contraste com o resto do país, onde esta indústria alimentar dominava.

Foi por volta de 1870, com mais de um século de atraso em relação aos principais países industrializados da Europa, que começaram em Portugal os efeitos da Revolução Industrial que, cinco anos depois, se resumia quase à produção de produtos de primeira necessidade, como os alimentares, dos quais se destacava o vinho.

Até 1875, o desenvolvimento económico era muito lento, para o que concorreram vários factores, como o défice de forças produtivas, a falta de capitais, a forte concorrência estrangeira, como por exemplo dos têxteis ingleses, que supriam as necessidades nacionais.

Para incrementar esta área produtiva, importaram-se máquinas agrícolas. O capital bancário começa a penetrar na indústria portuguesa (Lobo, 1985, p.63). Foi a partir desta data que se regista algum incremento industrial, com o surgimento de máquinas a vapor. Começam a surgir novas unidades industriais, afastadas dos cursos de água e das fontes rudimentares de obtenção de energia. Constituíram-se unidades orgânicas de produção onde se empregavam máquinas e força motriz cada vez mais potentes, substituindo as fontes energéticas utilizadas, como energia eólica, a hidráulica e animal. Foi no contexto da indústria moderna, numa profunda modificação histórica, que o conceito de fábrica começa a adquirir a sua verdadeira dimensão.

No ano de 1881 foi efectuado em Portugal um Inquérito Industrial que, apesar de nos introduzirem elementos históricos que apontam para valores contraditórios, nomeadamente no que diz respeito ao número de indústrias e ao número de trabalhadores, nos dão uma perspectiva da situação e evolução da indústria portuguesa, comparando os

⁴ O autor refere que é natural que estes dados pequem por defeito, pela remota credibilidade dos inquéritos industriais feitos em Portugal, com um carácter altamente incompletos.

dados com inquéritos anteriores, como, por exemplo, o efectuado em 1852. Segundo Huertas Lobo (1985, p.65), “Em 1881 a área industrial (nacional) ia do Seixal a Torres Vedras e à Marinha Grande e no Norte marginalizava o Porto, estendia-se junto ao rio para o interior e incluía o eixo Guimarães-Braga. Contavam-se nela 1.245 estabelecimentos industriais com mais de 10 pessoas, num efectivo a rondar os 46.000 operários.”

Armando Castro (1971, p.35), baseando-se no mesmo Inquérito Industrial, a que se refere como incompleto e susceptível de criar dúvidas, indica como número provável de indústrias 1.350 unidades e de 84.324 trabalhadores.

Manuel Villaverde Cabral, citando uma fonte francesa da época, refere que o embaixador Bohourd registou que, “o Inquérito de 1881 recenseara 338 fábricas, com 22.827 operários, 907 grandes oficinas com 23.076 operários e ainda 2.620 pequenas oficinas; o número total de pessoas empregadas nas actividades fabris seria, segundo o Inquérito, cerca de 90.000” (Cabral, 1981, p.277). Os números, segundo o autor ficam aquém da realidade, pecando por defeito, porque o Inquérito não contabilizou tudo. Mas aquele autor, por comparação com o Inquérito de 1852, tira algumas conclusões quanto à evolução do número de oficinas e de operários em Portugal. Em 1881 tínhamos 1.245 estabelecimentos industriais de mais de 10 pessoas, contra 362 em 1852 e 46.000 operários contra 12.500.

Em 1907, a indústria portuguesa importou o triplo das matérias-primas em relação ao ano de 1880, facto que nos permite ter uma noção do desenvolvimento da indústria portuguesa (Cabral, 1981, p.277).

Podemos dividir o processo da industrialização portuguesa no século XIX em duas grandes fases: uma primeira fase, apesar de incipiente, ligada à aplicação das conquistas iniciais da Revolução Industrial. Esta fase corresponde à década entre 1840-1850 e caracteriza-se pelo início da aplicação das tecnologias nascidas com a Revolução Industrial, em que uma pequena facção da indústria transformadora portuguesa começa a introduzir maquinaria na sua produção, socorrendo-se cada vez mais da força motriz mecânica, em detrimento do uso da energia hidráulica ou da humana.

A segunda fase, a situar-se após 1880, a intensificar-se até ao início do século XX, que se caracteriza pela intensificação da actividade industrial, com aumento do nível tecnológico e do número de unidades industriais. Estas transformações nunca poderiam ser comparadas com as que tiveram lugar nos principais países capitalistas europeus. Aconteceram com, pelo menos, um século de atraso em relação a esses centros industriais europeus, não obstante ter registado uma multiplicação da força motriz à disposi-

ção da indústria portuguesa em mais 12 vezes nos 36 anos posteriores a 1881 (Cabral, 1981).

A evolução da indústria em Portugal começa a partir de pequenas oficinas produtoras de artigos de consumo geral, tais como os têxteis e os alimentos elaborados. Segundo o mesmo autor, é possível perceber, através do Inquérito Industrial de 1881, que “Três sectores coexistem então no interior da economia: no primeiro, predominam as actividades de subsistência (...); no segundo, encontram-se as actividades directamente ligadas ao comércio externo; no terceiro, por último, as que dizem respeito ao mercado interno de produtos manufacturados de consumo geral ...”. (p.272)

Numa economia nacional predominantemente rural, em 1864, 72% da população era agrícola, em 1890 esta percentagem baixou para os 61,1%, com uma população industrial de 18,4%, maioritariamente constituída por mão-de-obra barata, sem especialização. Em 1900 a população agrícola manteve-se, mas a industrial aumentou para os 19,4%. Segundo o censo de 1911, a percentagem de população agrícola baixou para os 57,1% e a industrial subiu para os 21,1% (Castro, 1971, p.64). Os estabelecimentos fabris com mais de 10 operários empregavam, em 1911, 98.511 operários, dos quais 37.669 na indústria têxtil. A grande maioria da população industrial era ainda absorvida pelas pequenas oficinas com menos de 10 operários, constituídas por trabalhadores não fabris e artífices independentes (Castro, 1971, pp.199-200).

Em Portugal a mão-de-obra feminina e infantil intensificou-se na fase de introdução da maquinofactura na indústria portuguesa, por volta de 1850, apesar de em menor escala em relação ao sucedido nos restantes países europeus.

Por volta de 1881, conforme o Inquérito Industrial (Castro, 1971, p.212), a idade média para admissão de aprendizes ia dos 8 aos 12 anos. Após 1890, o Estado viu-se obrigado a intervir, promulgando leis disciplinadoras para regular várias questões, como os horários de trabalho de menores⁵ e mulheres, o trabalho em certas indústrias perigosas ou tóxicas, o trabalho nocturno e subterrâneo. Estas novas normas, reguladas pelo Decreto de 10 de Fevereiro de 1890, pela Lei de 7 de Agosto do mesmo ano, o Decreto de 4 de Abril de 1891 e o Regulamento de 16 de Março de 1893, permitiam o trabalho a menores de 12 anos desde que não excedessem as seis horas diárias (Castro, 1971, p.212).

⁵ Consideravam-se menores os trabalhadores do sexo masculino com menos de 16 anos de idade e os de sexo feminino com menos de 21 anos.

Segundo Teixeira (1996), de acordo com o inquérito industrial de 1852, que abrangia unidades industriais com mais de 10 trabalhadores, o Porto tinha 158 fábricas, onde se empregavam 4.732, em que 3.857 eram adultos e 875 eram menores de 16 anos. Em 1856 o número de operários era de 5.885, 3.363 do sexo masculino e 2.522 do sexo feminino. Em 1881, de um total de 108.346 habitantes, 13.377 dependia da indústria. Segundo o inquérito industrial desse ano, a maioria dos trabalhadores laborava em pequenas indústrias.

Em 1887, segundo um inquérito feito a pedido dos operários, nas fábricas de tabacos do Porto, a maior manufactura da cidade, contavam-se 567 jovens com menos de 15 anos, num total de 2.270 operários e em que as mulheres representavam 60% da força laboral, o que significava que somente 500 elementos seriam homens adultos (Cabral, 1981).

As disposições legais criadas para protecção dos trabalhadores, nem sempre eram respeitadas. Esta situação originou greves. No ano de 1899 houve uma greve com o objectivo de levar os patrões, que insistiam em contratar crianças com 8, 9 e 10 anos de idade, a cumprir os preceitos da lei (Castro, 1971).

As péssimas condições de trabalho e as longas jornadas de trabalho eram semelhantes às situações vividas por todo o mundo industrializado.

O atraso da industrialização portuguesa em relação aos restantes países europeus teve consequências positivas no tema da empregabilidade feminina e infantil. Por um lado, reduziu a necessidade de mão-de-obra. Culturalmente, a mulher tinha uma função importante na manutenção do lar. Mais tarde, este cenário alterou-se ligeiramente. A indústria doméstica levou muitas mulheres e crianças a serem elementos de produção industrial, como costureiras e alfaiates. Esta relação tornou-se crescente e fez parte da realidade portuguesa, tendo vindo a intensificar-se (Castro, 1971).

A indústria conserveira foi uma actividade onde se empregavam tantas mulheres como homens, e por vezes até mais. Em 1905, “a indústria conservas de peixe de Setúbal empregava 1.312 homens e 1.760 mulheres, distribuídos por 34 estabelecimentos.” (Castro, 1971, pp.206-207).

No que diz respeito às migrações, o fenómeno foi idêntico ao que sucedeu nos centros industriais europeus. A afluência de população aos grandes centros urbanos nacionais mais industrializados, como as cidades do Porto e Lisboa, data do início do século XIX, facilitada pela melhoria dos transportes.

Aqui a populações menos abastadas encontrava alojamento em áreas mais degradadas, nas zonas antigas, onde se improvisavam habitações, em espaços marginais. O preço de venda dos terrenos nos centros urbanos sobe exponencialmente, reflectindo-se directamente no custo das rendas das casas. Em consequência disso os trabalhadores são atirados para a periferia. Apesar de que, principalmente nestas duas cidades, grande percentagem de trabalhadores continuou a viver no centro, no aglomerado citadino, em condições péssimas. Os compartimentos das habitações não ultrapassavam os 3 ou 4. Mas existiam habitações com 1 ou 2 compartimentos, onde viviam famílias inteiras (Castro, 1971, pp.229-230).

O custo das rendas era tão elevado, que em muitos casos as habitações operárias eram habitadas por famílias da classe média.

A habitação operária tornou-se um grave problema social, perante as condições de vida paupérrimas que se vivia, principalmente nos pátios de Lisboa e nas ilhas do Porto.

Segundo Graça Marques (1999), no Algarve, tal como no resto do país, os ecos da industrialização fizeram-se sentir tarde e de forma lenta. A situação geográfica, com a sua localização periférica, totalmente isolada e pobre em matérias-primas, só tarde permitiu o desenvolvimento de alguma forma de indústria, apesar de se colocar como um importante centro de comércio aberto ao exterior, com produtos de produção local, principalmente ligados à agricultura. Este comércio era controlado por grandes casas estrangeiras, aí radicadas, principalmente inglesas, que exportavam os seus principais produtos, tais como o figo, a amêndoa, laranjas, ovos, produtos de esparto e palma. O Marquês de Pombal, nas suas medidas de incentivo à actividade comercial e industrial portuguesa, implementou, no Algarve, entre 1750 e 1777, medidas de regulação, com o objectivo de melhorar o controlo dos impostos, o aumento das receitas aduaneiras e a melhoria das forças de produção.

Em 1773 vai criar a Companhia Geral das Pescarias do Reino do Algarve. Dois anos depois fundou a vila de Vila Real de Santo António, como entreposto de comércio e pescas, numa evidente guerra económica com Espanha, isentou de direitos alfandegários o trigo, a farinha, o centeio, o milho, a aveia, etc., em todos os portos da região e concedeu privilégios aos plantadores de amoreiras e produtores de seda, proibindo a exportação destes produtos em rama, fio ou casulo, num incentivo directo à produção de têxteis da região.

A tecelagem do linho encontrava-se disseminada pelo território nacional, com o principal enclave no Minho. No Algarve, o linho era empregado na confecção de redes,

confeccionadas por mulheres, num trabalho de tecelagem artesanal e caseira, cujos centros eram Faro e Vila Real de Santo António.

Apesar da escassez de lã no Algarve, foi estabelecida, em 1776, a Fábrica de Tapeçarias de Tavira, que confeccionava produtos em lã e seda, matéria-prima abundante da região, fruto da política de Pombal. Esta fábrica encerraria, no entanto, em 1783.

Marques (1999) refere que no Inquérito Industrial de 1881, há indicação de uma fábrica de fição de lã e apisoamento de panos, em Monchique, pertencente a Francisco do Carmo, criada em 1870, e que possuía, desde 1776, uma máquina a vapor. Esta fábrica empregava 5 homens, 7 mulheres e 1 menor. Neste concelho predominava, contudo, a indústria caseira de lã, com 90 teares, que em 1880 fabricavam 4.350 metros de tecido.

Em 1879 foi fundada, em Vila Real de Santo António, uma fábrica de tecidos de linho, que contava com um único tear, aumentado em 10 até 1881. Os tecelões que nela laboravam eram todos de nacionalidade espanhola. Em 1907, a fábrica dispunha de 36 teares e empregava 50 operários de ambos os sexos.

Por volta de 1915, o industrial Modesto Gomes dos Reis, era proprietário de um agrupamento de fábricas de têxteis em Loulé, Faro, Silves, Vila Real de Santo António, entre outros locais.

Segundo a mesma autora (1999) o Algarve era também muito rico na produção de frutos secos, principalmente de figo, tratado em fumeiros ou destilado, assim como a alfarroba, para produção de aguardente, e exportados, com os principais centros em Faro, Portimão, Silves e Lagos, actividades que empregavam principalmente mulheres, em longas jornadas de trabalho, que muitas vezes se estendiam pelo serão.

Os mercados preferenciais de consumo de figo eram a França, a Inglaterra, a Bélgica e a Holanda.

Em 1881 foi instalada em Faro uma grande fábrica de destilação de figo e alfarroba, pertencente à firma Neto & Fialho⁶. Nesta fábrica trabalhavam 8 a 10 homens (Marques, 1999).

Outra actividade de relevo no Algarve foi a dos curtumes. Segundo o Inquérito Industrial de 1890, conforme a interpretação dada por Marques (1999), Tavira tinha 5 unidades industriais de curtumes e 33 pequenas indústrias de calçado, actividade que

⁶ Júdice Fialho, também um importante industrial conserveiro.

tinha Loulé como o principal centro, caracterizada essencialmente por ser uma actividade domiciliária, com um índice de mecanização insignificante.

A ampla costa marítima do Algarve desde cedo favoreceu actividades ligadas ao mar, como a pesca e a transformação de pescado. A captura de atum, abundante nas costas algarvias, foi um das primeiras formas de pesca praticadas nesta região.

Em 1835 foi fundada a Companhia de Pescarias do Algarve, constituída por 83 capitalistas de Faro, Lagos e Tavira. Em 1899 surgiu a Companhia de Pescarias do Algarve, de Atum do Cabo de Santa Maria e Ramalhete, que, em 1937, com a fusão com a Companhia de Pescarias Louletano-Silvense, criada em 1892, deram origem à Companhia de Pescarias do Algarve, de Atum do Cabo de Santa Maria, Ramalhete e Forte, SARL: “Nenhuma destas indústrias, todavia, permitiu o “grande salto em frente” para a Revolução Industrial à escala da região. A carência de matérias-primas, a insuficiência de capital, a pouca propensão dos industriais algarvios para o investimento, a subordinação do mundo da produção aos interesses mercantis, nomeadamente estrangeiros e a ausência de uma ‘revolução agrícola’ regional terão sido alguns dos factores que travaram o surto capitalista.” (Marques, 1999, p.397)

Em 1872, a estrutura industrial algarvia contava com 828 estabelecimentos, com 2.410 trabalhadores. O principal centro industrial era Silves, com um total de 805 trabalhadores, com as suas 6 fábricas de cortiça a empregarem 638 operários.

A indústria corticeira terá sido introduzida no Algarve pelo industrial alentejano José Coelho de Carvalho, que terá sido o primeiro exportador de cortiça (Marques, 1999, p.398). Esta actividade, em conjunto com a indústria conserveira, marca o arranque da indústria no Algarve, em meados do século XIX. Para este arranque contribuíram dois factores, a facilidade na obtenção de matéria-prima, o peixe (atum e sardinha) e cortiça; além do investimento estrangeiro. A partir desta fase, segundo Graça Marques (1999), a proliferação de unidades industriais foi crescente, rapidamente chegando às centenas de fábricas de cada uma das actividades, empregando milhares de trabalhadores de ambos os sexos. Em Silves, o principal centro corticeiro da região, a indústria da cortiça terá sido introduzida pela espanhola Maria dos Santos Garcia Blanco, que se fez acompanhar por técnicos especializados, igualmente de nacionalidade espanhola. A principal dificuldade da indústria corticeira algarvia é a baixa produção da matéria-prima nesta região, insuficiente para fornecer toda a produção. A cortiça tinha de ser importada do Alentejo.

Em 1870, foi fundada em Silves uma fábrica de cortiça, a “Vilarinho & Sobrinho”, por Salvador Gomes Vilarinho, onde laboravam 600 operários. Em 1881, segundo o Inquérito Industrial, ainda não possuía qualquer máquina. Em 1890 já possuía 50 máquinas de fazer rolhas, 6 de contar e 3 de calibrar. Esta empresa fazia movimentar outras pequenas oficinas, em povoações vizinhas que, com trabalhos acessórios, forneciam a actividade principal. Nessas actividades podemos indicar as de obtenção de matéria-prima e as de tecelagem para sacaria. (Marques, 1999).

Para Marques (1999), a indústria conserveira, terá arrancado em 1865, com a implantação de uma fábrica de conservas de atum em azeite, em Vila Real de Santo António. Alguns anos depois, em 1879 e 1880, entraram em laboração mais duas fábricas, estas de conserva de sardinha. Nesse último ano, a fábrica de conservas de atum, de Parodi Roldan, produtora das conservas “Santa Maria”, utilizava, segundo o Inquérito de 1881, conforme interpretação da autora (1999), um motor a vapor e 16 caldeiras de cozer atum.

O empreendedorismo dos industriais do Algarve permitiu a instalação de unidades rentáveis, com forte especialização e divisão técnica do trabalho, e com uma progressiva mecanização. Foram criando uma indústria, principalmente, a conserveira, de importância internacional. O seu desenvolvimento implementaria o surgimento de outras actividades industriais secundárias e auxiliares, como a indústria da pesca, da litografia, do fabrico de chaves, da construção naval de barcos de pesca, entre outras (Marques, 1999).

Em 1903, o Algarve dispunha de 62 fábricas, com um efectivo de 4.151 trabalhadores de ambos os sexos, onde 2.568 seriam homens e 1.583 mulheres. As mulheres constituíam o maior efectivo de força de trabalho na indústria conserveira. Auferiam, por norma, salários mais baixos do que os homens, com empreitadas de “sol a sol” e por vezes a estenderem-se pelo serão (Marques, 1999, p.399).

No início do século XX, podíamos dividir o Algarve em duas zonas intra-regionais, Olhão, Portimão, Vila Real de Santo António e Lagos, como principais centros industriais conserveiros da região, com Vila real de Santo António como principal centro produtor e exportador de conservas de atum, e Silves, S. Brás de Alportel, como principais centros corticeiros, apesar de Faro, Portimão e Messines também constituíssem importantes núcleos desta indústria. Também de relevar era a moagem de Tavira e Portimão. Faro e Vila real de Santo António eram os principais núcleos industriais. Silves era o concelho onde o número de operários era maior, apesar de ser em Faro onde exis-

tiam mais fábricas. A indústria corticeira e a conserveira representavam, só por si, 64% do número de fábricas (Marques, 1999, p.400).

Graça Marques (1999), refere que em 1903 não existia trabalho mecânico entre as indústrias existentes, tanto em Olhão, como em Portimão, que utilizavam caldeiras a vapor destinadas a fornecer vapor às estufas. O mesmo panorama se verificava em relação à indústria corticeira. A moagem de Portimão utilizava uma caldeira cilíndrica, horizontal, de fabrico português, alimentada a hulha. Em Vila Real de Santo António, a indústria conserveira utilizava 10 caldeiras, alimentadas a hulha inglesa. Em 1907, em quatro fábricas, a indústria da moagem empregava 10 motores, com 36 operários. No ano seguinte foram contabilizados 232 moinhos de vento, 158 moinhos de água e 49 azenhas.

Durante a primeira Guerra Mundial, a especulação e a consequente subida dos preços dos cereais e do pão, vieram proporcionar condições favoráveis para o desenvolvimento da indústria da moagem no Algarve. Faro, Portimão, Tavira e Albufeira vieram a constituir-se como principais centros desta actividade. Foi em Agosto de 1915 que se formou a Companhia de Moagem do Algarve, com sede em Faro, que em 1921 mudou de nome para Companhia Industrial do Algarve. Em Dezembro de 1917, surge em Portimão uma moagem movida a electricidade (Marques, 1999).

Em 1911 o parque industrial algarvio era constituído por seis fábricas de metalurgia, duas de cerâmica, três químicas, quarenta e uma alimentares, onde se incluíam as conserveiras, quinze têxteis, vinte e duas corticeiras e mobiliária e três gráficas. Nestas unidades contabilizavam-se setenta e sete máquinas e empregavam-se 5.019 operários. Nesse ano o distrito de Faro posicionava-se em quarto lugar nos mais industrializados do país, a seguir a Lisboa, Porto e Braga, com as fábricas de conservas a ocuparem uma posição relevante e onde a população operária era igualmente em número significativo, só não acompanhado pela comparação do número de máquinas aplicadas à indústria. (Marques, 1999, p.401)

Foi também durante a primeira Guerra Mundial que assistimos a uma forte expansão das indústrias de conservas de peixe, têxtil, química e dos cimentos, principalmente a primeira que teve uma época de franca expansão, tanto no que diz respeito ao número de unidades fabris, como à produção. Entre 1912 e 1925 o número de fábricas de conservas cresceu 245%, enquanto a indústria têxtil cresceu 55%, entre 1912 a 1917. Por volta de 1917, o Algarve detinha 68% do número de fábricas do país e 54% do número de operários. O grau de mecanização cresceu exponencialmente, entre 1917 e 1929 e o

número de geradores a vapor passou dos 97 para os 179, com a indústria alimentar, principalmente a de conservas de peixe, a ter um papel relevante. Destes 179 geradores a vapor, 168, ou seja 94%, laboravam nesta actividade. Entre 1917 e 1929, a potência licenciada aumentou 232%, com os motores de combustão interna, movidos a diesel, gás pobre ou rico, petróleo e óleos, a conhecerem uma forte expansão, com 65% destes ligados à indústria alimentar, concentrada nos principais centros conserveiros da região (Marques, 1999).

De acordo com Graça Marques (1999), a fase compreendida entre os anos de 1917 e 1935, foi de grande crescimento industrial na região do Algarve, onde, apesar de existirem algumas unidades industriais de dimensão relevante, predominavam as indústrias de pequena dimensão, com um pequeno número de operários e de um grau de mecanização reduzido. Estas pequenas unidades, após o final da primeira Guerra Mundial, principalmente a partir de 1925, sofreram mais de perto a crise criada pela queda drástica das capturas de sardinha, pela valorização do escudo no início de 1924 e pelo encerramento de alguns mercados tradicionais de exportação. Nesta fase a indústria algarvia atravessou algumas dificuldades, situação que conduziu a uma intervenção governamental.

Entre 1929 e 1933, a produção de conservas de sardinha cresceu 17%, para uma queda de 15.2% nos anos de 1932 a 1934, com um novo alento nos anos seguintes, com o aumento de 43.8%. Em termos globais e nacionais o crescimento da actividade entre 1929 e 1938, teve um incremento de 34%, tendo tido uma quebra de produção durante a segunda Guerra Mundial. Em 1945, as fábricas de conservas do Algarve empregavam 565 motores de vários tipos. (Marques, 1999)

Em 27 de Agosto de 1932, em pleno Estado Novo, foi criado o Consórcio Português de Conservas de Peixe, substituído em Janeiro de 1935 pela União dos Industriais e Exportadores de Conservas de Peixe. Em 10 de Julho de 1936 foi criado o Instituto Português de Conservas de Peixe, e os grémios da indústria conserveira com sedes em Olhão e Portimão, a sotavento e barlavento, respectivamente. Em 12 de Abril de 1934 foi fundado o Sindicato Nacional dos Operários de Conservas de Peixe do distrito de Faro (Marques, 1999).

O sector corticeiro também registou a intervenção governamental. Em Setembro de 1933, com a criação dos grémios e em 1936 com a criação da Junta Nacional da Cortiça (Marques, 1999).

Segundo Graça Marques, em 1942, existiam 169 fábricas de cortiça no Algarve, com os principais centros a localizarem-se em Silves, S. Brás de Alportel e Faro. Esta indústria empregava 2.739 operários de ambos os sexos, com predomínio de trabalho manual, numa indústria essencialmente caseira (Marques, 1999).

A indústria corticeira nunca se revelou como uma actividade de grande importância a nível nacional, como aconteceu com a indústria conserveira.

A indústria algarvia apesar de ter observado uma expansão, entre os anos de 1930 e 1960, apresentou um decréscimo no que diz respeito ao total nacional, não conseguindo criar uma dinâmica de desenvolvimento regular e segura.

1.2. A Promoção Privada do Alojamento Operário

Nos anos seguintes à Revolução Industrial, o incremento dos meios de produção foi conseguido sem qualquer planeamento. A produção industrial, apesar de ser considerada como um bem precioso para o progresso das nações, era obtida a qualquer custo e com o mínimo de esforço (Goitia, 1996). Só muito mais tarde esta mentalidade se alterou. Esta visão simplista e de curto prazo provocava uma excessiva apropriação do espaço, levada a cabo pela indústria, que constituía uma catástrofe do ponto de vista urbanístico.

Nesta fase da história, os ideais sociais e urbanísticos não eram tão desenvolvidos como viriam a ser mais tarde. A sociedade organizava-se em redor da resolução de um problema social considerado grave, mas a rapidez com que os acontecimentos se desenrolavam não dava tempo a que se conhecessem resultados palpáveis de quaisquer planeamentos ou estudos realizados capazes de minimizar impactos de qualquer transformação que deles adviesse.

A proliferação das zonas industriais e dos bairros operários, geralmente constituídos por alojamentos de paupérrima qualidade, como os primeiros criados em Inglaterra, a que os britânicos chamam *slums*, eram construídos para albergar as populações de operários que afluíam às cidades à procura de trabalho, implantados em espaços saturados e em condições desumanas, vão constituir páginas muito negativas na história social e política dos séculos XVIII, XIX e parte do XX.

A construção de habitações não tinha o objectivo de proporcionar boas condições de habitabilidade aos operários, mas sim proporcionar um bom rendimento aos empresá-

rios. Os terrenos tinham grande procura o que provocava a subida constante do seu valor, o que tinha como consequência a maximização da rentabilização de cada metro quadrado.

Os empresários eram obrigados a levar as condições das casas até ao nível dos salários, sem baixar o lucro, reduzindo as dimensões das habitações, tornando-as cada vez mais precárias.

As doenças como a tuberculose e o raquitismo proliferaram e começaram a ceifar vidas (Amaral, 1945, p.17). O rendimento industrial ressentiu-se desta perda de energias.

Os pequenos bairros económicos que então se fizeram não passaram de gotas de água, com as quais foi impossível apagar aquele alteroso brazeiro que devorava vidas e energias. E como a expansão industrial seguia o seu curso acelerado e cego e reclamava mais gente, mais operários, o agravamento do problema da habitação persistia e atingia crescentes massas de população. (Amaral, 1945, p.18)

Muitos filantropos e reformadores sociais tentaram, muitas vezes em vão, alterar o rumo dos acontecimentos. As habitações insalubres, sem condições de higiene, sem iluminação ou ventilação, onde os espaços ventilados e pátios eram inexistentes, eram comportamentos comuns na concepção de habitações. Apesar de tomarem formas e características diferentes nos diversos países industrializados, todos eram norteados por critérios de grande densidade territorial, onde o aproveitamento máximo do terreno era tido como uma garantia no sucesso de todo o investimento, por parte dos investidores.

Os trabalhadores desiludidos com as condições de vida nas cidades e conscientes de que estas poderiam ser melhores e que esse facto apenas dependia da vontade dos empresários e dos governos, começaram a revoltar-se. A política repressiva do governo levava as associações operárias a unirem-se num propósito comum. O ano de 1819, marca a data do primeiro conflito social importante do século XIX. Foi em Manchester e foi baptizado como a batalha de Peterloo. É assim descrito por Benévolo: (Benévolo, 1994).

A 16 de Agosto de 1819 – conta Trevelyan – foi autorizada para o campo de S. Pedro, em Manchester, a reunião de uma multidão ordenada e desarmada de 60.000 homens, mulheres e crianças; mas depois, as autoridades encarregadas da vigilância, alarmadas à vista de uma tal multidão, mandaram a milícia a cavalo prender o orador, o conhecido radical Hunt, na altu-

ra em que a reunião atingia o auge. Quando os militares, embrenhando-se entre a multidão para cumprirem a missão, foram vaiados e repelidos, as autoridades ordenaram à cavalaria de reserva que carregasse. O embate empurrou a densa massa de seres humanos praguejando e gritando para fora do campo, enquanto a milícia, formada por partidários tories, brandia os sabres com gosto. Nos recontros desse dia, pelo menos onze pessoas foram mortas e morreram na sequência de ferimentos; mais de uma centena foram colhidas pelos cascos dos cavalos ou saíram maltratadas da rixa. O número de mulheres feridas elevou-se a mais de uma centena. (Benévolo, 1994). (p.47)

Cobbett⁷ designava de *a coisa* “o conjunto de ministros, de traficantes eleitorais, de jubilados, de senhores, de eclesiásticos, de industriais que acorrentavam, tiranizavam e sangravam a Inglaterra” (Benévolo, 1994, p.48).

A necessidade de promover o acesso das populações a condições de vida mais dignas, veio a condicionar as novas teorias sociais da segunda metade do século XIX, com a adesão de cada vez maior número de pensadores, sociólogos e empresários, ligados, tanto por motivações económico-políticas, como por razões decorrentes da necessidade de implementar formas eficazes de controlo social.

No que diz respeito à arquitectura, esta responderá a estes objectivos da ordem institucional em vigor, com a organização do tecido urbano e o consequente reequipamento da esfera pública, com uma vasta morfologia arquitectónica de edifícios públicos, com vista à melhoria das condições de vida do operariado, inclusive com a introdução de serviços de apoio à família operária.

As epidemias de cólera que grassaram a Inglaterra, a partir de 1830, e mataram milhares de pessoas, foram o propulsor para o início da mudança de mentalidades. A mentalidade filantrópica e reformista obrigou a que se tomassem medidas para a melhoria das condições de higiene e salubridade, tanto dos velhos como dos novos aglomerados urbanos.

Em Inglaterra, a Lei de Sanitária Nacional de 1848, que instituiu os *Board of Health*, que definiu as primeiras medidas tomadas para a cidade de Londres, para o que contribuíram as mentalidades reformistas que se começavam a formar na época, cumulativa-

⁷ William Cobbett (1763-1835): político e publicista inglês, que se juntou à voz dos radicais nas revoltas contra as condições de vida dos operários em Inglaterra.

mente com o relatório “As Condições Sanitárias da População Operária”, de Edmund Chadwick⁸, de 1842, e do inquérito real de 1845. Esta lei estatal teve paralelo em França, com uma proposta de lei apresentada pelos irmãos Melun⁹ à Assembleia Nacional em 1849, após o inquérito da sociedade de S. Vicente em Lille, em 1842, e o relatório de Blanqui¹⁰ de 1848. Estas movimentações levaram à votação de uma lei em 13 de Abril de 1850, que definiu normas em favor da higiene e salubridade na habitação,¹¹ reforçadas pela actuação do barão Haussmann¹².

Foi por volta de 1850 que, em Inglaterra, começou a nascer uma consciência social capaz de alterar o rumo dos acontecimentos, porventura motivada pela última epidemia de cólera que decorreu em 1849. Mas a tentativa de alguns pensadores em alertar para a necessidade de criar cidades higiénicas, deparava-se com a resistência de empresários e governantes que, na tentativa de aumentar os seus lucros, não davam tempo para qualquer planeamento.

A especialização do operariado e a sua melhor qualificação levou que alguns empresários tivessem necessidade de melhorar as condições das suas instalações. A consciência de que um operariado com melhores condições de vida se tornaria mais competente, disciplinado e motivado, começou a esbater-se nas mentes de alguns magnatas.

Alguns empresários esclarecidos tomaram por missão própria a mudança do panorama das condições do operariado e dos problemas que haviam ajudado a criar.

Em Inglaterra, em 1800, o empresário Robert Owen¹³, nas suas fábricas de fiação de algodão, começou por proibir o trabalho de menores de 16 anos, definiu horários de laboração mais justos, instituiu o horário diário de 10 horas e 30 minutos e a supressão

⁸ Sir Edmund Chadwick (1800-1890): reformador social inglês, que baseou o seu trabalho na melhoria da higiene publica e salubridade. Foi comissário na *General Board of Health* de Inglaterra. Foi assistente de Bentham, nomeado, em 1832, inspector na Comissão dos Pobres, tendo contribuído para a reformulação da nova lei de 1834.

⁹ Armand de Melun e Anatole de Melun. O primeiro foi um dos promotores da primeira lei urbanística, durante a segunda República, em França.

¹⁰ Jérôme Adolphe Blanqui (1798-1854): economista francês que publicou em França vários relatórios sobre a industria francesa (1827) e a classe trabalhadores francesas (1848).

¹¹ Cf. Leonardo Benévolo, pp.184-186.

¹² Georges Eugène Haussmann (1809-1891): político e urbanista francês, responsável pela reconstrução de Paris, no século XIX.

¹³ Robert Owen (1771-1858): Empresário socialista utópico inglês, considerado o pai do movimento cooperativo.

do trabalho nocturno. Além disso, promoveu a construção de habitações condignas para operários, a criação de escolas, de um armazém cooperativo e de caixas de previdência. (Lobo, 1985, p.26).

Em 1816 projectou uma comuna de células autónomas para 1.200 habitantes, de modo a descentralizar uma cidade industrial fortemente superpovoada e poluída. Planeou uma cidade de tipo colectivo, auto-suficiente, onde o quotidiano da actividade industrial era complementado com a actividade agrícola (Goitia,1996, pp.162-163). O que Owen propunha era um sistema de organizações, que corresponderiam a aldeias e em que cada uma compreenderia um quadrado de edifícios, suficiente para albergar as 1.200 pessoas, circulando por um terreno de 1.000 a 1.500 acres.

Dentro do quadrado estavam situados os edifícios públicos, divididos por sectores, onde o edifício central continha a cozinha pública e as despensas. “À direita fica um edifício com a escola das crianças mais pequenas no andar térreo, e uma sala de leitura e um local de oração no primeiro andar. O edifício à direita compreende, no rés-do-chão, a escola para os jovens mais crescidos e uma sala de reuniões; em cima, fica a biblioteca e as salas para os adultos. Na área livre do quadrado estão demarcados os espaços destinados aos exercícios físicos de ao recreio, que devem ser arborizados. Três lados das construções periféricas são destinados às casas, sobretudo para as pessoas casadas, cada uma composta por quatro alojamentos. O quarto lado é reservado aos dormitórios de todas as crianças que excedam o número de duas por família ou que tenham mais de três anos. Ao centro deste lado situam-se os alojamentos para os vigilantes do dormitório, com a enfermaria numa das extremidades e na outra uma hospedaria para os visitantes. Ao centro de outros dois lados situam-se os alojamentos do superintendente geral, do sacerdote, do mestre-escola, do médico, etc., e no terceiro lado os armazéns de todas as coisas necessárias ao agregado. Fora das casas e pelo lado de trás, a toda a volta, existem hortas-jardim circundadas pelas ruas. Imediatamente atrás, de um dos lados, estão os edifícios destinados aos trabalhos mecânicos e produtivos, aos estábulos, ao matadouro, etc., separados por plantações; do outro lado a lavandaria, etc., e a maior distância as construções rurais, com as instalações necessárias ao fabrico do malte, de cerveja e à moagem de trigo; em redor encontram-se os cam-

pos cultivados, as pastagens, etc., cuja periferia é plantada com árvores de fruto...

Cada alojamento das construções periféricas deve hospedar um homem, sua mulher e os filhos de idade inferior a três anos, e deve possuir características tais que assegure muito melhor comodidade do que as habituais habitações populares. (Benévolo, 1994, pp.57-58)

Esta concepção de cidade antecipou as cidades-jardim do início do século XX, nascidas das ideias de Ebenezer Howard.¹⁴

¹⁴ Ebenezer Howard (1850-1928): empresário inglês que idealizou a ideia da Cidade-Jardim. Howard projecta, não só as suas formas e funções, mas também os modelos de gestão e administração do que seria a cidade ideal, saudável e bela. Constituía um espaço criado para satisfazer as massas e controlar a concentração dos grandes centros urbanos. A área necessária para esta cidade era de 2400 hectares, em que 400 seriam ocupados pela área urbana e o restante por áreas agrícolas, seccionadas em 6 alamedas com 36 metros, com uma avenida central de 125 metros de largura, formando um parque. No final deste ficavam implantadas as habitações dispostas em meia-lua. No centro ficavam os equipamentos públicos e de lazer, como os teatros, museus, etc., o Palácio de Cristal ocupava uma generosa área onde se localizava o mercado e o jardim de Inverno, de modo a proporcionar um local de recreação protegido do longo período e chuvas Inglês. Estimava a população em 30000 habitantes, em que 2000 seria população rural. As indústrias ficavam na periferia, ao longo do bem organizado caminho-de-ferro, que ajudava a escoar a produção. A área agrícola seria constituída por fazendas, organizadas em cooperativas ou particulares. O solo era colectivo e o lucro era pago sob a forma de cotas. Ninguém seria proprietário, nem da sua casa, nem da sua oficina, nem da sua loja. Seriam todos arrendatários.

Howard constituiu, em 1899, a Associação das *Garden-Cities*. Em 1903 adquiriu terrenos em Letchworth e contratou dois arquitectos, Parker e Umwin, para conceber a cidade. Esta ideia de cidade teve grande sucesso. O quotidiano era vivido num ambiente salutar e de uma forma prazerosa. Em 1962 tinha 26000 habitantes. A 15 km desta primeira cidade instalou Welwin, a segunda cidade-jardim.

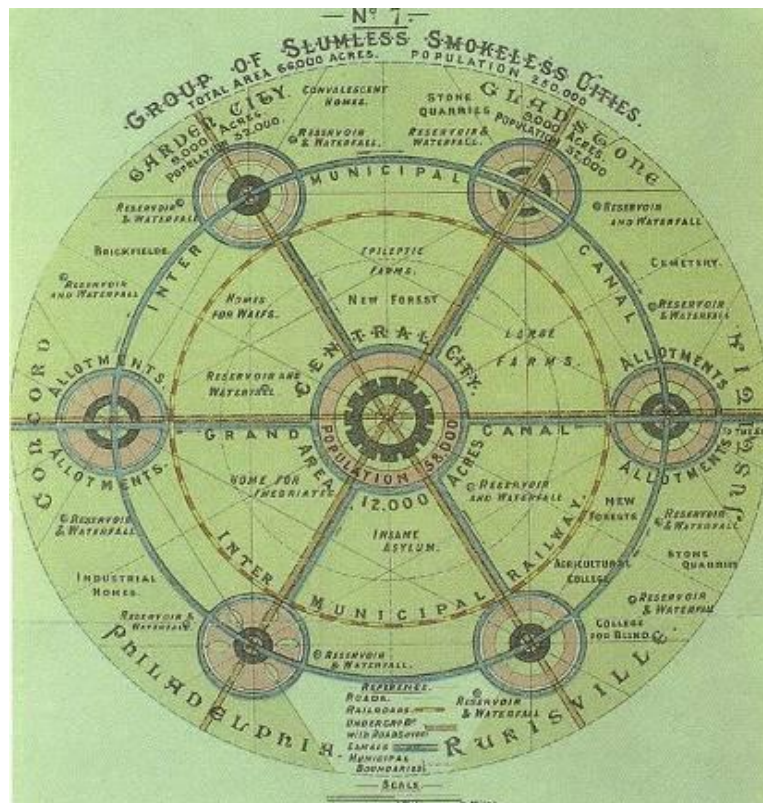


Figura 1 - A concepção original da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard (1902).

Owen idealizou um edifício central, baseado na concepção do panóptico de Jeremy Benthan¹⁵, que consistia num edifício central circular, com células envolventes interligadas entre si, com várias funções: habitação, indústria, equipamentos sociais e culturais, que alojavam famílias de operários, privilegiando a proximidade entre o alojamento e o local de trabalho.

¹⁵ Jeremy Benthan concebeu o panóptico, que consistiu no projecto de um estabelecimento prisional modelo para reforma de encarcerados. Este modelo foi aplicado em instituições educacionais, de assistência e de trabalho.

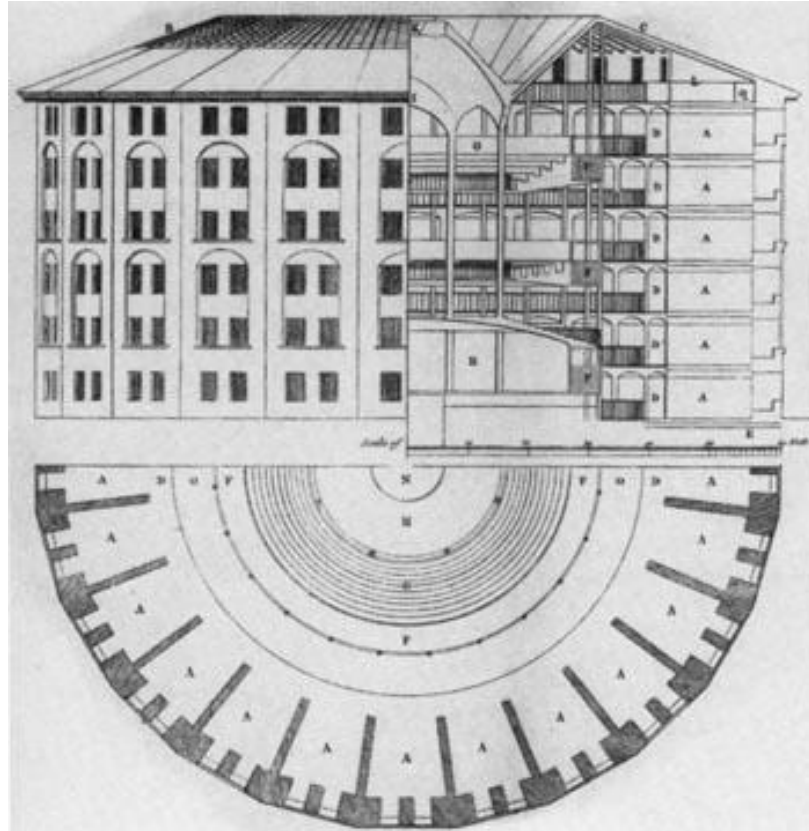


Figura 2 - Panóptico, desenho de Jeremy Bentham (1791).

Em França, Charles Fourier¹⁶, num plano anterior à Revolução Industrial, concebeu os palácios sociais ou Falanstério¹⁷. O palácio social erguia-se no centro de um cantão de uma légua quadrada, onde residiriam entre 1600¹⁸ e 1800 trabalhadores. Este edifício substituiria os 400 ou 600 alojamentos separados onde vivia a mesma população, mas com uma enorme poupança de espaço. Os corpos e pavilhões eram ligados por passagens envidraçadas aquecidas, a formar um grande edifício simétrico com um corpo central recuado em relação aos dois laterais, desenvolvidos em torno de grandes pátios quadrados, que se dividiam noutros de menor dimensão, por meio de galerias. Era um edifício à imagem dos palácios da realeza e da nobreza setecentistas (Lobo, p.27).

Segundo Huertas Lobo (1999), com a concepção em células económicas do falanstério, Fourier previa a constituição de uma sociedade que reflectiria os princípios práticos

¹⁶ François Marie Charles Fourier (1772-1837): filósofo francês, reformador social, membro do movimento denominado socialista utópico.

¹⁷ *Phalanstère*, na forma original.

¹⁸ Esta lotação de 1600 pessoas era sensivelmente o efectivo que Le Corbusier previra para um edifício da sua *Ville Radieuse*, ou Cidade Radiosa, um século depois.

do Socialismo Federalista em que a figura do estado desaparecia. A economia inter-falanstéria teria regulação por conselhos reunidos numa associação de cooperativas, que seriam simultaneamente de produção e de consumo.

O falanstério é uma espécie de edifício-cidade, onde as pessoas podiam ter as actividades que quisessem, adaptadas à sua vocação. Defendia a relação trabalho-prazer. Os bens seriam distribuídos equitativamente, em função das necessidades das pessoas e da qualidade e quantidade de trabalho produzido por cada trabalhador.

Fourier pensou em cooperativas com serviços comuns concentrados numa só cozinha e numa só lavandaria, em cada falanstério. Existiam oito refeitórios que seriam distribuídos, dois para crianças, três para a classe pobre, dois para a classe média e um para a classe rica. Os patriarcas ocupavam o rés-do-chão e as crianças, o 1º andar.¹⁹ A água, a luz e o calor eram distribuídos colectivamente, tal como os estábulos, os celeiros, os armazéns e as oficinas.

Em redor do centro da sua cidade, Fourier colocava a área agrícola, em que as plantações eram de pequenas dimensões, com áreas administrativas que delimitavam uma zona de protecção. As praças públicas ocupavam 1/8 da área total urbanizada e as habitações contavam com áreas cobertas semelhantes e partes iguais de espaços livres para hortas e jardins.

Enquanto Fourier idealizava o falanstério, um edifício de carácter comunitário, com uma imagem imponente, Owen tinha uma concepção de alojamento operário organizado em aldeias.

O governo francês, através do Ministério do Trabalho saído da Revolução de 1848, quis aplicar o Fourierismo, com a construção de um falanstério em cada bairro de Paris, onde cada bloco possuiria uma biblioteca, uma creche, uma escola, um balneário e um jardim público. Nasceram unidades habitacionais em Conde-sur-Vesgre e em Citeaux, em França, em Brook Farms, nos Estados Unidos e em Oran, na Argélia (Lobo, 1985).

Em 1859, Charles Godin, decidiu comprar em Guisa, nas Ardenas, um terreno de 18 hectares para construir um complexo de habitações para operários, o Familistério, baseado no Falanstério de Fourier, numa versão mais reduzida. O bairro composto por habitações multifamiliares, foi construído ao lado da sua fábrica. Os alojamentos eram acessíveis por corredores exteriores, com um jardim com um fontanário no centro.

¹⁹ Apesar das teorias socialistas federalistas, Fourier não conseguiu uma concepção do falanstério livre da separação dos habitantes por classes. O refeitório fazia divisão por classes pobre, média e rica.

Segundo Benévolo (1994),

O Familistério de Godin é uma redução do modelo de Fourier, sendo o edifício igualmente decomposto em três blocos fechados, mas os pátios de tamanho modesto são cobertos por vidros e desempenham as funções das rues interieures de Fourier.

O primeiro bloco foi começado em 1859, o bloco central em 1862 e o terceiro em 1877; entretanto, foram criados os serviços gerais (1860), a creche e o jardim-escola (1862), as escolas, o teatro (1869), os banhos e a lavanderia (1870). (p.76).



Figura 3 - O interior do pátio do Familistério de Jean Baptiste Godin em Guisa (1898).

Conforme refere Leonardo Benévolo (1994), Godin proponha um sistema de associação cooperativa, a quem confiou a gestão da fábrica e do Familistério, onde os operários podiam adquirir participações nos benefícios da empresa, tornar-se accionistas e, por fim, proprietários. Mais tarde, em 1882, transferiu para essa associação o capital da fábrica e das habitações. Testemunhas referem que a cooperativa ainda se mantinha activa em 1939, e que o seu estabelecimento primitivo teria, inclusivamente, aumentado.

Augusto Fuschini²⁰ refere em poucas palavras, num relatório sobre condições de habitação operária, acerca do Familistério de Oise, Norte de França, obra de Godin, “Esse familistério é composto por três grandes edifícios de 4 andares situados na margem do rio Oise; edifícios que são a moradia de mais de 400 famílias, em óptimas condições de economia, salubridade e decência” (Rita, 1891, p.68). Este projecto, mais tarde, designado de palácio Social, foi gerido numa perspectiva empresarial. Este exemplo, que durou até 1968, já no século XX, foi, segundo Friedrich Engels,²¹ o único que parece ter tido sucesso (Lobo, 1985).

Nesta fase da história social, a temática da relação entre o local de trabalho e o da habitação e, simultaneamente, destes com o resto da cidade, permitia a emergência de ideologias comunitárias e sociais que marcaram o discurso teórico do século XIX.

Helen Rosenau (1988), antiga docente de História de Arte na Universidade de Manchester, escreveu, “Talvez que o traço mais duvidoso do planeamento contemporâneo seja o zonamento excessivamente rígido que separa, de facto, o local de trabalho do parque habitacional e quebra assim a continuidade da vida. Além disso, não se deve esquecer que o planeamento que segrega os estratos mais pobres da população em relação aos mais ricos, enfraquece a integração social e constitui um factor agravante que nada tem de positivo que mais importante que possa ser, como política a curto prazo destinada a auxiliar os mais necessitados” (p.176).

Owen, Fourier e Cabet²² lançaram as bases para a associação cooperativa. Mobilizaram a opinião pública para que a propriedade privada fosse um direito e para que se

²⁰ Augusto Fuschini (1843-1911): intelectual, deputado, conselheiro de estado e Ministro da Fazenda portuguesa, com uma breve passagem pelo poder.

Companheiro de Eça de Queiroz, de Ramalho Ortigão e de Antero de Quental em diversas batalhas cívicas e intelectuais, Augusto Fuschini foi um dos Conferencistas do Casino que, em 1871, viu proibida a sua palestra por decisão governamental.

²¹ Apesar desta opinião, Engels terá criticado a colónia de Guisa. Escreveu na sua obra de 1872, *Contribuição ao Problema da Habitação*, que esta colónia, apesar de ter sido concebida para evitar a especulação imobiliária, resultou num lugar de exploração de operários.

²² Étienne Cabet: Advogado francês, membro da extrema esquerda republicana, durante o regime orleanista, dirigente do jornal *Le Populaire*. Foi condenado a dois anos de prisão em 1834, o que o levou a refugiar-se em Inglaterra. Escreveu uma *Historie Populaire de la Revolution de 1789 à 1830*, onde defende ao regime da Convenção e exalta a figura de Robespierre. Em 1839, escreve a sua obra mais famosa, em forma de romance utópico, onde defende o comunismo como a mais perfeita e a mais completa reali-

proibisse o arrendamento de alojamentos insalubres. Essas reivindicações foram votadas em Inglaterra e França em 1848 (Lobo, 1985).

John Buckingham, idealizou, em 1849, a cidade de Vitória (Benévolo, 1994) inicialmente inspirada nas ideologias de Robert Owen, no que diz respeito à centralidade, às noções de higiene pública e às condições proporcionadas aos operários. Esta concepção de cidade operária corresponde a um modelo ideológico composto pela repetição de módulos simetricamente quadrados com um milha de extensão. A partir deste módulo articulavam-se os sistemas fundamentais para a estrutura da cidade.

A cidade de Vitória era dividida por uma série de bandas concêntricas onde se dividiam as várias funções, como as habitações para operários, as oficinas, as habitações para trabalhadores de profissões liberais, espaços de lazer e as casas para as classes ricas. A cidade era iluminada através de uma torre situada numa praça central.

Por toda a Europa emergiram teorias ligadas às condições da habitação operária. Os modelos arquitectónicos apresentados por diversos empresários preconizam uma arquitectura de formas simples, caracterizadas por unidades habitacionais produzidas à imagem da mecanização e da industrialização.

Em Inglaterra nasceu, em 1845, uma sociedade de grandes proprietários, cujo propósito era a melhoria do alojamento das classes trabalhadoras. Em 1851, ano em que decorreu a Exposição Universal de Londres, onde foram apresentados modelos de habitação operária, baseados nas ideologias sociais e arquitectónicas da época, o príncipe Alberto tomou a iniciativa de promover a construção de casas para operários. A Câmara de Liverpool promulgou, em 1864, legislação sobre o alojamento de famílias operárias em blocos de habitação, tendo obtido do Parlamento poderes para edificar (Lobo, 1936).

A vila de Saltaire foi construída entre 1851 e 1872, perto da cidade de Bradford, na Inglaterra, considerada não só como a capital da indústria da lã, mas como um centro mundial desta produção.

Esta vila operária, promovida pelo filantropo inglês Titus Salt, tinha 820 casas, escolas, igreja, hospital, banhos públicos clube e um amplo parque. No seu planeamento, influenciado pelas concepções ideológicas dos novos reformadores socialistas utópicos ingleses, como Robert Owen, para os quais as boas casas produziam boas pessoas, tinha relevo o efeito moralizante do carácter, o desenho e a aparência das casas, ruas e edifí-

zação da democracia, e onde saliente, além disso, que os comunistas são os imitadores e os continuadores de Jesus Cristo.

cios públicos. A fábrica, projectada pelos arquitectos Henry Lockwood e William Mawson, onde chegaram a trabalhar 3.000 trabalhadores, era uma maravilha para a época pela sua dimensão, pela linguagem moderna e pela riqueza da ornamentação aplicada.

As habitações unifamiliares ficaram completas em 1871. Dispunham-se em blocos, com habitações de várias dimensões e tipologias, onde se expressava a hierarquia do trabalho, as destinadas aos gerentes, um grupo de 775 moradias para operários e 45 para caridade, para antigos trabalhadores.

As casas tinham, no mínimo, dois quartos, sala, cozinha, sanitário e quintais com acessos para instalações sanitárias. Todas eram abastecidas por água e gás. As maiores tinham jardim. Os seus alçados apresentavam-se despojados de ornamentação, com paredes revestidas a tijolo aparente e arcadas redondas.

Segundo Lobo (1985), até 1914 foram construídos 25 tipos diferentes de habitação colectiva, no total de 2.895 alojamentos, como, por exemplo, os St. Martin's Cottages, que ainda hoje existem. Consistiam em 88 alojamentos, divididos por 4 blocos, com 4 pisos cada, conjuntamente com 36 residências em 2 edifícios intermédios com 3 pisos. Havia alojamentos de várias tipologias, de um, dois e três quartos, com uma pequena sala e uma pia para lavagem de loiça. Eram todos equipados com um fogão de aquecimento. Os sanitários e despensas eram comuns. As retretes e as cozinhas localizavam-se fora das células familiares. Em cada bloco existiam caves, posteriormente inutilizadas pelas más condições de ventilação.



Figura 4 - Exterior de St. Martin's Cottages (1954). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.



Figura 5 - Interior de uma *slum house*. St. Martin's Cottages (1950). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.



Figura 6 - Interior de uma *slum house* (1930). A pobreza e a exiguidade do espaço são características visíveis. Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.



Figura 7 - Uma família sentada junto da sua *slum house*, situada na Gerard Street, uma das piores de Liverpool (final do séc. XIX). Uma das características comuns nestes bairros, famílias numerosas, constituídas por elementos de várias gerações. Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.

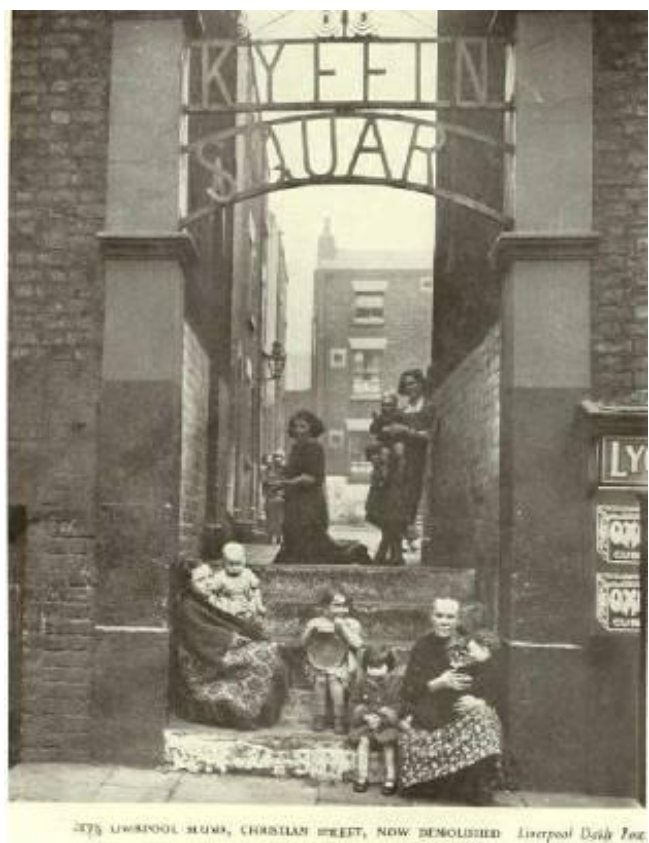


Figura 8 - Slums de Liverpool na Christian Street (início do séc. XX). Mais uma vez uma família constituída por elementos de várias gerações. O acesso a esta *slum*, faz-se através de um corredor estreito, característico dos bairros operários. Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.



Figura 9 - Um pátio típico de Liverpool do início do século XX. Pode ver-se o seu acesso, através de um estreito corredor, a partir do arruamento exterior. Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.



JOHNSON'S COURT, 1935.
A typical tenement with no indoor sanitation and a single tap to service all the flats below.
Showing some of the very insanitary legacy of the industrial revolution in Liverpool.

Figura 10 - O pátio Johnson. Uma *slum* típica de Liverpool caracterizada pela falta de instalações sanitárias no interior (1935). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.



Figura 11 - Boundary terrace, outro pátio típico de Liverpool (1897). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.

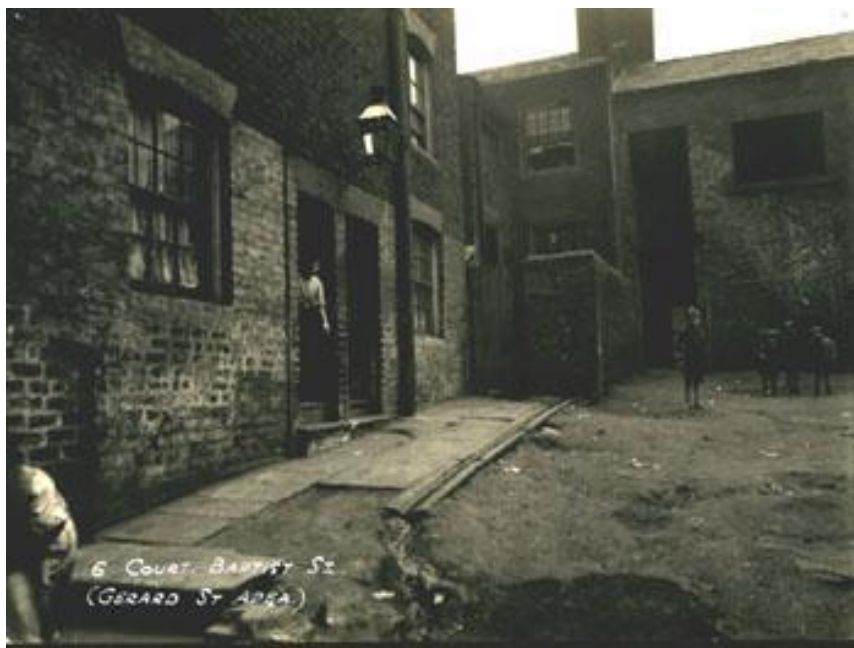


Figura 12 - Traseiras das casas nas Lionel Street e Gerard Street (1927). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.

Em 1875, George Cadbury, um director de uma indústria de chocolates em Bourville, na região de Birmingham, fundou uma cidade industrial com habitações condignas, onde os operários se podiam tornar proprietários após 99 anos de ocupação, mediante hipotecas a taxas que podiam ir dos 3 aos 60% do capital avançado pela empresa. Nesta cidade existia uma parcela destinada à prática do desporto.

Os fabricantes de sabão Lever and Brothers construíram, em 1886, a paradisíaca cidade-jardim de Port Sunlight, perto de Liverpool, que poderá ser considerada como o primeiro centro fabril onde se enquadra uma zona edificada e uma zona verde (Lobo, 1985).

Em França, em 1849, Luís Napoleão mandou construir em Paris um bairro operário, ampliado dois anos após com outro de 101 habitações. Em 1853, já como Napoleão III, nomeou o barão Haussmann, para coordenar o que viria a ser considerada como “a mais importante realização urbana do século XIX: a transformação de Paris, (...)” (Lobo, 1985, p.31).

O industrial filantropo francês Meunier, em 1874, criou a colónia de Noisel-sur-Sene. Na Suíça, em Neuchatel, a fábrica de chocolates de Suchard, construiu nas margens do lago, num local com um panorama maravilhoso, uma espécie de cidade, com habitações amplas, arejadas e em óptimas condições de higiene. As habitações eram constituídas por quatro ou seis divisões, todas com jardim (Matta, 1909).

Em 1865, a família Krupp começou a construir a primeira das suas povoações-modelo junto às suas fábricas de aço em Essen (Goitia, 1996). Edificou mais de 5.000 habitações, que arrendou a 30.000 operários (Matta, 1909).

Em Moulhouse, na Alsácia, o empresário Dolfuss, promoveu, em 1853, a construção do primeiro bairro operário e entre 1865 e 1884 a primeira cidade operária. "A planta desta cidade é em quadrícula ortogonal, tão generalizada neste tempo, mesmo nos prolongamentos das cidades antigas, (...). Há uma grande praça rectangular ladeada pelo edifício onde se encontram o refeitório e a padaria, e pelo do balneário e lavadouro. As casas têm parcelas de terreno livre à frente e atrás e contactam não pela empenas mas pelos cunhais, do que resulta o alternado avanço e recuo das fachadas e a exposição das 4 faces ao arejamento e à iluminação" (Goitia, 1996, p.162).

Noutros países, como a Bélgica, construíram-se habitações operárias, como as que o empresário Den Gorge promoveu, em 1825, com a construção da aldeia de Grand Hornu.

Os gestos paternalistas não tinham, na prática, os resultados que se pretendiam, mesmo em áreas dependentes das acções dos mecenas. As leis da economia ditavam as suas condições e a população trabalhadora era confrontada com uma evolução desfavorável ditada pela lei da cada vez maior procura de alojamento, resultante do aumento dos efectivos populacionais.

As populações mais desfavorecidas viam-se na contingência de deixar as habitações de melhor qualidade, porque o aumento do valor das rendas tornavam-se incomportáveis. Como consequência desse facto as famílias eram obrigadas a procurar alojamento em locais de habitação muitas vezes sem condições de habitabilidade. A especulação imobiliária tornava impossível que os trabalhadores mais pobres se instalassem em zonas de melhores habitações, mais próximas dos locais de trabalho e com melhores condições higiénicas. Esta faixa da população viu-se obrigada a procurar alojamento nos arredores da cidade, em pequenos aglomerados populacionais, em terrenos de baixo custo onde pudessem instalar-se com o mínimo de comodidade. Esta proliferação de alojamento precário, fora das zonas de jurisdição dos municípios, evoluiu desordenadamente (Amaral, 1945).

As rendas tiveram, em 100 anos, um incremento de 50%. No início do século XIX o valor das rendas correspondia a 10% do valor das remunerações dos agregados familiares, no final do século já correspondia a 15% (Lobo, 1985, pp.62-63).

As iniciativas municipais tentavam combater esta tendência. Como exemplo, podemos referir o projecto e a construção do engenheiro Dunscombe, em 1885 do bairro para operários de Victoria Square em Liverpool, “considerado então como a melhor solução de planeamento urbano camarário. (...). Cada bloco de cinco pisos é formado por vários conjuntos de 4 alojamentos ladeando a escada e a lavandaria comum que ficam anexas às cozinhas e às condutas de resíduos, sendo portanto estas pequenas dependências comuns a dois alojamentos familiares” (Lobo, 1985, p.63).

A arquitectura industrial, desde a Revolução Industrial, até ao início do século XX, era concretizada sem grandes preocupações estéticas e funcionais. A valorização estética das habitações operárias só começou a fazer parte da prática arquitectónica, já no século XX, com arquitectos funcionalistas como Walter Gropius e Le Corbusier, entre outros, e com as experiências obtidas com os Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna.

Com o afluxo de população rural às principais cidades portuguesas, o problema da habitação tornou-se um problema social grave. As cidades mal preparadas não tinham condições para albergar toda a quantidade crescente de trabalhadores que chegavam à procura de melhores condições de vida.

Na cidade de Lisboa, como centro industrial mais importante do país na segunda metade do século XIX, as populações concentraram-se nas zonas mais antigas da cidade e perto das indústrias. Foi necessário improvisar e recorrer a novas formas de alojamento. Os velhos edifícios, casarões aristocráticos vagos ou em ruínas e conventos adquiridos em hasta pública são adaptados, divididos e anarquicamente ocupados por várias famílias, mediante o pagamento de rendas, que constituíam um lucrativo rendimento para os proprietários, que muitas vezes construía habitações nas traseiras das suas casas, ou aproveitavam caves existentes. A este tipo de habitação, a que chamamos pátios, não eram exclusivamente para operários, mas maioritariamente foram ocupados por famílias de classes trabalhadoras.

O aumento da procura levou à necessidade de criar alternativas a este tipo de alojamento. Foi necessário construir habitações operárias de raiz – as vilas operárias. A sua tipologia não se distingue da dos pátios. A principal característica que as diferencia é que estas eram habitações exclusivamente para operários. Um dos tipos mais correntes de “Vila” define-se por edifício de correnteza ao longo da via pública, normalmente constituídos por edifícios alongados, compostos por dois ou três pisos, ou um tipo bloco isolado, com quatro fachadas livres e acesso central. Outra das principais características

deste tipo de habitação é a ocupação máxima do espaço disponível. As habitações dispunham-se em redor de um terreno, ocupando todo o seu perímetro, com acesso mais comum através de um espaço central, apesar de, nalguns casos poder ser feito através de um corredor lateral descoberto.

Esta concepção de habitação operária foi seguida em todo o país e muitos são os exemplos existentes, apesar de a sua designação começar, mais tarde a ser rejeitada e em 1930 ter mesmo sido proibida, através de um regulamento camarário de Lisboa, devido à disposição dos edifícios, erigidos em espaços à margem do arruamento, o que constituía uma forma de marginalização. Esta proibição levou à destruição de placas de identificação de algumas “Vilas”, substituídas por números.

Mas, foi no reinado de D. José, com o governo do Marquês de Pombal, que foram construídos, em 1759, os primeiros alojamentos para operários em Portugal (Azevedo, 1905).

A Fábrica das Sedas resultou da iniciativa do francês Robert Godin, que, após um demorado processo, contou com a concordância do rei D. João V, que lhe conferiu alvará em 13 de Dezembro de 1734 (Rossa, 1998). Instalou-se provisoriamente na Fonte Santa, e, em 1838, passou para a Casa do “Briguelito”, no Rato, à espera do final das obras no local definitivo, num terreno em S. Bento. O governo absolutista de Carvalho e Melo acabou com o monopólio do sabão, fomentou as pescas e incentivou a indústria por todo o país. Melhorou consideravelmente as vias de comunicação, nomeadamente do interior para o litoral, e fez renascer as indústrias têxteis no interior, na zona da Serra da Estrela, desde a Guarda a Castelo Branco. Fundou, em Pombal, uma fábrica de chapéus, também criada em Lisboa, Porto e Elvas. Chamou ao Estado a fábrica das Sedas, a partir de então, com a designação de Real Fábrica das Sedas, com novos estatutos e regimento aprovado por alvará de 6 de Agosto de 1757, tendo convidado, em 20 de Setembro de 1758, Godin para pertencer à direcção (Rossa, 1998).

Posteriormente constituiu o Real Colégio das Manufacturas do Rato, que resultou da diversificação de actividades e ramos de fabrico. No final do governo do Marquês de Pombal trabalhavam no âmbito da Real Fábrica 3.569 pessoas. Segundo Rossa (1998), “A comunidade industrial do Rato foi também a primeira estrutura oficial organizada de ensino prático ou técnico” (p.99).

Mais tarde, foi construído o Bairro das Águas Livres, que se enquadrava na reestruturação em curso desde 1757 da Fábrica das Sedas, com alteração dos processos de fabrico e da gestão dos recursos materiais e humanos. Neste bairro “Os fabricantes tinham

um estatuto especial sendo considerados pequenos empresários na dependência directa e exclusiva da Fábrica Real. Dava-se-lhes a possibilidade de, através de deduções de rendimentos do seu trabalho poderem ter casa, oficina e equipamentos próprios. Cada um poderia ter um predeterminado número de aprendizes que por sua vez, mais tarde, se poderia estabelecer daquela forma, assegurando-se assim não só o crescimento regrado da produção, mas do próprio tecido urbano. A reforma manufactureira era também reforma urbana” (Rossa, 1998, p.119).

O Bairro das Águas Livres não era uma intervenção específica para a Fábrica das Sedas, mas resultou de um plano de maior amplitude para o sector industrial, de importância primordial na malha urbana da cidade. O plano previsto pelo arquitecto Mardel propunha a construção de quatrocentas e sessenta e duas moradias, das quais foram desbloqueadas verbas, numa primeira fase, para sessenta. Mais tarde, foram construídos três blocos de dezasseis fogos e um de oito, num total de cinquenta e seis fogos, concluídos em 1769 (Rossa, 1998, pp.120-121). “Os quarteirões definiam-se com duas frentes de casas separadas por um pátio individual e registam simetria no eixo onde o ritmo de porta e janela se inverte” (Rossa, 1998, p.124). “A estrutura é do tipo tradicional, com arcos de alvenaria e sobrado. O ritmo entre os vãos varia com a mudança do fogo. A cobertura é em duas águas longitudinais com tacaniças de remate nos topos. O beirado é nas traseiras directamente assente sobre a alvenaria (...)” (Rossa, 1998, p.122). Este bairro definiu uma tipologia que serviu de modelo para outras intervenções em Portugal.

Em 1824, foi construído em Ílhavo, Aveiro, um bairro operário ligado à fábrica de vidros da Quinta de Vista Alegre, propriedade de José Ferreira Pinto Basto, que, segundo Lobo (1985), constituiu a segunda realização de alojamentos para operários em Portugal. Este bairro, alvo da acção filantrópica da Fundação Pinto Basto, era constituído por “edifícios ladeando um pátio, e, entre estes, as habitações para artistas e aprendizes, uma ermida, oficinas que virão a ser pouco depois adaptadas ao fabrico de porcelanas, laboratório, hospedarias e currais e um cais sobre a ria (...) os trabalhadores vivem em comunidade, aprendem música e as primeiras letras pelo método de ensino mútuo”. (p.30)

As habitações estavam distribuídas por edifícios com longas arcadas cobertas por telhado de duas águas. À construção das habitações juntaram-se uma capela, um palácio, uma fonte e um terreiro para feiras. Mais tarde foram edificadas uma escola, com infantário e creche, um teatro, uma cantina, um posto de saúde, um dormitório (camara-

ta para solteiros), um museu, uma cooperativa, uma corporação de bombeiros, uma barbearia, uma casa de farnéis, um campo de jogos de futebol, um grémio (para o boxe), um clube náutico e um campo de ténis.

Em 1873, foi edificado o primeiro alojamento com as características de “Vila”, erguido perto da fábrica têxtil Lisbonense, no gaveto das ruas de Sto. António e S. Joaquim, entre a Estrela e os Prazeres²³, ao que se seguiram vários, de maior ou menor importância, por toda a cidade de Lisboa e arredores, tanto de iniciativa privada, como de iniciativa de cooperativas e companhias (Lobo, 1995 p.65), Em 1877, foi construído o Pátio do Picadeiro e em 1879, ligada à zona industrial das Amoreiras, foi erigida a Vila Bagatela, propriedade de José Manuel Monteiro. Estas concepções de casas para operários seguiam as características das habitações pombalinas da Fábrica das Sedas, de 1759.



Figura 13 – Pátio Bagatela, na Travessa da Légua da Póvoa, São Mamede, Lisboa, constituído por um grande bloco de dois pisos com galeria tipo vila e pátio sobreelevado em relação à rua. Autor: João H. Goulard, (1968). Imagem: AF\img130\A64552.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/JHG/S02401. Em Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/João Hermes Goulard.

²³ “A ‘vila’ é um pequeno aglomerado de alojamentos um tanto afastado das vias principais, em geral no interior de um bairro, por trás de prédios de aluguer, mas com estas comunicando através de um passadiço ou de um terreiro que funciona como pátio” (Lobo, 1995, p.65).

Ainda nesse ano concretizaram-se os pátios do Tijolo e Alto do Longo e três anos depois foram edificadas a Vila Silvério, a Vila Jamira e a Vila Rosário.

O Inquérito Industrial de 1881, contabiliza 30 estabelecimentos industriais em Alcântara, empregando 2.211 operários, no que seria a maior concentração de emprego industrial de Lisboa. O aumento do número de empresas, diversificado por vários ramos de actividade, despertou as atenções para a problemática do alojamento e da habitação operária.

Para além de habitações edificadas por algumas empresas fabris, outras empresas nacionais se embrenharam na promoção de habitação operária. Foi o caso da Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões, situada na Quinta da Cabrinha, na Ribeira de Alcântara, de 1878 a 1892. Esta empresa construiu 111 habitações, anexas à fábrica, para arrendar aos seus operários e famílias, constituídas por um conjunto de dez módulos com três pisos cada. “No conjunto global das vilas operárias a Vila assume uma importância extrema, quer pela sua grandiosidade, quer pela homogeneidade” (Teixeira & Matos, 1905, p.188).

A Companhia Nacional e Nova Fábrica de vidros da Marinha Grande, em Braço de Prata, erigiu 60 moradias. Em Cabo Ruivo, foram edificadas oito moradias para a fábrica de adubos químicos, Tinoca, Limited e nove para a fábrica de Estamparias de William Graham Júnior & C.^a. A fábrica de Lanifícios Pedro Matos, em Chelas, constrói dez moradias.

Uma característica comum a grande parte das “Vilas” de iniciativa particular era a falta de condições de habitabilidade.

Em 1887, foram construídas a Vila Flamiano e a Vila Pereira e dois anos depois a Vila Sousa. A Vila Flamiano, promovida pela Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas, que foi uma das maiores companhias têxteis do país, localizava-se no Vale de Chelas. Em 1891 habitavam na Vila cerca de 72 inquilinos, todos trabalhadores da fábrica. As tipologias das habitações variavam entre as de dois, três ou quatro quartos.

Além da Vila Flamiano havia mais dois grupos, de 29 e 5 moradias, respectivamente, com 106 habitações (Moreira, 1950). Os edifícios apresentavam-se com duas bandas paralelas, com dois pisos, dispostos em torno de um pátio, com uma faixa central arborizada. A fachada principal de desenho simples, tal como a planta, tinha como principal preocupação a articulação do espaço interior com o exterior (Teixeira & Matos, *op.cit*).

Em 1888, foi criada a Vila Dias, em Xabregas, com 100 prédios de rés-do-chão, para mais de 300 famílias, com um nível arquitectónico muito mais pobre do que as antero-

res (Azevedo, 1905). Aqui tinha preponderância o factor lucro. Esta Vila desenvolvia-se em duas bandas de edifícios, com uma fachada denotando um certo ritmo, marcada por uma sucessão repetida de vãos, sem critérios estéticos e intenções decorativas (Teixeira & Matos, 1905).

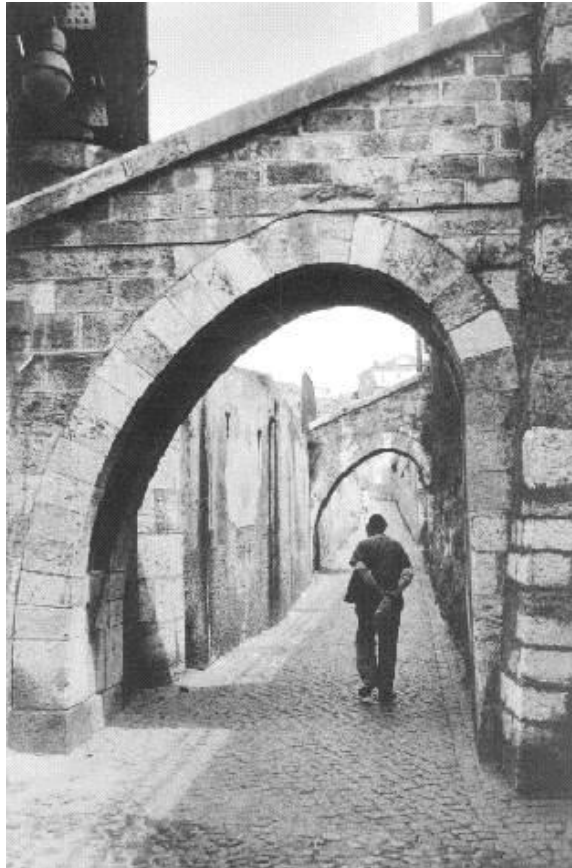


Figura 14 – Arco da Vila Dias, no Beco dos Toucinheiros, no Beato, Lisboa. Autor: Alfredo Cunha, (1974). Imagem: AF\img172\B085599.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/ALF/01/000037. Em Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/Alfredo Cunha/Naquele Tempo.



Figura 15 - Arco da Vila Dias, na Rua Alves Paiva Fragoso, no Beato, Lisboa. Na imagem visualizamos uma das tipologias utilizadas, com a criação de uma rua particular de grande extensão. Autor: Carlos Alberto Lima (Início do séc. XX). Imagem: AF\img29\A14408.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/AF/LIM/000884. Autor: Alberto Carlos Lima (s.d.). Em ,Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/Alberto Carlos Lima.



Figura 16 - Arco da Vila Dias, na Rua Alves Paiva Fragoso, no Beato, Lisboa. Autor: João H. Goulard, (1967). Imagem: AF\img120\A59876.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/AF/JHG/S01105. Em Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/Alberto Carlos Lima.

A Vila Maia foi edificada entre 1889-1891, outro exemplo da arquitectura operária colectiva, em terrenos adquiridos por Eduardo Maia à Câmara Municipal de Lisboa e desenvolveu-se em duas fases: a primeira com dois blocos projectados à Rua Possidónio da Silva, antiga Rua da Fonte, e a segunda com um edifício situado na Travessa particular desta mesma rua (*idem*). Esta Vila diverge na tipologia habitual das habitações operárias, pela sua dimensão. Era constituída por um conjunto de três grupos de edifícios de grande dimensão.

A partir de 1890 podemos observar uma proliferação de bairros operários, ou “Vilas”, em locais como o interior da Estrada da Circunvalação, aos Prazeres, Campolide de Baixo, Xabregas, Beato e Grilo. Além destas construíram-se os bairros da Penha de França, Graça, Chelas, Marvila, S. Domingos de Benfica e Arroios, que não albergavam apenas população de classes baixas, mas também de famílias da pequena burguesia, principalmente em Campolide, Rua Maria Pia e Alto do Pina. Nestas áreas podiam-se vislumbrar construções com algum interesse estético, com varandas com guardas de ferro, com revestimentos em azulejo, cunhais empedrados e janelas de sacada coroadas por frontões, como são os casos da Vila Graça, a Vila Sousa e a Vila Berta, esta última já do início do século XX (1902) (Lobo, 1985).



Figura 17 – Vila Sousa, no Largo da Graça, Lisboa. Autor: não identificado, (s.d.). Imagem: AF\img7\A3177.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/AF/FAN/003177. Em Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/Fundo Antigo.



Figura 18 – Vila Berta, na Travessa da Pereira, Graça, Lisboa. Autor: Artur Goulard, (s.d.). Imagem: AF\img90\A44959.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/AF/AJG/S01495. Em Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/Artur Goulard.

Em 1903, foi construída a Vila do Jardim Botânico. Em 1907, a Vila Macieira, a Vila Gadanho e a Vila Duarte. Em 1910, a Vila Celeste, a Vila Maria, a Vila Manuel Bernardes e a Vila Luís Pedro e três anos depois, foi iniciada a construção do Bairro Clemente Vicente. No ano seguinte, foram construídas a Vila Tanque, a Vila Conceição, a Vila Ilda e a Vila Antunes. Em 1930 a Vila Margarida, a Vila Manuel Rodrigues, a Vila de Santo António e a Vila Ana.

Em 1905, proprietário do Jornal “O Século” apresentou um projecto para a construção de um bairro operário, a partir da ampliação de um edifício já existente, um palácio situado na antiga quinta dos Viscondes de Lançada, que, em 1881, já teria sofrido alterações para receber a redacção e oficinas do Jornal. Com este projecto de 1905, propôs o aumento de três pisos, a somar aos dois existentes no Palácio. O edifício de 28 metros de altura, com cinco pisos, diferencia-se particularmente dos Pátios e Vilas de Lisboa, no que diz respeito a habitação operária (Teixeira & Matos, 1905). Pelo modo como foi concebido, é um exemplo na relação funcional e social, entre o local de trabalho e o local de habitação. A proximidade entre o local de trabalho e o da habitação reduzem o tempo das deslocações e permitem um controlo sobre os trabalhadores. Ao mesmo tempo “procura criar uma certa dignidade nas habitações colectivas, onde a estrutura deveria ser funcional, económica e simples. Este é um exemplo que procura interligar as vantagens espaciais do “Falanstério” com as preocupações de melhoria das condições

de habitabilidade dos exemplos filantrópicos” (Teixeira & Matos, 1905, p.191). Segundo Teixeira e Matos, apesar de ter sido construído para os trabalhadores do Jornal, foi quase na sua totalidade habitado por estranhos.

O construtor deste empreendimento foi Francisco Tojal, o mesmo promotor, em 1908-1910, da Vila Berta, uma das de maior qualidade ao nível das Vilas de Lisboa.

De 1907 a 1909, foi edificado o Bairro da Estrela d’ Ouro, propriedade de Agapito Serra Fernandes, construído em duas fases. A primeira corresponde às casas destinadas à habitação do proprietário, de concepção mais cuidada, com melhores condições habitacionais, que incluía a Vivenda Rosalina, construída em 1907, constituindo-se como um “Templo Barroco”, separado do restante bairro, com maior volume e complexidade estrutural. A fase seguinte corresponde aos alojamentos destinados aos trabalhadores. Os edifícios eram de dois e três pisos, com acessos através de escadas e galerias exteriores (Teixeira & Matos, 1905).

Em 1902-1910 foi edificado o Bairro Grandela, em S. Domingos de Benfica, com 86 habitações, destinado aos operários das Fábricas Grandela e dos seus Armazéns, da responsabilidade de João Pedro Santos²⁴, empreiteiro ligado a várias obras de grande relevância em Lisboa, como a Penitenciária e os Armazéns Grandela, com a colaboração do arquitecto francês George Damay, em 1903 (Teixeira & Matos, 1905). Foram construídas 86 habitações. O proprietário Francisco de Almeida Grandela construiu duas ordens de casas, com lojas e primeiros andares. Cada casa tinha quatro quartos e instalação sanitária. Além as habitações, foram construídos dois anexos, um destinado a creche e o outro a escola (Matta, 1909).

Este bairro diferencia-se tipologicamente das Vilas de Lisboa, por se constituir numa estrutura mais complexa, numa terminologia mais própria de bairro, além de possuir materiais de melhor qualidade e mais cuidadas preocupações estéticas. Mantém, no entanto, o esquema dos dois pisos e planta baseada num módulo repetível, com escadas exteriores numa das tipologias, de modo a economiza espaço no interior das habitações. O Bairro está projectado perpendicularmente à Estrada de Benfica, com as construções paralelas entre si. Os edifícios de habitação estão dispostos em banda, com vãos abertos segundo o eixo nascente-poente, com dois edifícios com remates neoclássicos, projectados perpendicularmente ao arruamento principal (Teixeira & Matos, 1905).

²⁴ Também conhecido por João Calor.

Entre 1913 e 1917, foi construída a Vila Cândida, propriedade do banqueiro Cândido da Cunha, que deve o seu nome à filha deste. É constituído por um conjunto urbano de 35 edifícios de quatro fogos cada, equipada com uma escola, uma mercearia, esquadra de polícia e posto de bombeiros. Formava, no seu conjunto, uma micro-sociedade quase autónoma. A relevância principal deste bairro é que o seu desenho urbano veio a constituir o modelo para a concepção futura dos Bairros de Casas Económicas em Portugal. Os fogos foram projectados com base na diferenciação laboral, com cinco tipologias de habitação. A concepção do bairro baseou-se nos ideais utópicos de criação de “cidades-jardim” e insere-se na corrente europeia vigente na Europa da primeira metade do século XX e nos “ensaios mais ousados de doutrinas humanísticas e socializantes” (Teixeira & Matos, 1905, p.193), que a tardia industrialização portuguesa demorou a trazer para Portugal.



Figura 19 – Vila Cândida, na Pedra de França, Lisboa. Autor: Arnaldo Madureira, (s.d.).
Imagem: AF\img124\A61573.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/AF/ARM/S02447. Em
Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/Arnaldo Madureira

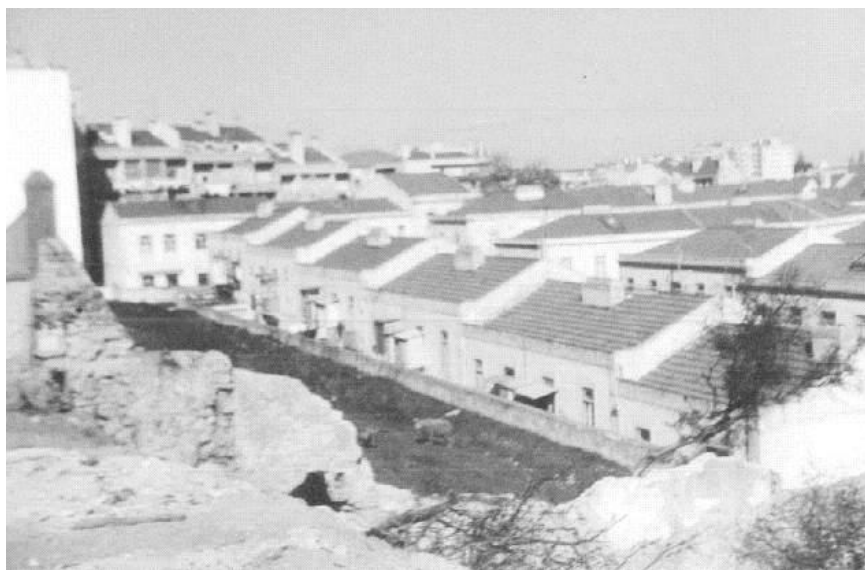


Figura 20 – Vila Cândida, na Avenida General Roçadas, Penha de França, Lisboa. Autor: Arnaldo Madureira, (s.d.). Imagem: AF\img122\A60747.jpg. Código de referência: PT/AMLSB/AF/ARM/S02495. Em Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivos Fotográfico/Arnaldo Madureira

Em Portugal, formaram-se algumas cooperativas e companhias construtoras com o objectivo de promover a construção de habitação para classes indigentes. O objectivo destas sociedades anónimas era a de obter lucros com os empreendimentos imobiliários. O número de companhias construtoras criadas em Portugal não teve comparação com o das criadas noutros países europeus. Temos o exemplo do Reino Unido que, em 1878, contava com mais de 3.000 *building societies*. Só em Birmingham foram construídas, por estas empresas, até ao ano de 1865, cerca de 9.000 prédios, maioritariamente de habitação operária (Rita, 1891, p.62).

Uma das primeiras companhias portuguesas foi a Silva, Esteves, Lopes & C.^a, responsável pela construção, nas ruas da Piedade e Campo de Ourique, de “quatro prédios de andares e trinta e duas casas abarracadas, num pátio com entrada pela Rua da Piedade” (Teixeira & Matos, 1905, p.194).

Em 1873 a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense construiu um pequeno número de habitações para os seus operários, ampliado em 1883, num total de 40 habitações (Rita, 1891). As casas eram de rés-do-chão e primeiro andar e estavam agrupadas em quatro grupos (Matta, 1909).

A Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões, em 1885, foi autorizada a construir habitações para operários na Quinta da Carimba (rua da Fábrica

da Pólvora, em Alcântara), tal como a Companhia de Algodões de Xabregas, com a sua Vila Flamiano (Rita, 1891).

No final do século XIX, em 1890, foi constituída a Companhia Comercial Construtora, propriedade de José Maria da Silva Rosa, com o objectivo “de construir um bairro de casas baratas, onde o operário possa encontrar habitação confortável e higienica, em condições de renda compatíveis com os seus recursos” (Teixeira & Matos, 1905, p.194). As construções, de rés-do-chão e primeiro andar, comportam quatro fogos, cada um com sala, dois quartos e cozinha. Os fogos situados no rés-do-chão tinham um pequeno quintal (Matta, 1909).

A acção desta empresa, muito elogiada pelas autoridades do final do século XIX, começou com a compra de uma quinta, situada no cimo da Calçada dos Barbadinhos, onde, em 1892, construiu um bairro que veio a ser habitado essencialmente por operários da Fábrica dos Tabacos. O novo Bairro dos Barbadinhos era constituído por casas de quatro tipologias diferentes, com edifícios multifamiliares de três, de dois pisos e uma banda, de pequenas habitações térreas, com acesso através de um corredor longitudinal. Nenhuma das habitações possuía instalações sanitárias e rede de distribuição de água. Esta era fornecida por carroças, situação que levou à construção de um chafariz, concluído em 1899. Além das habitações, foram construídas três escolas primárias, espaços comerciais como armazém de géneros alimentícios, uma carvoaria e um barbeiro (Teixeira & Matos, 1905).

No ano de 1883, numa sessão de 15 de Janeiro, foi apresentada à Câmara dos Deputados uma proposta de lei, com a assinatura de Fontes Pereira de Melo e Ernesto Redolpho Hintze Ribeiro com o intuito de suscitar mentalidades para as vantagens das boas condições de higiene e salubridade das habitações económicas. Esta proposta de lei propunha que o governo concedesse, mediante algumas condições e regalias, licença para a constituição de uma empresa que se ocupasse da organização de construções para operários. Esta proposta morreu, no entanto, nas pastas das comissões de obras, fazenda e saúde públicas (Lima & Bastos, 1898).

O Estado também tinha preocupações com o problema da habitação, apesar de a sua actuação nunca se ter mostrado muito eficaz. Guilherme Augusto de Santa Rita refere em 1891, que “Em Portugal (...) muito pouco se tem feito em favor do proletariado no que respeita à sua habitação” (Rita, 1891, p.71).

Até ao final do século XIX, tanto o governo como as Câmaras Municipais não consideravam ser da sua competência a construção de habitações para classes desfavorecidas

ou para operários. As epidemias, com destaque para a peste bubónica e a elevada mortalidade, com especial incidência nas áreas de habitação operária, levam as autoridades a pensar a habitação como uma questão política.

Mais tarde, já no início do século XX, a acção dos governos nacionais e das câmaras municipais privilegiava a construção de bairros económicos. Da sua actuação resultou a construção de habitações para classes “desfavorecidas”, em Lisboa, o Bairro do Arco do Cego, com início em 1919, do Bairro da Ajuda, um ano depois e do Bairro de Alcântara. Também, fora da capital, no Porto, na Covilhã, entre outros municípios por todo o país, criados a partir do Decreto n.º 4137, de Abril de 1918, complementado pelo Decreto n.º 44407, de Junho do mesmo ano, que promovia a construção de Casas Económicas. Estes decretos propunham a habitação unifamiliar como modelo de habitação ideal, mas autorizava a construção de blocos multifamiliares. Vários problemas nos processos de construção levaram à suspensão das obras em todos os bairros, mediante a lei de 5 de Maio de 1922, finalizados mais tarde, já nos anos 30 (Teixeira & Matos, 1905).

Apesar da grande quantidade de vilas construídas por toda a cidade de Lisboa, as condições de habitabilidade mantinham-se muitíssimo precárias. “O médico António de Azevedo, que observou as condições higiénicas de habitação operária em Lisboa, estabeleceu uma certa relação entre a mortalidade causada pela tuberculose e as condições de habitacionais (...)” (Castro, 1971, p.230). Para este médico a relação entre as condições de habitabilidade e a taxa de mortalidade nos bairros de Lisboa ia dos 25%, como no caso do Bairro da Madalena, aos 85% na freguesia de Alfama (Castro, 1971).

Em 1898, Magalhães Lima e Teixeira Bastos referem:

(...) a gente pobre, o proletariado, não encontra casas salubres, alegres e confortáveis.

Percorram-se em Lisboa os bairros onde se preferênciam residem os operários, como, por exemplos a Alfama, esses restos immundos da cidade velha, ou freguesia de Santos-o-Velho, algumas ruas em que se accumula uma parte considerável da população laboriosa; e o que se vê?

*Pocilgas infectas e nauseabundas, sem ar, sem luz do dia, nem as mais simples condições de hygiene, exhalando cheiros deletérios, em ruas estreitas, tortuosas, onde, raras vezes, ou por poucos instantes, entra um raio de sol!
E vive-se alli?*

Vive-se e sofre-se! E o que é mais e muito peor, procria-se! Multiplicam-se as gerações na miséria e no vicio, n'essa aglomeração anti-hygienica e immoral, n'essa quasi promiscuidade suja e degradante. (pp.5-7)

No ano de 1930 foi decretado um Regulamento Camarário em Lisboa a proibir “Vilas” operárias em Lisboa.

No Roteiro de Lisboa, na sua edição de 1979, estavam contabilizadas 350 vilas (Pereira, 1995).

Segundo um inquérito a 407 famílias operárias de Lisboa, no decurso dos anos de 1933 e 1935, elaborado por Manuel Vicente Moreira (1950), constatou-se as precárias condições da habitabilidade das habitações construídas para trabalhadores: das habitações estudadas 43% não têm água canalizada; 7 habitações não têm pia, nem retrete; 69% não têm alimentação de energia eléctrica; 7% não têm iluminação natural no seu interior, 26% dos quartos de dormir não têm qualquer janela; mais de metade das habitações não têm anexos ou espaços de quintal, terraço, pátio ou um simples saguão, em 26,7% dos quartos de dormir dormem três ou mais pessoas; e do inquérito a 617 crianças registou-se que 344, ou seja 55%, não têm cama ou berço próprio.

O Porto foi das cidades portuguesas que mais cresceu com industrialização. De acordo com o primeiro Recenseamento Geral da População de 1864, o Porto tinha 86.761 habitantes. Em 1890, os registos davam-nos 138.860. Em 1910, a cidade já alargava os seus limites com 167.955 habitantes. Em Lisboa, a população variou entre os 163.763 habitantes, em 1864, e os 301.206, em 1890 e em 1900 já contava com 356.009 (Matta, 1909). No município do Porto, tal como em Lisboa, no início do afluxo da população rural de vários pontos do país à procura de melhores condições de vida, as primeiras formas de habitação resultaram da transformação dos antigos casarões burgueses devolutos, para além dos aproveitamentos feitos pelos próprios proprietários que, nas traseiras das suas casas construíam habitações para classes desfavorecidas, de modo a rentabilizar o espaço disponível. Mais, tarde com a saturação dos velhos edifícios do centro histórico e quando a crescente emigração do Porto exigiu uma nova solução para abrigar os trabalhadores, surgiram as ilhas. Estas constituíam uma forma de habitação nova, construída especificamente para operários, à semelhança das “Vilas” em Lisboa.

De acordo com Teixeira (1996), as ilhas não tinham qualquer afinidade com os tipos de habitação anteriores e passaram a ser construídas de forma sistemática no Porto: “As ilhas apresentavam afinidades com o tipo de casas costas-com-costas construídas em muitas cidades industriais britânicas – por exemplo, Leeds, Liverpool, Manchester,

Bradford, Birmingham.” (p.55). Este autor releva a semelhança desta solução com as primeiras formas de habitação operária construídas em Leeds. E, citando Beresford descreve a semelhança entre as soluções praticadas nas duas cidades como “um tipo de pequena casa (que ocupava) qualquer espaço vago ainda existente em pátios interiores, jardins ou quintais nas traseiras das casas que ladeavam as ruas do núcleo antigo da cidade”. Esta descrição podia aplicar-se às ilhas (Teixeira, 1996, pp.55-56).

A curiosidade da semelhança entre estas duas concepções de habitação operária é que acontece em dois locais onde o nível de desenvolvimento foi completamente diverso, em que o do Porto foi tardio e débil e o de Leeds fulgurante, à semelhança de várias cidades inglesas, e com uma diferença cronológica de cerca de um século.

Segundo um estudo de 10 ilhas feito em 1914 (Teixeira, 1996, p.57), 68% da sua população era constituída por trabalhadores industriais, entre eles, artífices, operários fabris (que apenas representavam 6.5%) e assalariados ao domicílio. Os restantes 32% eram constituídos por polícias, soldados, lavadeiras, empregados de comércio e outros empregados mal remunerados.

As ilhas eram fruto do investimento de pequenos comerciantes e pequenos industriais de capitais limitados. O investimento inicial era reduzido, com rendimentos a curto prazo. As construções eram de qualidade muito fraca, com custos muito limitados, quase sem despesas de manutenção, os terrenos implantavam-se em zonas desprivilegiadas, de baixo custo ou mesmo nulo, quando eram erigidas nos terrenos das suas residências (Teixeira, 1996).

Em 1905, existiam 233 pátios em Lisboa, num total de 2.278 habitações, habitadas por 10.487 pessoas. No Porto, na mesma altura, existiam 1.048 ilhas, com 11.129 casas e cerca de 50.000 pessoas. Podemos registar que, com menos de metade da população (o Porto tinha 167.955 habitantes e Lisboa 356.009), o Porto tinha cinco vezes mais pessoas a habitar este tipo de habitação operária. Lisboa, evoluiu para outras formas de habitação, as Vilas, enquanto o Porto se manteve fiel à forma de habitação das classes trabalhadoras das ilhas (Teixeira, 1996).

Na segunda metade do século XIX, o Porto vivia um clima de euforia industrial que atraiu à cidade populações rurais vindas do Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Beira Alta, em analogia com situações vividas noutros países e noutros locais de Portugal, à procura de melhores condições de vida.

A excedente procura de habitação e a degradação da vida urbana levou os trabalhadores a procurar alojamentos mais baratos. Esta procura fez proliferar aglomerados de

construções abarracadas. O mercado de arrendamento constituía um atractivo negócio para pequenos proprietários, que, com pouco investimento, viram nas ilhas um garante de retorno a curto prazo para os investimentos, com lucros significativos.

Na cidade do Porto, no final da década de 1870, iniciou-se a construção do Bairro Herculano, que se prolongou até à década seguinte. Dez anos depois, já se encontravam concluídas 70 habitações e em 1886 já contava com 129 de várias tipologias, de um e dois pisos, com alguns equipamentos associados, como um pequeno jardim, tanques para lavagem de roupa, uma mercearia e uma capela. As casas encontravam-se dispostas costas-com-costas, num total de treze quarteirões separados por sete ruas interiores. Este bairro, “localizado na zona oriental do Porto, (...) é outro exemplo de uma grande ilha construída nas décadas finais do século XIX, e destinada a proporcionar melhor qualidade de alojamento que a maior parte das ilhas do Porto” (Teixeira, 1996, p.331). A construção do Bairro do Herculano, a cargo de Manuel Lopes Martins, tinha a intenção de servir uma classe trabalhadora de melhores recursos económicos, vindo a tornar-se numa residência aceitável para as classes médias baixas do Porto (Teixeira, 1996, p.354).

Na primeira década do século XX, dá-se início à implementação da rede de saneamento básico na cidade e o jornal *O Comércio do Porto* desenvolve, em conjunto com a Câmara Municipal, um esforço para a construção de uma solução de habitação operária alternativa às ilhas. O primeiro bairro foi construído no Monte Pedral, com grupos de quatro e duas casas independentes, com dois andares e com quintal. O rés-do-chão era constituído por uma sala de trabalho, quarto e cozinha com saída directa para o quintal e retrete, de acesso exterior. O primeiro andar tinha dois quartos e arrecadação no vão do telhado. Em cave, uma casa de banho. O segundo bairro inaugurado foi o de Lordelo do Ouro, constituído por um grupo de 29 casas “nas melhores condições higiénicas” (Matta, 1909, p.119). O terceiro bairro, o do Bonfim, inaugurado em 2 de Junho de 1904, compreende 32 casas, em grupos de quatro, com instalações sanitárias exteriores, contando cada uma com um quintal. Eram constituídas por uma sala de estar, cozinha, sala de jantar e dois quartos (Matta, 1909).

O industrial António Marinho, proprietário da Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto, no Porto, edificou, no Campo Alegre, um conjunto de 22 casas, com três compartimentos e cozinha no rés-do-chão e mais dois no primeiro andar (MOP, 1912).

A partir da década de 1940, as autoridades, numa tentativa de higienização da cidade, de forma a prevenir a ocorrência de surtos epidémicos, empenharam-se na demolição

progressiva das “Ilhas” do Porto, com realojamento das famílias em bairros sociais, afastados do centro. Este esforço foi em vão. Ainda hoje existem algumas.



Figura 21 – Entrada de ilha na Rua do Alto, freguesia de Paranhos, Porto. O acesso faz-se através de um típico corredor estreito, (2009). Foto do autor.



Figura 22 – Vista da mesma ilha na Rua do Alto, na freguesia de Paranhos, Porto, (2009). Foto do autor.



Figura 23 – O estreito corredor de acesso, nas traseiras da referida ilha, com casas costas com costas, situada na Rua do Alto, na freguesia de Paranhos, Porto, (2009). Foto do autor.



Figura 24 – Entrada da ilha da Fábrica das Fechaduras, Bairro da Póvoa, Porto, (2009). Foto do autor.



Figura 25 – Corredor de acesso à ilha da Fábrica das Fechaduras, Bairro da Póvoa, Porto.
Esta ilha foi construída de raiz para esta unidade fabril, (2009). Foto do autor.



Figura 26 – Arruamento de ilha junto à Av. Fernão Magalhães, freguesia de Bonfin, Porto.
Podemos ver ao fundo a chaminé da fábrica, num ambiente declaradamente fabril, (2009). Foto do autor.

Em Coimbra, em 1898, foi construído o Bairro Operário do Bispo-Conde,²⁵ mandado construir por Dr. Manuel Bastos Pina, localizado na Quinta do Alto de Santa Cruz, entre o edifício do novo matadouro e Montes Claros, num terreno de 5.200 m² (Carvalho, 1962).

O projecto do bairro ficou a cargo do Sr. Monteiro de Figueiredo, incumbido de elaborar uma planta de 16 parcelas, 15 por conta do Sr. Bispo-Conde para construir outras tantas casas e uma por conta da Rainha D. Amélia, com a finalidade de implantar uma escola, a localizar no centro do bairro. O destino das casas era o de albergar as famílias de operários pobres, mediante uma renda insignificante, pelos seus merecimentos artísticos e comportamentais, que se tornassem dignos do benefício (Carvalho, 1962).

Na atribuição das “habitações espaçosas, confortáveis e de higiene” (Carvalho, 1898), havia preferência para as famílias com mais filhos menores ou pessoas a cargo, impossibilitadas de trabalhar, que evidenciassem melhor comportamento religioso e moral e que fossem bons chefes de família, mais fiéis, zelosos e inteligentes no trabalho e mais necessitados.

Os seus ocupantes foram operários e artesãos livres.²⁶ Neles se contavam, entre outros, um barbeiro, um serralheiro, um sapateiro, um trabalhador rural, uma tecedeira, um carteiro, um serrador, um tipógrafo, um marceneiro e um fabricante de borracha (Carvalho, 1962).

O bairro era constituído por uma fileira de casas em banda, com 3 vãos para a frente, a porta e duas janelas, com bandeira encimada por cantaria de pedra e decoradas com soco. A telha era cerâmica, de canudo. Além da escola e das casas, foi construída uma capela, em honra a Nossa Senhora de Lourdes.

²⁵ Na obra de José Branquinho de Carvalho (1962), este refere erradamente, na nossa opinião, que este Bairro Operário “Bispo-Conde” terá sido o primeiro bairro operário construído em Portugal.

A propriedade das habitações era sob o regime de direito de superfície por 19 anos, findos os quais a sua posse reverteria a favor da Câmara municipal de Coimbra, o que não impediria que os operários lá permanecessem, a pagar uma renda de 9\$600 réis, mas que, na sua inauguração foi fixada em 800 réis.

As propostas para a construção das casas foram entregues através de carta fechada, entregue na repartição de Obras dos Paços do Concelho. A base de licitação foi de 4 contos e 500 mil réis.

²⁶ Segundo Carvalho (1962.), o bairro operário destinava-se a criar habitações para albergar a população de operários livres e artífices do concelho, sem, no entanto, estar ligada a qualquer unidade industrial.

O bairro foi inaugurado no Natal de 1898, com as primeiras 12 casas a serem entregues à população. As restantes 3 ficaram prontas em Fevereiro de 1899 (Carvalho, 1962).



Figura 27 – Bairro Bispo-Conde, Coimbra, s.d. Fonte:
www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=5



Figura 28 – Bairro Bispo-Conde, Coimbra. s.d. Fonte:
www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=764154&page=5

Com o falecimento do Bispo fundador, D. Manuel Bastos Pina, a 19 de Novembro de 1913, o núcleo habitacional passa para a posse e administração da Câmara Municipal.

Em Coimbra foram ainda criadas as habitações operárias do Convento do Carmo, próximo de Santa Clara.

Na Covilhã construíram-se habitações operárias, consideradas como das mais importantes do país, apesar da fraca condição de habitabilidade que as casas ofereciam (MOP, 1912).

Em Castelo Branco foi levado a efeito um bairro operário, com uma correnteza de casas, para a Fábrica de Rolhas e Pranchas de Cortiça, de Herdeiros de José Lopes Burgos (MOP, 1912).

No concelho da Guarda, a empresa proprietária da Fábrica de Lanifícios de Patrício e Balsemão, Lda., concluiu um grupo de 5 casas, com rés-do-chão e sótão (MOP, 1912).

Por volta de 1850, com o início dos trabalhos de implantação do troço ferroviário ao Sul do Tejo e respectiva estação fluvial, milhares de pessoas começaram a afluir ao Barreiro em busca de melhores condições de trabalho e de vida. O caminho-de-ferro tornou-se um forte atractivo laboral, gerando fluxos migratórios provenientes do Alentejo, Algarve e da região das beiras, que se misturam com a população residente constituída maioritariamente por pescadores, moleiros e outras actividades ligadas ao rio.²⁷ O Barreiro começou a desenvolver-se no início do século XX, quando Alfredo da Silva decide transferir para lá parte das fábricas de Alcântara. Este local era conveniente para aproximar a indústria das fontes de enxofre e pirites alentejanas, e facilitada pelos meios de transportes fluviais e ferroviários existentes, além de ter um ponto estratégico de fácil acesso dos adubos produzidos para um Alentejo pujante de agricultura. O crescimento do Barreiro, como concelho suburbano de maior taxa de crescimento populacional das primeiras décadas do século XX, deveu-se, em grande parte à expansão do grupo Companhia União Fabril (CUF), como um forte impulsionador de fluxos migratórios (Salgueiro, 1992). Em 1908, inicia-se a construção do bairro da CUF, em Santa Bárbara, localizado em pleno coração fabril, junto à antiga estrada do Lavradio. O bairro para operários contava com 312 fogos, “numa tipologia em bandas paralelas, semelhantes a muitos outros em uso nessa época” (Salgueiro, 1992, p.264). O objectivo de Alfredo da Silva era fixar os trabalhadores junto ao local de trabalho.

²⁷ www.cm-barreiro.pt/pt/conteudos/municipio/historia/patrimonio+industrial

Entre 1909 e 1927, ficam concluídas as moradias da Rua dos Óleos, Rua do Ácido Sulfúrico, Rua dos Superfosfatos, Rua do Dinheiro, Rua da Juta e as Travessas da Glicerina, da Oleína, da Estearina, da Pirite e do Azeite de Oliveira²⁸⁻²⁹. As tipologias variam entre as moradias com três divisões com e sem quintal; as de quatro divisões com e sem quintal; de primeiro andar, as com cinco divisões, com saguão e as de seis divisões, com saguão (Castro, 1971).

Além das habitações, foram construídos alguns equipamentos de carácter social destinados aos operários, como o lavadouro público, junto ao depósito de água privativo, os balneários, a despensa ou mercearia, o armazém, a carvoaria, a moagem de trigo e a padaria, a academia recreativa e musical, a primeira escola primária, para crianças de ambos os sexos, inaugurada em 1927, e o *chalet* do director. Esta parte do bairro já não existe actualmente (Castro, 1971).

A partir de 1932 o bairro é ampliado. A CUF adquiriu os terrenos envolventes do Alto de Santa Bárbara e, após a demolição da capela lá existente dá início ao alargamento do bairro. Foram construídas as moradias para o pessoal técnico e dirigentes, além de blocos para operários. Esta zona fica conhecida como o Bairro Novo, que abarca a Rua da Companhia União Fabril, a Rua Dalton, a Rua Berthelot, a Rua Liebig e a Rua Lavoisier.

A atribuição das habitações era um método selectivo para fixação de mão-de-obra mais qualificada e de marcar uma diferenciação entre o pessoal. Para os trabalhadores indiferenciados restavam as vilas e os pátios particulares, situados no Bairro das Palmeiras ou Bairro da Folha, no Alto dos Silvedos, no Alto do Seixalinho, entre outros, com condições de habitabilidade mais precárias (Castro, 1971).

O Bairro da CUF enquadra-se na tipologia de construções para operários, na primeira metade do século XX. As moradias eram dispostas em banda, com um só piso, organizadas em quarteirões, com algumas variações ao nível da decoração de fachadas e dos quintais.

As moradias do pessoal técnico eram geminadas ou isoladas, com dois pisos ou mais, e grande variação no que diz respeito aos vãos e aos elementos decorativos das fachadas (Castro, 1971).

²⁸ A toponímia do bairro estava relacionada com os produtos produzidos nas fábricas. Mais tarde, com as ampliações efectuadas no bairro, adoptaram-se nomes de figuras ligadas à física e química.

²⁹ www.cm-barreiro.pt/pt/conteudos/municipio/historia/patrimonio+industrial

Esta parte do bairro permanece actualmente, de onde sobressaem a torre do relógio e os edifícios da Casa da Cultura e do Clube de Empresas. A maioria das habitações é ocupada por empresas de comércio e serviços.

Em 14 de Julho de 1935, foram inauguradas as primeiras 20 moradias do Bairro Ferroviário do Palácio do Coimbra, no Barreiro, com a presença do Ministro das Obras Publicas, Eng.º Duarte Pacheco. Era objectivo da Companhia de Caminhos-de-Ferro Portugueses atrair e fixar pessoal, oferecendo condições de estabilidade familiar e de emprego às famílias dos seus trabalhadores. Com esta perspectiva, a empresa construiu diversos bairros instalados nos centros ferroviários mais importantes, como era o caso do Barreiro.

Em 1958 o bairro foi ampliado com mais 3 moradias, totalizando 23 (Castro, 1971). Tipologicamente o bairro distribui-se em blocos de 2 moradias unifamiliares de um único piso, com um pequeno quintal. Havia duas concepções de habitações que reflectem o estatuto profissional do morador, as destinadas ao “pessoal graduado” e as destinadas ao “pessoal braçal”, que apresentavam variações no que diz respeito à organização interna do espaço, à decoração das fachadas e do acesso à habitação. As moradias do “pessoal graduado” têm a entrada projectada à Rua da Bandeira, na fachada principal e outra no quintal. As portas são de madeira, colocadas ao centro, ladeadas por duas janelas. O acesso faz-se através de uma pequena escada de 4 degraus em pedra calcária. Lateralmente foram colocados dois canteiros de flores. Os vãos da porta e das janelas são rematados por um friso de alvenaria pintado em tons que se repetem na parte inferior do edifício. Interiormente a habitação é constituída por três divisões e uma casa de banho. A casa do “pessoal braçal” é mais simples na decoração. Na fachada encontramos apenas uma porta e uma janela. O acesso ao edifício faz-se pelo tardo da habitação. O espaço divide-se em três compartimentos, com uma casa de banho no exterior.

Em 1959 foram construídas mais 16 moradias no exterior do Bairro, junto ao Palácio do Coimbra, e em 1964, mais 5, junto à antiga Ponte do Seixal, totalizando 44.³⁰

Ainda no início do século XX, no Entroncamento, fora dos principais centros urbanos foram edificados bairros operários, como são os casos das casas construídas para albergar os trabalhadores da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro do Entroncamento (Azevedo, 1905).

³⁰ www.cm-barreiro.pt/pt/conteudos/municipio/historia/patrimonio+industrial

Em Tomar, foi edificado um pequeno bairro para a Fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos de Tomar e dois em Setúbal (Alves e Baptista). Também na Mina de S. Domingos foram erigidas casas para operários.³¹



Figura 29 – Minas de S. Domingos. Conjunto de casas e arruamento, (2008). Foto do autor.



Figura 30 – Minas de S. Domingos. Conjunto de casas e arruamento, (2008). Foto do autor.

³¹ www.cm-barreiro.pt/pt/conteudos/municipio/historia/patrimonio+industrial



Figura 31 – Minas de S. Domingos. Conjunto de casas com quintal, (2008). Foto do autor.



Figura 32 – Minas de S. Domingos. Pequena casa, (2008) Foto do autor.

A Fábrica de Cimento Lis, na Maceira, que Manuel Vicente Moreira referiu como das melhores que conheceu no nosso país, teve a sua construção iniciada em 1923 e em 1943 já alojava gratuitamente 750 indivíduos. Para isso erigiu 134 habitações, uma caserna com 28 alojamentos e 159 casas para arrendar (Moreira, 1950).

Em 1936, a Fábrica de Cimentos Tejo, em Alhandra, concretizou 52 habitações para operários, acabadas em 1939. São constituídas por quatro divisões, instalação sanitária e casa de banho.

A Fábrica de Cimentos “Cecil”, no Outão, construiu, em 1938, no local dos Curralinhos, 38 moradias próximas da fábrica, com quatro e cinco divisões, com casa de banho (Moreira, 1950).

No Algarve, província onde existiram, durante a primeira metade do século XX, algumas cidades industriais de relativo relevo no contexto nacional, foram implantados alguns bairros operários. Uma região onde a condicionante marítima foi sempre um factor determinante para o seu desenvolvimento, viu crescer bairros de pescadores em quase todas as localidades junto à sua costa, como são os casos de Albufeira, Lagoa (Ferragudo), Loulé (Quarteira), Olhão, Portimão e Vila Real de S. António.

Em Lagos foi edificado um bairro operário para a Fábrica de conservas de peixe de S. João. No concelho de Tavira, no âmbito da indústria conserveira e das actividades piscatórias, foi implantado um conjunto de intervenções urbanísticas e arquitectónicas para habitação de pescadores, armazenamento das armações de pesca e arraiais, localizados no núcleo urbano de Tavira, junto ao Rio Gilão. Além deste foram construídos outros em Cabanas, Santa Luzia e nos areais da Ria Formosa.

Vila Real de Sto. António, como centro de relevo nesta actividade, também acusa a existência de um bairro operário e um de pescadores.

No que diz respeito à indústria corticeira, os maiores centros industriais do Algarve foram Silves, S. Brás de Alportel e Loulé. Em Silves foram construídas habitações para operários, ligados à empresa Corticeira Amorim, localizada em Algoz.

No concelho de Loulé, existe um bairro operário, o bairro Municipal de Loulé, cuja criação data dos anos 50, além do já referido bairro de pescadores na freguesia de Quarteira.

Um dos mais bem concebidos complexos operários do Algarve foi o Arraial Ferreira Neto, um dos poucos testemunhos arquitectónicos de instalações de apoio à pesca do atum em toda a costa algarvia. Este conjunto veio substituir as instalações anteriores existentes na Praia do Medo das Cascas, na ilha de Tavira, destruído pelo mar, em 1943. Este facto levou a Companhia de Pescarias do Algarve à sua construção que teve início nesse mesmo ano, da responsabilidade do Eng.º Sena Lino, tendo sido concluído em 15 de Agosto de 1945. Na inauguração esteve presente o então Sub-Secretário de Estado das Corporações, Dr. Castro Fernandes.

Em termos construtivos o arraial apresenta uma estrutura idêntica a uma pequena fortaleza, murada em volta, acessível através de duas portas, que serviam de separador entre a parte habitacional e de industrial. Neste bairro piscatório habitavam cerca de 500 pessoas. As habitações estavam divididas em 4 tipologias, tipos A, B, C e D, em função do número de quartos, de 2, 3, 4 e 4 com maior área, respectivamente. Além dos quartos tinham uma sala (casa-de-fora) e cozinha. A de tipo D tinha uma instalação sanitária e um alpendre.

Além das habitações, oficinas, armazéns e edifício administrativo, o conjunto urbanístico era constituído por uma escola, uma capela, um posto médico, balneários para pescadores e familiares, sanitários públicos separados por géneros e um forno comunitário. As habitações não tinham casas de banho, mas o complexo estava dotado de rede de esgotos e cinco cisternas com a capacidade de 150.000 litros de água cada uma.

Em 1975, a Companhia das Pescarias do Algarve arrendou a parte habitacional do complexo à Câmara Municipal de Tavira para alojamento de 60 famílias, na maioria retornadas das ex-colónias ultramarinas. Depois de alguns anos de abandono, foi recentemente transformado num hotel turístico.

2. O Bairro Operário de Portimão

O concelho de Portimão foi sempre um local privilegiado, tanto na sua situação geográfica, junto ao mar e com ligação directa com o interior rural do Algarve, o que facilitou que se tornasse um forte entreposto para fixação de comerciantes e industriais, desde os tempos mais remotos da civilização, até aos dias de hoje, como nas suas condições climatéricas, tendo vindo a tornar-se num importante ponto turístico, já nos anos mais recentes.

A indústria conserveira, desde a Antiguidade até aos anos mais recentes, condicionou o seu quotidiano e a sua identidade. Esta actividade, em simultâneo com a pesca, foi, desde sempre, a actividade mais característica desta região, o que levou que Portimão fosse considerada uma terra de mareantes e pescadores, para o qual a proximidade ao mar foi um factor determinante. Estas condições tiveram como consequência um forte afluxo de população vinda de todo o Algarve e até de outros pontos do país, que se fixou na cidade e se tornou parte da sua história.

Além de um importante porto de pesca, teve também um fulgurante porto comercial, de onde partiam as produções agrícolas dos meios rurais circundantes, tanto para outros pontos de Portugal, como para exportação internacional.

E, quando a indústria conserveira entrou em declínio, mais uma vez o mar foi factor fundamental para a vida económica e social da cidade. O surgimento do turismo balnear, favorecido pelo clima ameno e agradável, passou a ser a actividade de eleição para que Portimão continuasse a ter a sua história ligada ao mar.

2.1. A História

A fundação de Portimão remonta ao séc. XV, quando D. Afonso V, em 8 de Agosto de 1463, doou o território para fundação de uma nova povoação que se chamaria inicialmente São Lourenço da Barrosa (Ventura & Marques, 1993). A sua situação geográfica privilegiada levou a que se desenvolvesse rapidamente e que ganhasse autonomia sendo desanexada do termo de Silves. A sua grande actividade económica, com a indústria naval, a pesca e o comércio marítimo, atraía mercadores de outros locais.

Em 1465 é doada a um fidalgo, membro de uma importante família algarvia, Rui Afonso de Melo. Em 1476, já elevada a vila, foi doada a D. Gonçalo Vaz de Castelo Branco, com a designação de Vila Nova de Portimão. Em 1504 D. Manuel outorgou-lhe foral próprio (Ventura & Marques, 1993).

As potencialidades do rio e do mar, foram factores determinantes para o desenvolvimento da vila. As actividades económicas cedo se revelaram. Em 1483, D. João II doou a D. Gonçalo Vaz de Castelo Branco as salinas nos sapais do rio. Estas permitiram a conservação de pescado para exportação.

A construção naval foi uma das actividades de maior relevo. No foral de 1504 houve um incentivo a esta actividade, com a isenção da dízima. No porto registava-se grande actividade com a exportação de produtos locais como figos, azeite, vinho, esparto, vassouras, peixe, cortiça e até comércio das colónias, como escravos e açúcar (Ventura & Marques, 1993).

O crescimento económico levou o Marquês do Pombal a reforçar a importância e a elevá-la à categoria de cidade. Quis torná-la sede de bispado. Foi cidade por um curto período de tempo, com o alvará publicado 20 de Fevereiro de 1777 (Lima, 1940). Nunca foi sede de bispado. Convulsões políticas ligadas ao falecimento de D. José e do afastamento do Marquês do Pombal, por D. Maria I, levou a que voltasse a ser vila. Continuou, no entanto, a ter uma vida económica de relevo.

Nos séculos XVII e XVIII deu-se uma crise generalizada por todo o país, tal como no Algarve e, conseqüentemente, em Portimão. Havia falta de alimentos, o comércio e a pesca decaem e as populações diminuem. O terramoto de 1755 veio reforçar esta situação. Arrasa parcialmente a vila e esta tarde se recompôs da tragédia. Tal como escreveu o Padre Luís Cardoso Antt, “Foi esta vila uma das terras, que neste reino do Algarve, mais padeceu no terramoto do primeiro de Novembro de 1755 (...)” (Antt, 1758, p.1623).

Mais tarde, ainda no século XVIII, a economia renovou a esperança em anos melhores, com a actividade portuária a florescer com uma alfândega de importância crescente, tal como a actividade piscatória que conheceu uma forte recuperação, lançando amarras para o futuro.

Considerada a primeira cidade do Algarve, no século XIX, e o segundo porto comercial, a seguir ao de Vila Real de Sto. António, foi elevada a cidade em 1924, pela mão de Manuel Teixeira Gomes, presidente da Republica de Portugal, natural de Portimão (Antt, 1758).

O seu desenvolvimento foi intenso com o incremento da sua economia, com as indústrias conserveiras e, no final do século XX, uma proveitosa indústria hoteleira.

2.1.1. A emergência da indústria conserveira em Portimão

A proximidade do mar foi, desde sempre, factor determinante para a fixação de populações e de actividades a si ligadas, tanto por razões de subsistência das populações, como pela necessidade de criação de excedentes por objectivos mercantilistas.

Com a passagem da civilização romana pelo concelho de Portimão as actividades piscatórias ganharam importância. Há vários registos e vestígios que atestam da existência de oficinas de salga, o *salsamentum* e conserva de pescado, não só em Portimão como por todo o Algarve.

Mesmo antes da introdução de técnicas mais inovadoras por parte dos romanos, já estas actividades eram conhecidas por todo o Algarve, como, por exemplo, a produção do *garum*, especiaria gastronómica à base de peixe, muito apreciada por toda a Europa. Esta foi conhecida pela primeira vez através dos Fenícios. Este *garum* foi, até ao século XIX, um dos principais produtos exportados por Portimão.

No século XIX, a privilegiada posição geográfica de Portimão foi fundamental para a implantação de alguns industriais estrangeiros, que promoveram novos métodos de conservação de pescado. Um dos primeiros, um industrial de nacionalidade espanhola, implantou uma unidade fabril, adoptando o denominado método catalão ou valenciano, que consistia na salga de sardinha e extracção de azeite por prensa, que permitia a obtenção de vários molhos, assado ou frito em escabeche, o que deu origem aos “fritos”³² de Portimão (Duarte, 2003).

Deu-se, no final do século XIX, uma proliferação de fábricas de conservas de peixe junto ao rio Arade, que beneficiavam das condições topográficas e hidrográficas privilegiadas do seu porto.

As fábricas, inicialmente rudimentares, foram, ao longo do tempo, substituídas por outras mais organizadas e de maiores dimensões.

³² O “frito” era um processo antigo de conservação de sardinha que consistia em fritá-la, após descabeçada. Este processo era muito moroso e dispendioso, factor que levou à sua substituição pela cozedura a vapor.

Em 5 de Julho de 1892, ter-se-á dado um ponto de viragem na indústria conserveira de Portimão com a instalação da fábrica de S. José. O seu proprietário, João António Júdice Fialho, o maior industrial conserveiro, não só da cidade, mas também da Península Ibérica, veio dar início a uma nova fase da industrialização de Portimão.

Em 1901, o industrial António Feu Marchena fixou-se em Portimão, substituindo uma unidade industrial existente, o “frito” de Rudolfo Torrens, localizado na estrada da Rocha, junto ao convento de S. Francisco, nome que viria a adoptar, em 1902, para a sua fábrica (Duarte, 2003).

Segundo o mesmo autor, a actividade conserveira teve grande desenvolvimento nesta altura em todo o país, a ponto de a exportação nacional de sardinhas de conserva desde 1889 até 1904 ter triplicado, passando de 7871 a 23788 toneladas, sempre em ritmo crescente (Duarte, 2003).

A crise piscatória em França, em 1902, veio a impulsionar esta indústria em Portugal. Em 1905, um quarto da pesca nacional provinha dos portos algarvios (*idem*).

Esta actividade empregava, entre 1910 e 1914, cerca de 1300 homens na pesca da sardinha, só em Portimão (Ventura & Marques, 1993). Em 1904, circulavam no rio Arade cerca de 241 embarcações de pesca e em 1957 já eram 844, sendo 660 à vela e remos e 184 a motor. Nesta altura Portimão era o primeiro porto do Algarve e o terceiro a nível nacional (Duarte, 2003).

O parque industrial conserveiro portimonense, ligada a grandes industriais, foi sempre exemplo de grande investimento e modernidade, tendo nos industriais Fialho e Feu dois grandes impulsionadores e chegou a ser o mais moderno e tecnologicamente mais avançado do país. A organização empresarial promovida por estes dois empresários tornou-se exemplar. Ambos promoveram uma estratégia de auto-suficiência com unidades de produção verticais. Detinham todos os pontos do processo de fabrico, desde a captura do pescado, possuindo uma frota de pesqueira e de transporte, com estaleiro privado, o processamento das conservas, fabrico das latas, desde a lata até à chave de abertura desta. Estes dois industriais controlavam a produção e o mercado.

A primeira grande guerra veio a trazer um aumento de produção na indústria conserveira a nível nacional, consequência do aumento da procura de mercados como o da Grã-Bretanha e França. Portugal, em 1915, era o primeiro produtor de conservas a nível mundial, cabendo ao Algarve a responsabilidade de 55% da produção nacional de conservas de sardinha. Este aumento da procura veio favorecer a instalação de pequenas

unidades industriais por todo o território do Algarve. Cerca de dois terços da população vivia desta actividade (Ventura & Marques, 1993).

A abundância de peixe e a organização da actividade industrial, em que os maiores industriais eram, ao mesmo tempo, os maiores armadores, favoreceu que Portimão fosse uma das localidades de indústria de maior importância do Algarve.

“O crescimento urbano, determinado pela implantação das unidades fabris e pela extensão das principais vias de comunicação, alterou o aspecto da cidade, assim como os seus modos de vida.” (Ventura & Marques, 1993, p.181).

Esta indústria veio a favorecer o surgimento de uma elite social que, para além do poder económico, passava a ter também algum pendor político. A sua actuação veio marcar profundamente uma cidade e uma região, marcando socialmente o espaço de influência, a identidade de um povo e as suas memórias colectivas. Foram, ao mesmo tempo, mentores de vontades políticas, contribuindo para a acção histórica de uma comunidade, com decisões que tiveram influência no próprio tecido urbano, tendo em conta que, em conjunto com o poder político, tiveram uma actuação preponderante, com a criação de bairros operários, quase auto-suficientes, que ainda hoje existem. Com esta actuação granjearam reconhecimento social e político.

Em Portimão existiram famílias importantes na indústria conserveira. Vários nomes ficaram ligados à cidade e para sempre farão parte da sua história.

Dos industriais de maior relevo podemos relembrar alguns, como João António Júdice Fialho, o mais bem sucedido, mesmo considerado um dos maiores conserveiros do país. Nasceu em Portimão em 17 de Abril de 1859 e desde cedo os seus dotes de empresário previam grandes sucessos. Faleceu em Lisboa em 16 de Março de 1934 com cancro na próstata, deixando grande pesar na população de Portimão.

Outros nomes tiveram relevo na vida industrial conserveira em Portimão, dos quais podemos referir António do Carmo Provisório, Francisco d' Almeida de Bivar Weinholtz, Jerónimo Negrão Büisel, João Francisco Leote, António Júdice Magalhães de Barros, José Severo Ramos, José Pereira Mimoso, Francisco Alvo Júnior, João Josino da Costa, António Ramos, Tomás Henrique Leiria Pinto, Manuel Gaspar Patrocínio, António Pacheco Teixeira Gomes, a família Mendes, António Taquelim da Cruz, a família Tavares e de entre outros, Cayetano Feu Marchena.

Apesar de já se conhecerem referências da existência da casa da família Feu ligada às actividades piscatórias em 1878, foi 1889 a data da fundação da sociedade “Feu Hermanos”. Os fundadores foram os irmãos Manuel Feu Casanova e António Feu Casanova,

que pretendiam desenvolver os negócios de seu pai Manuel Feu, o precursor das actividades industriais ligadas ao mar (Marques, 1999).

A expansão da sua actividade levou a que instalassem fábricas fora do país de origem, Espanha, iniciando a laboração em Portugal, com a criação de três fábricas em Portimão, Olhão e Porto Brandão, além das que possuíam em Espanha, já com a razão social de “Sociedade Regular Colectiva Feu Hermanos de Ayamonte” (Marques, *op.cit*).

Em 1904, com a morte de António Feu Casanova, são os seus filhos, António Feu Marchena e Cayetano Feu Marchena, que herdaram metade da empresa de conservas, os grandes dinamizadores da fixação e dinamização da actividade industrial da pesca e das conservas em Portugal.

Os dois irmãos adquirem uma frota de pesca, garantindo desse modo o fornecimento de matéria-prima às unidades industriais, com o objectivo de lhe proporcionar uma laboração regular. A frota era, inicialmente, constituída por três vapores, também chamados de cercos, e quatro embarcações de transporte de pescado.

António Feu Marchena estabeleceu-se em Portimão e passou a representar os negócios da família em Portugal. Cayetano Feu Marchena continuou em Ayamonte. Em 1912 tornou-se alcaide desta localidade por dois anos, tendo revelado excepcionais qualidades de gestão e organização.

A morte prematura de António Feu Marchena, aos 30 anos de idade, vítima de síncope cardíaca, fez de Cayetano Feu Marchena, aos 19 anos de idade, nascido em Ayamonte em 1882, único representante dos negócios da família Feu em Portugal, que veio a estabelecer-se em Portimão (Duarte, 2003).

Com a Grande Guerra, a crise instalou-se na Europa, mas impulsionou a procura de conservas. Este incremento provocou o aumento do número de fábricas e um encarecimento da matéria-prima.

A visão de Cayetano Feu, que, para fazer frente a estes factores, procurou deter todo o processo de produção da sua actividade, aumentou a frota pesqueira, construiu um estaleiro naval, oficinas de vazão para o fabrico de embalagens, oficinas de manutenção, etc. Adquiriu, ainda, duas novas fábricas, uma na Mexilhoeira da Carregação, no concelho de Lagoa e outra em Setúbal.

As conservas saídas das fábricas “Feu Hermanos”, principalmente as famosas conservas de sardinha “La Rose”, tiveram grande prestígio por toda a Europa, nomeadamente na Suíça Alemanha, Bélgica e França (Marques, 1999).

O decreto 15360, de 14/04/1928, que proibia a estrangeiros a propriedade de navios mercantes ou de pesca, forçou Cayetano Feu Marchena a recorrer a colaboradores de nacionalidade portuguesa. Um muito dedicado foi José de Sousa Cale (Marques, 1999).

Nesse ano, a 15 de Março, a firma “Feu Hermanos” acaba em Espanha e separa-se definitivamente da parte espanhola, transferindo-a para familiares, e passa a operar somente em Portugal.

A mão-de-obra, maioritariamente composta por elementos femininos, era recrutada no próprio concelho e nos limítrofes. Os salários eram baixos, contudo ao nível dos das outras fábricas do ramo. O trabalho era precário e dependia, em grande parte, das quantidades de pescado existentes. Havia, no entanto, o chamado “Pessoal do Quadro” (Marques, 1999) que tinha a garantia de, pelo menos, dois dias de trabalho semanais.

As preocupações sociais de Cayetano Feu Marchena levaram-no a proporcionar um sistema de reformas aos seus trabalhadores em Portimão (Duarte, 2003). Além de que vendeu terrenos, por um valor simbólico, para a construção de um bairro operário, em colaboração com a edilidade local.

Pediu a nacionalidade portuguesa nos anos 20, mas esta só lhe foi concedida em 1930. A Associação Comercial e Industrial de Portimão reuniu os mais altos representantes dos poderes políticos locais e regionais, num banquete a comemorar este facto.

Adepto de regimes autoritários e da ordem assume-se como franquista, ajudando o regime nacionalista de Franco na Guerra de Espanha. A elite conserveira do Estado Novo tinha neste industrial o seu melhor representante. A sua opinião era escutada e valorizada a nível nacional (Duarte, 2003). Em 1940 deixou gradualmente os negócios para os seus sobrinhos, António e Ernesto Feu, sem nunca deixar a presidência da empresa. Em 2 de Julho de 1946 faleceu, aos 63 anos, em Lisboa, na sua casa de férias, vitimado pela febre da carraça.

2.2. Características geomorfológicas do território

O Algarve divide-se em três faixas, a Serra, o Barrocal e o Litoral, de características diversas, no que diz respeito à geologia, à vegetação, ao clima e à agricultura, que se estendem em toda a sua extensão, de Leste para Ocidente. Segundo Almeida (1985):

A região inclui grande variedade de aspectos geológicos, hidrológicos e geomorfológicos. A Norte encontra-se a Serra algarvia, constituída por xis-

tos e grauvaques carbónicos. É uma região de relevo movimentado, com agricultura escassa, dada a pobreza do solo e a ausência de águas subterrâneas.

*A parte central é ocupada pelo Barrocal, região constituída essencialmente por rochas carbonatadas jurássicas. É uma região de relevo relativamente suave, fortemente condicionado pela tectónica. As colinas calcárias estão cobertas, em grande parte, por vegetação mediterrânica onde se inclui o medronheiro (*Arbustus unedo* L.), o carrasco (*Quercus coccífera* L.), o lentisco (*Pistacia lentiscus* L.), a palmeira anã (*Chamaerops humilis* L.), o tomilho (*Thymus vulgaris* L.), as estevas (*Cistus* sp.), lado a lado com a alfarrobeira, a oliveira, a amendoeira, etc.*

As depressões cársicas, cobertas por terra rossa, são objecto de agricultura intensiva, em que as culturas de sequeiro têm vindo a ceder o lugar a culturas de regadio, graças ao recurso cada vez mais generalizado à captação de águas subterrâneas.

Para Sul, o Barrocal dá lugar ao Algarve litoral, região aplanada, cuja altitude não ultrapassa, em geral, os cento e poucos metros.

Esta região é ocupada, em grande parte, por rochas terciárias, destacando-se as rochas carbonatadas miocénicas e os depósitos detríticos pliocénicos.

A ocupação humana é intensa pois é nessa região que se concentram as infraestruturas turísticas e a agricultura desenvolvida.

A Serra, constituída pelas serras de Monchique, com 902 m de altitude, a Ocidente, e a do Caldeirão a Leste, com 577 m de altitude, funciona como uma barreira natural que protege o Barrocal e o Litoral contra os ventos frios do Norte e os muito quentes do interior da Península Ibérica. São estas duas faixas que associamos mais facilmente à ideia de Algarve que conhecemos, devido à extensa costa e à beleza das suas praias.

No Barrocal o povoamento rural era disperso, inicialmente consequência da escassez de água, que valorizou culturas de sequeiro como as da amêndoa, alfarroba e figo.

O Litoral é a faixa onde se situam os maiores centros urbanos, com maior densidade populacional, actualmente apoiados por uma pujante actividade turística.

A pesca e a indústria de transformação de pescado foram desde tempos ancestrais actividades de grande importância no Algarve, como uma consequência directa e evidente da proximidade do mar. Mais recentemente, durante várias décadas do século XX

a indústria de conservas de peixe, principalmente de atum e sardinha, foram actividades que transformaram e marcaram social e economicamente a região.

O Algarve divide-se em duas sub-regiões, o Sotavento, a Leste e o Barlavento, a Ocidente. O Barlavento algarvio é constituído pelos concelhos de Aljezur, Vila do Bispo, Lagos, Portimão, o centro urbano mais importante, Silves, Lagoa, Albufeira e parte do concelho de Loulé, o correspondente a 2.782 km², ou seja, a 56% da superfície do Algarve, que é de 498.849 km².

Portimão situa-se no Barlavento do Algarve, no distrito de Faro, na margem direita do rio Arade, a cerca de 2 km da sua foz. É sede de um concelho com a área de 183 km² que abrange três freguesias, Portimão, com 59,3 km², Alvor, com 19,6 km² e Mexilhoeira Grande, com 104 km².

O concelho de Portimão está rodeado pelo concelho de Lagos, a Poente, pelos concelhos de Monchique e de Silves, a Norte e pelo concelho de Lagoa, a Nascente, com o rio Arade de entremeio. A Sul é delimitado pelo mar, o Oceano Atlântico.³³

O Barlavento é dominado, do ponto de vista físico, pela Serra de Monchique, maciço de sienitos, com pouco mais de 900 m de altitude, de solos outrora férteis, com vegetação variada e densa, motivadas pela elevada humidade, actualmente quase desaparecida, devido aos constantes incêndios e à cultura do eucalipto. O concelho de Portimão abrange parte da faixa Sul desta serra. Nas zonas em que predominam as formações xistosas a vegetação é rasteira, caracterizadas por espaços de difícil povoamento vegetal. Os terrenos, apesar de não haver uma actividade agrícola de relevo, são férteis. As culturas arbóreas tradicionais são a figueira, a amendoeira e a alfarrobeira.

³³ O Algarve situa-se geograficamente entre 37° 25' e 36° 56' de latitude Norte. O seu clima é predominantemente condicionado pelo Oceano Atlântico e pelo Mediterrâneo. É um clima temperado, de características mediterrâneas, com invernos suaves e verões quentes. Os ventos predominantes sopram de Noroeste.

A temperatura média anual ronda os 16,9° C., com amplitudes de 11,8° C. em Janeiro e 22,7° C. em Agosto (SGP, 1983).

O ano hidrológico inicia-se nos meses de Setembro/Outubro, com uma distribuição irregular de precipitação ao longo do ano. A precipitação anual situa-se nos 484,3 mm, com 73,9 mm em Dezembro e 1,1 mm em Agosto, os meses de maior e menor pluviosidade, respectivamente, para uma evapotranspiração anual de 821,3 mm, com 27,7 mm em Janeiro e 123 mm em Julho (SGP, *op.cit.*).

Na zona de Serra, nos terrenos junto à Serra de Monchique, a precipitação pode chegar aos 1200 mm.

Do ponto de vista geológico, o concelho de Portimão é formado por três regiões distintas, uma predominante calcária, que ocupa a maior parte do território, com relevo pouco acentuado, outra xistosa, situada mais a Ocidente, com relevo mais acentuado e outra constituída por areias de calcários margosos e arenosos, consolidadas ou não, que se situam nas zonas próximas da costa e do rio, caracterizadas por zonas praticamente planas (SGP, 1983). Conforme nos deslocamos para Norte o relevo torna-se moderadamente mais acidentado, característica que se acentua ao nos aproximarmos da Serra.

A rede hidrográfica é constituída pelo sistema de ribeiras do Algarve, das quais se salientam o rio Arade e a ria de Alvor, com grande importância para o enquadramento económico e social da região.

O rio Arade, desde o início da ocupação humana, foi alvo de diferentes formas de aproveitamento pelas populações que nas suas margens se fixaram. Desde fonte de energia, recurso natural (a pesca, os processos de conservação do pescado, a produção de sal), comercial, industrial, cultural, turístico e principalmente via de comunicação, a sua importância assume contexto local e regional, nacional, mas também internacional, que pode ser atestada a partir dos inúmeros vestígios arqueológicos que se encontram submersos no seu leito.

Já antes da implantação da indústria conserveira, responsável pelo grande impulso económico-social do município, a zona ribeirinha se encontrava relacionada com actividades como a pesca e a construção naval.

2.3. Análise físico/morfológica do espaço

O Bairro Operário foi construído numa zona periférica da cidade de Portimão, entre o centro e a Praia da Rocha. Com o passar dos anos, e com o crescimento da cidade, acabaria por ser integrado na sua malha urbana.

Desenvolve-se numa área de cerca de 2.5 ha. Situa-se numa zona onde foram, ao longo da 1ª metade do século XX, implantados diversos bairros sociais, como sejam o bairro dos Pescadores, os bairros para indigentes do Pontal e o bairro social da Quinta do Amparo.

A implantação do conjunto estabelece-se mediante a utilização de duas diferentes situações altimétricas, uma a Norte, mais plana e a restante vencendo um desnível acentuado no sentido Sul/Norte, com diferenças entre os 3.50 e os 19.00 metros. A zona

localizada na cota mais baixa apresenta um traçado dos arruamentos estruturado segundo uma geometria ortogonal. Na segunda zona, implantada no desnível, o traçado estabelece-se de uma forma mais orgânica.

O bairro é constituído por cem habitações, todas térreas. Trinta e duas de três quartos, quarenta e oito de dois quartos e vinte de um quarto. As áreas aproximadas de construção para cada tipologia são, respectivamente, de 65m², 50m² e 40m². As moradias de três quartos situam-se na área mais plana, em quarteirões de quatro moradias simétricas, circundadas por arruamentos, num total de oito grupos, somando trinta e duas habitações. As de dois quartos acompanham o perímetro do bairro, com trinta e duas moradias geminadas e por um outro conjunto de oito. As de um quarto situam-se no centro do bairro, num conjunto de vinte moradias geminadas.

As rendas mensais foram definidas inicialmente em 65 escudos para as de três quartos, 55 escudos para as de dois quartos e 45 escudos para as de um quarto. Uma das habitações era destinada ao fiscal do bairro, o senhor Ruas. O bairro estava equipado com um espaço destinado a parque infantil e todas as moradias tinham espaço de quintal.

No nosso estudo identificámos um programa funcional de piso térreo, comum a todas as habitações, sintetizado no esquema de sala/vestíbulo, com ligação directa aos restantes compartimentos. As habitações de 65 escudos, às quais se tem acesso a partir de um pátio coberto, são constituídas por uma sala comum, uma cozinha, uma casa de banho e três quartos. As habitações de 55 escudos são constituídas por uma sala comum, uma cozinha, uma casa de banho e dois quartos. As de 45 escudos são constituídas por uma sala comum, uma cozinha, uma casa de banho e um quarto. Outra característica comum a todas as habitações é a exiguidade da área dos seus compartimentos.



Figura 33 – Planta de piso da moradia tipo T1 (sem escala). Desenho do autor.

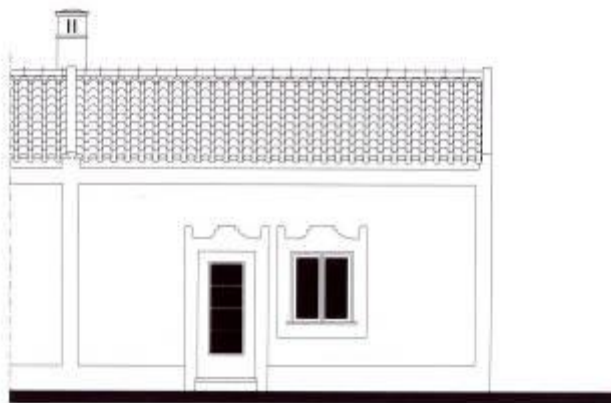


Figura 34 – Alçado principal da moradia tipo T1 (sem escala). Desenho do autor.

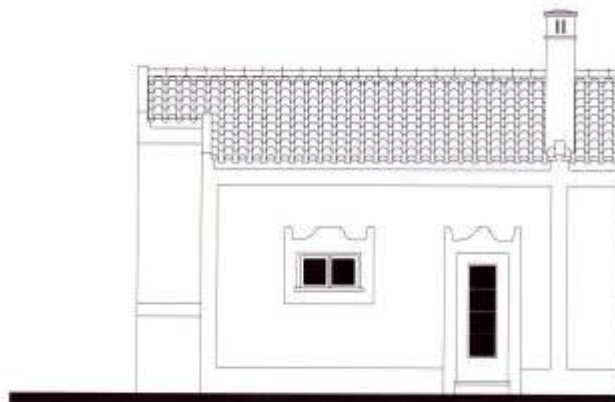


Figura 35 – Alçado tardoz da moradia tipo T1 (sem escala). Desenho do autor.

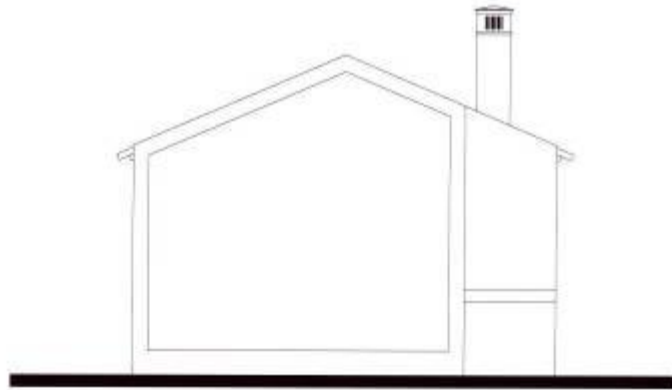


Figura 36 – Alçado lateral da moradia tipo T1 (sem escala). Desenho do autor.

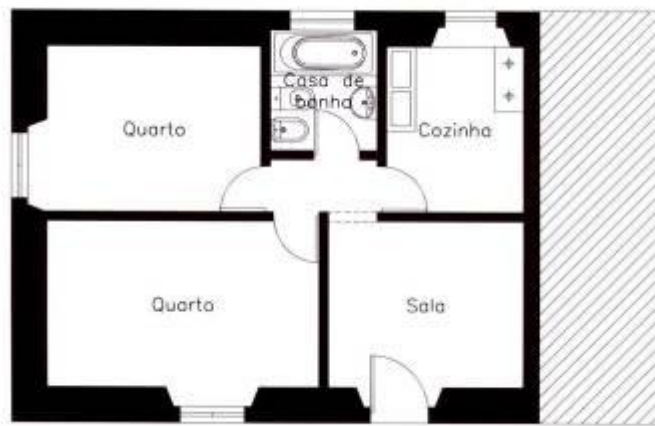


Figura 37 – Planta de piso da moradia tipo T2 (sem escala). Desenho do autor.

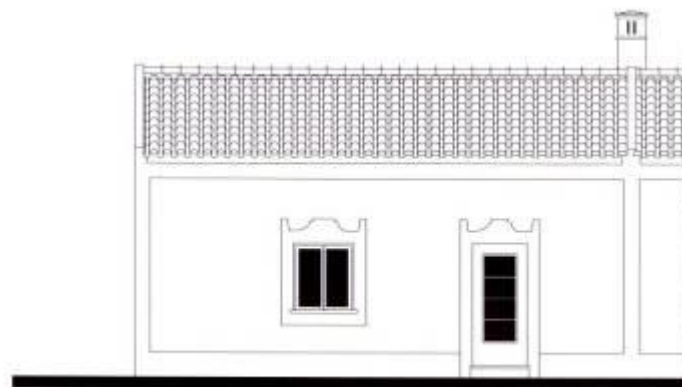


Figura 38 – Alçado principal da moradia tipo T2 (sem escala). Desenho do autor.

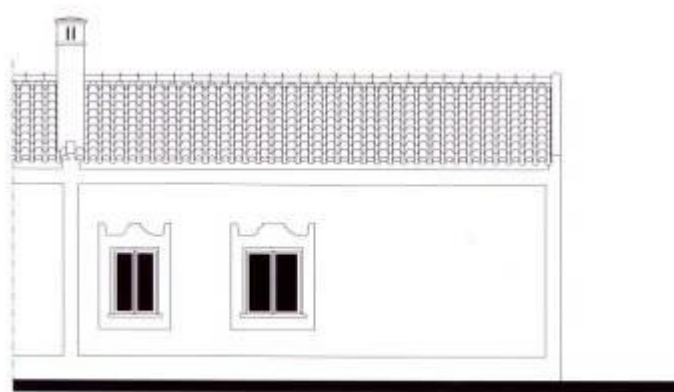


Figura 39 – Alçado tardoz da moradia tipo T2 (sem escala). Desenho do autor.

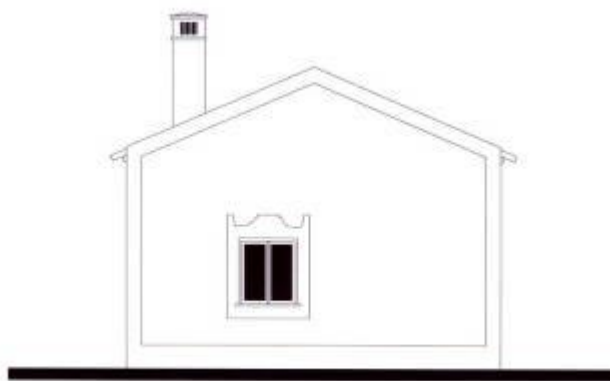


Figura 40 – Alçado lateral da moradia tipo T2 (sem escala). Desenho do autor.



Figura 41 – Planta de piso da moradia tipo T3 (sem escala). Desenho do autor.



Figura 42 – Alçado principal da moradia tipo T3 (sem escala). Desenho do autor.

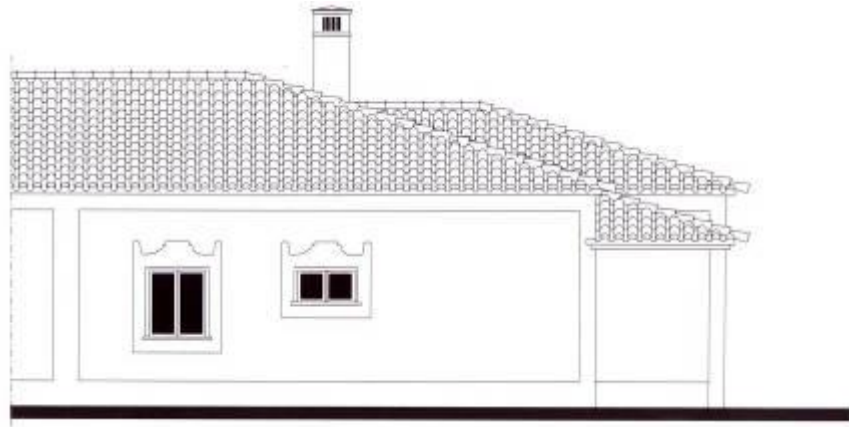


Figura 43 – Alçado lateral esquerdo da moradia tipo T3 (sem escala). Desenho do autor.

Os espaços são definidos através de uma estrutura geométrica integrada num perímetro rectangular. Formalmente as habitações constituem, nas suas versões mais compactas, paralelepípedos e na versão maior uma forma menos regular, constituída por dois paralelepípedos interligados entre si.

As primeiras encontram-se em grupos de duas, geminadas lateralmente, com frentes projectadas para o arruamento e no tardo os quintais.

Algumas habitações foram sendo alteradas ao longo dos anos. As alterações que constatámos resultaram de adaptações às necessidades dos agregados familiares residentes ou que foram ocupando posteriormente as casas. Qualquer alteração ao plano inicial significou uma transgressão à harmonia do bairro, constituindo uma excrescência, um elemento dissonante e uma transgressão à regra.

No bairro foram, desde o início da sua construção, instaladas redes de electricidade, de distribuição de água e de rede de esgotos. O perfil dos arruamentos tem medidas regulares de 1.00 m de passeio, 5.00 m de faixa de rodagem e 1.00 m de passeio, novamente.

2.4. Análise Construtiva

Em termos construtivos há uma coerência nos materiais e no tipo de técnicas utilizadas na construção das casas originais, excepto em alterações posteriormente impostas, com materiais e elementos decorativos dissonantes.

A construção original é de qualidade razoável, considerando as construções de cariz social da época.

2.4.1. Estrutura e pavimentos

Nas habitações situadas no desnível as fundações são constituídas por um embasamento de cota regular, ao nível altimétrico mais desfavorável, normalmente regulado pelo tardo. O desnível, pela fachada projectada ao arruamento, é vencido com a construção de escadas de acesso às habitações. O número de degraus é variável, dependendo da altura a vencer. O enchimento das fundações é em pedra com granulometria diversa, disposta gradualmente com as maiores em baixo e as menores em cima, com argamassa hidráulica.

As fundações das casas situadas na zona mais plana desenvolvem-se no plano do arruamento, ao nível deste, por vezes com a elevação de um ou dois degraus para a cota de soleira.

A estrutura das casas é do tipo de parede resistente, construída com alvenaria de tijolo furado e argamassas hidráulicas, com espessura generosa, para esse fim.

Os pavimentos dos quartos são constituídos por soalho de madeira e os restantes compartimentos em mosaico hidráulico.

2.4.2. Cobertura

A estrutura da cobertura é de madeira, constituída por uma asna de madeira e ripado de sustentação das telhas. A asna assenta sobre vigas de madeira e estas sobre as paredes resistentes, através de um frechal e por entalhamento.

O telhado original é em telha de canudo “chumbada” com argamassa hidráulica, montado sobre ripado de madeira. A cobertura tem inclinações de cerca de 25%, de modo a escoar convenientemente as águas das chuvas, através dos beirados salientes.

2.4.3. Paredes

As paredes são de alvenaria de tijolo furado, com espessuras suficientes para constituírem a estrutura resistente da casa, e argamassas hidráulicas. As paredes interiores são de taipa. As paredes da cozinha estão revestidas a azulejo branco à altura de 1.60m. As restantes paredes são pintadas a tinta branca.

No exterior, as paredes são pintadas a branco, com socos e molduras dos vãos (seis desenhos diferentes) a cores, desde o ocre, ao azul ultramar.

2.4.4. Vãos

As janelas são de pequenas dimensões, nas proporções clássicas, mais altas que largas. Os vãos são de madeira pintada a verde, com portadas interiores do mesmo material.



Figura 44 – Planta de tipologias (sem escala). Desenho do autor.

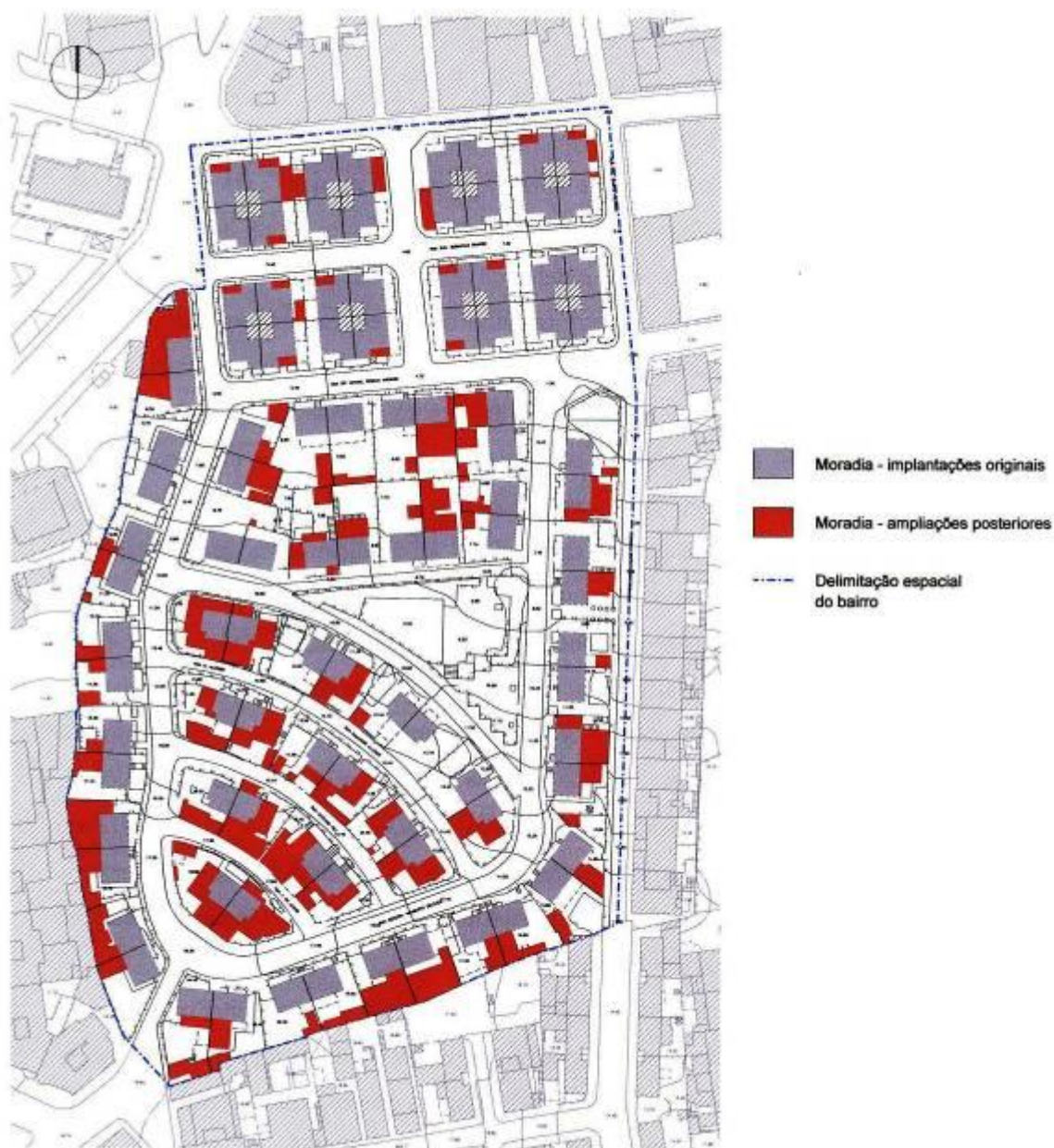


Figura 45 – Planta de obras clandestinas efectuadas nas moradias do bairro (sem escala).

Desenho do autor.

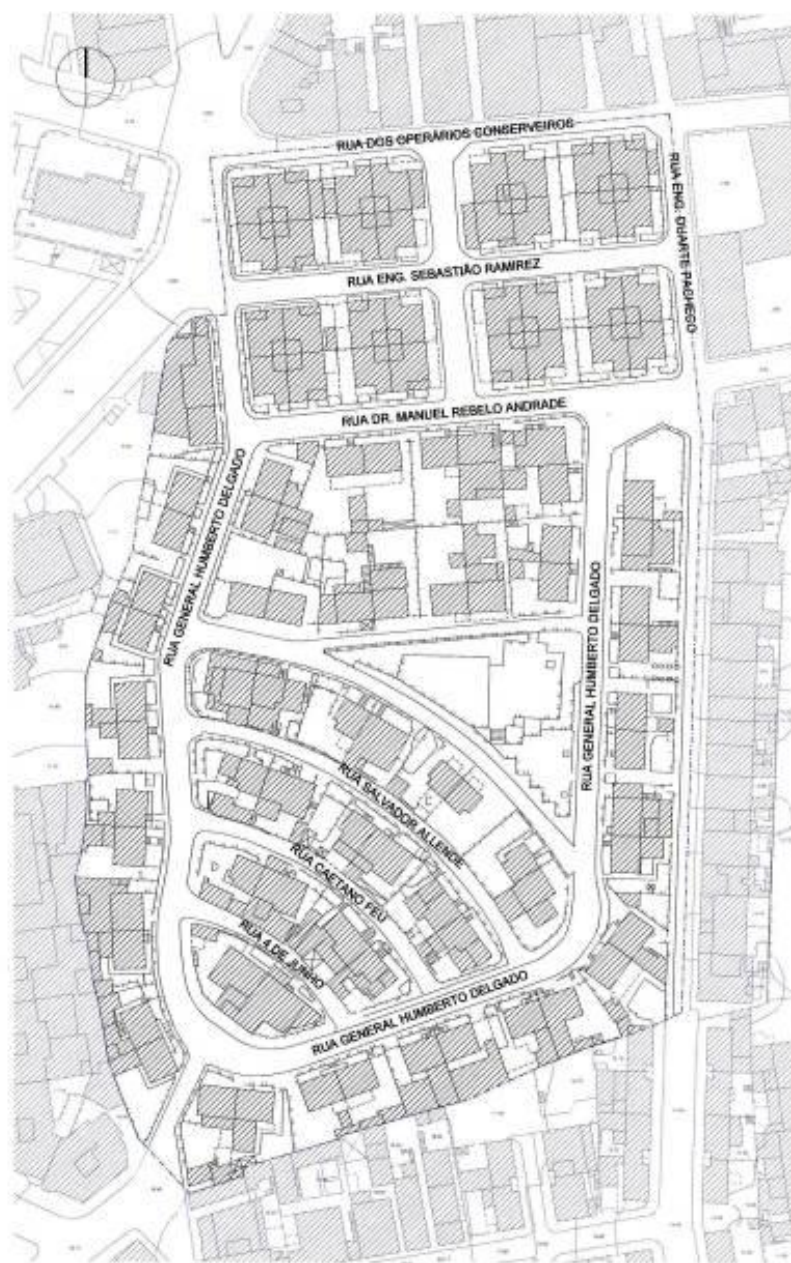


Figura 46 – Planta toponímica (sem escala). Desenho do autor.



Figura 47 – Conjunto de casas na Rua General Humberto Delgado, no sentido Norte-Sul (1950?). Fonte: Por amabilidade do Sr. Dr. António Feu.



Figura 48 – Conjunto de casas na Rua Caetano Feu, no sentido Poente-Nascente (1950?).
Fonte: Por amabilidade do Sr. Dr. António Feu.



Figura 49 – Conjunto de casas na Rua dos Operários Conserveiros, no sentido Poente-Nascente (1950?). Fonte: Por amabilidade do Sr. Dr. António Feu.



Figura 50 – Conjunto de casas na Rua General Humberto Delgado (1950?). Fonte: Por amabilidade do Sr. Dr. António Feu.



Figura 51 – Conjunto de casas na Rua 4 de Junho, no sentido Nascente-Poente. Podemos observar o Sr. Cayetano Feu Marchena, o sexto a contar da esquerda (1950?). Fonte: Por amabilidade do Sr. Dr. António Feu.



Figura 52 – O n.º 3 da Rua dos Operários Conserveiros, presentemente devoluta. Uma das que mantêm a traça original (2008). Foto do autor.



Figura 53 – O n.º 2 da Rua Dr. Manuel de Andrade. Outro caso em que se manteve a traça original (2008). Foto do autor.



Figura 54 – O n.º 59 da Rua General Humberto Delgado (2008). Foto do autor.



Figura 55 – O n.º 51 da Rua General Humberto Delgado (2008). Foto do autor.



Figura 56 – Conjunto de casas na Rua General Humberto Delgado, no sentido Nascente-Poente (2008). Foto do autor.



Figura 57 – Conjunto de casas na Rua General Humberto Delgado, no sentido Poente-Nascente (2008). Foto do autor.



Figura 58 – O n.º 16 da Rua Eng. Sebastião Ramirez (2008). Foto do autor.



Figura 59 – Conjunto de casas na Rua Eng. Sebastião Ramirez, no sentido Poente-Nascente (2008). Foto do autor.



Figura 60 – Conjunto de casas na Rua General Humberto Delgado, no sentido Norte-Sul (2008). Foto do autor.



Figura 61 – Conjunto de casas na Rua General Humberto Delgado, no sentido Sul-Norte (2008). Foto do autor.



Figura 62- Conjunto de casas na Rua General Humberto Delgado, no sentido Norte-Sul (2008). Foto do autor.



Figura 63 – Conjunto de casas na Rua Caetano Feu, no sentido Nascente-Poente (2008). Foto do autor.



Figura 64 – Parque infantil do Largo do Operário, renovado (2008). Foto do autor.



Figura 65 – Porta original, (excepto ferragens) (2008). Foto do autor.



Figura 66 – Janela original (2008). Foto do autor.



Figura 67– Tipo original de moldura de janela (excepto portadas) (2008). Foto do autor.



Figura 68 – Tipo original de moldura de janela (excepto portadas) (2008). Foto do autor.



Figura 69 – Tipo original de moldura de janela (excepto persianas) (2008). Foto do autor.



Figura 70 – Tipo original de molduras de vãos (2008). Foto do autor.



Figura 71 – Tipo original de molduras de vãos (excepto persianas) (2008). Foto do autor.



Figura 72 – Chaminé original (2008). Foto do autor.



Figura 73 – Beirado de telhado original (2008). Foto do autor.

3. Musealização do bairro operário de Portimão

O recém inaugurado Museu de Portimão, tem como tema principal a recriação da vida económica e social no contexto da indústria conserveira do século XX. As exposições vão desde a origem da comunidade, com a omnipresente condicionante marítima e o quotidiano da vida industrial, até aos dias de hoje. É um exemplo vivo da nova museologia, que recria a história do território, as suas gentes e hábitos, de uma região que sempre esteve ligada ao mar e às actividades marítimas, constituindo um elemento intransponível da memória colectiva local.

A nova museologia vem criar um novo paradigma que marca a contemporaneidade da museologia e dos fundamentos teórico/metodológicos que formam as práticas museológicas, comprometidas com a mudança social, orientadas pelos princípios da liberdade e da diversidade cultural e disciplinar. Este novo paradigma diferencia-se da museologia tradicional em três vertentes fundamentais, que são a da abordagem mais integrada, da pluri-disciplinaridade, em detrimento da mono-disciplinaridade; a museologia aberta à comunidade e não limitada ao público; ao território e não limitada ao edifício. Esta museologia tem um carácter mais social. Deve desenvolver espaços de relação entre os indivíduos e o seu património, onde se propicia o reconhecimento colectivo e se estimula a consciência crítica. A museologia tem, por isso, um carácter mais social.

De acordo com o art.º 3º, Definições dos Termos, dos estatutos do *The International Council of Museums (ICOM)*³⁴, “o museu é uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica, e exhibe para fins de estudo, educação e lazer, testemunhos materiais do Homem e do seu meio”. O ICOM estabelece a museologia como uma ciência ao serviço do público, da comunidade. Uma ciência que estuda a história, dá ao museu uma função na sociedade, através dos seus sistemas de investigação, educação, organização e das relações com o meio ambiente.

Segundo Mário Moutinho, “o conceito de Museologia Social, traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (Moutinho, 1993, p.6). A nova museologia pressupõe a abertura do museu à comunidade, à interacção com esta, tanto na sua definição como na

³⁴ <http://icom.museum/statutes.html>

inter-relação e gestão do seu património, na medida e que este faz parte integrante desta. O museu tenderá a ser um factor de desenvolvimento cultural desta comunidade, em que o seu património constitui um garante da sua existência e cuja preservação é importante para a identidade cultural da população que a constitui, além de definir bases para o seu futuro.

Estes factos definem o museu como uma parte incontornável na informação e educação dos elementos da comunidade. O seu papel educativo é fundamental na formação das mentalidades. O museu deve estabelecer uma “ligação entre a instituição e a Comunidade, denominado Serviço Educativo” (Duarte, 1993, p.7).

Segundo Ana Duarte (1993), “A relação Museu-Escola deve começar na infância. A educação pela Arte deve fazer parte da formação integral de um aluno: ela desenvolve a sua sensibilidade e desperta-o para tudo o que o rodeia, diversificando a sua cultura e aguçando a sua capacidade criativa” (p.8).

Esta autora, referindo-se à evolução entre a “antiga” museologia e a nova, afirma que “Entrar num museu sem “vida” e fechado à comunidade, sentir o cheiro do bolor e do objecto antigo, leva-nos ao passado (...). A visita guiada, cheia de datas e nomes, reporta-nos à família tal e tal, ao rei, à rainha, e nunca ao povo anónimo, à comunidade, ao imaginário colectivo” (p.8), a abordagem deverá ser interdisciplinar, e de carácter antropológico da cultura de uma sociedade (Duarte, 1993).

A referida autora defende ainda que a noção de património museológico tem, hoje em dia, um sentido mais lato do que à cinquenta anos atrás; não são só as colecções de pintura ou escultura, o mobiliário dos palácios ou dos conventos que têm o direito a ser considerados objectos museáveis. Os edifícios, as histórias de vida das populações rurais, piscatórias ou urbanas, os seus utensílios de trabalho nos mais variados sectores, são património. A memória colectiva de uma determinada população estende-se aos territórios onde vive, aos seus problemas, à cultura material e imaterial e às pessoas (Duarte, 1993).

Refere ainda que um museu não pode ser um túmulo da memória, mas sim a solicitação activa de memória, ou até mesmo a memória viva. Os objectos nele existentes são de interesse colectivo, são vestígios do passado, fazem parte, não só do objecto de estudo do arqueólogo, mas a cada indivíduo da comunidade.

3.1. O Património

A palavra património provém do latim *Patrimonium*, e significou originalmente herança paterna. Na Idade Média a noção de património estava ligado aos legados familiares, do qual o herdeiro se constituía como um fiel depositário que o devia preservar e honrar perante os restantes membros da família, ascendentes e descendentes. (Audrerie, 2003). O património tinha, assim, relação directa com os bens pessoais.

Segundo Choay (1999, p.29), já na Antiguidade, por volta dos finais do século III a.c., existiam colecionadores de obras de arte, com preferência para os artefactos Gregos. Eram constituídos por uma elite cultivada, num modelo que antecipou os museus.

Na Roma antiga, as obras de arte eram adquiridas como espólios de guerra e muitos destes objectos eram procurados e adquiridos pelo seu valor económico. “o espólio das províncias e povos conquistados alimenta as colecções de arte romana, e coincide com a política expansionista e imperialista, de enriquecimento e poder, que fomentou o auge de um “mercado de internacional” de obras de arte.” (Gonzalez-Varas, 2003, p.24). “Roma espoliou à Grécia à escala das pilhagens napoleónicas” (Choay, 1999, p.31).

O imperador romano Agripa exige que estas obras de arte, escondidas no interior das casas e templos, sejam expostas à população, em grandes espaços públicos. No entanto nada proibia a destruição de edifícios ou de objectos históricos.

Segundo Lopes e Correia, (2004, p.13), as primeiras normas sobre protecção do património apareceram ainda na Antiguidade. É delas o exemplo do Decreto de cerca de 44 d.c., descoberto na cidade de Herculano, e um Édito de 17 de Julho de 389, dos imperadores Valentiano, Teodósio e Arcádio.

No século VI, o Papa Gregório I, toma a seu cargo a manutenção do parque imobiliário de Roma e pratica uma política de reutilização a que o seu sucessor Honório dará prosseguimento. Transforma as grandes habitações patrícias em mosteiros e as salas de recepção em igrejas. Adverte os missionários para que não destruam os templos pagãos, apenas os ídolos que estes acolhem. Segundo Choay (1999):

... os objectos e os monumentos da antiguidade: qualquer que seja o saber dos que deles dispõem e o valor que lhes é atribuído, são directamente assimilados e introduzidos no circuito das práticas cristãs, sem que tenha sido disposto em torno deles a distância simbólica e as proibições que uma historização seria imposto. A alteridade de uma cultura diferente não era assumível. (...) Móveis ou imóveis, as criações da Antiguidade não representam

assim o papel de monumentos históricos. A sua preservação é, com efeito, uma reutilização. Ela apresenta-se sob duas formas distintas: a reutilização global, acompanhada ou não de reordenações; fragmentação em bocados e fragmentos, utilizáveis para fins e em locais diversos. (p.35)

Roma, que marcou com as suas instituições urbanas e com a sua arquitectura as províncias conquistadas, apresentava ela própria uma grande concentração de edifícios históricos.

Um pouco por toda a Europa, durante a Idade Média, com as invasões barbas dos séculos VI e VII, assistiu-se a fases de destruição massiva de edifícios e monumentos históricos legados pela civilização romana. Muitos destes edifícios históricos, que haviam perdido o seu sentido e utilidade, foram transformados em pedreiras, ou alterados na sua autenticidade. Apesar das tropelias provocadas pelas invasões bárbaras dos séculos VI e VII, Roma conseguiu manter os seus principais monumentos.

Em 1162, “o Senado de Roma decreta que a coluna de Trajano não seja mutilada nem destruída e aplica penas severas aos infractores.” (Lopes & Correia, 2004, p.13).

Foi na Idade Média, por volta do ano de 1420, que terá nascido o termo monumento histórico. Este interesse intelectual e artístico pelos monumentos da antiguidade, com o culto das suas ruínas, resultou de uma longa maturação que vinha dos finais do século XIV. É nesta fase do saber histórico, com o vislumbrar de uma Roma em ruínas, que surge o nome de monumento. Mas para Choay (1999, p.29), seriam necessários mais três séculos para que este conceito se torne definitivo.

Na época do Renascimento a preservação do património ganhou maior destaque, através do retomar dos cânones da cultura Greco-romana, com a origem nas colecções privadas, preferencialmente de estatuária clássica. O Renascimento transformou conceptualmente os monumentos em objectos de reflexão e contemplação. (Gonzalez-Varas, 2003).

Nesta época a bula do Papa Martinho V *Etsi in cunctarum orbis* de 30 de Março de 1574, veio no sentido de uma retoma da preocupação legisladora de protecção do património. Esta bula criou o posto de “magistri viarum”, com a responsabilidade de reparar as ruas, pontes, portas, muros e edifícios. Em 28 de Abril de 1462, foi criada a bula do Papa Pio II *Cum almam nostram urbem*, contra a destruição de monumentos, e a bula do Papa Sisto IV *Quum provvida*, de 25 de Abril de 1574 (Lopes & Correia, 2004).

Em 5 de Abril de 1624, o Papa Urbano VIII publicou um Decreto que proibiu a exportação de antiguidades.

Diversos papas promulgaram leis de protecção do património. Foi na época do Renascimento que surgiram as primeiras medidas regulamentares com vista à preservação dos monumentos. Nos anos seguintes, em vários países da Europa, como a Inglaterra, a Suécia e Portugal promulgaram-se leis com vista à preservação do património.

Foi durante a Revolução Francesa (1789-95), que se consolidaram uma série de princípios orientadores de políticas de salvaguarda do património, com vista a travar a vaga de destruição que o país assistia. Se por um lado se destruíam os monumentos como símbolos do feudalismo e da realeza, por outro defendia-se a sua protecção e preservação. A Assembleia Nacional de França criou a Comissão de Monumentos, criada pelo Decreto de 14 de Agosto de 1792 e incumbida de zelar pela conservação de objectos com valor artístico. Este diploma era fértil em medidas legislativas, mas também em contradições, que ao mesmo tempo que defendia a protecção de monumentos, por outro promovia a sua destruição. (Lopes & Correia, 2004). Foi na realidade uma época de grandes contrastes, em que a principal novidade foi a aparição, em conjunto com estas destruições ideológicas de monumentos, das primeiras intenções institucionais para a conservação dos monumentos históricos, com a promulgação de toda uma série de medidas oficiais, jurídicas e técnicas, que serviram de modelo e foram seguidas, no seu essencial, um pouco por toda a Europa. (Gonzalez-Varas, 2003).

A Revolução Francesa teve um papel fundamental na evolução da noção de património. Foi nesta fase em que se deu a tomada de consciência colectiva do património, em que este passa da família à comunidade. Torna-se um bem comum da nação, um testemunho colectivo da história, da identidade de um povo e da nacionalidade, um reflexo da sua cultura, numa concepção teórica que ainda hoje perdura. O património é uma referência do passado e uma herança comum que interessa proteger (Audrerie, *op.cit*).

Neste contexto, o abade Gregoire desempenhou um papel relevante na reacção aos actos de destruição promovidos pela revolução. Escreveu à Comissão a denunciar exageros no vandalismo praticado contra o património: “Os monumentos contribuem para o esplendor duma nação e acrescentam a sua preponderância politica ... todos os monumentos da ciência e de arte pertencentes à nação são recomendados à vigilância de todos os bons cidadãos.” (Gonzalez-Varas, 2003, p.17).

Na Idade Moderna considerou-se haver uma ligação directa entre o património e o poder, o que leva ao aparecimento das correntes artísticas, graças ao mecenato. No século XVIII, as academias começam a preocupar-se com a recuperação do património artístico. Esta preocupação teve seguimento no século XIX, com o movimento romântico.

Valorizaram-se as artes, como a literatura, a pintura, a escultura e a arquitectura. Com o nacionalismo surge a relação património/nação, em que a defesa da nação passa pela busca das suas origens e identidades. O movimento das academias (iluminismo), promoveu o desenvolvimento da ciência, começando-se a olhar o património de um modo mais crítico. Criaram metodologias de intervenção, com o lançamento de três conceitos primordiais de intervenção, a preservação, o restauro e a conservação.

O mais completo instrumento legal com o objectivo da defesa do património até então redigido, foi promulgado no Édito de 1 de Outubro de 1802, pelo Papa Pio VII (Lopes & Correia, 2004).

Ao longo do século XIX, até à Primeira Guerra Mundial, esta tomada de consciência levou a maioria dos países europeus a publicar legislação e a criar organismos de protecção ao património arquitectónico e arqueológico. Para um aprofundar destas novas mentalidades, tanto na teoria, como na prática da conservação do monumento histórico, muito contribuíram as reflexões inovadoras britânicas, nas últimas décadas do século XIX, até à tomada da dianteira da Itália e países germânicos (Choay, 1999).

“A chegada da era industrial enquanto processo de transformação, mas também de degradação do ambiente humano, contribuiu, (...) para inverter a hierarquia de valores atribuídos aos monumentos históricos e para privilegiar pela primeira vez os valores da sensibilidade, nomeadamente estéticos.” (Choay, 1999, p.112).

A Revolução Industrial, como um acontecimento mundial de transformação socioeconómico, mas também cultural, investiu ao monumento histórico uma conotação universal. Ao mesmo tempo que serviu para divulgar a legislação de protecção aos monumentos, elaborada de uma forma generalizada, veio também permitir que o restauro se tornasse como uma ciência autónoma, com uma estreita ligação com as outras áreas da história da arte.

Segundo Choay (1999, pp.111-113), podemos considerar os séculos XIX e XX, principalmente no espaço cronológico entre as décadas de 1820 e 1960, particularmente a partir da década de 1850, como o da consagração do monumento histórico. O desenvolvimento de ciências como a física e a química, de invenções de técnicas e ainda os progressos na arte e arqueologia, marcaram o desenvolvimento do restauro dos monumentos como uma disciplina autónoma.

Segundo Lopes e Correia (2004, p.16), as primeiras convenções e tratados internacionais que foram feitos em prol da defesa dos monumentos, foram com a preocupação de situações de guerra. A segunda convenção de Haia, numa referência ao definido na

primeira, de 29 de Julho de 1899, refere no seu artigo 27º que em caso de “cercos ou bombardeamentos, devem ser tomadas todas as medidas necessárias para poupar os edifícios dedicados à religião, à arte, à ciência, à assistência, hospitais.” Nas convenções seguintes as determinações foram revistas e aumentadas. Noutra, ocorrida em 18 de Outubro de 1907, já refere a expressão monumento histórico e obriga os países a identificar estes edifícios e sítios com sinais distintos e visíveis.

A internacionalização da preocupação com os bens patrimoniais e o reconhecimento de que a salvaguarda destes era um assunto que ultrapassava as fronteiras nacionais, conduziu à criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, dentro da Sociedade das Nações. O objectivo era o de potenciar as relações culturais entre os países. Com esse propósito, organizou a Conferência Internacional de Atenas, em 1931, organizada pelo Serviço Internacional de Museus, criado em 29 de Julho de 1926, que era um organismo autónomo no seio do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, fundado em Paris a 8 de Dezembro de 1924 (Lopes & Correia, 2004). Dessa Conferência, que decorreu de 21 a 30 de Outubro de 1931, com a participação de 120 peritos de 24 países, surgiu a Carta de Atenas, o primeiro documento³⁵ universal em prol da defesa, conservação e restauro dos bens de interesse histórico e artístico (Gonzalez-Varas, 2003). Um manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional da Arquitectura Moderna (CIAM) desse ano, introduziu-lhe uma nova versão, em 1943, pelo arquitecto francês Le Corbusier. A principal diferença entre as duas versões da carta de Atenas consiste em que a primeira acautelava os monumentos em relação às construções produzidas na sua envolvente e Le Corbusier expunha que deveria haver uma relação coerente nesta norma, de modo a não se sacrificar a qualidade de vida das populações.

As conclusões da Conferência de Atenas de 1931, deram origem à Resolução sobre a Conservação de Monumentos Históricos e de Obras de Arte, que a Assembleia da Sociedade das Nações aprovou em 10 de Outubro de 1932, onde, pela primeira vez, num documento jurídico de uma Organização Internacional, se aborda a questão do património da Humanidade (Lopes & Correia, 2004). Entre as principais propostas desta carta destacam-se a necessidade de uma conservação e manutenção regulares dos

35 Lopes e Correia (2004) reiteram esta ideia, de que a Carta de Atenas foi o primeiro documento internacional em prol da defesa do património, na medida em que foi o único exclusivamente dedicado ao património.

monumentos históricos e propôs uma reutilização com actividades funcionalmente adequadas. Chamou pela primeira vez a atenção para as envolventes e aconselhou a afirmação de um rigoroso trabalho prévio de análise que fundamentasse as intervenções e fornecesse diagnóstico correcto das causas patológicas detectadas.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o intuito de estabelecer os direitos e os deveres dos habitantes do mundo, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), em 26 de Junho de 1945. No ano seguinte, em Novembro, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para intervir a nível mundial nos campos da educação, da ciência e da cultura. As prerrogativas desta Organização ganharam especial sentido após a emissão da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em Dezembro de 1948, que estabeleceu o direito à educação e à cultura como prerrogativas universais (Gonzalez-Varas, 2003).

A UNESCO propôs-se a desenvolver directrizes, definir critérios e prioridades para a protecção do património cultural. A convenção de Haia de 1954, no seu artigo 2.º, definiu que o património cultural compreendia os monumentos arquitectónicos, os sítios arqueológicos e os objectos e estruturas herdados do passado, dotados de valores históricos, culturais e artísticos, bens que representam as fontes culturais de uma sociedade ou um grupo social. Esses bens dividiam-se em três categorias: os bens móveis ou imóveis, que apresentassem uma grande importância para o património cultural dos povos, os edifícios cujo destino principal e efectivo fosse o de conservar e expor os bens culturais móveis e os centros monumentais que compreendessem um número considerável de bens culturais. Os bens imóveis incluem, por sua vez, os monumentos, os conjuntos e os sítios. Os móveis dividem-se em elementos unitários ou conjuntamente. Todos os bens, depois de inventariados e qualificados, podem ainda ser classificados pelo seu valor local, regional, nacional ou internacional.

Em 1964, durante a realização do 2º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, ocorrido de 25 a 31 de Maio, em Veneza, foi aprovada a Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, a chamada Carta de Veneza de 1964. Nesse congresso foi também eleita uma comissão provisória, que um ano depois criaria oficialmente o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS), criado pela UNESCO.

A carta de Veneza foi traduzida para dezenas de línguas, foi considerado o mais importante documento doutrinário e técnico até então elaborado. "... mantém uma actualidade notável e serve de base à restante produção normativa do ICOMOS. Com

efeito, após aceso debate sobre a hipótese da sua revisão e ampliação (nas Assembleias Gerais de 1975 e 1978), concluiu-se que o texto da Carta tinha, ele próprio, um valor histórico, e não deveria ser alterado, mas sim complementado com outras cartas que abordassem mais pormenorizadamente as vertentes específicas do património.” (Lopes & Correia, 2004, p.19)

Em 1968, a União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos, organização não governamental criada em 1948, elaborou propostas idênticas para os seus membros, que foram depois apresentadas na conferência da ONU, organizada em Estocolmo em 1972, subordinada ao tema do Meio Ambiente Humano. Os debates ocorridos neste evento tornaram possível a associação entre natureza e cultura, no que se refere aos bens patrimoniais.

Em Itália, a Comissão Francheshini, encarregada de realizar estudos para a tutela, para a valorização do património histórico e artístico italiano, realizou, entre 1964 e 1967, estudos que resultaram numa Declaração de Princípios onde reuniu um elenco de categorias de objectos integrantes dos bens culturais, como os bens arqueológicos, artísticos e históricos, ambientais, arquivísticos e bibliográficos. Segundo esta comissão os bens podiam ser paisagísticos ou urbanísticos. Os primeiros eram aqueles especificamente naturais, como as zonas territoriais em estado de natureza, que tivessem carácter geográfico ou ecológico unitário e de relevante interesse para a história natural, ou que documentassem a transformação cívica do ambiente natural pela acção do homem, como, por exemplo, as áreas naturais, as ecológicas e as paisagens artificiais. Os bens urbanísticos, por sua vez, eram aqueles construídos por estruturas de particular valor, enquanto testemunhos vivos da civilização nas várias manifestações da história urbana, como, por exemplo, os centros históricos. As conclusões deste relatório, associado às deliberações da conferência de Estocolmo, foram introduzidas nas discussões dos representantes dos Estados presentes na convenção sobre a Protecção do Património Cultural e Natural de 1972. As determinações resultantes deste encontro resultaram na definição de que o património cultural englobava os monumentos, o conjunto de edifícios e sítios que tivessem valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Os sítios deviam ser entendidos como as obras do Homem e as obras conjuntas do Homem e da natureza, além dos monumentos arqueológicos que tivessem um valor excepcional do ponto de vista histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. O património natural compreendia, os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos que tivessem um valor universal

excepcional do ponto de vista estético ou científico, as formações geológicas e fisiográficas das zonas estritamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais ou vegetais ameaçadas e que tenham valor universal do ponto de vista estético ou científico, e os sítios ou as zonas estreitamente delimitadas que tenham um valor excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação e da beleza natural.

Ficou ainda definido que os bens dotados de valor cultural ou natural poderiam ser inscritos como património universal. Nesses casos a sua protecção caberia à comunidade internacional.

Como complementos à Carta de Veneza, surgem ainda a Carta sobre o Turismo Cultural (1976), a Carta de Florença (1981) sobre os jardins históricos, a Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas (1987), a Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico (1990), a Carta internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Cultural Subaquático (1996), a Carta sobre o Património Vernáculo e a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural (ambas de 1999).

A Carta Europeia do Património Arquitectónico foi redigida na convenção de Granada de 1985, para a salvaguarda do património Arquitectónico da Europa.

3.2. Um projecto museológico para o Bairro Operário de Portimão

O Museu Municipal de Portimão foi inaugurado no dia 17 de Maio de 2008. As suas instalações tomaram como base a antiga fábrica de conservas “Feu Hermanos”, propriedade da autarquia local desde 1996. Integrado na Rede Portuguesa de Museus, segue, conforme refere o seu director e principal mentor, José Gameiro “um modelo de Museu de Sociedade, Identidade e Território, encarado como um centro multifuncional de formação, de prestação de serviços e de actividades científicas e culturais”.



Figura 74 – Fachada Nascente, zona de acesso ao público do Museu Municipal de Portimão (2010). Foto do autor.



Figura 75 – Fachada Poente e arruamento junto à fábrica “Feu Hermanos” [anos 30 do século XX]. Fonte: Arquivo Histórico de Portimão.



Figura 76 – Mesmo local. Museu Municipal de Portimão (2010). Foto do autor.

Um museu que tem como principais atractivos as exposições permanentes, “Origem e Destino de uma Comunidade, A Vida Industrial e o Destino no Mar, e do Fundo das Águas”, permitindo ao público três percursos diferentes.

Estes temas são tratados em espaços definidos, dos quais se destaca a sala de exposições permanente, localizada na nave industrial e na antiga sala de lavagem e descabeço do peixe, totalmente recuperadas e museografadas. O espaço do Museu é ainda constituído por duas salas de exposições temporárias, centro de documentação/arquivo histórico, oficina educativa, um auditório polivalente e salas de reuniões e formação.

Este projecto foi distinguido em 2010 como Museu do ano pelo Conselho da Europa, constituindo-se como o segundo equipamento nacional a receber a distinção em mais de 30 anos de história deste galardão, criado em 1977.

Segundo o Comité de Cultura, Ciência e Educação do Conselho da Europa, este prémio foi atribuído ao Museu de Portimão "devido à relevância dos temas que têm inspirado as exposições apresentadas e pelo programa educacional em benefício da comunidade local, que vem caracterizando este equipamento, com destaque para a exposição permanente “Portimão – Território e Identidade”, que traça a interacção do homem com o meio ambiente durante um período de cinco milénios". Além de que, "A arqueologia subaquática também desempenha um papel de relevo, através de uma extensa colectânea de apetrechos, recuperados do fundo do Rio Arade em sucessivas campanhas, que trabalharam sobre embarcações representativas de diversas civilizações". (*in* “TvNet”, edição de 23 de Junho de 2010)

O principal tema do Museu prende-se com a história do concelho de Portimão e a sua ligação ao mar, com grande ênfase para a indústria conserveira. Sobre estes e outros temas dispõe de um vasto espólio, com 5000 m² de património histórico, etnográfico e industrial da cidade e da região, a que se chamou “Portimão – Território e Identidade”.



Figura 77 – Decoração urbana junto ao Museu Municipal de Portimão, alusiva ao tema retratado – operárias conserveiras (2010). Foto do autor.

Um dos temas retratados é a actividade industrial conserveira desde o descarregar do peixe, a partir dos barcos que acostavam na margem do Rio Arade, o transporte para a sala de descabeço, outrora a nave principal da fábrica, onde encontramos maquinaria totalmente restaurada, desde as máquinas de lavagem e de transporte, os tanques de salmoura, as máquinas de fabrico de latas de conserva, até às de impressão em chapas de metal.



Figura 78 – Parte de exposição na nave principal do Museu (2010). Foto do autor.



Figura 79 - Parte de exposição na nave principal do Museu (2010). Foto do autor.



Figura 80 – Operárias conserveiras em laboração [anos 40 do século XX]. Fonte: Arquivo Histórico de Portimão.

É também no âmbito do tema “Portimão – Território e Identidade”, que se pretende a musealização do Bairro Operário de Portimão, como um complemento ao próprio Museu, como um elemento fundamental da memória colectiva de uma população, da sua identidade social e patrimonial, ligada a uma actividade que sempre condicionou o crescimento da cidade, as suas mentalidades e a sua existência. Este núcleo urbano é parte indissociável da história da cidade, ligada a uma fase industrial de grande relevo,

que teve repercussões, não só locais mas também regionais e até nacionais, se tivermos em consideração a importância que esta indústria teve em determinadas fases da história económica de Portugal.

Este espaço urbano histórico foi erigido no âmbito das políticas de habitação do Estado Novo, na década de 1930, numa localidade influenciada e condicionada pela indústria conserveira, com repercussões sociais e económicas que ainda hoje perduram.

A sua construção, inicialmente por iniciativa do industrial conserveiro António Feu Marchena, de nacionalidade espanhola, para albergar os operários da sua fábrica “Feu Hermanos”, actual Museu Municipal, passaria, mais tarde, para a responsabilidade do Estado. Foi inaugurado no dia 7 de Junho de 1936.

Foram construídas 100 moradias térreas, de três tipologias, com um, dois e três quartos.

A vida do operário não se limita à relação laboral com a fábrica, mas também à partilha de relações com os restantes operários, no dia-a-dia, dentro e fora do local de trabalho, as relações com os espaços envolventes, os hábitos e costumes, as relações familiares, factores que constituem o quotidiano da cidade industrial, independentemente da sua dimensão e expressão.

É neste sentido que se propõe constituir-lo como um espaço urbano museológico e abrindo-o ao território, à população, em complemento ao actual Museu Municipal de Portimão, trazendo até estes espaços que fazem parte dos temas retratados. A proposta é criar um percurso a partir do património edificado, comprovadamente relacionado com a indústria conserveira e com as actividades piscatórias, de que fazem parte os bairros Operário e dos Pescadores. Esse percurso, a partir do Museu, terá passagem por estes bairros, com paragens em pontos de interesse, de modo a permitir aos visitantes a percepção das vivências, as relações familiares, sociais e laborais dos seus antigos habitantes.

3.2.1. Requalificação urbanística do Bairro Operário

Este bairro viu as suas características arquitectónicas alteradas ao longo da sua existência por força de sucessivas intervenções, situação que modificou a sua unidade como bairro, ao ponto de actualmente quase não se reconhecer a sua identidade. É nesse sen-

tido que se propõe o desenvolvimento de um projecto adequado, com a promoção da sua reclassificação e requalificação, que neste momento ainda se considera possível.

Alguns moradores, familiares de antigos residentes do bairro, estão a desalojar as habitações e a colocá-las à venda. A sugestão a fazer à autarquia local será a de esta adquirir as habitações devolutas, com o intuito de as requalificar e recuperar as suas características originais. Além de que se poderia propor aos residentes actuais um programa conjunto de recuperação das habitações, de modo a que integrassem o espaço museológico e constituíssem, eles mesmos, um dos seus activos, contribuindo com a sua experiência e conhecimentos da história local.

No sentido de recuperar a identidade do bairro no seu traçado original, propõe-se a demolição dos elementos acrescentados às construções originais, tanto em habitações, como em arruamentos e espaços ajardinados, usando, sempre que possível, materiais originais. Em relação aos elementos exteriores, a recuperação seria total, com possíveis alterações no que diz respeito aos interiores de algumas habitações, em função dos agregados familiares que, apesar de exteriormente manterem o aspecto original, poderiam, pontualmente, permitir concepções diferentes. Por exemplo, permitiria juntar duas habitações geminadas numa só.

Constituindo um projecto a médio/longo prazo, este processo demoraria alguns anos a implementar, mas os resultados em prol da comunidade e do património municipal seriam de grande relevância.

3.2.2. O percurso museológico

O percurso será definido através de uma visita guiada pela cidade delimitada pelos espaços dos principais bairros operários de Portimão, nomeadamente, o Bairro dos Pescadores e o Bairro Operário, como complemento aos temas tratados no Museu Municipal e, conforme aconselha Duarte (1993), com o auxílio de um monitor e/ou, ainda, com fichas-guia elaboradas a partir do tema proposto. Segundo esta “O conhecimento da evolução de uma cidade através do estudo do seu traçado urbano é possível de realizar, tendo em conta dois pontos: Os vestígios existentes; a investigação feita com base em elementos disponíveis que permitem a reconstituição de espaços e vivências” (p.39).

Considerando o Bairro Operário de Portimão como ponto principal do percurso, a partir do Museu Municipal, propõe-se um roteiro que passe pelos bairros já referidos, com paragem em vários pontos de interesse:

Será fornecida uma ficha-guia a cada visitante no início da visita para melhor orientação e apoio dos assuntos a tratar.

Inicialmente deverá ser feito um enquadramento geográfico e histórico da cidade de Portimão, focando os seguintes pontos:

- A formação da povoação, principais motivações para a fixação de população na região, relação com as condicionantes geográficas, a proximidade do rio, facilidade de obtenção de alimento, tanto pela pesca como pela agricultura e vantagens na mobilidade fluvial.

- O surgimento da indústria em Portimão, desde os meios mais rudimentares da manufactura, com a produção de derivados do mar, como o *garum* romano e à cultura e comercialização de produtos agrícolas, nomeadamente frutos secos, entre outros, até aos mais sofisticados da indústria conserveira.

- A industrialização de Portimão, a imigração vinda das freguesias e concelhos limítrofes e do Alentejo e as transformações urbanísticas e sociais que daí resultaram.

- A evolução da urbe em função dos fenómenos sociais e dificuldades de alojamento das famílias, criadas pelo grande afluxo de imigrantes. A criação dos bairros operários e a evolução demográfica.

- A influência da indústria no desenvolvimento da cidade e nos bairros a visitar, nomeadamente o Bairro Operário e Bairro dos Pescadores.

Neste ponto o percurso é iniciado com passagem pela Casa dos Pescadores, com a explicação dos serviços de apoio outrora disponibilizados aos operários das actividades marítimas, nomeadamente, médicos e sociais.



Figura 81 – Vista Poente/Sul da Casa dos Pescadores de Portimão (2010). Foto do autor.

Acesso ao Bairro Operário, com apresentação da história do bairro e das condicionantes que estiveram na base da sua construção. Descrever a orgânica do traçado urbano que o constitui e as tipologias das habitações existentes, numa relação com as condições de vida da população à data da sua construção. Deverá ser feita uma analogia com as exigências urbanísticas à data, em contraste com as actuais e com as concepções de habitação operária praticada um pouco por todo o país.

No percurso do Bairro Operário, fazer passagem pelos pontos de interesse definidos, pelas habitações das três tipologias. As habitações que se propõem, conforme na planta de moradias visitáveis, a que se refere a figura 86, são, em sequência de trajecto, a casa n.º 2, da Rua Dr. Manuel Rebelo de Andrade, de tipologia de três quartos onde são expostos painéis informativos com os seguintes temas:

- Sala: as actividades comerciais e económicas de outrora, fotos das actividades industriais com relação com o bairro operário;
- Quarto 1: o Bairro Operário de Portimão: a inauguração (com documentos), fotos antigas, as relações de vizinhança e actividades culturais de relevo;
- Quarto 2: o Bairro Operário de Portimão: plantas descritivas e justificativas.

Seguindo o trajecto, aproxima-se a casa n.º 5, da Rua General Humberto Delgado, de tipologia de dois quartos e, por fim, da casa n.º 11, no Largo dos Operários, junto ao parque infantil, uma habitação de tipologia de um quarto.

Estas três habitações modelo encontrar-se-ão previamente mobiladas e ornamentadas, conforme figuras 87-89, de acordo com o praticado na época, anos 30/40 do século XX, em função da capacidade financeira e modo de vida da população operária. Procura-se, assim, recriar o ambiente familiar das habitações operárias da época.

Daqui segue-se para o Bairro dos Pescadores onde se fará uma alusão à contiguidade existente entre os bairros.



Figura 82 – Arruamento do Bairro dos Pescadores (2010). Foto do autor.



Figura 83 – Fachada de habitações do Bairro dos Pescadores. Uma das casas mantém a traça e materiais originais (2010). Foto do autor.

Mais uma vez se deverá focar as condições de vida da população dos bairros operários em contraste com o das diferentes zonas da cidade, a evolução da cidade em direcção a Sul, ao encontro dos bairros, que em tempos eram periféricos, em paralelo com o que acontecia com as unidades industriais. Comparação com as condições de habitabilidade mais precárias como o ainda hoje existente Bairro do Pontal, um bairro social para albergar famílias pobres.

Segue-se o desenvolvimento do percurso através do Bairro dos Pescadores, com o término da visita com conclusões finais e espaço de tempo para perguntas.

Será criada uma página de internet para apoio e divulgação da musealização do Bairro Operário de Portimão.



Figura 84 – Fachadas de habitações do Bairro do Pontal, construídas para famílias pobres nos anos 30 do século XX (2006). Foto do autor.

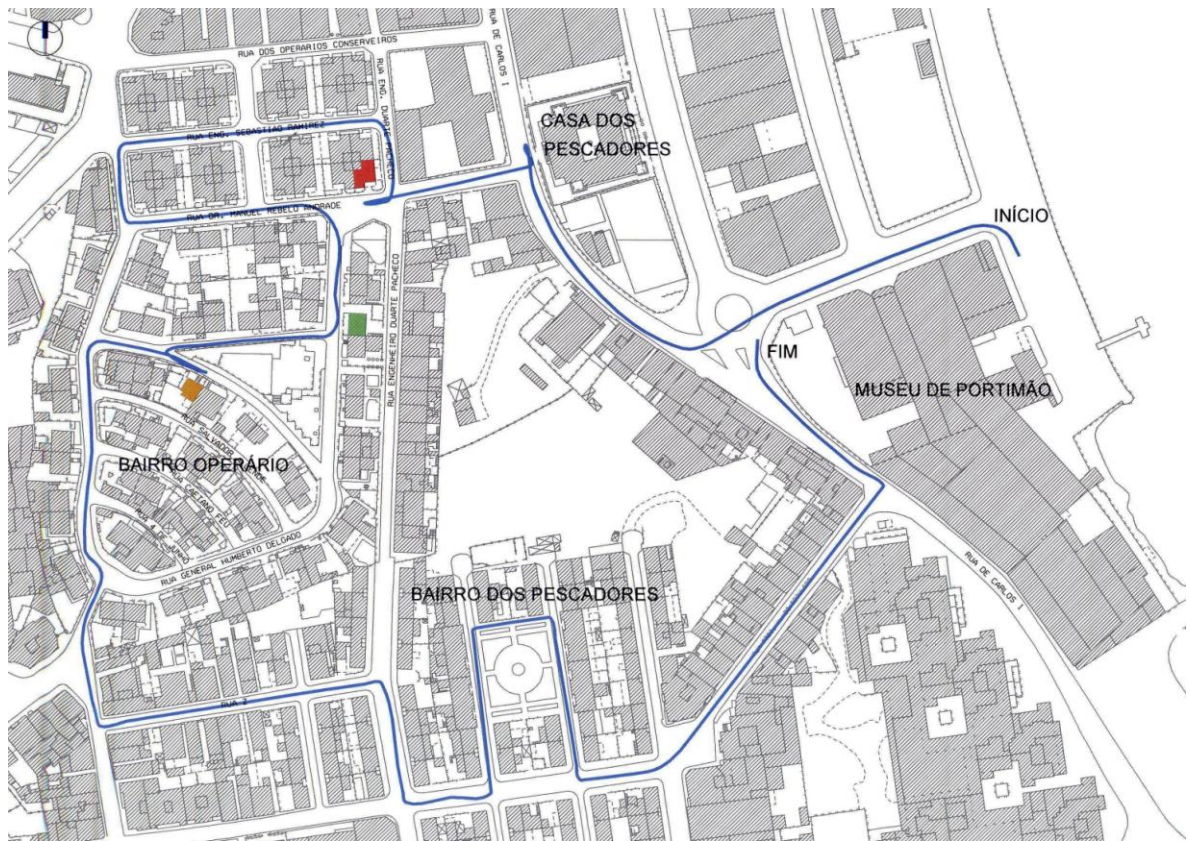


Figura 85 - Roteiro museológico definido com percurso desde o Museu Municipal de Portimão até aos bairros operários. (Sem escala). Desenho do autor



Figura 86 – Bairro Operário de Portimão - planta de moradias visitáveis, conforme percurso museológico definido (sem escala). Desenho do autor.

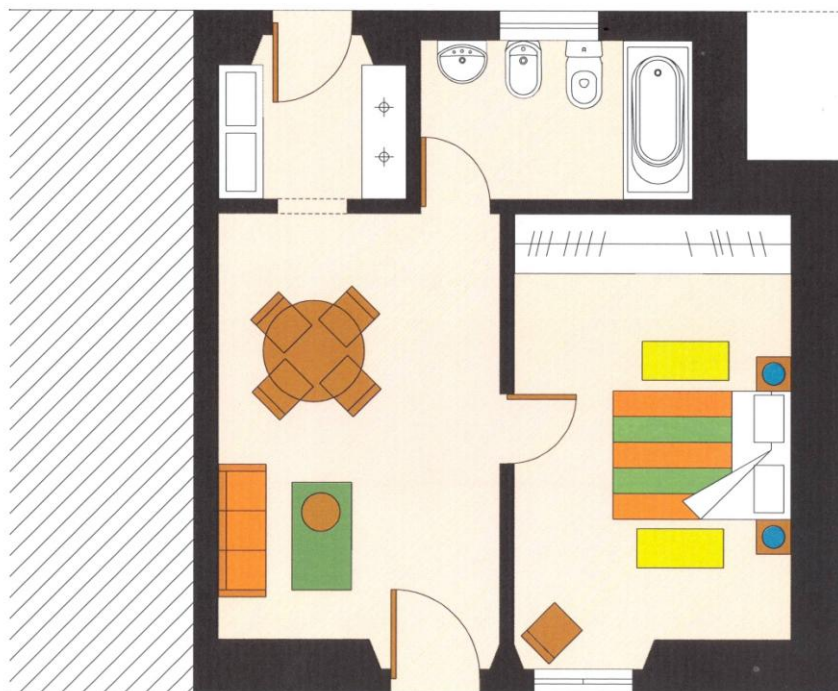


Figura 87 – Reconstituição de habitação de tipologia de um quarto (sem escala). Desenho do autor.



Figura 88 - Reconstituição de habitação de tipologia de dois quartos (sem escala). Desenho do autor.



Figura 89 - Reconstituição de habitação de tipologia de três quartos (sem escala). Desenho do autor.

3.2.3. A ficha-guia (exemplo)

Mesmo que alguns edifícios já tenham sido alterados, é possível reconstituí-los através de fichas-guia, ou roteiros estrategicamente definidos. Estas fichas podem ser mais ou menos complexas, conter mais ou menos informação, consoante o grupo etário a que se destinam. Podem conter um simples reconhecimento de um bairro, em termos gerais, com informação como plantas do local, entre outros elementos de interesse e podem também apoiar a visita a uma exposição no museu, ou, ao mesmo tempo, fazer parte do caderno diário porque sintetizam informações importantes de um determinado período da História de Portugal. (Duarte, 1993).

Ana Duarte propõe exemplos de ficha-guia para diversas faixas etárias, distribuídas por três ciclos de ensino: O ensino básico/1º ciclo, o ensino básico/2º ciclo e o ensino secundário/3º ciclo.

Neste trabalho apresenta-se um exemplo de ficha-guia para o nível de ensino básico/2º ciclo, alusiva ao tema tratado.

Bom dia.

Eu sou o António, operário fabril da indústria conserveira de Portimão e vou mostrar-vos a minha casa.

(Dirigir os visitantes através do Bairro Operário, conforme já referido e percorrer o trajecto até à casa n.º 11, habitação de tipologia de um quarto, onde se conta a história pessoal.)

Eu vim de um concelho vizinho de Portimão quando a indústria conserveira começou a recrutar pessoas para as fábricas.

Vim eu e a minha família. Como não tínhamos onde morar, o estado construiu umas habitações para nos alojar.

Chegámos em 1936, ano em que foi inaugurado o Bairro Operário de Portimão, com 100 habitações de várias tipologias e, como não tínhamos filhos, foi-nos atribuída uma das mais pequenas, só com um quarto.

A casa era constituída por uma sala, uma cozinha, uma casa de banho e um quarto. Tínhamos um quintal onde podíamos cultivar alguns produtos agrícolas que nos ajudavam a poupar algum dinheiro, porque, como os salários

eram muito baixos, vivíamos com alguma dificuldade. As condições de habitação da casa não eram as ideais, porque a sua dimensão era muito reduzida, mas era uma habitação condigna e que nós recebemos com grande felicidade. Ambos, eu e a minha mulher, trabalhávamos na fábrica de conservas e todos os dias nos deslocávamos para o nosso local de trabalho. Depois de uma jorna que chegava a ser de 10 horas, voltávamos para casa. A vida social limitava-se a conversas com os nossos vizinhos, também colegas da fábrica, e pouco mais. A vida era rotineira. Era trabalhar na fábrica, voltar para casa e repetir esta vida todos os dias.

Este exemplo de história pessoal deverá ser contado ao longo do passeio através do Bairro Operário, com passagem pela casa n.º 5, da Rua General Humberto Delgado, habitação de tipologia T2, com explicação das diferentes tipologias existentes no bairro. A visita ao bairro termina na casa n.º 2, da Rua Dr. Manuel Rebelo de Andrade, habitação de tipologia T3, com a exposição nela contida.

Considerações finais

A Revolução Industrial, com todas as vicissitudes que a acompanharam, como as condições precárias de vida dos trabalhadores, com situações de pura escravatura, e as epidemias, características que sempre pairarão sobre a época, serviu, ao mesmo tempo, como uma fase de experimentação e de ensaio que levaram ao desenvolvimento do urbanismo, das técnicas de construção, principalmente no que diz respeito ao saneamento básico e da higiene pública, além da grande revolução das teorias económico-sociais que dela resultaram.

Foi uma época embrionária que canalizou mentalidades e vontades para muitas das condições que hoje em dia são dadas como situações perfeitamente correntes no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores e às condições de vida das populações em geral.

Foi também nesta fase da história mundial que assistimos à proliferação de planos piloto para a criação de uma cidade industrial mais planeada, organizada e mais funcional. No saneamento básico, descobriram-se novas tecnologias, novos materiais como o ferro e as grandes manilhas vidradas, o aproveitamento de distantes abastecimentos de água, além das curas de diversas doenças como a malária, o tifo ou a cólera.

Os bairros operários, que constituíam um sistema de aglomeração urbano perfeitamente anárquico e sem qualquer planificação, erigidos em locais impregnados de atmosferas poluídas, antros de problemas sociais, serviram de espaços de ensaio para arquitectos e urbanistas do início do século XX, e permitiu evoluir para o pensamento da arquitectura e urbanismo modernos.

Depois da Primeira Grande Guerra, com a importância assumida pelo planeamento urbanístico, começa-se a assistir à criação de zonas industriais planeadas e disciplinadas, dotadas de infra-estruturas eficazes e de boas acessibilidades.

Existiram vários modelos e tipologias de habitação operária desde a Revolução Industrial até à primeira metade do século XX que, no entanto, entroncam numa característica comum: a falta de condições de habitabilidade, salubridade e higiene.

Desde as *slums* britânicas até às concepções de habitação operária mais avançadas, como o falanstério de Fourier ou o familistério de Godin, todas elas nos retratam a evolução económico-social e urbanística de uma época industrial cheia de atropelos pelos direitos dos trabalhadores que foram, a certa altura, personagens principais e fantoches

numa sociedade capitalista, desigual e injusta, sôfrega pela obtenção de rendimento fácil.

As *slums* inglesas, habitações típicas do operariado britânico, como concepções do início da industrialização, constituindo autênticos guetos, estavam dotadas de condições pouco dignas para um humano habitar, que ajudaram na proliferação de doenças e graves tensões sociais. Em termos urbanísticos eram caracterizadas por uma decadência urbana profunda, normalmente associadas a uma população de extrema pobreza. Havia alojamentos de várias tipologias, de um, de dois e três quartos, com uma pequena sala e uma pia para lavagem de loiça. Em alguns casos eram equipados com um fogão de aquecimento. Os sanitários e despensas, quando existentes, eram comuns. Algumas, as de melhores condições, eram servidas de água corrente, mas as retretes e as cozinhas localizavam-se fora das células familiares.

Os modelos arquitectónicos eram de formas simples, caracterizados por unidades habitacionais produzidos à imagem da mecanização e da industrialização.

Em Portugal, verificaram-se concepções de habitação operária de várias tipologias, em função dos locais onde se desenvolveram. Em Lisboa existiram os pátios e as “vilas”, numa versão mais desenvolvida de habitação operária. No Porto, as chamadas “ilhas”, sem grandes variantes. Em todos estes casos a característica comum eram as péssimas condições de habitabilidade. No que diz respeito ao pátio lisboeta e à ilha portuense, o padrão era comum, ou seja, a ocupação de espaços de logradouros existentes para rentabilização. Em Lisboa, aquando da evolução para as “vilas”, começaram-se a melhorar as condições das habitações e em que a qualidade das construções já se equiparava a algumas habitações da classe média. Alguns empresários, já sensíveis às necessidades dos seus operários, começavam a investir mais nas condições das casas que construía. O surgimento dos pátios, marcado pelo início da industrialização da capital, foi condicionado por condições similares às de outras regiões, não só de Portugal, mas de outras zonas industrializadas do mundo, caracterizados pela necessidade de encontrar um meio de albergar as populações imigrantes que afluíam em grande número aos grandes centros urbanos industrializados.

Os pátios tinham tipologias muito diversificadas e resultavam do aproveitamento de espaços existentes, constituídos habitualmente por casas construídas no centro de um quarteirão, da adaptação de edifícios existentes ou da ocupação de logradouros, nas tra-seiras de casas burguesas, onde os proprietários construía casas para arrendamento a classes desfavorecidas. Apesar de, por vezes, se assemelhar às “ilhas” do Porto, o pátio

lisboeta não possuía a uniformidade destas e nunca chegou a atingir a expressão desta forma de habitação operária.

As tipologias das construções, quando construídas de raiz, eram habitualmente de um só piso, com um ou dois fogos. Por vezes, resultante do aproveitamento máximo do espaço disponível, davam lugar a edificações de dois ou mais pisos, com três ou mais fogos, constituídas em banda, dando origem a prédios de correnteza. Esta tipologia era aplicada no interior dos pátios e, mais tarde, vai servir de ensaio para uma das versões da “vila” de Lisboa do final do século XIX, numa concepção mais evoluída de habitação operária.

As “vilas” eram edifícios construídos exclusivamente para albergar operários, edificados à margem dos arruamentos, nalguns casos no interior de quarteirões. Assumiam-se como uma estrutura marginal, de costas voltadas à malha urbana, organizada em redor de um espaço comum semi-privado, que serve de acesso às habitações. A edificação é multifamiliar, algumas vezes constituídos em edifícios alongados, em banda, género correnteza, compostos por vários pisos, normalmente dois ou três, ou em blocos isolados.

A característica mais presente na concepção da “vila” é o aproveitamento máximo do espaço disponível, comum à maioria da construção de habitações operárias. Resultava numa compartimentação interior de áreas exíguas, com a sua rentabilização máxima do espaço. A disposição espacial das casas acompanhava o perímetro do terreno onde se implantavam, habitualmente constituída por módulos bifamiliares. O acesso era, normalmente, através de um espaço central que desembocava num pátio, resultante do agrupamento envolvente das habitações, ou simplesmente constituído por um corredor. Aos fogos dos pisos superiores acedia-se através de escadas exteriores, normalmente metálicas, com galerias e pontes para ligação. Efectuavam-se, ou lateralmente, através de um corredor descoberto, ao eixo do terreno, habitualmente a desembocar num pátio, ou através de uma passagem aberta sob um dos edifícios. Em qualquer destes casos a passagem costumava estar encerrada por um portão de ferro.

As “ilhas” do Porto são uma concepção de unidades urbanísticas de construção espontânea, anterior aos pátios de Lisboa. O seu desenho e tipologia são diversos, não obedecendo a nenhum padrão. Habitualmente constituídas por fileiras de casas, uma de cada lado do arruamento ou por uma única, por construções de um só piso ou, nalguns casos, com um piso superior. As pequenas casas, constituídas por habitações unifamiliares, com áreas que não excediam os 16 metros quadrados, estavam dispostas em fileiras

sucessivas, normalmente costas com costas, situadas nas traseiras das casas da baixa e média burguesia. Os fogos eram agrupados em conjuntos de dois, quatro e dez unidades. O saneamento básico era inexistente. No interior destes espaços, as habitações constituíam-se em redor de um pátio ou do referido corredor, com acessos, um ou dois em forma de corredor, por vezes a desembocar no pátio. Tal como em Lisboa, o acesso estava normalmente encerrado por um portão.

Em consequência da melhoria das condições de vida urbana, com reflexo nas condições de habitabilidade, deu-se uma aproximação entre a qualidade da habitação operária e das classes médias urbanas. A evolução dos pátios para as “vilas” foi um reflexo desse facto. Esse fenómeno deu-se, não só em Portugal, mas um pouco por toda a Europa ocidental, a partir de meados do século XIX. A diferença entre a habitação burguesa e a habitação operária resumia-se às áreas, ao modo como estas se agrupavam e aos locais de implantação. Em Lisboa esta convergência veio alterar a concepção do tipo de habitação operária.

Enquanto em Lisboa houve uma evolução do tipo de habitação, aos pátios sucederam as “vilas”, no Porto esta evolução nunca se deu. Apesar da evolução e melhoria da qualidade das ilhas no final do século XIX, a diferença entre estas e as habitações burguesas continuavam a ser abissais.

No que diz respeito ao bairro Operário de Portimão, o facto de ter sido construído de raiz, de promoção estatal e já no século XX, facilitou que tivesse melhores condições de habitabilidade que as anteriormente referidas. O facto de ter dimensões muito reduzidas não era suficiente para se compararem com as demais.

O bairro foi sofrendo alterações, o que faz com que actualmente poucas habitações tenham o aspecto original.

O contrato celebrado entre o Estado e os residentes incluía uma cláusula que proibia os moradores de realizar quaisquer obras até terem a casa completamente paga. A partir do cumprimento dessa obrigação, observou-se a uma grande proliferação de ampliações e alterações, desta feita sem quaisquer critérios de preservação, que adulteraram a autenticidade da maior parte das construções. Actualmente poucas são as que mantêm as características originais.

Ficou evidenciado o interesse que o Bairro Operário de Portimão revela, nos diversos níveis propostos inicialmente. A exploração do contexto histórico-social deste espaço urbano e as suas relações com os aspectos arquitectónicos, urbanísticos e físicos, merece uma continuidade que ultrapassa o limite temporal da presente dissertação. Nesse

sentido, realça-se o interesse do desenvolvimento e implementação de um projecto destinado à musealização deste bairro operário.

A tentativa de preservação do bairro nas suas características originais vai no sentido de manter este espaço urbano como um testemunho vivo de uma época de quase um século, de grande importância na história recente e no próprio desenvolvimento da cidade de Portimão, com grande repercussão no que ainda hoje existe.

O valor histórico-cultural e patrimonial aqui relevado justifica bem o investimento que se possa fazer na sua recuperação e divulgação, tanto no plano patrimonial como educacional. Também se tornam desde logo evidentes as possíveis dificuldades e limitações à implementação do projecto, no contexto económico presente. Contudo, com um conjunto de acções correctamente planeadas e pertinentes, poderá conseguir-se uma concretização ajustada a públicos bem definidos e com custos controlados.

A mobilização estratégica de interesses e parcerias poderá passar pelas entidades oficiais e privadas que possam ter interesse na musealização deste espaço, possibilitando a sua recuperação, requalificação e reclassificação como um lugar a preservar e a incorporar na história da região: museus, autarquias, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), Direcção Regional de Educação e empresas industriais e conserveiras.

Um tratamento gráfico adequado tanto para a divulgação de elementos motivadores como para os conteúdos de exploração da história e o património do Bairro Operário de Portimão permitiria uma difusão tanto através da internet como de programas de divulgação nas escolas da região; um alargamento mais sistematizado desta informação poderá abranger outros grupos de interesse, de nível universitário.

O estabelecimento das visitas, sujeitas a marcação, a preparação de casas-tipo e uma selecção criteriosa dos elementos instalados permitiria um controlo de custos certamente aceitável, para o nível de interesse que o projecto representa.

A musealização do Bairro Operário de Portimão iria contribuir para valorizar substancialmente um tipo de património que tem sido pouco evidenciado, mas que é ímpar na função de descrever a vida social da população operária, dos serviços sociais disponíveis e da relação familiar e laboral com a fábrica.

Bibliografia

- AA.VV. (1963). *A Habitação em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de Urbanização e Habitação Eng. Duarte Pacheco.
- AA.VV. (1961). *Arquitectura Popular em Portugal - Vol. 2*. Lisboa: Ed. do Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- ACCIAIOULI, Margarida (1991). “Os Anos 40 em Portugal: O Regime as Artes: ‘restauração e celebração’”. Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- ALMEIDA, Ana Nunes (1993). *A Fábrica e a Família. Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.
- ALMEIDA, Carlos Alberto da Costa (1985). “Hidrogeologia do Algarve Central”. Dissertação apresentada à Universidade de Lisboa para obtenção do Grau de Doutor em Geologia, na Especialidade de Hidrogeologia.
- AMARAL, Francisco Keil do (1945). *O problema da Habitação*. Coleção Cadernos Azuis. Porto: Livraria Latina Editora.
- ANTUNES, Filipa Alexandre Gomes da Silva Oliveira, “Habitação Operária: Pátios e Vilas de Lisboa: a Explicação da Cidade Operária Industrial”, Lisboa, 2002.
- ASHTON, T.S. (1987). *A Revolução Industrial: 1760-1830* (5ª ed.). Coleção Saber. Lisboa: Publicações Europa-américa.
- AUDRERIE, Dominique (2003). *Questions sur le Patrimoine*. Bordeaux. Éditions confluences.
- AZEVEDO, António de (1905). *Habitações Operárias em Portugal: Relatório Apresentado ao 3º Congresso da Liga Nacional Contra a Tuberculose*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BARBOSA, António Manuel Pinto (1941). *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Lisboa, s.e.
- BENEVOLO, Leonardo (1995). *A Cidade na História da Europa*. Lisboa: Ed. Presença.
- BENEVOLO, Leonardo (1994). *As Origens da Urbanística Moderna* (3ª ed.). Lisboa: Ed. Presença.
- BENEVOLO, Leonardo (1980). *Projectar a Cidade Moderna*, Lisboa: Ed. Presença.

- CABRAL, Manuel Villaverde (1981). *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*. 3.^a ed. Lisboa: A Regra do Jogo.
- CALLADO, José (1978). *A Casa Portuguesa*. Revista Cidade Campo, 1(Fev).
- CARDOSO, Luis (1758). *Dicionário Geográfico*, Vol. 29, ANTT.
- CARVALHO, José Branquinho de (1962). *História do Bairro Operário “Bispo-Conde”*. Coimbra: Bibl. Municipal.
- CASTRO, Armando (1971). *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- CHOAY, Françoise, (1999). *A Alegoria do Património*, Coleção Arte e Comunicação. Lisboa. Edições 70.
- DUARTE, Ana (1993). *Educação Patrimonial: Guia para Professores, Educadores e Monitores de Museus e Tempos Livres*. Lisboa: Texto Editora.
- DUARTE, Maria João Raminhos (2003). *Portimão: Industriais Conserveiros na 1.^a Metade do Século XX*. Lisboa: Edições Colibri.
- ENGELS, Friedrich (1975). *A Questão do Alojamento*. Porto: Henrique A. carneiro.
- ENGELS, Friedrich (1993). *The Conditions of the Working Class in England*. Oxford: Oxford University Press.
- FARIA, António (s.d.). *O Problema das Casas Económicas*. Coleção Biblioteca Cosmos. n.º 140-141. Lisboa: s.e.
- FERNANDES, José Manuel (1993). *Arquitectura Modernista em Portugal (1890–1940)*. Lisboa: Gradiva.
- FERNANDES, José Manuel & JANEIRO, Ana (2005). *Arquitectura no Algarve: dos Primórdios à actualidade, uma Leitura de Síntese*. Lisboa: Ed. Afrontamento.
- FONTOURA, Álvaro de (1937). A habitação das Classes Trabalhadoras. *Boletim Cultural e Estatístico*, 1(1); Jan/Mar.
- GOITIA, Fernando Chueca (1996). *Breve História do Urbanismo* (4^a ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- GONZALES-VARAS, Ignacio (2003), *Conservacion de Bienes Culturales: Teoria, História, Princípios y Normas*. Madrid. Manuales Arte Cátedra.
- LEAL, Augusto d’ Azevedo Barbosa de Pinho (1876). *Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatístico, Chronographico, Heráldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de Grande Numero de Aldeias* (Vol. VII). Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão.

- LIMA, Baptista de (1940). *Terras Portuguesas*. Póvoa do Varzim: Tipografia Camões Editora.
- LIMA, Magalhães & BASTOS, Teixeira (1898). *Habitações Operárias*. Lisboa: Companhia Nacional Editora.
- LINO, Raul (1954), *Casas Portuguesas*, 5.^a edição, Valentim de Carvalho, Lisboa, 1954.
- LOBO, Huertas (1985). *A Arte e a Revolução Industrial nos Séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LOPES, Flávio & CORREIA, Miguel Brito (2004). *Património: Arquitectónico e Arqueológico: cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa. Livros Horizonte.
- LOPES, João Baptista da Silva (1841). *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve* (vol. 1). Lisboa: Algarve em Foco.
- LOPES, João Baptista da Silva (1841). *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve* (vol. 2). Lisboa: Algarve em Foco.
- MACHADO, José Pedro (1989). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Algés: Sociedade de Língua Portuguesa.
- MAGALHÃES, Fernando Perfeito de (1938). *A Habitação* (2^a ed.). Lisboa: Livraria Bertrand.
- MARQUES, Maria da Graça (1999). *O Algarve: da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri.
- MARTINS, Alexandre Miguel Cotovio (2002). *Paternalismo Patronal e Habitação Operária: o Caso da Companhia União Fabril, no Barreiro*. Tese de Mestrado em Cidade, Território e Requalificação apresentada no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa (policopiado).
- MATTA, Caeiro da (1909). *Habitações Populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Ministério das Obras Públicas – MOP (1912). *Contribuição para Estudo das Casas para Operários*. Boletim do Trabalho Industrial, (66). Lisboa: Ministério do Fomento, Direcção Geral do Trabalho Industrial - Imprensa Nacional.
- Ministério do Fomento, Direcção Geral do Comércio e Indústria - MF-DGCI (1912). *Contribuição para Estudo das Casas para Operários*. Lisboa: Boletim do Trabalho Industrial - Imprensa Nacional.

- MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda (1900). *Hygiene nas Habitações. Revista de Obras Públicas e Minas*, XXXI (370-372), 399-417.
- MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda (1901). *Hygiene Pública: Causas da Insalubridade das Casas de Habitação. Revista de Obras Públicas e Minas*, XXXII (Jan-Mar), 109-116.
- MOREIRA, Manuel Vicente (1937). *Notas Sobre a Habitação Operária em Portugal. Separata da Revista Brotéria*, XXXV (4º fasc).
- MOREIRA, Manuel Vicente (1941). *Habitação Operária* (vol. 2). Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- MOREIRA, Manuel Vicente (s.d.). *Notas sobre Habitação Operária em Portugal*. S.l.: Tipografia Porto Médico.
- MOREIRA, Manuel Vicente (1950). *Problemas da Habitação: Ensaio Sociais*. Lisboa: Minerva.
- MOUTINHO, Mário (1979). *A Arquitectura Popular Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MOUTINHO, Mário (1993). Centro de Estudos de Sócio-Museologia. *Cadernos de Museologia*, (1).
- MUMFORD, Lewis (1991). *A Cidade na História: suas Origens, Transformações e Perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- NUNES, Joaquim António (1939). *Portimão - Estudos Algarvios* (n.º 3). Lisboa: Casa do Algarve.
- NUNES, José de Sousa (1935). O Bairro de Torres Vedras. *Revista Arquitectura Portuguesa*, XXVIII (3ª série, n.º 1).
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & GALHANO, Fernando (1998). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- PEREIRA, Nuno Teotónio (1995). Pátios e vilas de Lisboa, 1870 -1930: a promoção privada do alojamento operário, 1870/1930 - Colóquio do ICS Habitação na Cidade Industrial - 1870/1950. *Análise Social*, 127.
- PEREIRA, Nuno Teotónio & BUARQUE, Irene (1995). *Habitação Operária*. Lisboa: Horizonte.
- PIRES, Olympio (1907). *Subsídio para a Resolução das Habitações Operárias para Operários Ruraes em Portugal*. Dissertação inaugural apresentada ao Instituto de Agronomia e Veterinária em Lisboa.

- RÉMY, Jean & VOYÉ, Liliane (1994). *A cidade: Rumo a uma Nova Definição?* (Col. Cidade em Questão, nº 9). Porto: Edições Afrontamento.
- RITA, Guilherme Augusto de Santa (1891). *Habitação do Operário e Classes Menos Abastadas*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- ROSSA, Walter (1998). *Além da Baixa: Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista* (Col. Arte e Património). Lisboa: Ministério da Cultura.
- ROSSI, Aldo (1977). *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.
- ROSENAU, Helen (1988). *A Cidade Ideal: Evolução Arquitectónica da Europa*. Lisboa: Presença.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1981). Habitação Operária em Lisboa. *Revista Arquitectura*, 143 (4ª série, Set.), 74-77.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992). *A Cidade em Portugal: uma Geografia Urbana* (Col. Cidade em Questão, nº 8). Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura (1996). Processo Museológico e Educação: Construindo um Museu Didáctico-comunitário. *Cadernos de Museologia*, 7.
- Serviços Geológicos de Portugal – SGP (1983). *Carta Geológica de Portugal: Portimão*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- TEIXEIRA, Manuel C. (1996): *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: As Ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TOSTÕES, Ana (2004). *Construção Moderna: as Grandes Mudanças do Século XX*. Intervenção no Seminário de História Económica, Tecnológica e Sociedade.
- TOSTÕES, Ana (1997). *Os Verdes Anos da Arquitectura Portuguesa dos anos 50* (2.ºed.). Porto: FAUP.
- VENTURA, Maria da Graça Mateus & MARQUES, Maria da Graça Maia (1993). *Portimão* (Col. Cidades e Vilas de Portugal). Lisboa: Presença.

Publicações periódicas

BARLAVENTO, Jornal, “Toponímia de Portimão: Rua Operários Conserveiros”, n.º 554, Ano XIII, Portimão, 17/06/1987.

COMÉRCIO DE PORTIMÃO, Semanário de Defesa Nacional, n.º 512, Ano 10º, 07/06/1936.

COMÉRCIO DE PORTIMÃO, Semanário de Defesa Nacional, n.º 513, Ano 10º, 14/06/1936.

COMÉRCIO DE PORTIMÃO, Semanário de Defesa nacional, n.º 1273, Ano 10º, 01/03/1951.

COMÉRCIO DE PORTIMÃO, Semanário de Defesa nacional, s.n., Ano 26º, 09/08/1951.

Anexos

- Anexo A** – Extracto do Jornal Semanal Comércio de Portimão, n.º 512, de 7 de Junho de 1936, com informação da inauguração do Bairro Operário de Portimão.
- Anexo B** – Extracto do Jornal Semanal Comércio de Portimão, n.º 513, de 14 de Junho de 1936, com notícia da inauguração do Bairro Operário de Portimão.
- Anexo C** – Extracto do Jornal Semanal Comércio de Portimão, n.º 1273, de 1 de Março de 1951, com notícia da inauguração do jardim-escola para operários conserveiros e pescadores de Portimão.
- Anexo D** – Extracto do Jornal Semanal Comércio de Portimão, n.º 1293, de 19 de Julho de 1951, com notícia da inauguração da Casa dos Pescadores de Portimão.
- Anexo E** – Extracto do Jornal Semanal Comércio de Portimão, de 9 de Agosto de 1951, com notícia da transladação de D. Caetano Feu.
- Anexo F** – Extracto do Jornal Semanal “O Barlavento” n.º 554, de 17 de Junho de 1987, com artigo sobre o Bairro Operário de Portimão.
- Anexo G** – Contrato de aquisição de casa no Bairro Operário de Portimão.
- Anexo H** – Exterior da lavandaria comunitária da Albert Street. (início do séc. XX).
Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.
- Anexo H** – Exterior da lavandaria comunitária da Albert Street. (início do séc. XX).
Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.
- Anexo I** - Interior da lavandaria de Friedrich Street (final do séc. XIX). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.
- Anexo J** - Edifício da escola comunitária em Ewon Street (início do séc. XX). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.
- Anexo L** - Família operária no exterior da sua habitação na Hunter Street. (Início do século XX). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.
- Anexo M** - O pátio n.º 2 da Sylvester Street (Junho de 1913). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool
- Anexo N** - Habitações na Carter Street. (Início do século XX). Fonte: Biblioteca Central de Liverpool.
- Anexo O** – Página de internet do projecto de musealização do Bairro Operário de Portimão

COMERCIO DE PORTIMÃO

SEMANARIO DE DEFEZA REGIONAL

Proprietario da Typografia Lumen
Rua da Administração-Rua Mercado-Santa, 10-Portimão

Director e Editor—AUGUSTO M. LEAL

Publica-se aos Domingos
Cama. e lva. - TIPOGRAFIA LUMEN - TELEFONE N.º 36 - PORTIMÃO

Perigo dos ratos

Procedida da Liga Portuguesa de Higiene Social, foi ultimamente alarmada com a tragédia de que ratos perforaram não a uma creança de 6 meses, mas ainda há de tempo os jornais noticiaram que outra creança de 6 meses morreu em virtude de ratos terem devorado a mãe e os produzidos filhos, antes na cabeça, envenenada com tal facto a doença os ratos são transmissores de terríveis conseqüências de peste, raiva, espirose, trichinose, várias doenças etc. a Direcção da Prefeitura de Portimão, em obediência ao desejo de preservação portuguesa mais elevado serviço de profilaxia, nome Professor da Faculdade do Porto, um tratado sobre ratos (perigos, meios de extermínio), a Liga pretende imprimir e distribuir gratuitamente, com este fim, porém, que devido à escassez do seu orçamento não pode arcar com o custo de impressão, e por isso toma em que aceita a colaboração de alguns filantropos para prestar um serviço a Pátria, por intermédio da Direcção de Profilaxia, no sentido de que laboratório, farmácia ou mercaderia, em troca de um bom exemplar de profusão de grande interesse pedico a Direcção de Profilaxia, Rua de Santa Catarina, 11-Portimão.

Balões Populares

Apresentando o Comité que tem dirigido e fazemos votos de que os mesmos sejam sempre a festa da cidade.

Farmacia de serviço

Esta HOJE de serviço permanente durante a semana a mercê Guilherme Dias.

Espectáculo de beneficência

Promovido pelo Club Recreativo, teve lugar na passada sexta-feira, no Salão Esplanada, um espectáculo em que foi representada a célebre revista "Sendo assim, há certos e cujo produto revertido em parte apenas em benefício da Associação dos Bombeiros Voluntários e Asilo dos Pobres de Portimão.

O espectáculo teve uma assistência regular, e decorreu com entusiasmo, sendo hidos alguns números e bastante aplaudidos todos os interpretes que na revista tomaram parte.

VIDA DE CRISTO

Segundo os Evangelhos e as revelações de Ana Catarina Emmerich
Encontra-se em distribuição (Largo do Picadeiro, 10-Lisboa), o 2.º fascículo desta interessante obra. O numero publicado põe-nos diante dos olhos as comunicações da Precursora com Deus e sua grata do Libano e, finalmente, as orações ao povo, soldados e judeus, até ao baptismo de Cristo, no rio Jordão.

Hospital da Misericórdia de Portimão

Movimento do mez de Maio

DOENTES	
Tratados de mais de 10 dias	10
Tratados de 5 a 10 dias	15
Tratados de 3 a 5 dias	20
Tratados de 1 a 3 dias	30
Tratados de 24 horas	40
Tratados de 12 horas	50
Tratados de 6 horas	60
Tratados de 3 horas	70
Tratados de 1 hora	80
Tratados de 30 minutos	90
Tratados de 15 minutos	100
Tratados de 5 minutos	110
Tratados de 1 minuto	120
Tratados de 30 segundos	130
Tratados de 15 segundos	140
Tratados de 5 segundos	150
Tratados de 1 segundo	160
Tratados de 30 segundos	170
Tratados de 15 segundos	180
Tratados de 5 segundos	190
Tratados de 1 segundo	200

ARRENDAR-SE

CASA, com agua, arvore de fructo e vinha, no sítio da Rocha. Tratar com Antonio Amaro Portimão.

Festas em Lagôa

Promovida por uma comissao de habitantes de Lagôa, realizara-se nesta véspera localidade, na próxima quinta-feira, 11 do corrente, a festa a S. Jorge e que promete revelar-se de grande lustre.

ARRENDAR-SE

CASA, com agua, arvore de fructo e vinha, no sítio da Rocha. Tratar com Antonio d'Oliveira.

Este numero foi visado pela Comissao de Censura.

RIFA

A rifa d'uma bicicleta que deveria situar-se pela lotaria de Santo Antonio, fôz transferida para a lotaria do Natal.

Leilão de penhores

Em harmonia com o lei em vigor se anuncia que no dia 5 do proximo mez de junho se fará leilão de todos os penhores em atraso de juros com mais de tres meses.

Automovel Morris

Em bom estado, VENDE-SE barato. Tratar-se com Paulo Franco Praia da Rocha

Casa no campo

Com 7 divisões, chistera, retrete e caxaria, situada a 10 minutos de praia do Vau e da Rocha, aluga-se em boas condições de preço, incluído um traço de vinha.

Dr. Michele Cocco

MÉDICO
Doenças das Crianças (Proptosis e Clínica Pediatrica do PROF. JENIMA de Nápoles) e Análises Clínicas (Urina, espermatozoos, sangue, líquido cefalo-raquidiano, suor, glicose, etc.)
Consultório: Rua Marechal de Pombal, 8
Consultas das 10 às 12 e das 14 às 17.
Tel. 31 LAGOS

BAIRRO OPERARIO DE PORTIMÃO

Portimão vai inaugurar hoje o Bairro Operario que ha pouco foi acabado de construir pelo Ministerio das Obras Publicas, em participacão da Conzorcio Portuguez de Conservas de Peixe e Fundo de Desemprego.

Para assistir a este acto, estão desde hontem em Portimão, os Senhores Ministros das Obras Publicas e do Comercio, bem como o Sr. Sub-Secretario das Corporações e Presidencia, Directores do C. P. C. P. e outras individualidades.

O programa das festas levadas a effeito hoje, é o seguinte:

A's 10 horas: Distribuição, nas fabricas, ás respectivas operarias em numero de 2.358, de generos, como seja, pão, arroz, grão, carne e toucinho.

A's 13 horas: Reunião, no Largo do Municipio, das individualidades convidadas para a recepção solene na Camara Municipal e organisação do cortejo, em que tomam parte professores e alunos do Liceu Municipal Infante de Sagres, das Escolas Primarias de Portimão, uma deputação da Academia de Faro, clubes desportivos e recreativos, esportivos, operarios da industria de conservas, etc. etc.

A's 16 e meia horas: Recepção solene aos Paços do Concelho a suas Excdencias, os Senhores Ministros das Obras Publicas e Comunicações, Comercio e Industria, Sub-Secretario das Corporações e Previdencia, Director Geral dos Monumentos e Edificios Nacionais, Presidentes das Camaras do Algarve, Direcção do C. P. C. P. e outras individualidades.

A's 14 e meia horas: Inauguração do Bairro Operario, condecoração de quatro operarios e entrega d'uma casa gratis ao operario conserveiro mais velho e de melhor comportamento moral e profissional.

A's 16 horas: LANCHE, na ESPLANADA, a 1.150 operarios da industria das conservas oferecido pelo C. P. C. P.

PORTO DE HONRA, a suas Excdencias, os Ministros e outras individualidades, na Pensão Bela Vista, da Praia da Rocha.

A's 19 e meia horas: Exhibição, no Cine-Theatro, gratuita para os operarios da industria de conservas, de dois filmes de alto valor artistico, editados pelo C. P. C. P., em que se reconstituem as lizes principais da pesca e da fabricação da sardinha.

A guarda de Honra, tanto junto dos Paços do Concelho, como no Bairro Operario, por occasião da cerimonia da inauguração é feita pela Corporação dos Bombeiros Voluntarios, e as festas são abrihantadas, pela Banda Municipal de Portimão, sob a regencia do seu chefe, Sr. Jaime Camões Pass.

COMERCIO DE PORTIMÃO

SEMANARIO DE DEFEZA REGIONAL

Propriedade de Tipographia Lumen
Redacção e Administração - Rua Machado Santos, 10 - Portimão

Director e Editor - AUGUSTO M. LEAL

Publicações em Domingos
Comp. e Imp. - TIPOGRAPHIA LUMEN - TELEFONE 6.º 28 - Portimão

A INAUGURAÇÃO DO BAIRRO OPERARIO DE PORTIMÃO

Portimão, a nossa linda e progressiva cidade, esteve em festa no passado domingo.

Foi esta motivada pela inauguração do Bairro Operario, construido em comparticipação do Consórcio Português de Conservas de Peixe, Ministerio das Obras Publicas e Fundo de Desemprego, e que constitue um grande melhoramento de largo bem-estar social.

As festas da inauguração tiveram fúlcio pelas 10 horas da manhã, com a distribuição das faixetas de conservas, ás respectivas operarias em numero de cerca de 2 400, de uma reição para ser colinhada e que consistiu de carne, truchão, grão, arroz e pão.

As 13 horas, começaram a reunir-se no largo e jardim fronteiro aos Paços do Concelho todas as individualidades e colectividades convidadas para a reição selene que na Câmara ia ser feita ao Sr. Ministro das Obras Publicas e Comunicações, do Comercio e Industria e Sub-Secretario das Corporações e Previdência, que na vespera haviam chegado a Portimão para assistir á festa da inauguração do Bairro.

Pouco depois das 13-30, chegaram de automóvel vindos da Praia da Rocha onde se achavam instalados aquêles membros do Governo, sendo acompanhados pelos srs. Governador Civil do Algarve, Presidente da Câmara Municipal de Portimão, etc.

A guarda de honra foi prestada pela Corporação dos Bombeiros Voluntarios e a que o sr. Ministro das Obras Publicas passou revista.

Após esta cerimonia, dirigiram-se os ilustres visitantes para o edificio da Câmara e cuja entrada se encontrava a Banda Municipal de Portimão.

Instalada a sessão, falou em primeiro lugar o sr. Governador Civil, que n'um brilhante discurso, saudou os membros do Governo ali presentes, salientando o valor da obra que a cidade lieva devedor aos srs. Ministros das Obras Publicas e do Comercio, por occasião da ultima crise que a provincia do Algarve atravessou.

Enalteceu as figuras dos srs. Presidentes da Republica e do Governo, afirmando que os seus nomes ficaram para sempre registados na Historia portuguesa.

Falou em seguida o sr. Alvaro Joaquim Cabral, presidente da Câmara, que por em destaque o grande beneficio que para Portimão representa a construção do Bairro que dentro em pouco ia ser inaugurado.

Salientou outras necessidades, como sejam em primeiro lugar, a construção do porto, cujas obras desejava em breve ver iniciadas.

Encerrou a sessão, o sr. Ministro das Obras Publicas, agradecendo as referencias feitas ao Governo, e elogiou a figura do sr. Dr. Oliveira Salazar, que afirmou ser como o Chefe do Estado, o expoente maximo da vida portuguesa.

No final, todos os oradores foram muito aplaudidos.

A seguir, organizou-se o cortejo que se dirigiu para o Bairro Operario a fim de proceder á sua inauguração.

N'ele tomaram parte além dos membros do Governo e outras individualidades officiaes, todas as colectividades recreativas, desportivas, almas do Liceu Infante de Sagres, uma deputada da Academia de Faro, as crianças das Escolas Officiaes, cada uma das quaes empunhava uma pequena bandeira nacional, operarios das fabricas de conservas, e muito povo.

Chegado o cortejo ao Bairro, a Banda Municipal de Portimão que seguia na frente, positionou-se á entrada do mesmo, e na occasião que o sr. Ministro das Obras Publicas estava a fita de serdes brancas que vedava a passagem, exortou o Hino Nacional que foi ouvido em respeito pela grande quantidade de povo que assistia á cerimonia.

N'uma tribuna armada no alto do Bairro, tomaram lugar os convidados, e em seguida o sr. engenheiro Gomes da Silva procedeu á leitura do auto que entregou o Bairro ao Instituto das Casas Economicas.

A seguir, foi chamado á tribuna o operario conserveiro Francisco Serra, de 74 anos de idade, a quem foi consultado que em consideração pela sua conducta moral e professional, fora resolvido entregar-lhe sem encargo algum, o usufructo d'uma das casas e de que podia tomar posse immediata.

Iniciaram-se depois os discursos, falando os srs. engenheiro Gonçalves de Cal, José dos Santos Ribeiro, drs. Bento Caldas, João de Matos Pereira e Ricardo Cabrita, como representante dos operarios conserveiros de Olhão.

O sr. major Joaquim Abranches, pronunciou depois um brilhante discurso que foi muito aplaudido. Falou ainda o sr. sub-secretario das corporações e depois foi chamado á tribuna o operario José Rocha a quem o sr. Ministro encareceram de comunicar ao povo que o

Bairro teria o nome "Dr. Oliveira Salazar", o que foi acolhido com uma grande salva de palmas.

Terminado o acto da inauguração dirigiram-se os srs. Ministros, comitivas e convidados para a Praia da Rocha onde na Pessoa "Bela Vista", lhes foi oferecido um "Porto de Honra" e em seguida o sr. Dr. Oliveira Salazar e o sr. Ministro da Construção.

Antes, haviam ido os visitantes á Esplanada assistir ao inicio da merenda oferecida pelo Consórcio Português de Conservas de Peixe aos operarios conserveiros e que consistiu de sanduiches de carne assada, conserva, pão e vinho e em que tomaram parte cerca de 1 400 operarios, distribuidos por cinco extensas mesas armadas de proposito para esta festa de confraternização que foi abrilhantada pela Banda Municipal que tomou diante a reição.

Os srs. Ministros e sua comitiva, retiraram pouco depois das 18 horas, indo a Messines tomar o rapido para Lisboa, em virtude de não lhes ter sido possível jantar-o em Portimão.

Pouco depois das 20 horas, teve ainda lugar ao Cine-Theatro, uma sessão cinematographica gratuita para os operarios conserveiros, e em que foram exibidos tres filmes editados pelo Consórcio Português de Conservas de Peixe, sobre as industrias de peixe e conservas de sardinhas em Portugal.

Para todos estes numeros do programa, foram-nos enviados os respectivos convites, gentileza que não podemos deixar de reconhecer e agradecer a sr. D. Cayetano Fea e Julio de Souza Calapa, respectivamente, vice-presidente do Gremio dos Industriais de Conservas de Peixe do Sul e delegado em Portimão do Consórcio Português de Conservas de Peixe.

"Sendo assim, 'stá certo..."

No Salão Esplanada, realizou-se na terça-feira, 16 do corrente o ultimo espectáculo com a revista "Sendo assim, 'stá certo...", que além d'uns numeros avultados, apresentou outras modificações.

Os preços das entradas foram reduzidos, e fim-de-semana poderão assistir todas as pessoas que disponham de poucos meios.

Farmacia de serviço

Entre HOJE de serviço permanente durante a semana a farmacia Quilantia.

Uma oferta á Associação dos Bombeiros Voluntarios

Pelo Ex.º Sr. D. Cayetano Fea, importante industrial conserveiro desta praça, foi no passado domingo oferecido á Associação dos Bombeiros Voluntarios, o excelente automovel "Bem" que aquêle sr. possuía e que destinou ao serviço de nossa brionca corporação.

Antes, desde aquêl dia ficou a Associação de cuja Direcção o sr. Fea é presidente, provida de mais uma viatura que depois de umas pequenas modificações que lhe vão ser feitas, em breve entrará em serviço.

E' para sóo bastante grato verificar actos desta natureza que, por serem raros, são dignos do maior destaque.

Comissão de Iniciativa

DA PRAIA DA ROCHA
Arrendamento de barracas, carpas e baldios

Para geral conhecimento se faz publico que até ás 14 horas do dia 20 do corrente mês de Junho, se recebem na Secretaria da Comissão de Iniciativa da Praia da Rocha, propostas, em carta fechada, para o arrendamento de 20 barracas (charrutos) e 2 baldios. As condições do arrendamento são as seguintes: 1.º a renda termina em 30 de Novembro do ano corrente; 2.º todo o material deve ser entregue no mesmo estado de conservação e limpeza em que for recebido; 3.º as licenças e taxas respectivas correm por conta do arrendatario; 4.º o pagamento será feito, mediante ao acto da entrega do material (ou da adjudicação) e a outra metade até 15 de Setembro.

Cine-Theatro

A empresa Orquestra Sinfonica, com o espectáculo que hoje dá ao Cine-Theatro, inaugura a época de verão com preços phantomas.

Os programas seguintes, serão sempre de melão a agradar e os preços em vigor são os seguintes: Camarotes, 10\$00; Balcão, 3\$00; Plateia, 2\$00 e Geral 1\$00.

Hoje são exhibidos dois filmes: "O Banho de Suanne" e "O Rolo da Morte" e amanhã segunda-feira figuram no programa outros dois filmes de atracção: "Shirley, aviadora" e "Babouca" que decerto levantarão a Cist uma grande excitação.

Portimonense Sporting Club

Em assembleia geral extraordinaria realizada em 30 de Maio findo, foram eleitos para substituir a Comissão Administrativa que geria aquelle antigo C.S.P., os seguintes corpos gerentes:

Assembleia Geral
Presidente - Francisco José Duarte
Vice-Presidente - Antonio Gonçalves
1.º Secretario - Justiniano Carvalho
2.º Secretario - Francisco Marques
d'Oliveira.

Diracção
Presidente - Dr. Antonio Teixeira Gomes
Vice-Presidente - Martinho Mergulhão
1.º Secretario - José Martins Gelpião
2.º Secretario - Regerio Caldeira
Paulo Junior
Vogal - José Joaquim Mendes Furtado e José Marques Mourão
Suplentes - José Zacarias Fernandes e Sebastião de Freitas Leal.

Conselho Fiscal
Presidente - Ernesto Fea
Secretario - José Baccar Faria dos Santos Ribeiro
José Sequoia Junior
Suplentes - João Mendes Furtado e Romão Pereira d'Assunção.

PIANO

Em bom estado, VENDE-SE. Informa esta redacção.

AUTOMOBILISTAS

Nos proximos dias teréis ocasião de examinar na Praça Principal de Portimão o ultimo modelo dos carros "Mercedes-Benz" tipo Pequeno.

Agencia "Mercedes-Benz" - Lisboa
Rua dos Sapateiros, 39 - 2.º

COMERCIO DE PORTIMÃO

SEMANARIO DE DEFEZA REGIONAL

Proprietario - Augusto M. Leal
Responsabilidade Administrativa:
Rua Machado Branco, N.º 10 - Portimão

Director e Editor - AUGUSTO M. LEAL

PUBLICA-SE de Quinta-feira
ANÚNCIOS (Pagamento adiantado)
Domic. e Tel. - TIPOGRAFIA LUNA - TELEFONE 2.º 28 - Portimão

OS ANIMAIS

Existem almas escuras, mas a maior parte são apenas almas escuras, em que teria sido talvez possível conseguir que a luz resplandecesse e as almas fossem iluminadas, porque os portadores das bocas ou nebulas culpadas não tiveram sido abandonados pelos homens validos que lhes ligaram as mãos.

As bocas escuras e as escuras, não atentam em coisa alguma de seu sentimento digno respeito. Juntos terão sido, se é que se apresentaram a ler, referencia alguma a resignação que manifesta o animal quando enfermo. Não verá remas resignação e sim também a possibilidade por parte da vítima, para se comportar de outra maneira?

Na doença, chamem-lhe resignação, e façamos do facto um facto e poderemos motivo para um apiedamento desse enfermo, procurando ser-lhe útil, nunca, por egotismo, simulando seus sofrimentos como se de crentes insensíveis se tratara. Como se fossemos também das espécies inferiores de Maxillole Robert, que desolam, sem de um sem coração, um espírito anemicamente observador:

"É uma coisa, diz ele, mais interessante que uma criação pedida ou suplicada e que um homem chorando; é o animal que espera a morte em silêncio. Não me vem apelo que o se não adúltera".

É que não podemos valer aos animais em todas as suas desventuras; ali quando podemos, por momento, suprimir esse manto de penas para de sacrificar valor e deliberadamente animais para os comer, que os matamos juntamente a vez compulso de não provocar, como provocamos nos louros e no excesso tiro em combon, sofrimentos, agonia e a morte, aversando isso tudo em proleto para nos divertirmos!

Atenuosidades assim, só os homens seriam capazes de inventar.

Luiz Leitão

Câmara Municipal de Portimão

Horário da Biblioteca Municipal instalada no edificio dos Pexos do Concelho

Abertura às . . . 17 horas
Encerramento às . . . 20 horas

Reabertura às . . . 21,30 horas
Encerramento às . . . 0 horas

Pagos do Concelho de Portimão, 23 de Fevereiro de 1951

O Presidente da Câmara,
o Sr. Salvador Gomes Vilarinho

A inauguração da Escola-Jardim de Portimão

A Escola-Jardim que o Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Barlavento do Algarve, há anos mandou construir nos terrenos à entrada do Bairro Operário, foi inaugurada finalmente no passado domingo, dia 25 de Fevereiro tendo a deslocação a receber e assistir 200 crianças filhas de operários da industria de conservas.

As acções presidiu o Ilustre Governador Civil de Faro, sr. Dr. Luis Vaz de Sousa, secretariado pelo presidente do mesmo município, sr. Salvador Gomes Vilarinho, Dr. Fernando Mesquita, delegado do Governo junto do Grémio dos Industriais, comandante Sá Teixeira, sigeo capitão do porto de Portimão e José J. Mendes Fortado que ha anos vem desempenhando o cargo de presidente da direcção do referido Grémio, sendo a assistência muito grande e onde predominava o elemento industrial conserveiro da zona.

O sr. Mendes Fortado num interessante discurso lembrou a acção da sr. Dr. Teófilo de Negreiros e eng.º Jorge Jardim que para a realização d'aquella construção concederam grandes auxilios.

O nome de Tomas Leiria Pinto, falecido a estivo industrial conserveiro que foi indiscutivelmente o principal impulsionador da construção da Escola-Jardim, foi recordado com saudade e como preito de homenagem foi o seu retrato descerado por sua filha Sr.ª D. Maria Palerina Marais Pinto Duarte, esposa do também industrial sr. Dr. João Pereira Duarte.

O sr. Governador Civil, após esta cerimonia encorreu a sessão salientando o valor do grande melhoramento que se achava de inaugurar e era oportuno nestes tempos tão perturbados, em que se impoem a difusão da civilização Cristã.

Prometeu o auxilio que ao Governo da Nação fosse possível dispensar à Escola-Jardim.

Findo este acto, foi a uma outra dependência servida uma merenda às crianças que acompanhadas de suas familiares e sob a guarda de suas famílias foram dirigidas para as suas instalações.

Parfums de serviço

Encontram-se de serviço parafumaria nos períodos a seguir indicados nas seguintes farmacias:
De 24 de Fevereiro a 2 de Março
Farmacia Carvalho
De 3 a 9 de Março
Farmacia Leal

O pintor Jaime Murteira expõe isoladamente 28 quadros na Sociedade Nacional de Belas Artes

Nem sempre o ditto está por detrás da porta da... S. N. B. A....

Alguns vezes parece ali, desvanecido, o cfo artistico; como succede agora.

Jaime Murteira, é discípulo de Frederico Ayres e António Sampaio, que devem estar orgulhosos de terem sido seus mestres. Salmos verdadeiramente enfeitados de visita que fazemos à exposição desse artista por um terreno banhado de pura arte na contemplação das suas paisagens e... manobras; de uma factura impo- edível. Os quadros sobre a Algarve, (Segete, Lagos, Moschique e Aljezur), deixaram-nos encantados. São as cores do mar e das rochas algarvias finamente copiadas, assim como as belezas da serral Uma maravilha as tons azuis e melancólicas; e, tanto mais perfeitas, por quanto, desde uma distancia mais do que regular, ainda se addem avelar; tendo- nos recordar os versos que o F.º Ag. Veloso escreveu no album de outro artista:

*Passa Semelhã as tintas
Se o teu olhar as toca,
Já não são tintas; são vida,
São a alma convulsa,
Das coisas que Deus criou.*

Jaime Murteira, apresenta-se modestamente; ali nos percoz com que anexo a seu valioso quadro.

Com grande encanto de nossa parte, temos visto muitas por- carias pelas quais os retratistas antigos descuradamente pedem desculpas!!

Alguns vez os novos haviam de estar commoço a afirmar que: *isto, não é ad Machado!!!*

Zé de Mito

Emissora Nacional

Pagamento de recibos atrasados

A Emissora Nacional lembra aos seus ouvintes, que por qualquer motivo não tenham recebido oportunamente o pagamento de recibos de taxa radiodifusão, que estes são enviados, lido o prazo de espera, às Encargadas Fiscaes.

Como o número de recibos em atraso, em débito até ao fim de 1950 (inclusive), porém, muito avaliado, resolveu-se aguardar excepcionalmente o seu pagamento voluntário, ao Serviço de Taxas da Emissora Nacional, na Avenida Dr. Sálgado Pais, até ao dia 10 de mês de Março. Após esta data, os recibos seguirão para as Encargadas Fiscaes, sem qualquer outro aviso aos interessados.

Falecimento

Em virtude de doença de que foi acometida, faleceu no passado dia 25 de Fevereiro, a Sr.ª D. Maria da Natividade Cardoso de Azevedo, de 48 anos de idade, natural da Mexilheira da Carregação (Lagoa) e esposa do sr. Alberto Ribeiro de Azevedo, sócio da acreditada firma de Portimão, Pedro Santo de Azevedo, Snc.º, L.º e irmão do conhecido advogado, sr. Dr. João Rocha Cardoso.

No funeral que se realizou no dia seguinte tomaram parte algumas centenas de pessoas de todas as categorias sociais, tendo a urna sido transportada da Igreja Matriz em auto-funebre, para o cemitério de Estombar onde ficou depositada em jazigo de familia, e acompanhada em todo o percurso por cerca de 70 automóveis.

A família enlutada, apresenta o nosso jornal que se les represente no funeral, os seus sentidos pezares.

"Gazeta do Comércio e da Indústria"

São o 1.º número deste utilissimo semanário, indispensável a todos os commerciantes, industriais, aos empregados do comércio e da industria e a quantos desejam ter em suas mãos segura e exacta informação, que abrange as leis, portarias e regulamentos publicados em Portugal, a "Gazeta do Comércio e da Indústria" mantém secções de consultas gratuitas que podem considerarse modelares. Assim, o Elucidário Juridico está a cargo do Ilustre advogado Dr. José H. Soares, e a secção técnica é dirigida pelo Eng.º Santos Heitor, a Página Corporativa foi confiada aos Drs. Silva Leal e Luis Tomé e as de Contribuições e Impostos e de Contabilidade tem a direcção, respectivamente, Alberto Oama e o Dr. Alberto Maria Leuro. Tudo quanto pode interessar as actividades económicas - Condição industrial, Registo de Marcas, Novas Irmãs, Legislação, etc. - se regista no novo jornal, e com a maior facilidade se encontra, pois além de boa disposição gráfica, será publicado semestralmente um minucioso folheto de todas as matérias.

O preço deste novo semanário - quinze testões - é ainda compensado pelo direito de publicar ali pequenos annuncios.

Os pedidos de assinatura podem ser dirigidos à redacção - Rua da Arca da Bandeira, 79-1.º - Lisboa.



Deputado José António dos Santos Agradecimento

Sua familia, profundamente sensibilizada pelas numerosas manifestações de estima e consideração que recebeu de várias partes do país, por motivo da curta doença e subsequente falecimento do seu castramento Marito, Paer, Soero, AVD, irmão e Tio, Doutor José António dos Santos, e não lhe sendo possível agradecer directamente a muitos por desconhecer direcções, vem publicamente testemunhar a sua gratidão a todos os que por qualquer forma se interessaram com estado de saúde do querido doente os lhe manifestaram o seu pesar, pela perda irreversível que sofreu.

Aos jornais do Algarve e do resto do país, que publicaram o triste acontecimento igualmente agradece, assim como a todas as instituições que exararam em suas actas votos de pesar pelo doloroso facto.

Patenteia ainda o seu reconhecimento, as pessoas que se dignaram assistir às Missas mandadas rezar nos passados dias 11 de Janeiro e 8 de Fevereiro na Igreja Matriz de Portimão e 7 de Fevereiro na Igreja de St. de Faro, e participa que, nos próximos dias 7 de Março, pelas 9,30 horas, será rezada Missa na Igreja Matriz de Portimão e no dia 8 de Março, pelas 10 horas na Igreja de St. de Faro, subagando a Atenção do saudoso finado, agradecerá a todas as pessoas das suas religiões e amizade, que se dignarem assistir a llo piedoso acto.



Augusta Paula Figueiras de Andrade Agradecimento

Seus filhos, nêtra, genro e netos, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente, ou pelo correio, a todas as pessoas que se dignaram acompanhar o funeral da sua mãe, sogra e avó, exprimem o dever de serem apresentados por este meio os seus agradecimentos.

No próximo dia 5 do corrente mês de Março, pelas 10 horas, será celebrada missa por sua intenção, na Igreja Matriz pelo que se expressam desde já muito reconhecidos a quem assistir a piedoso acto.

COMERCIO DE PORTIMÃO

SEMANARIO DE DEFEZA REGIONAL

Proprietario - Augusto M. Leal

Redacção e Administração

Rua Machado Santos, N.º 10 - Portimão

Director e Editor - AUGUSTO M. LEAL

Publicação de Quinzena

ANÚNCIOS (Pagamento adiantado)

COM. - LITHO. TIPOGRAFIA LEMER - TELEFONE 2.º 24 - PORTIMÃO

MELHORAMENTOS PÚBLICOS

Desde 1932-33 a 1950 foram gastos pelo Ministério das Obras Públicas, por conta do Orçamento Geral do Estado, cerca de 9 milhões e 107 mil contos em melhoramentos de toda a espécie que valorizaram extraordinariamente o património nacional, transformaram a fisionomia do País e elevaram de maneira muito expressiva o nível de vida da população pela conquista das amplas e numerosas elementares e bens da civilização postos ao seu dispor. Só no ano de 1950 o valor das obras concluídas, entre as quais muitas que reflectem o interesse das autarquias locais pelo progresso e desenvolvimento das suas terras, atinge um total de 572.659 contos, sendo distribuídos segundo a natureza das obras:

- Entradas nacionais - 141.019;
- Pontes marçhias - 12.684;
- Vias de comunicação municipal - 37.135;
- Casas económicas - 38.926;
- Casas para famílias pobres - 15.509;
- Casas para pescadores - 3.465;
- Instalações para o Ensino - 47.705;
- Escolas primárias - 29.130;
- Liceus - 1.004;
- Universidades - 7.153;
- Outros estabelecimentos de ensino - 2.685;
- Instalações para a Marinha - 31.280;
- Instalações de Serviços - 33.021;
- Arruamentos - 25.316;
- Estabelecimentos de assistência - 10.549;
- Hidráulica fluvial - 9.500;
- Portos e costas marítimas - 5.000;
- Abastecimentos de água - 1.754;
- Igrejas e seminários - 7;
- Melhoramentos urbanos diversos - 10.067;
- Instalações para o turismo e o desporto - 8.700;
- Servios edificios para a Casa Geral de Depósitos - 7.126;
- Estabelecimentos prisionais - 6.970;
- Saneamento - 4.621;
- Melhoramentos rurais diversos - 2.604;
- Estabelecimentos culturais e monumentos - 1.093.

Distrito do Faro

Tantidade do valor das obras concluídas: 30.573.405\$00.

Hidráulica

Costo das obras efectuadas: 1.564.304\$96.

Algarve - Reparação da ponte de Arcozelo, na ribeira de Vasco, Alportel - Construção de uma ponte sobre a ribeira de Alportel, Castro Marim - Regularização da ribeira de Beldade (limpeza e desobstrução da boca), Lagos - Regularização da ribeira de Vale Barro (limpeza e desobstrução do leito), Vila do Bispo - Regularização da ribeira de Budens (limpeza e desobstrução do leito), Faro - Dragagem do canal interior da baía de Faro-Oleña, Portimão - Dragagem e melhoramento das fundas do canal de Portimão.

Entradas e Pontes

Costo das obras efectuadas: 9.077.526\$70.

Entradas terminadas:

Construção de uma varagem a E. N. 125 (origem E. N. 23-1.º) na travessa de Lagos.

Construção da E. N. 317 (origem E. N. 109-2.º, longo da Foz de Vales) nas proximidades de Faro.

Construção - 2.º fase - do troço da E. N. 121, entre a ponte do Vasco e o cruzamento com a E. N. 124, nas proximidades de Faro.

Vias de comunicação municipal:

Algarve - Construção do C. M. de Paderne e Barrocas - fase única; construção do C. M. de Paderne ao Mocho Novo, Alportel - Construção do C. M. ligado a E. N. 2 (origem 19-1.º) nas proximidades de Alportel com a Campina das Oitavas, Lagos - Construção da estrada ligando a povoação de Meriboeira da Carrageira com a E. N. 125.

segunda fase - trabalhos adicionais: reparação de vários caminhos dedicados para estradas, no concelho de Lagos, Lagos - Reparação da E. M. de Portimão (ex E. N. 215) a Capelas, por Barro de S. João, longo da E. N. 120 a Barro de S. João - fase única, Montalvão - Construção do caminho do Alentejo ao Alto de Lucas, fase única, Portimão - Construção da C. V. ligando a E. N. 125 com Alandroal, passando por Cão das Duas - 2.º fase, Silves - Reparação da E. M. da Lameira, entre a E. N. 109 e a E. N. 125, fase única; construção da E. M. de Armação de Pera a Parques - 2.º fase; construção da E. M. de Armação de Pera a Parques - 2.º fase, Tavira - Reparação da E. M. de Fogo (E. N. 270) a Loulé, E. N. 120, por Serra Estevão, Vila Real de Santo António - Construção da E. M. de Monte Ovelho a Vila Real de Santo António - 2.º fase, trabalhos complementares.

Casas de habitação

Costo das obras efectuadas: 4.105.365\$80.

Casas económicas:

Faro - Construção de um agrupamento de 202 moradias económicas, Odeira - Construção da vedação do bairro económico; trabalhos a mais nas obras de construção com aproveitamento de 160 moradias económicas em Oleña.

Estabelecimentos de ensino

Costo das obras efectuadas: 1.543.887\$70.

Escolas primárias:

Lagos - Edifício escola de Escarbar, (2 salas, ginásio); edifício escolar de Montalvão (1 sala, ginásio); edifício escolar de Vale do Bispo (1 sala, ginásio); edifício escolar de Aljezur (1 sala, ginásio); edifício escolar de Montalvão (Alto de S. Roque) (1 sala, ginásio). Odeira - Edifício escolar do bairro dos Pescadores (1 sala, ginásio). Vila do Bispo - Edifício escolar de Figueira (1 sala, ginásio). Outros estabelecimentos de ensino:

Faro - Reparação e beneficiação da Escola Industrial e Comercial Teixeira Cabreira, na cidade.

Arruamentos

Costo das obras efectuadas: 1.799.146\$80.

Portimão - Urbanização da Praia da Rocha (zona compreendida entre o Marquês da Oliveira e a Vila Maria Restos) - 2.ª fase; terraplenagem e pavimentação da avenida Marginal da Praia da Rocha - troço compreendido entre o Miradouro de Oliveira e a Vila Maria Restos. Vila Real de Santo António - Construção da avenida da República, na vila; urbanização do troço da rua de Barro de São Zaire, compreendido entre a rua Progresso e a central municipal.

Instalações de serviços

Costo das obras efectuadas: 515.985\$20.

Faro - Reparação das dependências da Direcção de Escolas. Portimão - Reparação da vedação da Captação de Porto. Vila do Bispo - Beneficiação e reparação do Furo do Cão de S. Vicente. 2.ª fase; reparação e beneficiação das habitações do Furo do Cão de S. Vicente.

Inauguração da nova sede da Casa dos Pescadores

No passado dia 17, foi inaugurado o novo edificio da Casa dos Pescadores de Portimão, construído nos terrenos da zona comercial do porto e fronteira à entrada do Bairro Operário.

A cerimónia da inauguração veio assistir em representação do Governo, o novo Governador Civil do Algarve, sr. Dr. Agostinho Pires, assim como o presidente da Junta Central das Casas dos Pescadores, sr. comandante Tenreiro; eng.º Sebastião Ramires, deputado pelo Algarve, Dr. Mateo Parrera e muitas outras individualidades de todas as

partes, cortando a fita que a vedava, entrando então todos os convidados que percorreram as dependências, merecendo os melhores elogios a disposição e boa arrumação de todo o recinto das varias salas da secretaria, casa de trabalho, refeitórios, cozinha, gabinetes dos médicos, salas de espera, gabinetes, museu, etc. etc.

Depois de proferido todo o edificio realizou-se no alfo do pátio central, uma sessão solene a que presidiu o chefe do distrito que tinha sentado à sua direita, os srs. comandante Tenreiro e Salvador Gomes Vilarinho, presidente da Camara Municipal, e à esquerda os srs. eng.º Ramires e comandante Sá Teixeira, capitão do porto e presidente da Casa dos Pescadores de Portimão.

Foi o sr. comandante Sá Teixeira quem iniciou os discursos, historizando a maneira como foi planeada e conseguida a construção do novo edificio, salientou os benefícios que a Casa dos Pescadores vem prestando aos seus associados e agradecendo ao governo da nação as facilidades concedidas para a realização daquelle melhoramento.

Em seguida o pescador Francisco Victoria, leu um interessante discurso em que evidenciava o valor do melhoramento inaugurado e os benefícios que representa para os seus companheiros como elle, pescadores algarvicos.

O sr. comandante Tenreiro, manifestou o seu contentamento por motivo da inauguração que se estava realizando, e informou estar em elaboração um estudo para dotar toda a costa marítima com mais Casas de Pescadores, burocras e postos médicos e de assistência, para uma mais eficiente assistência a todos os pescadores de Portugal.

Encerrou a sessão, o sr. Governador Civil disse não poder esquecer o seu contentamento e satisfação por vir assistir áquella inauguração que como tudo quanto se observava no resurgimento nacional, se devia á obra gigantesca do sr. Dr. Oliveira Salazar, obeirno numero um de Portugal.

Todos os oradores foram bastante aplaudidos pela grande quantidade de gente que enchia todo o local, sendo frangido ao publico a entrada no edificio que foi bastante visitado e apreciado.

Na visita que fizemos ao edificio da Casa dos Pescadores, verificámos com prazer o empre-



Fachada do edificio

postos da provincia alem de todo o elemento official e militar de Portimão, representantes dos organismos corporativos, do comercio e industria local, muito povo e em especial pescadores.

A guarda de honra foi prestada pela Corporação dos Bombeiros Voluntários, formando tambem ao local o Grupo de Escutas, alçados da Escola da Pesca e a Banda da M. P. que á chegada do sr. Governador Civil executou o Hino da Maria da Fonte e depois e enquanto durou a visita, outros numeros de música.

O sr. Governador Civil tendo chegado cerca das 11 horas, dirigiu-se, depois de receber os cumprimentos das pessoas presentes, para a porta do edificio.

Abastecimentos de água

Costo das obras efectuadas: 1.423.465\$70.

Algarve - Abastecimento de água a vila, Silves - Abastecimento de água a zona alta da cidade.

Melhoramentos rurais diversos

Costo das obras efectuadas: 174.500\$00.

Tavira - Abrigamento do cemitério de Castro.

Electro-Victória

Conforme tivemos noticia deve ter lugar no passado domingo a inauguração das novas instalações do estabelecimento Electro-Victória, na Rua Cândido do Reis n.º 70.

A inauguração foi feita pelo presidente da Camara Municipal de Portimão, sr. Salvador Gomes Vilarinho que cortou a simbólica fita colorada na porta, o que permitiu a entrada de inúmeros convidados que assistiram ao acto.

Dentro do estabelecimento após os cumprimentos e felicitações, o proprietário do mesmo, sr. Joaquim dos Santos, marcou a inauguração com a entrega de um aparelho de rádio de acreditada marca Philips, que está a ser entregue a quem para a aquisição de outros aparelhos entregar a corparação com bons trabalhos voluntários.

O sr. Salvador Vilarinho agradeceu a gentileza salientou o facto e fez por sua vez entrega do aparelho ao sr. comandante José Pacheco que igualmente assistiu á cerimonia, o que foi consoado por uma profusão salva de primas.

Em seguida o estabelecimento foi frangido ao publico, que o visitou em numero de cerca de 4.000 pessoas.

Após a inauguração, com grande generosidade de quem assistiu ao mesmo, o sr. Dr. L. W. Was, gerente comercial da P&O e que se fazia acompanhar de sua esposa, os srs. Dr. Odolino Rodrigues e Hildio Amaral, formosos e generosos, da empresa e ainda o empresário comercial, sr. C. Matias Lopes.

O nosso jornal que foi convidado para a cerimonia de inauguração, agradecendo ao sr. Joaquim dos Santos o seu convite faz votos pelas prosperidades do seu estabelecimento - agora o melhor e mais amplo e sítio de instalações.

Farmácias de serviço

Encontram-se de serviço permanentemente nos períodos a seguir indicados as seguintes farmácias:

De 14 a 20 de Julho -

Farmácia Guilherme Dias

De 21 a 27 de Julho -

Farmácia Central

do de mão d'obra dos operários portugueses, e em especial a que diz respeito ao mobilidade e circunstancia de ter sido contratado por um mercado de Portimão, o habil artista Francisco António Pissal (filho).

COMERCIO DE PORTIMÃO

SEMÁRIO DE DEFEZA REGIONAL

Proprietário — Augusto M. Leal
 Redacção e administração:
 Rua Machado Santos, N.º 10 — Portimão

Director e Editor — AUGUSTO M. LEAL

Publicações de Quinta-feira
 ANONCIOS (Pagamento antecipado)
 Como Impressor — TROFOPRAFIA LOMEN — TELEFONE 41.79

As estrelas de ouro do novo Presidente

Tomar viveu horas de intenso entusiasmo, ao presenciar, no dia 30, algumas significativas homenagens prestadas nesse dia ao Presidente eleito, Senhor General Craveiro Lopes.

A transmissão de poderes de comando da 5.ª Região Militar, a oferta das 12 estrelas de ouro ao novo Presidente pela oficialidade da mesma Região, ali agora sob o seu comando; a entrega, pelo comandante da 1.ª Região Militar, de uma espada há 21 anos oferecida ao pai do novo Presidente, que então comandava a 1.ª Região; a presença do Ministro e do Subsecretário de Estado do Exército; as afirmações feitas e a confiança manifestada pelo povo ao seu novo Chefe do Estado, — tudo contribuiu para que os cerimoniais tivessem especial lustro e um significado que deve ser posto em relevo.

Antes de mais, o País reconhecera a sua calma habitual e sobriedade esta primeira oportunidade para manifestar ao Senhor General Craveiro Lopes o seu espanto e recoubo com alegria a certeza de que o novo Chefe do Estado é o primeiro garante das doutrinas e da obra do Estado Novo.

As cerimónias de Tomar foram como testemunho dessa admiração pelo novo Presidente e como sintese dessa fidelidade aos princípios da Revolução Nacional.

Festas a Santa Catarina

Em virtude da data marcada para a festa a Santa Catarina coincidir com as que no mesmo dia se realizam na vizinha Praia de Carneiro, e para não prejudicar estas, resolveu a comissão adiar a festa em Portimão para o dia 2 de Setembro.

Para que estas possam atingir o maior brilhantismo, a comissão organizadora, espera que o público portimonense e das localidades próximas compareçam nas mesmas.

O programa definitivo está sendo organizado, sabendo-se já que além dos concertos que serão levados a efeito no coreto da Praça Teixeira Gomes, será organizado vistoso fogo de artifício em rio Arado.

Farmácias de serviço

Encontram-se de serviço permanentemente nos períodos a seguir indicados as seguintes farmácias:
 De 4 a 10 de Agosto
 Farmácia Gomes, Dias & Piabão, L.º
 De 11 a 17 de Agosto
 Farmácia Carvalho

A trasladação de D. Caetano Feu

O sábio industrial D. Caetano Feu Marchesina que há 3 anos uma doença infecciosa roubou ao convívio dos seus e à admiração e estima de todos os que com ele conviviam ou mereceram a sua amizade, repousa desde a passada terça-feira no eremitério de Portimão, terra que ele tanto amou e tão bem soube servir como activo e grande industrial que sempre se; como desvelado e grande protector dos



D. Caetano Feu Marchesina

seus operários e colaboradores, e, aliada como cidadão, porque apesar de espanhol pelo nascimento, foi um verdadeiro e estimado portimonense pelo coração, e tanto assim que requereu e obteve a sua naturalização de português.

A ele se ficaram devendo algumas felicitações como a construção do Bairro Operário para o qual, bastante contribuiu, são também as outras de carácter particular como sejam a reforma de algumas dozeimas de antigos operários das suas fabricas, além das muito generosas contribuições para o que a sua filha nunca se encontrava fechada.

Queixam dia o Destino, que

Serões de "Inclidos do Comrao"

No 32.º serão promovido pela Comissão de Propaganda desta pestente colectividade, que se realizou no passado 31 de julho no Salão da Associação Comercial de Lisboa na presença da autoridade, os primeiros chegaram aos seguintes números:

1.º Premio	42 550
2.º " "	114 708
3.º " "	36 315
4.º " "	119 000
5.º " "	211 517

Os prémios são entregues até ao dia 1 de Novembro na secretaria daquela instituição, em Lisboa.

na sua casa em Lisboa onde pensava repousar, depois de ter como directos auxiliares os seus sobrinhos e socios D. António e D. Ernesto Feu, por vir enormemente na continuação da Obra que havia construído e feito progredir, cortou-lhe o fio da vida que se estevia ainda longa, pois D. Caetano Feu pouco mais tinha de 60 anos.

Noticiado o seu falecimento, constituiu essa noticia grande pesar em Portimão, e grande luto o numero das seus empregados, operarios e amigos que se deslocaram a Lisboa para tomarem parte no funeral em que vimos homens cheios a prada de illo bono e verdadeiros amigos.

Depoístado a urna em jazigo do cemitério do Alto de S. João, quando do seu falecimento no dia 2 de Julho de 1946, foi agora trazida para Portimão, repousando no jazigo que sua familia mandou construir.

O transporte, feito em auto-função chegou á entrada da cidade junto á passagem do nível pouco depois das 18 horas do dia 7 onde a urna se aguardada por grande quantidade de pessoas, e onde o cortejo foi organizado.

Anto caminho foram repetir o auto que conduzia a urna muitas dezenas de automobilistas com pesadas de Portimão e arredores e que depois se incorporaram no funeral até ao cemitério.

Depoístado algumas coreas no auto-função, iniciou-se o percurso tendo de alguns milhares o numero de pessoas que aguardavam á entrada da urna e as que nos ruas do trajecto aguardavam a passagem.

Chegado ao cemitério, foi a urna conduzida aos ombros de empregados de escritório, pessoal tecnico de fabricação e operario, usando estradas no jazigo por onde depois de uma pequena permanencia de pessoas de familia, desfilaram muitas das pessoas que assim quizeram prestar homenagem ao chefe, ao protector e ao amigo, cujos restos mortaes agora ali ficaram repousando.

Noticias diversas

— Um Pedregão Grande vai ser trasladada para a escola escolar a qual será dada o nome de Manuel Ramos, homenagem que provém a município da referida cantão.
 — O Município das Finanças concedeu 3.181 euros ás Câmaras Municipais de Castro Marim, Serpa, Alentejo, Alentejo de PE e Loures para obras de substituição de água a varias povoações daquelles concelhos.

O Ténis na Praia da Rocha

A bela e inconfundível Praia da Rocha, uma maravilha entre as maravilhas com suas extravagantes e caprichosas grutas e suas areias deliciasas que nos dão asstras deliciosas de frescura, possui mais uma diversão útil e agradável que se destaca pelo seu aprumo e distincão pelos que o frequentam ou assistem.

Sim, a Praia da Rocha já tem bellos esplendidos campos de ténis entregues ao Clube de Ténis da Praia da Rocha, situas junto ao Casino do mesmo nome. Estão portanto de parabéns não só a Rocha como os entusiastas desta modalidade desportiva.

E certo que esta não tem ainda, entre nós, o favor do grande público mas, estao convicção de que em breve um maior assaio e comprehensão e intereré nas suas actividades. Assim se terá sentida uma maior expansão deste desporto e uma maior propaganda desta nossa Praia, de beleza incomparável e para a qual necessitamos de fazer ainda mais e melhor obra que ela se torne de facto num exemplo vivo de carinho e dedicação por parte de todos os Portimonenses e consequentemente no Orgulho digno dos mesmos.

Sim, não podia acreditar que esta Praia tão conhecida no nosso País e no estrangeiro não tivesse sequer um campo de ténis, desporto este que é sempre procurado e escolhido em estâncias balnearias.

Felizmente, não já hoje uma realidade. Não já se pratica o ténis com certo entusiasmo e que torna esta Praia mais movimentada e atrativa.

Mas, este Clube que sempre mereça da vontade inquietante e de mais dilação de entusiastas e que com seu espirito desportivo digno de louvor e ao interesse de elevar ainda mais a sua Praia não deve ficar só por aqui.

E assim, a sua Direcção no intuito de fazer ressurgir, dentro das suas modestas possibilidades, os grandes torneos que outrora occuparam alto relevo, teve a effeito dos próximos dias 16, 17, 18 e 19 do corrente o seu Grande Torneo Oficial de Ténis para o qual já conta com valiosas taças gentilmente oferecidas pelo Turismo da Praia da Rocha, D. Fernando de Navarro, J. A. Jardim Filho, Pedro Bembo de Azevedo, Soares, Lda, Hotel Bela Vista e Grande Hotel da Rocha e pelas Compañias de Seguros "Ourgico" e "Patria".

Que ninguém falte portanto a este torneo para que com a sua presenca, torne o ambiente ainda mais alegre e vibrante, testemunhando assim o seu pleno apoio

O IV Concurso do de Lagos

A semelhança do que foi feito em anos anteriores Câmara Municipal de Lagos no próximo dia 21 de Agosto, dá da feira Senhora da Oliveira, o curso de Pescaria de qual poderão concorrer proprietários de barcos — rios, lagoas e estuários.

Dado o elevado interesse e a decisiva destes certames para o bem da pesca, certos que o Plano Municipal de construção a 2.ª e 3.ª etapa tem a apoio por termos a estes sido consiliada expellido grande trabalho.

Com o Conselho Municipal, presidida por José Calvo de Moraes e Soares, e José Lopes e Pinheiro, e o Conselho Real, com a o Gabinete e financeiro da Oera dos Produtos da Pesca, Junta Nacional de Pesca de Lagos, Alentejo e Algarve, Distrito de Lagos, Alentejo e Algarve, etc.

Sua faculdade e Sr. vereador Cláudio assinam e o presidente do Conselho

Licou Municipal de

O prazo das notissimas ínteres dos 30 de agosto.

Ministério das Casas

Temos a respeito do trabalho a ordem interessada por o popular. Osumário tem conteúdo, como os dos anteriores, artigos de alta, economicos e da administração das Casas.

Entre a melhor de linguagens e colónias Palácio Machado e S. Maria e Eglese e um desenho de colónias. O primeiro sobre a modernização de casas em Lisboa e todo o numero é dedicada sobre a historia e tracto e o editor.

Um exemplar das Casas do Novo — gratuitamente a quem por escrito para a Rua Fátima, 9-5.º (Dj) —

o restituição de Rocha surge com elle está ainda mais a sua Praia em termo de igual.

vido às condições precárias que logo a Indústria conserveira atingiram, o seu iniciador, vendo ser-lhe impossível arcar-lhe o cede ao Estado só pelo preço que também comorara, (só o valor da propriedade, quando esta fora comprada ao senhor Luis Gonzaga Bordas, há poucos anos falecido) não contando nem mais um centavo do bastante já gasto com a construção das primeiras vinte e quatro moradas que já estavam bastante adiantadas e com suas ruas devidamente feitas.

Com tal venda o industrial viu ser a única forma dos seus operários terem a sua casa, como ele desejava, porque senão jamais e se mesmo assim não fosse quando é que ele as acabaria? Se o dinheiro já estava gasto e perdido, ao menos eles não o perderiam de todo, pois as casas para eles em primeiro lugar seriam. Hoje tal não seria e até como que de real negócio pelo incremento das construções e em que o valor dos terrenos atingem valores astronómicos, enquanto que a propriedade era composta de uma lindíssima vinha e outras árvores de fruto com a sua residência, mais ou menos onde está a do fiscal do bairro e ainda de uma norra onde era tirada água para o jardim do mesmo senhor Bordas, por vir em cano subterrâneo de um lado ao outro. Fora a propriedade vendida por Luis Bordas a D. Caetano Feu pela íntima quantia de sessenta contos, como constou.

Assim, em homenagem ao industrial senhor Feu, fora dado o seu nome a uma pequenissima rua, e aos operários da indústria conserveira outra, que estamos agora a descrevê-la.

Mas, coisa interessante, muitos dos operários não quiseram, ou por terem já sua casa própria, ou porque desconfiados, julgassem não serem beneficiados, pois eles queriam era nada pagarem de renda como era o pensamento inicial do industrial, mesmo que a casa passasse a ser sua, pois era paga mensalmente como aluguel e passados vinte anos a eles pertenceria.

Apareceram logo outros que de imediato as tomaram todas, apesar de naquele tempo não haver praticamente falta de casas.

A rua que fora dado de "Operários conserveiros", de oito moradores, nenhum era operário daquela indústria e nós só uns dois ou três anos depois lá conseguimos arranjar com certa dificuldade pela desistência de um que a habitava e que se mudara para Lisboa, onde se empregara. Se hoje assim fosse, possivelmente ele nunca mais a largaria e desabitada ficaria.

E, hoje, ainda continua esta rua com o nome de "Operários Conserveiros", que nunca teve operário algum desta indústria e não ser ... nós, mas do escritório.

in jornal "O Parlamento"

S. B.

17-6-87

Ano XIII, Nº 554

Anexo G

DAS CASAS

Bairro das Casas Económicas de *Porto*

Nome *Luiz Gonçalves da Conceição*

Profissão *Administrador da Fábrica Nacional Industrial Lda*

Admitido por despacho de *29* de *Setembro* de *1943* publicado no
"Diário do Governo", II série, N.º *235* de *8* de *Outubro* de *1943*.

MORADIA N.º *32*

Registada a fls. *65* do respectivo livro
de averbamento diário

Registado a n.º 65 no respectivo livro
de avultamento diário

No ano de mil novecentos e quarenta e trez, aos onze
dias do mês de Outubro, nesta cidade de Portimão

, no Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, aqui perante mim, Alfonso Ribeiro da Cunha, servindo
de notário, nos termos do decreto-lei número 26.414 de 11 de Março de 1936, e
perante as duas testemunhas idóneas adiante nomeadas, cuja identidade reconheço,
compareceram: _____

Como primeiro outorgante, o Senhor Doutor Pedro de Castro e Almeida
Chefe da Secção das Casas Económicas, do referido Instituto, nomeado por portaria
de oito de Julho de mil novecentos e trinta e sete morador em Lisboa, na Cal-
çada Marquês de Abrantes, número cento e nove primeiro andar, em nome e repre-
sentação do Estado: _____

Como segundo outorgante, o Senhor José Gonçalves da
Conceição, casado, operário e conserveiro -
morador na Bairro de Portimão -
número trinta e dois _____

Perante as referidas testemunhas, pelo primeiro outorgante foi dito _____

Que tendo o segundo outorgante, Senhor José Gonçal-
ves da Conceição _____, requerido ao Estado a aquisição
de uma das moradias económicas, a que se refere o aviso inserto no «Diário do
Governo», número duzentos e vinte e seis, terceira
série, de onze e sete de Setembro de mil novecentos e quarenta e seis,
nos termos e segundo as disposições do decreto-lei número vinte e três mil e cin-
quenta e dois, de vinte e três de Setembro de mil novecentos e trinta e três, foi
admitido ao benefício do seguro de vida e foi-lhe atribuída a moradia por despacho

do Senhor Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social de
te e nove de Setembro de mil novecentos e quarenta e três
despacho este que foi publicado no «Diário do Governo» de
de Outubro de mil novecentos e quarenta e três.

Que em cumprimento do aludido despacho, e das disposições do já
citado decreto-lei (N.º 23:052) pelo presente instrumento é estabelecido o contrato
de atribuição da mesma moradia económica, entre o estado, que neste acto é,
primeiro outorgante, representa por designação legal, e o aqui segundo outorgante,
como morador aquirente nos termos e segundo as cláusulas seguintes:

PRIMEIRA — O Estado atribui ao segundo outorgante, Senhor
José Gonçalves da Louceira — a moradia
económica número trinta e dois
da classe A, tipo segundo, sita no Arrio
de Portuário
moradia que é constituída por, um pavilhão com cinco
divisões e quintal, moradia esta que faz
da descrita orga

da Conservatoria do Registo Predial de Portuário

SEGUNDA — Conseqüentemente, desde hoje ficam pertencendo ao se-
gundo outorgante, e para êle cede e transfere o estado, a posse, e a propriedade
resolúvel da moradia económica, acima identificada, com todo o direito, acção
e usufruição, e tôdas as suas pertenças, servidões, e accessões, do prédio referido
de que faz parte.

TERCEIRA — A Posse e propriedade resolúvel que o segundo outor-

ereu

Handwritten signature and notes in the top right corner.

gante desde já adquire na sua moradia, são-lhe transmitidas pelo preço de

cento e cinquenta e cinco escudos

correspondente a duzentas e quarenta prestações de renda mensal de cinco

ta e cinco escudos

cada uma, das quais o segundo outorgante já pagou ao Estado, antes d'este acto, as duas primeiras; e de que deverá pagar cada uma das seguintes até ao dia oito do mês anterior a que ela disser respeito, por meio de depósito na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, Fundo das Casas Económicas, efectuado por guia em triplicado, salvos os casos previstos de morte casual, invalidez permanente e absoluta, e impossibilidade absoluta por doença ou desemprego do seguinte outorgante, morador adquirente, conforme o disposto no artigo trinta e sete do decreto-lei número vinte e três mil e cinqüenta e dois.

QUARTA — O segundo outorgante, ~~com o~~ seu herdeiro, adquirirá a propriedade plena da moradia com o pagamento da última prestação da renda mensal, nos termos do artigo trinta e seis, parágrafo único, do decreto-lei número vinte e três mil e cinqüenta e dois, e mais disposições legais aplicáveis.

QUINTA — O segundo outorgante, morador adquirente, obriga-se, porém a continuar a pagar a sua quota parte correspondente ao prémio de seguro e contra incêndio do prédio onde existe a sua moradia, enquanto todos os andares — moradias do mesmo prédio não passarem a propriedade plena dos respectivos moradores adquirentes.

SEXTA — A moradia destina-se exclusivamente a habitação do segundo outorgante, e do seu agregado familiar, e por isto éle ou qualquer das pessoas que ao seu agregado pertençam, não poderão exercer, nem praticar na sua moradia qualquer ramo de comércio ou indústria.

São-lhes, porém, permitidos all os pequenos misteres, e trabalhos manuais de indústria doméstica indispensáveis para a sua subsistência, mediante prévia autorização da Secção das Casas Económicas. _____

SÉTIMA — Fica expressamente prohibido ao segundo outorgante, morador adquirente, ou a qualquer membro do seu agregado familiar, o fabrico, uso, manipulação ou guarda dentro da sua moradia, de quaisquer explosivos ou matérias inflamáveis. O não cumprimento desta cláusula determinará para o morador adquirente e para o seu agregado familiar a rescisão do presente contrato sem direito a qualquer indemnização. _____

OITAVA — Nos casos de não lhe ser atribuída a propriedade plena da moradia, de o presente contrato ser rescindido, ou de resgate da propriedade da casa, o segundo outorgante, morador adquirente, deverá devolver a moradia à posse da Secção das Casas Económicas, em perfeito estado de conservação, tal como nela é empossado. _____

NONA — Durante a vigência deste contrato, o segundo outorgante, morador adquirente, não poderá fazer na moradia quaisquer alterações ou demolições sem prévia autorização do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, dada sobre informação da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. _____

DÉCIMA — Todas as benfeitorias e obras de conservação da moradia ficam a cargo e à custa do segundo outorgante, devendo ser efectuadas por elle com observância do disposto no artigo dois mil trescentos e trinta e cinco do Código Civil, e nos artigos vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis do decreto-lei número vinte e três mil e cinqüenta e dois. _____

UNDÉCIMA — O segundo outorgante e as pessoas que pertençam ao

seu agregado familiar, e com êle vivem, deverão comportar-se como bons cumpridores dos seus deveres familiares e sociais, com perfeita moralidade, e respeito de todos os preceitos de sanidade e higiene, sob pena de rescisão do contrato nos termos da cláusula sétima.

DUODÉCIMA — Durante o período de amortização da sua moradia económica, obriga-se o segundo outorgante a cumprir todas as indicações que pela Secção das Casas Económicas lhe sejam dadas relativamente à limpeza e boa higiene da sua moradia e respectivos acessos, sob pena de rescisão do contrato nos mesmos termos da cláusula sétima.

DÉCIMA TERCEIRA — Enquanto não adquirir a propriedade plena da sua moradia fica expressamente proibido ao segundo outorgante dá-la de sub-arrendamento no todo ou em parte, e bem assim por qualquer modo alienar no todo ou em parte os seus direitos à posse e propriedade resolúvel da moradia, ou às servidões, comuns ou não comuns, que lhe pertençam.

Sob estas cláusulas e condições e nos termos das disposições do decreto-lei número vinte e três mil e cinqüenta e dois êle, primeiro outorgante, em nome do Estado, cede e transfere ao segundo outorgante a posse e propriedade resolúvel da moradia já identificada; desde já promete ceder e transferir-lhe, nos termos do parágrafo único do artigo trinta e seis do mesmo decreto-lei a propriedade plena com o pagamento da última prestação de renda mensal, e dá-lhe quitação das *duas* primeiras prestações, por êle pagas.

Pelo segundo outorgante foi dito: _____

Que aceita a aquisição da posse e propriedade resolúvel da moradia económica que no presente contrato o Estado lhe transmite, nos termos, condições e forma exaradas, a que inteiramente se obriga; e bem assim a aquisição da sua

1940

propriedade plena com o pagamento da última prestação mensal da renda, nos termos do decreto-lei número vinte e três mil e cinqüenta e dois, e a quitação das prestações já êle por pagas.

Que pelo pagamento do restante das duzentas e quarenta prestações de renda mensal, fixado no presente contrato, êle, segundo outorgante, se responsabiliza por si, e com a garantia de uma apóllice de seguro de vida, passada segundo as disposições do referido decreto-lei.

Que para o efeito dos artigos trinta e seis, trinta e sete e trinta e oito do decreto-lei número vinte e três mil e cinqüenta e dois, êle, segundo outorgante, declara como seus herdeiros, sujeitos dos direitos e obrigações do presente contrato, aos que por sua morte lhe sucederem nos termos do artigo mil novecentos e sessenta e nove do Código Civil.

Que para todos os efeitos legais de cumprimento e execução do presente contrato, êle, segundo outorgante, se obriga e sujeita a todas as disposições do decreto-lei número vinte e três mil e cinqüenta e dois.

Não foi paga ciza por estar êste contrato ao abrigo do disposto no decreto-lei número vinte e quatro mil quatrocentos e sessenta e sete de vinte e cinco de Agosto de mil novecentos e trinta e quatro.

Assim fizeram e outorgaram perante as testemunhas, Senhores *Jose* *Paranfeira de Souza Barradas, casado, guarda-livros,* residente na casa pituita e quatro, do Barro de *Portunhas* e *Jose Rebelo, casado, servente,* residente na casa noventa e seis do referido *Barro*

que vão assinar esta escritura com o primeiro e segundo — outorgante

Doutor Pedro de Castro e Almeida e José Gonçalves da Conceição
mas assinando o segundo por estar doente e escrever
depois de simultaneamente perante todos eles ter sido lido em voz alta por mim
ajudante do Notário.

Isento de selo pela disposição do parágrafo quarto do artigo trinta e
cinco do decreto-lei número vinte e três mil e cinqüenta e dois.

Em testemunha do que acima se declarou e para constar
do Doutor Pedro de Castro e Almeida e José Gonçalves da Conceição

Assinado digital de indicador direito
de José Gonçalves da Conceição por não
poder ler mais em seu

Assinado digital de indicador direito
de José Gonçalves da Conceição por não
poder ler mais em seu

Anexo H



Anexo I



Anexo J



Anexo L



Anexo M



Anexo N



Anexo O



Musealização de um Espaço Urbano



[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percurso](#) | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#) | [Documentos de interesse](#)

Apresentação

O Bairro Operário é uma referência da época industrial da cidade de Portimão.

Este espaço urbano histórico foi erigido no âmbito das políticas de habitação do Estado Novo, na década de 1930, numa localidade fortemente influenciada e condicionada pela indústria conserveira, com repercussões sociais e económicas que ainda hoje perduram.

Além de se pretender dar a conhecer este espaço à população e ajudar na compreensão da importância desta actividade industrial no desenvolvimento da cidade, procurar-se-ia criar as condições para uma conveniente requalificação do bairro, como um garante da sua existência e cuja preservação é importante para a memória colectiva e identidade cultural da comunidade.

A vida do operário não se limita à relação laboral com a fábrica, mas também à partilha de relações com os restantes operários, no dia-a-dia dentro e fora do local de trabalho, as relações com os espaços envolventes, os hábitos e costumes, as relações familiares, factores que constituem o quotidiano da cidade industrial, independentemente da sua dimensão e expressão.

É neste sentido que se propõe constituir o Bairro Operário de Portimão como um espaço urbano museológico e abrindo-o ao território, à população, em complemento ao actual Museu Municipal de Portimão, trazendo até este espaços que fazem parte dos temas retratados.

[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percurso](#) | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#) | [Documentos de interesse](#)

Morada: Rua ABC | Telef: 282 470 700 | Fax: 282 470 700 E-Mail: bairro_operario@cm-portimao.pt



Bairro Operário
Portimão

Musealização de um Espaço Urbano



[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percurso](#)s | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#) | [Documentos de interesse](#)

História

O Bairro Operário foi inaugurado no dia 7 de Junho de 1936. A construção, inicialmente por iniciativa do industrial conserveiro António Feu Marchena, de nacionalidade espanhola, para albergar os operários da sua fábrica “Feu Hermanos”, actual Museu Municipal de Portimão, mais tarde passaria para a responsabilidade do Estado.

Foram construídas 100 moradias térreas, de três tipologias, com um, dois e três quartos.

[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percurso](#)s | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#) | [Documentos de interesse](#)

Morada: Rua ABC | Telef: 282 470 700 | Fax: 282 470 700 E-Mail: bairro_operario@cm-portimao.pt

Musealização de um Espaço Urbano



[Apresentação](#) [História](#) [Características dos espaços](#) [Projecto Museológico](#) [Percurso](#) [Serviço Educativo](#) [Imagens](#) [Documentos de Interesse](#)

Características do espaço

O Bairro Operário, que ocupa a área de cerca de 2,5 ha, foi construído numa zona periférica da cidade de Portimão, entre o centro e a Praia da Rocha. Com o passar dos anos e com o crescimento da cidade, acabaria por ser integrado na malha urbana.

O bairro é constituído por cem habitações, todas térreas, trinta e duas de três quartos, quarenta e oito de dois quartos e vinte de um quarto. As áreas de construção aproximadas para cada tipologia são, respectivamente, 65,00m², 50,00m² e 40,00m².

As de quatro quartos estão dispostas em oito conjuntos de quatro moradias. As de dois quartos acompanham o perímetro do bairro, com 32 moradias geminadas e por um outro conjunto de 16 dispostas ao centro. As de um quarto situam-se no centro do bairro, num conjunto de 20 moradias geminadas.

O programa funcional é de piso térreo, comum a todas as habitações, sintetizado no esquema de sala/vestíbulo, com ligação directa aos restantes compartimentos. As habitações de três quartos, às quais se tem acesso a partir de um pátio coberto, são constituídas por sala, cozinha e uma casa de banho. As habitações de dois quartos são constituídas por sala, cozinha e uma casa de banho. As de um quarto são constituídas por sala, cozinha e uma casa de banho. Todas dispõem de espaço de quintal.

Planta Toponímica



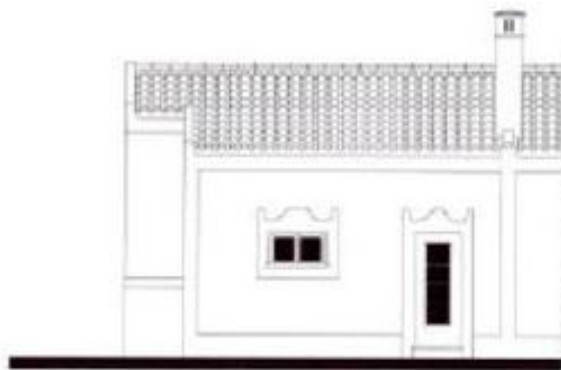
Planta de Tipologias



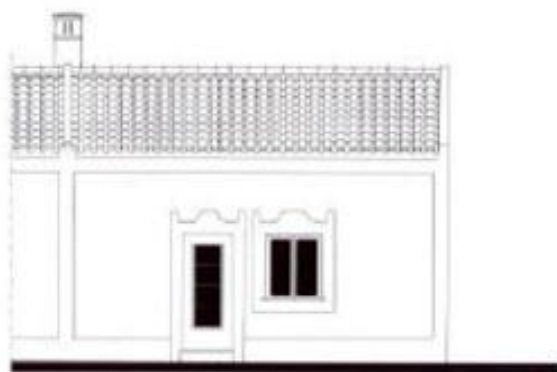
Moradia de um quarto
Planta



Alçado Principal



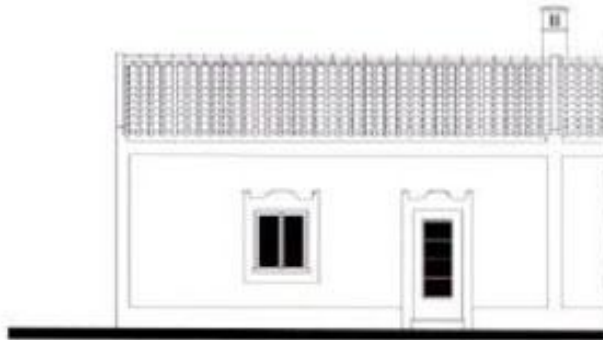
Alçado Tardoz



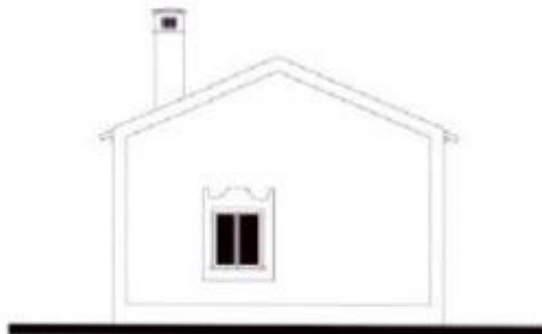
Morada de dois quartos
Planta



Alçado Principal



Alçado Lateral



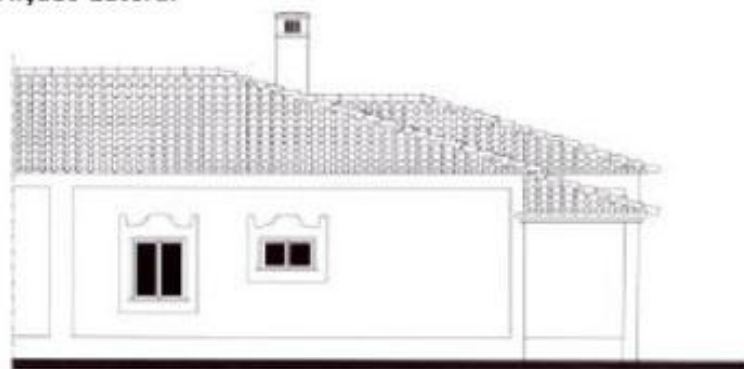
Morada de três quartos
Planta



Alçado Principal



Alçado Lateral





Bairro Operário
Portimão

Musealização de um Espaço Urbano



[Apresentação](#) [História](#) [Características dos espaços](#) [Projecto Museológico](#) [Percurso](#) [Serviço Educativo](#) [Imagens](#) [Documentos de Interesse](#)

Projecto Museológico

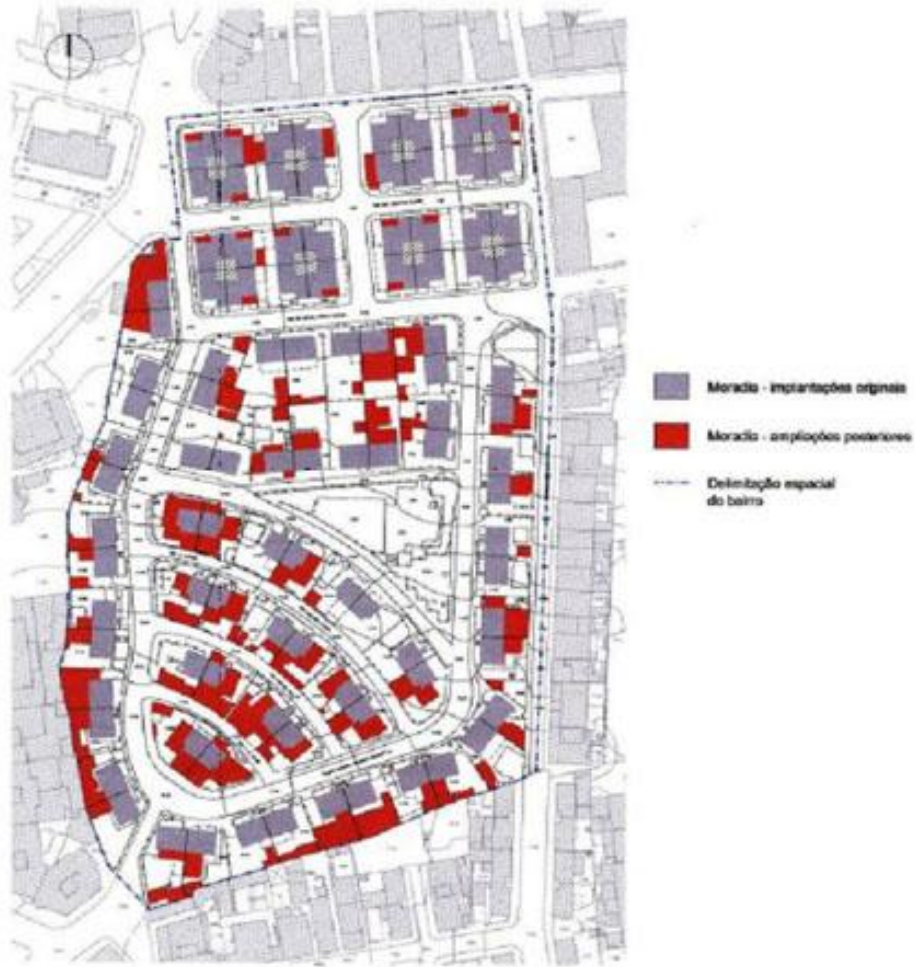
Este bairro viu as suas características arquitectónicas alteradas ao longo da sua existência por força de sucessivas intervenções, situação que modificou a sua unidade como bairro, ao ponto de actualmente quase não se reconhecer a sua identidade. É nesse sentido que se propõe o desenvolvimento de um projecto adequado, com a promoção da sua reclassificação e requalificação, que neste momento ainda se considera possível.

Alguns moradores, familiares de antigos residentes do bairro, estão a desalojar as habitações e a colocá-las à venda. A sugestão a fazer à autarquia local será a de adquirir as habitações devolutas, com o intuito de as requalificar e recuperar as suas características originais. Além de que se poderia propor aos residentes actuais um programa de recuperação conjunto das habitações, de modo a que integrassem o espaço museológico e constituíssem, eles mesmos, um dos seus activos, contribuindo com a sua experiência e conhecimentos da história local.

Este processo demoraria alguns anos a completar, mas o trabalho que seria feito em prol da comunidade e do património municipal seria de grande relevância.

Em três das moradias existentes, cada uma delas consideradas como modelo de cada tipologia, recriar-se-iam os ambientes da época da sua construção, com ornamentos e mobiliário conforme os anos de 1930-40 do século XX.

Planta de obras posteriores à inauguração



Reconstituição de moradia de tipologia de um quarto



Reconstituição de moradia de tipologia de dois quartos



Reconstituição de moradia de tipologia de três quartos





Bairro Operário
Portimão

Musealização de um Espaço Urbano



[Apresentação](#) [História](#) [Características dos espaços](#) [Projecto Museológico](#) [Percurso](#) [Serviço Educativo](#) [Imagens](#) [Documentos de interesse](#)

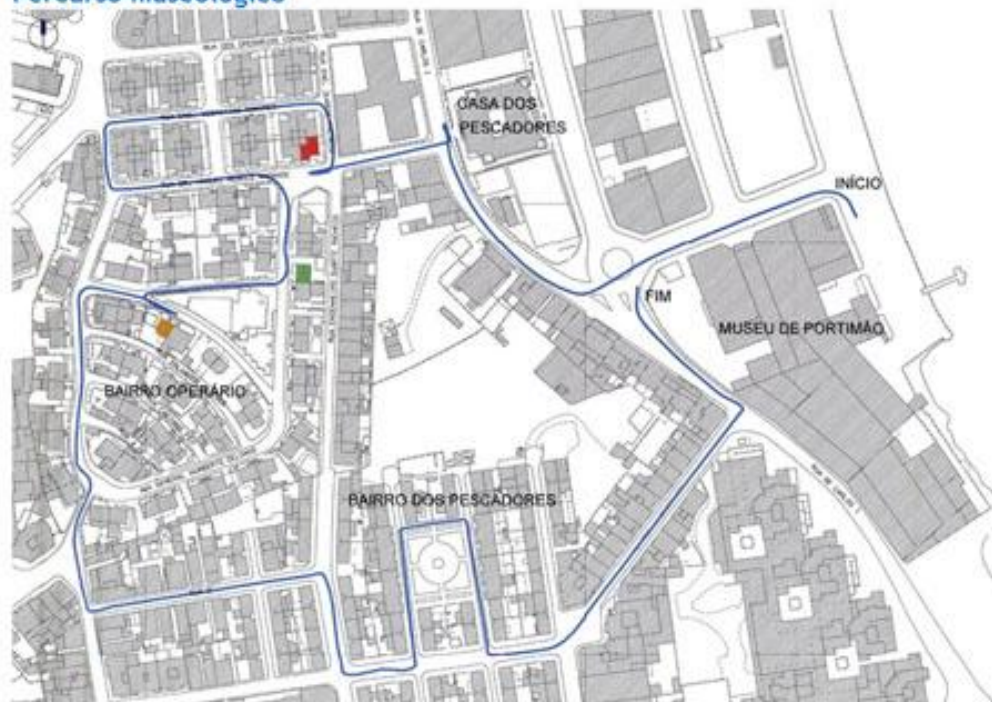
Percurso

O percurso museológico desenvolver-se-ia através de uma visita guiada pela cidade delimitada pelos espaços dos principais bairros operários de Portimão, nomeadamente, o Bairro dos Pescadores e o Bairro Operário, como complemento aos temas tratados no Museu Municipal.

Considerando o Bairro Operário de Portimão como ponto principal do percurso, a partir do Museu Municipal, propõe-se um roteiro que passe pelos referidos bairros, com paragem nos vários pontos de interesse, designadamente a Casa dos Pescadores, local de era fornecido apoio médico e social aos operários.

A visita seria realizada com o apoio de um monitor e seria fornecida uma ficha-guia a cada visitante no início do circuito para melhor orientação e apoio dos temas a tratar.

Percurso museológico



Percurso - Planta de moradias visitadas





Bairro Operário
Portimão

Musealização de um Espaço Urbano



[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percurso](#)s | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#) | [Documentos de interesse](#)

Serviço Educativo

Além dos programas museológicos base, de visita guiada aos bairros, seria disponibilizado um serviço educativo adequado às distintas faixas etárias, dos três ciclos de ensino, o ensino básico/1º ciclo, o ensino básico/2º ciclo e o ensino secundário/3º ciclo.

Os temas seriam, assim, tratados em função dos diferentes níveis de ensino, com os monitores e elementos de apoio fornecidos devidamente adaptados.

Seriam fornecidas aos visitantes fichas-guia para apoio e melhor compreensão dos assuntos a tratar.

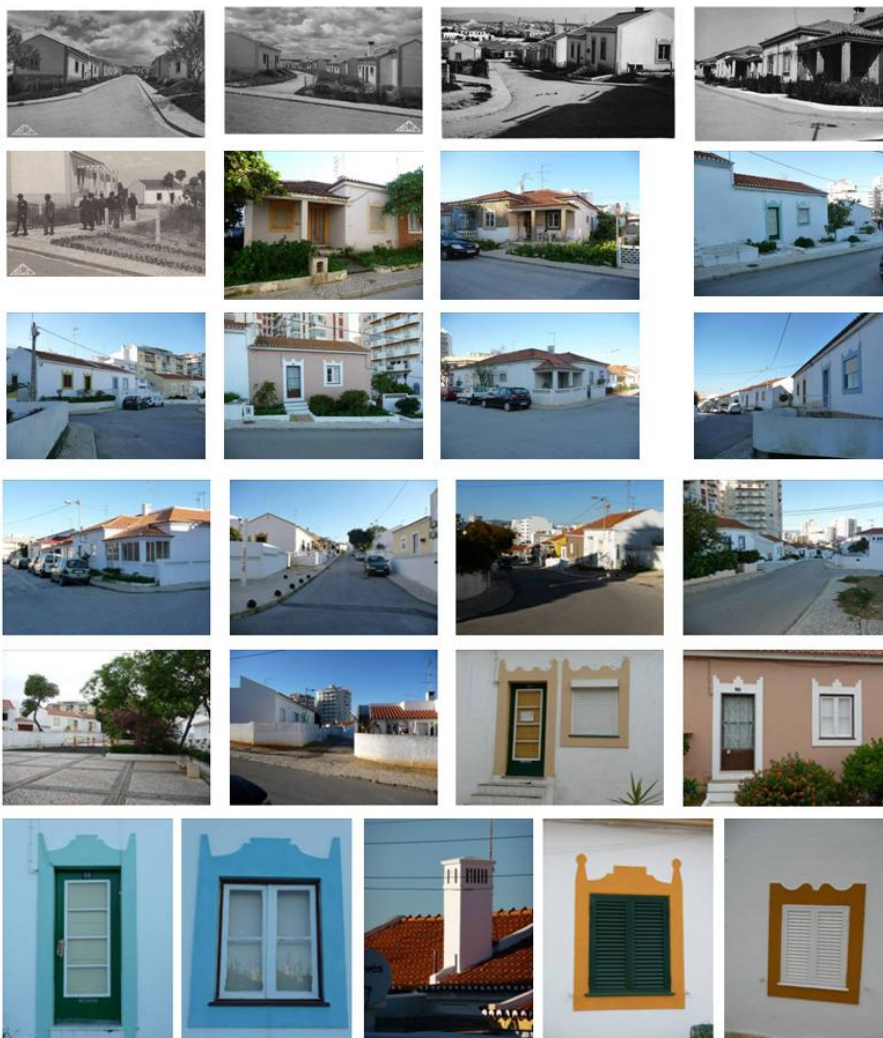
[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percurso](#)s | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#) | [Documentos de interesse](#)

Morada: Rua ABC | Telef: 282 470 700 | Fax: 282 470 700 E-Mail: bairro_operario@cm-portimao.pt

Musealização de um Espaço Urbano

[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percurso](#) | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#) | [Documentos de interesse](#)

Imagens



Documentos de interesse

Extracto do Jornal Semanal Comércio de Portimão, n.º 512, edição de 7 de Junho de 1936, com informação da inauguração do Bairro Operário de Portimão.

Extracto do Jornal Semanal Comércio de Portimão, n.º 513, edição de 14 de Junho de 1936, com notícia da inauguração do Bairro Operário de Portimão.

Extracto do Jornal Semanal Comércio de Portimão, n.º 1273, edição de 1 de Março de 1951, com notícia da inauguração do jardim-escola para operários conserveiros e pescadores de Portimão.

Extracto do Jornal Semanal Comércio de Portimão, n.º 1293, edição de 19 de Julho de 1951, com notícia da inauguração da Casa dos Pescadores de Portimão.

Extracto do Jornal Semanal Comércio de Portimão, edição de 9 de Agosto de 1951, com notícia da transladação de D. Caetano Feu.

Contrato de aquisição de casa no Bairro Operário de Portimão.

COMERCIO DE PORTIMÃO

SEMANARIO DE DEFEZA REGIONAL

Inscrição da Tipografia Lumen
Direcção e Editor — AUGUSTO M. LEAL Publica-se aos Domingos
Cama, 8 Im. - TIPOGRAFIA LUMEN - TELEFONE 2-28 - PORTIMÃO

Segura de Profilaxia Social

Pergo dos ratos

reção da Liga Portuguesa Profilaxia Social, foi altamente elogiada com a tripla... de que ratos perforaram não a uma criança de... e sua infelicidade não é... tempo, pois ainda há deter-... os jornais notici-... que a criação de... ratos morreu em virtude... ratos... tem decorrido... e produzido... com tal facto... ratos são trans-... de perigosos contágios... ratos, raios, esporas... várias doenças... a Direcção de... de Profilaxia... no desejo de pres-... portuguesa mala... serviço de profi-... (como Professor da... do Porto, um tra-... ratos (perigos... de extermínio)... Liga pretende imprimir e... gratuitamente, com... porém, que desde à... do seu argumento a... não pode arcar com seme-... e, por isso toma... que aceita a colaboração... de qualquer filantropo... prestar um serviço... Porto, por intermédio da... de Profilaxia, um estudo de... laboratório, farmácia... comercial, em troca... um bom salu-... profeta de comu-... unidade colectiva... coisas religiosas ou... de dirigir à sede da... de Santa Catarina, -Portim.

Espectaculo de beneficencia

Promovido pelo Club Frater- nidade Recreativo, teve lugar na passada sexta-feira, no Salão Esplanada, um espectáculo em que foi representada a celebre revista "Sendo assim, há certos e cujo producto reverteu em partes iguais em beneficio da Associação dos Bombeiros Voluntarios e Asilo dos Pobres de Portimão. O espectáculo teve uma assistência regular, e decorreu com entusiasmo, sendo biçados alguns numeros e bastante aplaudidos todos os interpretes que na revista tomaram parte. No final, os sr's. Guilherme Francisco Dias e José Valadares Pacheco, representando a Comis- são Administrativa do Asilo e Direcção da Associação dos Bom- beiros Voluntarios de Portimão, respectivamente, acompanhados de alguns dos seus amigos das referidas Direcções, tomam ao palco agradecendo a todas as muni- cipalidades e auxiliares que ao espec- ticulo tomaram parte ou que contribuíram para que o mesmo tivesse a finalidade desejada.

Festas em Lagôa

Promovida por uma comissão de habitantes de Lagôa, realizou-se nesta vizinha localidade, na proxima quinta-feira, 11 do corrente, a festa a S. Jorge e que promete reverter-se de grande lucro. As festas, que constam de pro- cessão, arraial, bailes populares na Praça da Ventura, concertos musicos, etc., são abriçadas pelas excellentes Bandas Muni- cipales de Portimão e Tavira.

RIFA

A rifa d'uma bicicleta que deveria estrutar-se pela Interdi- cção de Santo Antonio, foi transac- tida para a lotaria do Natal.

Casa no campo

Com 7 divisões, cisterna, re- trete e cavalariça, situada a 10 minutos de praia do Vau e da Rocha, aluga-se em boas condi- ções de preço, incluindo lote- iração de vinha. Diz-se nesta redacção.

ARRENDAR-SE

CASA, com agua, arvores de fructa e vista, ao sitio da Rocha. Tratar com Antonio d'Oliveira.
Este numero foi vizado pela Comissao de Censura.

Leilão de pechures

Rua 5 de Outubro, N.º 37
Em harmonia com a lei em vigor se anuncia que no dia 5 do proximo mez de Junho se fará leilão de todas as pechures em arazo de junco com mais de tres mezes.
Manual de Escrupção Vênia

Dr. Michele Cocco

MÉDICO
Doenças das Crianças (Frequen- tas) e Clínica Pediátrica de PROF. JENIMA (de Nápoles) e Analises Clinicas (Urina, expectoração, sangue, fluidos cefalo-raquidiano, tuco etc...)
Consultorio: Rua Marquez de Pombal, 8
Consultas das 10 às 12 e das 14 às 17.
Telef. 31 LAGOS

BAIRRO OPERARIO DE PORTIMÃO

Portimão vai inaugurar hoje o Bairro Operario que ha pouco foi acabado de construir pelo Ministerio das Obras Publicas, em comparticipação da Consorciã Portuguesa de Conservas de Peixe e Fundo de Desemprego.

Para assuilar a este acto, estão desde hantem em Portimão, os Senhores Ministros das Obras Publicas e do Comercio, bem como o Sr. Sub-Secretario das Corporações e Presidencia, Directores da C. P. C. P. e outras individualidades.

O programa das festas levadas a efeito hoje, é o seguinte:
A's 10 horas: Distribuição, nas fabricas, ás respectivas operarias em numero de 2.358, de generos, como seja, pão, arroz, grão, carne e toucinho.

A's 13 horas: Reunião, no Largo do Municipio, das individualidades convidadas para a recepção solene na Câmara Municipal e organização do cortejo, em que tomarão parte professores e alunas do Liceu Municipal Infante de Segura, das Escolas Primarias de Portimão, uma deputação da Academia de Faro, clubes desportivos e recreativos, esportelros, operarios da industria de conservas, etc. etc.

A's 16 e meia horas: Reccepção solene nos Paços do Concelho a suas Exceclencias, os Senhores Minis- tros das Obras Publicas e Comunicações, Comercio e Industria, Sub-Sec- retario das Corporações e Previdencia, Director Geral dos Monumentos e Edificios Nacionais, Presidentes das Câmaras do Algarve, Direcção do C. P. C. P. e outras individualidades.

A's 14 e meia horas: Inauguração do Bairro Operario, condecoração de quatro operarios e entrega duma casa gratis ao operario conserveiro mais velho e de melhor comportamento moral e profissional.

A's 16 horas: LANCHE, na ESPLANADA, a 1.150 operarios da industria das conservas oferecido pelo C. P. C. P.
PORTO DE HONRA, a suas Exceclencias, os Ministros e outras individa- lidades, na Penseu Bela Vista, da Praia da Rocha.

A's 19 e meia horas: Exibição, no Cine-Theatro, gratuita para os operarios da industria de conservas, de dois filmes de alto valor artistico, editados pelo C. P. C. P., em que se recom- ittem as fases principais da pesca e da fabricação da sardinha.

A guarda de honra, tanto junto dos Paços do Concelho, como no Bairro Operario, por ocasião da carinhosa da Inauguração é feita pela Corporação dos Bombeiros Voluntarios, e as festas são abriçadas, pela Banda Municipal de Portimão, sob a regencia do seu chefe, Sen. Jaime Camões Pass.

VIDA DE CRISTO

Segundo os Evangelhos e as revelações de Ana Catarina Emmerich
Encontra-se em distribuição (Largo do Picadeiro, 10—Lisboa), o 2.º fasciculo desta interesan- tissima obra. O numero publi- cado põe-nos diante dos olhos as communicações da Precursor com Deus niura graça do Libano e, finalmente, as orações ao povo, soldados e judeus, até ao baptismo de Cristo, em rio Jordão.

Hospital da Misericordia de Portimão

Movimento do mez de Maio	
DOENÇAS	
Transcideras do mez anterior	3
Entradas durante o mez	3
Saídas	
Som. Com. Alta	11
Passadas	3
Transcideras para o mez de Junho	
Comissao	15
Tratamentos	48
Tratamentos semi-sistêmicos	96
Operações	0
Radioterapias e radiogramas	0
Análises	0
Total dos serviços prestados	609
	31 (1936)

Rosario Canda Médica

ARRENDAR-SE

Barato, proprio chalet no sitio do Pontal, junto à Praia da Rocha, com linda vista de mar e terra e muita abundancia de agua de cisterna. Tratar com Antonio Amaro Portimão

Salles Populares

Spring Gloria ou Marie Gromme, a exemplo do anno anterior realisa as suas seds os seguintes salles populares de: 1.º Antonio, S. João e S. Per; 2.º no local da antiga casa de S. Per; 3.º no local da antiga casa de S. Per; 4.º no local da antiga casa de S. Per; 5.º no local da antiga casa de S. Per; 6.º no local da antiga casa de S. Per; 7.º no local da antiga casa de S. Per; 8.º no local da antiga casa de S. Per; 9.º no local da antiga casa de S. Per; 10.º no local da antiga casa de S. Per; 11.º no local da antiga casa de S. Per; 12.º no local da antiga casa de S. Per; 13.º no local da antiga casa de S. Per; 14.º no local da antiga casa de S. Per; 15.º no local da antiga casa de S. Per; 16.º no local da antiga casa de S. Per; 17.º no local da antiga casa de S. Per; 18.º no local da antiga casa de S. Per; 19.º no local da antiga casa de S. Per; 20.º no local da antiga casa de S. Per; 21.º no local da antiga casa de S. Per; 22.º no local da antiga casa de S. Per; 23.º no local da antiga casa de S. Per; 24.º no local da antiga casa de S. Per; 25.º no local da antiga casa de S. Per; 26.º no local da antiga casa de S. Per; 27.º no local da antiga casa de S. Per; 28.º no local da antiga casa de S. Per; 29.º no local da antiga casa de S. Per; 30.º no local da antiga casa de S. Per; 31.º no local da antiga casa de S. Per; 32.º no local da antiga casa de S. Per; 33.º no local da antiga casa de S. Per; 34.º no local da antiga casa de S. Per; 35.º no local da antiga casa de S. Per; 36.º no local da antiga casa de S. Per; 37.º no local da antiga casa de S. Per; 38.º no local da antiga casa de S. Per; 39.º no local da antiga casa de S. Per; 40.º no local da antiga casa de S. Per; 41.º no local da antiga casa de S. Per; 42.º no local da antiga casa de S. Per; 43.º no local da antiga casa de S. Per; 44.º no local da antiga casa de S. Per; 45.º no local da antiga casa de S. Per; 46.º no local da antiga casa de S. Per; 47.º no local da antiga casa de S. Per; 48.º no local da antiga casa de S. Per; 49.º no local da antiga casa de S. Per; 50.º no local da antiga casa de S. Per; 51.º no local da antiga casa de S. Per; 52.º no local da antiga casa de S. Per; 53.º no local da antiga casa de S. Per; 54.º no local da antiga casa de S. Per; 55.º no local da antiga casa de S. Per; 56.º no local da antiga casa de S. Per; 57.º no local da antiga casa de S. Per; 58.º no local da antiga casa de S. Per; 59.º no local da antiga casa de S. Per; 60.º no local da antiga casa de S. Per; 61.º no local da antiga casa de S. Per; 62.º no local da antiga casa de S. Per; 63.º no local da antiga casa de S. Per; 64.º no local da antiga casa de S. Per; 65.º no local da antiga casa de S. Per; 66.º no local da antiga casa de S. Per; 67.º no local da antiga casa de S. Per; 68.º no local da antiga casa de S. Per; 69.º no local da antiga casa de S. Per; 70.º no local da antiga casa de S. Per; 71.º no local da antiga casa de S. Per; 72.º no local da antiga casa de S. Per; 73.º no local da antiga casa de S. Per; 74.º no local da antiga casa de S. Per; 75.º no local da antiga casa de S. Per; 76.º no local da antiga casa de S. Per; 77.º no local da antiga casa de S. Per; 78.º no local da antiga casa de S. Per; 79.º no local da antiga casa de S. Per; 80.º no local da antiga casa de S. Per; 81.º no local da antiga casa de S. Per; 82.º no local da antiga casa de S. Per; 83.º no local da antiga casa de S. Per; 84.º no local da antiga casa de S. Per; 85.º no local da antiga casa de S. Per; 86.º no local da antiga casa de S. Per; 87.º no local da antiga casa de S. Per; 88.º no local da antiga casa de S. Per; 89.º no local da antiga casa de S. Per; 90.º no local da antiga casa de S. Per; 91.º no local da antiga casa de S. Per; 92.º no local da antiga casa de S. Per; 93.º no local da antiga casa de S. Per; 94.º no local da antiga casa de S. Per; 95.º no local da antiga casa de S. Per; 96.º no local da antiga casa de S. Per; 97.º no local da antiga casa de S. Per; 98.º no local da antiga casa de S. Per; 99.º no local da antiga casa de S. Per; 100.º no local da antiga casa de S. Per.

Farmacia de serviço

Entre HOJE de serviço permanente durante a semana a namica Guilherme Dias.

COMERCIO DE PORTIMÃO

SEMANARIO DE DEFEZA REGIONAL

Propriedade de Typographia Lumen
Redacção e Administração - Rua Machado Santos, 10 - Portimão

Director e Editor - AUGUSTO M. LEAL

Publicações aos Domingos
Comp. e Imp. - TIPOGRAFIA LUMEN - TELEFONE N.º 28 - Portimão

A INAUGURAÇÃO DO BAIRRO OPERARIO DE PORTIMÃO

Portimão, a nossa linda e progressiva cidade, esteve em festa no passado domingo.

Foi esta movida pela inauguração do Bairro Operário, construído em comparticipação do Consórcio Português de Conservas de Peixe, Ministério das Obras Publicas e Fundo de Desemprego, e que constitui um grande melhoramento de largo bem-estar social.

As festas da inauguração tiveram início pelas 10 horas da manhã, com a distribuição nas fabricas de conservas, as respectivas operarias em numero de cerca de 2 400, de uma refeição para ser cozinhada e que consistiu de carne, truchão, grão, arroz e pão.

Às 13 horas, começaram a reunir-se ao largo e jardim fronteiro aos Paços do Concelho todas as individualidades e colectividades convidadas para a recepção selene que na Câmara ia ser feita ao Sr. Ministro das Obras Publicas e Comunicações, do Comercio e Industria e Sub-Secretario das Corporações e Previdência, que na véspera haviam chegado a Portimão para assistir à festa da inauguração do Bairro.

Pouco depois das 13-30, chegaram de assossevel vindos da Praia da Rocha onde se achavam instalados aquitos membros do Governo, sendo acompanhados pelos srs. Governador Civil do Algarve, Presidente da Câmara Municipal de Portimão, etc.

A guarda de honra foi prestada pela Corporação dos Bombeiros Voluntarios e a que o sr. Ministro das Obras Publicas passou revista.

Após esta cerimonia, dirigiram-se os litteros visitantes para o edificio da Câmara a cuja entrada se encontrava a Banda Municipal de Portimão.

Instalada a sessão, falou em primeiro lugar o sr. Governador Civil, que n'um brilhante discurso, saudou os membros do Governo ali presentes, salientando o valor da obra que a cidade lieva devedor aos srs. Ministros das Obras Publicas e do Comercio, por occasião da ultima crise que a provincia do Algarve atravessou.

Enaltecendo as figuras dos srs. Presidentes da Republica e do Governo, afirmou que os seus nomes lievam para sempre registados na Historia portuguesa.

Palos em seguida o sr. Alvaro Joaquim Cabral, presidente da Câmara, que por em destaque o grande beneficio que para Portimão representa a construção do Bairro que dentro em pouco ia ser inaugurado.

Salientou outras necessidades, como sejam em primeiro lugar, a construção do porto, cuja obra desejaria em breve ver iniciadas.

Encerrou a sessão, o sr. Ministro das Obras Publicas, agradecendo as referencias feitas ao Governo, e elogiou a figura do sr. Dr. Oliveira Salazar, que afirmou ser como o Chefe do Estado, o expoente máximo da vida portuguesa.

No final, todos os oradores foram muito applaudidos.

A seguir, organizou-se o serviço que se dirigiu para o Bairro Operário a fim de proceder à sua inauguração.

N'ele tomaram parte além dos membros do Governo e outras individualidades alicias, todas as colectividades recreativas, desportivas, alunos do Liceu Infante de Sagres, uma delegação da Academia de Faro, as creanças das Escolas Officiaes, cada uma das quaes empunhava uma pequena bandeira nacional, operarias das fabricas de conservas, e muito povo.

Chegado o centro ao Bairro, a Banda Municipal de Portimão que seguia na frente, postou-se à entrada da mesma, e no occasio que o sr. Ministro das Obras Publicas cortava a fita de seda branca que vedava o passagem, exentou o Hino Nacional que foi ouvido em respeito pela grande quantidade de povo que assistia à cerimonia.

N'uma tribuna armada no alto do Bairro, tomaram lugar os convidados, e em seguida o sr. engenheiro Gomes da Silva procedeu à leitura da auto que entregava o Bairro ao Instituto das Casas Economicas.

A seguir, foi chamado à tribuna o operário conserveiro Francisco Serra, de 74 anos de idade, a quem foi comunicado que em consideração pela sua conduta moral e profissional, fora resolvido entregar-lhe sem encargo algum, o usufructo d'uma das casas e de que podia tomar posse immediata.

Iniciaram-se depois os discursos, lendo os srs. engenheiro Gonçalves de Cal, José dos Santos Ribeiro, drs. Bento Caldas, João de Matos Pereira e Ricardo Cabrita, como representante dos operarios conserveiros de Olhão.

O sr. major Joaquim Abranchedes, pronunciou depois um brilhante discurso que foi muito applaudido. Falou ainda o sr. sub-secretario das Corporações e depois foi chamado à tribuna o operário José Rocha a quem o sr. Ministro escarregaram de comunicar ao povo que o

Bairro teria o nome «Dr. Oliveira Salazar», o que foi acolhido com uma grande salva de palmas.

Terminado o acto da inauguração, dirigiram-se os Srs. Ministros, civis e conselheiros para a Praia da Rocha onde na Pensão «Bela Vista», lhes foi oferecido um «Porto de Hoves» e em que falaram os srs. Cayetano Feu e Ministro do Comercio.

Antes, haviam ido os visitantes à Esplanada assistir ao inicio da merenda oferecida pelo Consórcio Português de Conservas de Peixe aos operarios conserveiros e que consistiu de sandiches de carne assada, conserva, pão e vinho e em que tomaram parte cerca de 1.400 operarios, distribuidos por cinco extensas mesas armadas de proposito para esta festa de confraternização que foi abençoada pela Banda Municipal que tomou diante a refeição.

Os srs. Ministros e sua comitiva, retiraram posse depois das 18 horas, indo a Messinas tomar o rapido para Lisboa, em virtude de não lhes ter sido possível faltar o Portimão.

Pouco depois das 20 horas, teve ainda lugar ao Cine-Teatro, uma sessão cinematografica gratuita para os operarios conserveiros, e em que foram exibidos tres filmes editados pelo Consórcio Português de Conservas de Peixe, sobre as industrias de pesca e conservas de sardinhas em Portugal.

Para todos estes numeros do programa, foram-nos enviados os respectivos convites, gentileza que não podemos deixar de reconhecermos agradecendo aos srs. D. Cayetano Feu e Julio de Souza Calapa, respectivamente, vice-presidentes do Premio dos Industriais de Conservas de Peixe do Sul e delegado em Portimão do Consórcio Português de Conservas de Peixe.

«Sendo assim, 'stá certo...»

No Salão Esplanada, realizou-se na terça-feira, 16 do corrente o ultimo espectáculo com a revista «Sendo assim, 'stá certo...», que além d'um numero arrebatado apresentou outros modificados.

Os preços das entradas foram reduzidos, e a fim de ao mesmo poderem assistir todas as pessoas que dispõem de poucos meios.

Farmacia de serviço

Entre HOJE de serviço permanentemente durante a semana a farmacia Quintanilha.

Uma oferta à Associação dos Bombeiros Voluntarios

Pelo Ex.º Sr. D. Cayetano Feu, importante industrial conserveiro desta praça, foi no passado domingo oferecido à Associação dos Bombeiros Voluntarios, o excelente automovel «Benz» que aquele sr. possuía e que destinou ao serviço da nossa brava corporação.

Assim, desde aquelle dia ficou a Associação de cuja Direcção o sr. Feu é presidente, provida de mais uma viatura que depois de umas pequenas modificações que lhe vão ser feitas, em breve entrará em serviço.

E' para só bastante grato verificar actos desta natureza que, por serem raros, são dignos do maior destaque.

Comissão de Inicialiva

DA PRAIA DA ROCHA Arranjos de barracas, bairros e balçois

Para geral conhecimento se faz publico que até ás 14 horas do dia 20 do corrente mês de Junho, se recebem na Secretaria da Comissão de Inicialiva da Praia da Rocha, propostas, em carta fechada, para o arrendamento de 20 barracas de banho, 6 barcos pequenos (charrutos) e 2 balçois. As condições do arrendamento são as seguintes: 1.ª a renda termina em 30 de Novembro do ano corrente; 2.ª todo o material deve ser entregue no mesmo estado de conservação e limpeza em que for recebido; 3.ª as licenças e taxas respectivas correm por conta do arrendatario; 4.ª o pagamento será feito, metade no acto da entrega do material (ou da adjudicação) e a outra metade até 15 de Setembro.

Cine-Teatro

A empresa Orquestra Sinfonica, com o espectáculo que hoje dá no Cine-Teatro, inaugura a época de verão com preços phantases.

Os programas seguintes, serão sempre de molde a agradar e os preços em vigor são es seguintes: Camarões, 1000; Balçois, 3500; Plateia, 2500 e Geral 1500.

Hoje são exhibidos dois filmes: «O Banho de Suzana» e «O Rato da Moria» e amanhã segunda-feira figuram no programa outros dois filmes de renome: «Shirley, avistadora» e «Babouca» que decerto lievta ao Cine uma grande enchente.

Portimnense Sporting Club

Em assembleia geral extraordinaria realizada em 30 de Maio findo, foram eleitos para substituir a Comissão Administrativa que geria o antigo Club, os seguintes corpos gerentes:

Assembleia Geral
Presidente - Francisco José Duarte
Vice-Presidente - Antonio Oliveira
1.º Secretario - Justino Carvalho
2.º Secretario - Francisco Marques
d'Oliveira.

Diracção
Presidente - Dr. Antonio Teixeira Gomes
Vice-Presidente - Martinho Magalhães
1.º Secretario - Regino Cabrita
Bastos
2.º Secretario - Antonio Hilario de Paula Junior
Vogão - José Joaquim Mendes Furtado e José Marques Mourão
Suplentes - José Zacarias Fernandes e Sebastião de Freitas Lobo.

Conselho Fiscal
Presidente - Ernesto Feu
Secretario - José Izquierdo
Faria dos Santos
Relator - José Joaquim Junior
Suplentes - José Mendes Furtado e Ronaldo Pereira d'Assumpção.

PIANO

Em bom estado. VENDE-SE. Informa esta redacção.

AUTOMOBILISTAS

Nos proximos dias tereis occasião de examinar na Praça Principal de

Portimão

o ultimo modelo dos carros

«Mercedes - Benz»

tipo Pequeno.

Agencia «Mercedes-Benz» - Lisboa

Rua dos Sapateiros, 39 - 2.ª

COMERCIO DE PORTIMÃO

SEMANARIO DE DEFEZA REGIONAL

Proprietário — Augusto M. Leal
 Responsável Administrativo:
 Rua Machado Santos, N.º 10 — Portimão

Director e Editor — AUGUSTO M. LEAL

PUBLICA-SE AS Quintas-feiras
 ANÚNCIOS (Pagamento adiantado)
 Preço de Venda — TIPOGRAFIA LOMBA — TELEFONE 2.º 28 — Portimão

OS ANIMAIS

Existem almas escuras, mas a maior parte são apenas almas escuras, em que tem sido talvez até conseguir que a luz raiasse. Essas almas devem todos apertar-se, porque os portadores da luz pouco ou nenhuma culpa têm de haverem sido abandonados pelos homens validos que ignoram caso.

As almas escuras e as escuras, não atentam em coisa alguma ou ao sentimento diga respeito. Como terão sido, se é que aprenham a ler, referencia alguma assignação que manifesta o sinal quando enfermo. Não será remas resignação e sim também oportunidade por parte da vida, para se transportar de outra natureza?

Não fideia, chamem-lhe resignação, e façamos do facto um bem e poderoso motivo para os apedraçados desse enfermo, procurando ver-lhe um, nunca, tor equívoco, aumentando seus sofrimentos como se de cretuzas insensíveis se tratara. Compensem-nos também das septuaginta linhas de Maurício Roberto, que denotam, além de um bom coração, um espírito eminentemente observador?

«Ita uma coisa, diz ele, mais comovete que uma criança pedida ou suplicando e que um homem chorando: é o animal que encara a morte em silêncio, sem que num apelo que o seja «seja adielha»

Já que não podemos valer aos animais em todas as suas desventuras, já quando podemos, por encanto, suprimir esse manufato perito de sacrifício voluntário e deliberadamente animal para os comer, que se matam também a vontade compelido de não perceber, como provocamos sus frouxas e no executedo lito dos porcos, sofrimentos, agonia e a morte, arrestando isso tudo em pretexto para nos divertirmos!

Mostruosidades assim, só os homens seriam capazes de inventar.

Luiz Leitão

Câmara Municipal de Portimão

Módulo da Biblioteca Municipal instalado no edificio dos Pescos do Concelho
 Abertura às . . . 17 horas
 Encerramento às . . . 20 horas
 Recreativa às . . . 21,30 horas
 Encerramento às . . . 0 horas
 Paços do Concelho de Portimão, 23 de Fevereiro de 1951
 O Presidente da Câmara,
 al Salvador Gomes Vilariño

A inauguração da Escola-Jardim de Portimão

A Escola-jardim que o Orçamento dos Industriais de Conserveiros de Peixes de Barlavento do Algarve, há anos mandou construir nos terrenos à entrada do Bairro Operário, foi inaugurada finalmente no passado domingo, dia 23 de Fevereiro tendo a desfilada de receber e assistir 200 crianças filhas de operários da industria de conserveiros.

As acto presidiu o N.º 1.º Governador Civil de Faro, sr. Dr. Luis Vas de Sousa, secretariado pelo presidente do nosso município, sr. Salvador Gomes Vilariño, Dr. Fernando Mesquita, delegado do Governo e sr. Mendes Furtado que ha anos vem desempenhando o cargo de presidente da direcção do referido Orçamento, sendo a assistência muito grande e onde predominava o elemento industrial conserveiro da zona.

O sr. Mendes Furtado num interessante discurso lembrou a acção dos sr. Dr. Trigo de Negreiros e eng.º Jorge Jardim que para a realização d'aquela construção consideraram grandes auslhos.

Como de Tomaz Leiria Pinto, falecido e estimado industrial conserveiro que foi indiscutivelmente o principal impulsionador da construção da Escola-Jardim, foi recordado com saudade e como preito de homenagem foi o seu retrato descerado por sua filha Sr.ª D. Maria Palmira Marais Pinto Duarte, esposa do lamento industrial sr. Dr. João Pereira Duarte.

O sr. Governador Civil, após esta cerimonia encorreu a sessão salientando o valor do grande melhoramento que se achava de inaugurar e era oportuno nestes tempos tão perturbados, em que se impoza a difusão da civilização cristã.

Prometeu o auxilio que ao Governo da Nação fosse possível dispensar à Escola-Jardim.

Finalmente este acto, foi a uma outra dependencia servida uma variedade de crianças que acompanhadas de suas familias cochilham várias salas do edificio que em seguida foi traçado ao público e bastante admiradas e apreciadas as suas instalações.

Farmácias de serviço

Encontram-se de serviço permanente nos períodos a seguir indicados as seguintes farmácias:
 De 24 de Fevereiro a 2 de Março
 Farmácia Casanova
 De 3 a 9 de Março
 Farmácia Leal

O pintor Jaime Murteira expõe isoladamente 83 quadros na Sociedade Nacional de Belas Artes

Nem sempre o diabo está por detrás da porta da... S. N. B. A....

Algumas vezes aparece ali, desanunciado, o céu artistico como succede agora.

Jaime Murteira, é discípulo de Frederico Agre e António Sampaio, que devem estar orgulhosos de terem sido seus mestres. Salmos verdadeiramente considerados de visita que fizeram a exposição desde artista por um tempo barbaço de pura arte na contemplação das suas paisagens r... montanhas; de uma fiação inconfundível. Os quadros sobre a Alentejo, (Sagres, Lagos, Monchique e Alentejo), deslumbram-nos com a beleza das suas cores da mar e das rochas algarvias lindamente colidadas, assim como as belezas da serra. Uma matadilha as suas escuras e meladas; e tanto mais perfitas, por quanto, desde uma distância mais do que regular, ainda se podem apreciar; lembrando-nos recordar os versos que o F.º Ag. Veloso escreveu no album de outro artista:

*Fausto Sampaio as tintas
 Se o teu olhar as toca,
 Já não são tintas, são vida,
 São a alma convulsa,
 Das coisas que Deus criou.*

Jaime Murteira, apresenta-se modestamente; até nos poucos com que marcou os seus valiosos quadros.

Com grande escantela de nossa parte, temos visto algumas parciais pelas quais os respectivos autores descoradamente pedem largueza!!

Alguma vez os novos haviam de estar comosso a afirmar que isto, não é ad machado!!!

Zé el Mito

Emissora Nacional

Pagamento de recibos atrezados
 A Emissora Nacional lembra aos seus ouvintes, que por qualquer motivo não tenham satisfeito oportunamente o pagamento de recibos da taxa radiodifusão, que estes são enviados, lido o prazo de espera, à Enciclopédia Física.

Como o número de recibos em atraso, em debito até ao fim de 1950 incluído é, porém, muito avaliado, remetem-se aguardar excepcionalmente o seu pagamento voluntário, ao Serviço de Taxas da Emissora Nacional, na Avenida Dr. Saldanha Paris, 515 ao dia 10 de maio de Março. Após esse dia, os recibos serão enviados para as Enciclopédias Fisicas, sem qualquer outro aviso aos interessados.

Falecimento

Em virtude de doença de que foi acometido, faleceu no passado dia 25 de Fevereiro, a Sr.ª D. Maria da Natividade Cardoso de Azevedo, de 48 anos de idade, natural da Mexilhoeira da Carregação (Lagoa) e esposa do sr. Alberto Ribeiro de Azevedo, sócio da acreditada firma de Portimão, Pedro Bento de Azevedo, S.º, L.º e irmão do conhecido advogado, sr. Dr. João Rocha Cardoso.

No funeral que se realizou no dia seguinte tomaram parte algumas centenas de pessoas de todas as categorias sociais, tendo a urna sido transportada da Igreja Matriz em auto-funebre, para o cemitério de Estombar onde ficou depositada em jazigo de familia, e acompanhada em todo o percurso por cerca de 70 automóveis.

A família enlutada, apresenta o nosso jornal que se fez representar no funeral, os seus sentimentos.

"Gazeta do Comércio e da Indústria"

São o 1.º número deste utilissimo semanário, indispensável a todos os comerciantes, industriais, e empregados do comércio e da industria e a queos desejam ter des notias leit seguras e exacta informação, que abrangem as leis, portarias e regulamentos publicados em Portugal, a "Gazeta do Comércio e da Indústria" contém secções de consultas gratuitas que podem considerarse modelares. Assim, o Elucidário Jurídico está a cargo do Mestre advogado Dr. José H. Saraiva, a secção técnica é dirigida pelo Eng.º Santos Meitor, a Página Corporativa foi confiada aos Drs. Silva Leal e Luis Tomé e as de Contribuições e Impostos e de Contabilidade tem a direção de, respectivamente, Alberto Gama e o Dr. Alberto Maria Leano. Tudo quanto pode interessar às actividades económicas — Condicionamento industrial, Registo de Marcas, Novas firmas, Legislação, etc. — se regista no novo jornal, e com a maior facilidade se encontra, pois além de boa disposição gráfica, será publicado semestralmente um minucioso índice de todas as matérias.

O preço deste novo semanário — quinze lreitas — é ainda compensado pelo direito de publicar ali sequentes anúncios.

Os pedidos de assinaturas podem ser dirigidos à redacção — Rua da Arca da Bandeira, 70-1.º — Lisboa.



Doutor José António dos Santos Agradecimento

Sua família, profundamente sensibilizada pelas nomeadas manifestações de estima e consideração que recebeu de vários pontos do país, por motivo da curta doença e subsequente falecimento do seu esfermeiro Márcio, Paço, Soeiro, Av.º, irmão de Tia, Doutor José António dos Santos, e não lhe sendo possível agradecer directamente a muitos por desconhecer direções, vem publicamente testemunhar a sua gratidão a todos os que por qualquer forma se interessaram com estado de saúde do querido doente no lhe auxiliaram o seu pesar, pela perda irreparável que sofreu.

Aos jornais do Algarve e do resto do país, que publicaram o triste acontecimento igualmente agradeço, assim como aquelas instituições que exararam em suas actas votos de pesar pelo doloroso facto.

Pateleis ainda o seu reconhecimento, às pessoas que se dignaram assistir às Missas mandadas celebrar nos passados dias 11 de Janeiro e 8 de Fevereiro na Igreja Matriz de Portimão e 7 de Fevereiro na Igreja da Sé de Faro, e particípio que, nos próximos dias 7 de Março, pelas 9,30 horas, será rezada Missa na Igreja Matriz de Portimão e no dia 8 de Março, pelas 10 horas na Igreja da Sé de Faro, abrangendo a Almo do saudoso finado, agradeço a todos as pessoas das suas relações e amizade, que se dignarem assistir a tão piedoso acto.



Augusta Paula Figueiras de Andrade Agradecimento

Seus filhos, mães, genro e netos, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente, ou pelo interito, e todas as pessoas que se dignarem acompanhar o funeral da sua mãe, agora e então, cumpram o dever de serem agradecidos por este meio os seus agradecimentos.

No próximo dia 5 do corrente dia de Março, pelas 10 horas, será celebrada missa por sua intenção, na Igreja Matriz pelo que se encomendam desde já muito reconhecidos a quem assistir ao piedoso acto.

COMERCIO DE PORTIMÃO

SEMANARIO DE DEFEZA REGIONAL

Proprietario - Augusto M. Leal
Redacção e Administração:
Rua Machado Santos, N.º 10 - Portimão

Director e Editor - AUGUSTO M. LEAL

Publicações de Quinzenalidades
ANUNCIOS (Pagamento adiantado)
Com. e Imp. - TIPOGRAFIA LEMER - TELEFONE N.º 14 - Portimão

MELHORAMENTOS PÚBLICOS

Desde 1932-33 a 1950 foram gastos pelo Ministério das Obras Públicas, por conta do Orçamento Geral do Estado, cerca de 9 milhões e 107 mil contos em melhoramentos de toda a espécie que valorizaram extraordinariamente o património nacional, transformaram a fisionomia do País e elevaram de maneira muito expressiva o nível de vida das populações pela conquista de espaços amplos e numerosos elementos e bens da civilização postos ao seu dispor. Só no ano de 1950 o valor das obras concluídas, entre as quais muitas que reflectem o interesse das autarquias locais pelo progresso e desenvolvimento das suas terras, atingiu um total de 572 670 contos, sendo distribuídos segundo a natureza das obras:

- Entradas nacionais—141 010;
- Pontes nacionais—12 684;
- Vias de comunicação municipal—37 135;
- Casas económicas—38 026;
- Casas para famílias pobres—15 509;
- Casas para pescadores—3 465;
- Instalações para o Espectro—47 705;
- Escolas primárias—29 130;
- Liceus—1 004;
- Universidades—7 153;
- Outros estabelecimentos de ensino—2 685;
- Instalações para a Marinha—31 280;
- Instalações de Serviços—33 021;
- Arruamentos—25 316;
- Estabelecimentos de assistência—10 540;
- Hidroelctricidade fluvial—9 500;
- Portos e costas marítimas—5 000;
- Abastecimentos de água—13 754;
- Igrejas e seminários—7;
- Melhoramentos urbanos diversos—10 067;
- Instalações para o turismo e o desporto—6 700;
- Outros edifícios para a Casa Geral de Depósitos—7 126;
- Estabelecimentos prisionais—6 970;
- Saneamento—4 621;
- Melhoramentos rurais diversos—2 604;
- Estabelecimentos culturais e monumentos—1 093.

Distrito do Faro
Tantidade do valor das obras concluídas: 30 573 405\$34.

Idrânticos
Custo das obras efectuadas: 1 564 204\$00.
Alentejo—Reparação da ponte de Arcozelo, na ribeira de Vasco, Alentejo—Construção de uma ponte sobre a ribeira de Alportel, Castro Verde—Regularização da ribeira de Budega (Budega e distribuição da água). Lagos—Regularização da ribeira de Vale Verde (limpeza e desobstrução do leito). Vila do Bispo—Regularização da ribeira de Budega (limpeza e desobstrução do leito). Faro—Desagrigar do canal interior da bacia de Faro-Ciliba, Portimão—Dragagem e melhoramento dos fundos do canal de Portimão.

Entradas e Pontes
Custo das obras efectuadas: 9 037 526\$70.
Entradas nacionais:
Construção de uma variação à E. N. 123 (entre E. N. 23 e 1) na travessa de Lagos.
Construção da E. N. 287 (entre E. N. 109-2), junto da Foz de São Vito nas proximidades de Peravia.

Construção—2.º fase—do troço da E. N. 124, entre a ponte do Vasco e o cruzamento com a E. N. 124, nas proximidades de Estaricoz.

Vias de comunicação municipal:
Alentejo—Construção do C. M. de Padroeiro a Barrocas—fase única; construção do C. M. de Padroeiro ao Monte Novo, Alentejo—Construção do C. M. ligado à E. N. 2 (entre 19-1) nas proximidades de Alportel com a Capela das Gaias, Lagos—Construção da estrada ligando a povoação de Mourões da Carregação com a E. N. 125, segunda fase-trabalhos adicionais; reparação de vários caminhos dedicados pelas encostas, no concelho de Lagos, Lagos—Reparação da E. M. de Portimão (na E. N. 215) e Capelas, por Barro da S. João, junto da E. N. 200 a furto de S. João—fase única, Mendigos—Construção do caminho do Alentejo ao Alto de Buzas, fase única, Portimão—Construção do C. V. ligando a E. N. 125 com Albarroeira, passando por Cão das Duasas—2.º fase, Silves—Reparação da E. M. da Lameira, entre a E. N. 200 e a E. N. 126, fase única; construção da E. M. de Armção de Para a Pórcos—2.º fase; construção da E. M. de Armção de Para a Pórcos—3.º fase, Tavira—Reparação da E. M. de Fogo (E. N. 270) à Luz (E. N. 280), por Santa Estevão, Vila Real de Santo António—Construção da E. M. de Monte Gordo a Vila Real de Santo António—2.º fase, trabalhos complementares.

Casas de habitação
Custo das obras efectuadas: 4 165 365\$80.
Casas económicas:
Faro—Construção de um agrupamento de 203 unidades económicas, Odeia—Construção da vedação do salino económico; trabalho a mais nas obras de construção dum agrupamento de 100 unidades económicas em Odeia.

Estabelecimentos de ensino
Custo das obras efectuadas: 1 543 487\$70.

Escolas primárias:
Lagos—Edifício escolar de Esmoriz (2 salas, ginásio); edifício escolar de Mourões (1 sala, ginásio); edifício escolar de Alentejo (1 sala, ginásio); edifício escolar de Mendigos (Alto de S. Roque) (2 salas, ginásio). Odeia—Edifício escolar do bairro dos Pescadores (2 salas, ginásio). Vila do Bispo—Edifício escolar de Figueira (1 sala, misto). Outros estabelecimentos de ensino:
Faro—Reparação e beneficição da Escola Industrial e Comercial Fátima Coimbra, na cidade.

Arruamentos
Custo das obras efectuadas: 1 779 140\$00.
Portimão—Urbanização da Praia da Rocha (asseo e pavimentação entre o Muro de Orla e a Vila Maria Santos). 2.ª fase: terraplanagem e pavimentação da avenida Marginal da Praia da Rocha—trigo compreendido entre o Muro de Orla e a Vila Maria Santos. Vila Real de Santo António—Construção da avenida de Bevilhima, na vila; pavimentação do troço da rua de Berdo do Rio Zezur, compreendido entre a rua Progresso e o cemitério municipal.

Instalações de serviços
Custo das obras efectuadas: 515 985\$30.
Faro—Reparação das dependências da Direcção de Estradas, Portimão—Reparação da vedação da Captação de Fozes, Vila do Bispo—Beneficição e reparação do Faro do Cabo de S. Vicente 2.º fase; reparação e beneficição das habitações do Faro do Cabo de S. Vicente.

Inauguração da nova sede da Casa dos Pescadores

No passado dia 17, foi inaugurado o novo edifício da Casa dos Pescadores de Portimão, construído nos terrenos da zona central do porto e fronteira à entrada do Bairro Operário. A cerimónia da inauguração veio assistir em representação do Governo, o novo Governador Civil do Algarve, sr. Dr. Agostinho Pinho, assim como o presidente da Junta Central das Casas dos Pescadores, sr. comandante Tenreiro; eng.º Sebastião Ramos, deputado pelo Algarve, Dr. Mário Parrica e muitas outras individualidades de todas as



Fachada do edifício

partes da província alem de todo o elemento oficial e militar de Portimão, representantes dos organismos cooperativos, do comércio e indústria locais, muito povo e em especial pescadores. A guarda de honra foi prestada pela Corporação dos Bombeiros Voluntários, formando também no local o Grupo de Escutas, alçado da Escola de Pesca e a Banda da M. P. que à chegada do sr. Governador Civil encontrou o Hino da Maria da Fonte e depois e enquanto durou a visita, outros números de música.

O sr. Governador Civil tendo chegado cerca das 11 horas, dirigiu-se, depois de receber os cumprimentos das pessoas presentes, para a porta do edifício.

Abastecimentos de água
Custo das obras efectuadas: 1 425 465\$70.
Aljezur—Abastecimento de água à vila, Silves—Abastecimento de água à zona alta da cidade.

Melhoramentos rurais diversos
Custo das obras efectuadas: 174 500\$00.
Fátima—Abastecimento do cemitério de Castroz.

contando a fits que a vedava, abrindo então todos os corredores que percorreram as dependências, mercendo as melhores elogios a disposição e boa arrumação de todo o recinto das varias salas da secretaria, casa de trabalho, refeitório, cozinha, gabinete dos médicos, salas de espera, gabinete, museu, etc. etc. Depois de proferido todo o edifício realizou-se no salão do pátio central, uma sessão solene a que presidiu o chefe do distrito que tinha sentado à sua direita, os sr. comandante Tenreiro e Salvador Gomes Vilarinho, presidente da Câmara Municipal, e à esquerda os sr. eng.º Ramos e comandante Sá Teixeira, capitão do porto e presidente da Casa dos Pescadores de Portimão.

Foi o sr. comandante Sá Teixeira quem iniciou os discursos, helenando a maneira como foi planeada e conseguida a construção do novo edifício, salientou os benefícios que a Casa dos Pescadores vem prestando aos seus associados e agradecendo ao governo da acção as facilidades concedidas para a realização daquele melhoramento.

Em seguida o pescador Francisco Victoria, fez um interessante discurso em que evidenciava o valor do melhoramento inaugurado e os benefícios que representa para os seus companheiros como ele, pescadores algarvios.

O sr. comandante Tenreiro, manifestou o seu contentamento por motivo da inauguração que se estava realizando, e informou estar em elaboração um estudo para dotar toda a costa marítima com mais Casas de Pescadores e postos médicos e de assistência, para uma mais eficiente assistência a todos os pescadores de Portugal.

Encerrou a sessão, o sr. Governador Civil que disse não poder esquecer o seu contentamento e satisfação por vir assistir à inauguração que como tudo quanto se observava no restabelecimento nacional, se devia à obra gigantesca do sr. Dr. Oliveira Salazar, o melhor número de Portugal.

Todos os oradores foram bastante aplaudidos pela grande quantidade de gente que enchia todo o local, sendo frangido ao público a entrada no edifício que foi bastante visitado e apreciado.

Na visita que fizemos ao edifício da Casa dos Pescadores, verificámos com prazer o empre-

Electro-Victória

Conforme tínhamos noticiado deve lugar no passado domingo a inauguração das novas instalações do estabelecimento Electro-Victória, na Rua Cândido do Reis n.º 70.

A inauguração foi feita pelo presidente da Câmara Municipal de Portimão, sr. Salvador Gomes Vilarinho que couro a simpatia calorosa na porta, o que permitiu a entrada de inúmeros convidados que assistiram ao acto.

Dentro do estabelecimento após os cumprimentos e felicitações, o proprietário do mesmo, sr. Joaquim dos Santos, marcou a inauguração com a entrega de um aparelho de rádio de acreditada marca Philips, que está a funcionar de modo que está a proporcionar para a aquisição de outros aparelhos entregues à corporação dos bombeiros voluntários.

O sr. Salvador Vilarinho agradecendo a gentileza oferecida o facto e fez por sua vez entrega do aparelho ao sr. comandante José Pacheco que igualmente assistiu à cerimónia, o que foi coroado por uma profusão salva de palmas.

Em seguida o estabelecimento foi franqueado ao público, que o visitou em numero de cerca de 4.000 pessoas.

Ao acto da inauguração, assistiram pessoalmente sr. Dr. L. W. W. W., gerente comercial da Philips e que se fazia acompanhar de sua esposa, os sr. Dr. Orlando Rodrigues e Helder Amorim, representantes da empresa e ainda o representante comercial, sr. C. Madureira Lopes.

O nosso jornal que foi convidado para a cerimónia de inauguração, agradecendo ao sr. Joaquim dos Santos o seu convite faz votos pelas prosperidades do seu estabelecimento agora e melhores, mais amplas e vistas instalações.

Farmácias de serviço

Encontram-se de serviço permanentemente nos períodos a seguir indicados as seguintes farmácias:

- De 14 a 20 de Julho—Farmácia Guilherme Dias
- De 21 a 27 de Julho—Farmácia Central

go da mão d'obra dos operários portugueses, e em especial a que diz respeito ao mobiliário a circunstancia de ter sido custodiado por um marquez de Portimão, o habitante sr. Francisco António Pissal (filho).

COMERCIO DE PORTIMÃO

SEMANARIO DE DEFEZA REGIONAL

Proprietário — Augusto M. Leal

Redacção e Administração:

Rua Machado Santos, N.º 10 — Portimão

Director e Editor — AUGUSTO M. LEAL

Publicação em Quinta-feira

ANÚNCIOS (Pagamento antecipado)

Com. e Imp. — FIBROGRAFIA LOMER — TELEFONE N.º 29

As estrelas de ouro do novo Presidente

Tomar viveu horas de intenso entusiasmo, ao presenciar, no dia 30, algumas significativas homenagens prestadas nesse dia ao Presidente eleito, Senhor General Craveiro Lopes.

A transmissão do poder de comando da 3.ª Região Militar, a oferta das 12 estrelas de ouro ao novo Presidente pela oficialidade da mesma Região, ali agora sob o seu comando; a entrega, pelo comandante da 1.ª Região Militar, de uma espada há 25 anos herdada ao pai do novo Presidente, que então comandava a 1.ª Região; a presença do Ministro e do Subsecretário de Estado do Exército; as afirmações feitas e a confiança manifestada pelo povo ao seu novo Chefe de Estado, — tudo contribuiu para que os cerimoniais tivessem especial significado e um significado que deve ser posto em relevo.

Antes de mais, o País reconhecera a sua calma habitual e aproveitou esta primária oportunidade para manifestar ao Senhor General Craveiro Lopes o seu espanto e recebu-lo com alegria a certeza de que o novo Chefe do Estado é o primeiro garante da doutrina e da obra do Estado Novo.

As centenas de Tomareses como testemunho dessa admiração pelo novo Presidente e como síntese dessa fidelidade aos princípios da Revolução Nacional.

Festas a Santa Catarina

Em virtude da data marcada para a festa a Santa Catarina coincidir com as que em meados de se realizam no vizinho Praia de Carmoim, e para não prejudicar esta, resolveu a comissão adiar a festa em Portimão para o dia 2 de Setembro.

Para que estas possam atingir o maior brilhantismo, a comissão organizadora, espera que o público portimonense e das localidades próximas compareçam nas mesmas.

O programa definitivo está sendo organizado, sabendo-se já que além dos concertos que serão levados a efeito no pavão da Praça Teixeira Gomes, será organizado vistoso fogo de artifício ao fim do Arado.

Farmacias de serviço

Encontram-se de serviço permanente nos períodos a seguir indicados as seguintes farmácias:

De 4 a 10 de Agosto
Farmácia Gomes, Dias & Filadelfo, L.ª
De 11 a 17 de Agosto
Farmácia Carvalho

A transladação de D. Caetano Feu

O sábio industrial D. Caetano Feu Marchesa que há 30 anos uma doença infecciosa acabou ao convívio dos seus e à admiração e estima de todos os que com ele viveram ou mereceram a sua amizade, repousa desde a passada terça-feira no eremitério de Portimão, terra que ele tanto amou e tão bem soube servir como activo e grande industrial que soube ser; como desvelado e grande protector dos



D. Caetano Feu Marchesa

seus operários e colaboradores, e, ainda como cidadão, porque apesar de espanhol pelo nascimento, foi um verdadeiro e estimado portimonense pelo coração, e tanto assim que requereu e obteve a sua naturalização de português.

A ele se ficaram devendo algumas felicitações como a construção do Bairro Operario para o qual, bastante contribuiu, não ficando ao outro de carácter particular como sejam a reforma de algumas das suas fábricas, além das suas generosas contribuições para o que a sua terra nunca se encontra fechada.

Que um dia o Destino, que

Série de "Instituições do Camarões"

No 32.º sorteio promovido pela Comissão de Propaganda desta prestável colectividade, que se realizou no passado 31 de julho no salão da Associação Commercial de Lisboa na presença da autoridade, os prêmios obtiveram as seguintes quantidades:

1.º Prémio	42 550
2.º "	114 708
3.º "	30 915
4.º "	119 069
5.º "	211 517

Os prêmios são entregues até ao dia 1 de Novembro na secretaria daquela instituição, em Lisboa.

na sua casa em Lisboa onde pensava repousar, depois de ter como directos auxiliares os seus sobrinhos e socios D. Antonio e D. Ernesto Feu, por vir evanescendo na continuação da Obra que havia construído e feito progredir, cortas-lhe o fio da vida que se apegava ainda longa, pois D. Caetano Feu pouco mais tinha de 50 anos.

Nunciado o seu falecimento, constituiu essa noticia grande pesar em Portimão, e grande luto o numero dos seus empregados, operarios e amigos que se deslocaram a Lisboa para tomarem parte no funeral em que vimos homens chegar a prada de iló bono e verdadeiros amigos.

Depois de a urna em jazigo do cemitério da Alta de S. João, quando do seu falecimento no dia 2 de Julho de 1945, foi agora trazida para Portimão, repousando no jazigo que sua família mandou construir.

O transporte, feito em autocarro chegou à entrada da cidade junto à passagem da nível pouco depois das 15 horas do dia 7 onde a urna era aguardada por grande quantidade de pessoas, e onde o cortejo foi organizado.

No caminho foram reperter o auto que conduzia a urna muitas dezenas de automóveis com pessoas de Portimão e arredores e que depois se incorporaram no funeral até ao cemitério.

Depois algumas cores no autocarro, iniciou-se o percurso tendo de alguns milhares o numero de pessoas que seguiram atrás de urna e as que nos ruas do trajecto aguardavam a passagem.

Chegado ao cemitério, foi a urna conduzida aos ombros de empregados de escritório, pessoal tecnico de fabricacão e operario, dando entrada no jazigo por onde depois de uma pequena permanencia de pessoas de família, desfilaram muitas das pessoas que assim quizeram prestar homenagem ao chefe, ao protector e ao amigo, cujos restos mortais agora ali ficaram repousando.

Noticias diversas

— Em Pedregal Grande vai ser fundada uma cantina escolar à qual será dada o nome de Manuel Ramos, homenagem que provirá à manutenção da referida cantina.

— O Ministério das Finanças concedeu 3.181 contos às Câmaras Municipais de Castro Marim, Serpa e Tavira. Afundados de Fê e Loure — um obituario de substituição de água a varias povoações dispostas concelhos.

O Ténis na Praia da Rocha

A bela e insuperável Praia da Rocha, uma maravilha entre as maravilhas com suas extravagantes e caprichosas grutas e seus areos ténis que nos dão sombras deliciosas de frescura, possui mais uma diversão útil e agradável que se destaca pelo seu agrinho e distincção pelos que o frequentam ou apoiam.

Sim, a Praia da Rocha já tem belos esplendidos campos de ténis entregues ao Clube de Ténis da Praia da Rocha, sites junto ao Casino do mesmo nome. Estão portanto de parabéns não só a Rocha como os entusiastas desta modalidade desportiva.

E' certo que esta não tem ainda, entre nós, o favor do grande público mas, estou convencido de que em breve um maior esmero e coherência e intervirá nas suas actividades. Assim se fará sentir uma maior expansão deste desporto e uma maior propaganda desta nossa Praia, de beleza incomparável e para a qual necessitamos de fazer ainda mais e melhor para que ela se torne de facto um exemplo vivo de carinho e dedicacão por parte de todos os Portimonenses e consequentemente no Orgulho digno dos mesmos.

Sim, não podia acreditar que esta Praia tão conhecida no nosso País e no estrangeiro não tivesse sequer um campo de ténis, desporto este que é sempre procurado e escolhido em estâncias balneares.

Felizmente, são já hoje uma realidade. Nestes já se pratica o ténis com certo entusiasmo e que torna esta Praia mais movimentada e atraente.

Mer, este Clube que surgiu mercê da vontade inquebrantável de meia dúzia de entusiastas e que com um espirito desportivo digno de louvor e no interesse de elevar ainda mais a sua Praia não quer ficar só por aqui.

E assim, a sua Direcção ao intuito de fazer ressurgir, dentro das suas modestas possibilidades, os grandes torneios que outrora occuparam alto relevo, teve a ideia aos próximos dias 16, 17, 18 e 19 do corrente o seu Grande Torneio Oficial de Ténis para o qual já conta com valiosas taças gentilmente oferecidas pelo Turismo da Praia da Rocha, D. Fernando de Navarro, J. A. Jódice Filho, Pedro Bento de Azevedo, Soares, Lda, Hotel Bela Vista e Grande Hotel da Rocha e pelas Companhias de Seguros "Ourique" e "Patria".

Que ninguém falte portanto a este torneio para que com a sua presença, torne o ambiente ainda mais alegre e vibrante, testemunhando assim o seu pleno apoio

O IV Concurso do de Lagos

A semelhança do que se fez em anos anteriores Câmara Municipal de Lagos no proximo de Agosto, dia da festa S. Sebastião da Oliveira, o curso de Pecuária de qual poderão concorrer proprietários de bovinos, caprinos e suínos.

Dado o elevado interesse e o atractivo destes certames ao povo de Lagos, e visto certos que a nível de continuar a dar o apoio por bem a este tipo de actividades, expandindo ainda mais.

Com a Direcção, a Direcção, presidida pelo José Calisto, D. Lopes e Francisco, D. Carlos Real, com o D. Médico e Inveniente da Ordem da Prudência e Junta Nacional de Pecuários, Junta de Pr. Algarve, D. António de Lisboa, Alencar e Bispo, etc.

Sua Excelência o Sr. vereador Civil do digam-se se aceitar o presidente do Comité de

Licou Municipal de

O prazo das notificações interiores decorre do presente.

Ministério das Cegas

Temos a honra de receber de vossa Magestade a seguinte resposta: "O Ministério das Cegas, como os seus anteriores, artigos de lei, legislação, e por administração das Cegas, e melhor de habilitação e ensino de Paula Machado e S. Rita e Escola e um desporto de cegos, de ensino sobre a formação gerimentos nos meios de todo o número de dada leitura e honra a tratou o editor."

Um exemplar das Casas do Novo" gratuitamente a quem por escrito para a Rua Faria, 5-3º D.º

su restabelecimento de Rocha porque com elle não ainda mais a Praia etc. como tal, igual.

Contrato de aquisição de casa no Bairro Operário de Portimão.

DAS CASAS.

Bairro das Casas Económicas de

Portimão

Nome

Luísa Emília da Conceição

Profissão

Trabalha em casa da Empresa Portuguesa Industrial Lda

Admitido por despacho de

29 de

Setembro de *1943*

publicado no

"Diário do Governo", II série, N.º

235 de

8 de

Outubro de

1943.

MORADIA N.º

32

Registada a fls. *65* do respectivo livro
de averbamento diário

Registado a nº 65 no respectivo livro
de averbamento diário

No ano de mil novecentos e quarenta e ^{sete} ~~trez~~, aos ^{onze} ~~oito~~
dias do mês de ^{Outubro} ~~Setembro~~, nesta cidade de ^{Portimão} ~~Porto~~

, no Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, aqui perante mim, Alfonso Ribeiro da Cunha, servindo
de notário, nos termos do decreto-lei número 26.414 de 11 de Março de 1936, e
perante as duas testemunhas idóneas adiante nomeadas, cuja identidade reconheço,
compareceram: _____

Como primeiro outorgante, o Senhor Doutor Pedro de Castro e Almeida
Chefe da Secção das Casas Económicas, do referido Instituto, nomeado por portaria
de oito de Julho de mil novecentos e trinta e sete morador em Lisboa, na Cal-
çada Marquês de Abrantes, número cento e nove primeiro andar, em nome e repre-
sentação do Estado: _____

Como segundo outorgante, o Senhor José Gonçalves da
Conceição, casado, operário e conserveiro -
morador na Bairro de Portimão -
número quinze e dois _____:

Perante as referidas testemunhas, pelo primeiro outorgante foi dito
Que tendo o segundo outorgante, Senhor José Gonçal-
ves da Conceição _____, requerido ao Estado a aquisição
de uma das moradias económicas, a que se refere o aviso inserto no «Diário do
Governo», número duzentos e vinte e seis _____, terceira
série, de onze e sete de Setembro de mil novecentos e quarenta e seis,
nos termos e segundo as disposições do decreto-lei número vinte e três mil e cin-
quenta e dois, de vinte e três de Setembro de mil novecentos e trinta e três, foi
admitido ao benefício do seguro de vida e foi-lhe atribuída a moradia por despacho

do Senhor Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social de ^{ou} ~~te e nove~~ de Setembro de mil novecentos e quarenta e ^{trez} ~~três~~,
despacho este que foi publicado no «Diário do Governo» de ^{oito} ~~dois~~
de Outubro de mil novecentos e quarenta e ^{trez} ~~três~~.

Que em cumprimento do aludido despacho, e das disposições do já
citado decreto-lei (N.º 23:052) pelo presente instrumento é estabelecido o contrato
de atribuição da mesma moradia económica, entre o estado, que neste acto é,
primeiro outorgante, representa por designação legal, e o aqui segundo outorgante,
como morador aquirente nos termos e segundo as cláusulas seguintes: _____

PRIMEIRA — O Estado atribui ao segundo outorgante, Senhor _____

Jose Gonçalves da Conceição _____ a moradia
económica número ^{trinta e dois} _____
da classe ^A _____ tipo ^{segundo} _____ sita ^{no} ~~no~~ ^{Parque} ~~de~~ ^{de} ~~Portugal~~

moradia que é constituída por, ^{um pavilhão com cinco}
^{divisões e quintal, moradia esta que faz es-}
^{ta de} ~~esta~~ ^{parte} ~~da~~ ^{da} ~~mesma~~

na Conservatória do Registo Predial de ^{Portugal} _____

SEGUNDA — Conseqüentemente, desde hoje ficam pertencendo ao se-
gundo outorgante, e para êle cede e transfere o estado, a posse, e a propriedade
resolúvel da moradia económica, acima identificada, com todo o direito, acção
e usufruição, e tôdas as suas pertenças, servidões, e acessões, do prédio referido
de que faz parte. _____

TERCEIRA — A Posse e propriedade resolúvel que o segundo outor-

gante desde já adquire na sua moradia, são-lhe transmitidas pelo preço de

treze
cento e cinquenta escudos

correspondente a duzentas e quarenta prestações de renda mensal de

cinco
ta e cinco escudos

cada uma, das quais o segundo outorgante já pagou ao Estado, antes deste acto, as *duas* primeiras; e de que deverá pagar cada uma das seguintes até ao dia oito do mês anterior a que ela disser respeito, por meio de depósito na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, Fundo das Casas Económicas, efectuado por guia em triplicado, salvos os casos previstos de morte casual, invalidez permanente e absoluta, e impossibilidade absoluta por doença ou desemprego do seguinte outorgante, morador adquirente, conforme o disposto no artigo trinta e sete do decreto-lei número vinte e três mil e cinqüenta e dois.

QUARTA — O segundo outorgante, ~~com o~~ seu herdeiro, adquirirá a propriedade plena da moradia com o pagamento da última prestação da renda mensal, nos termos do artigo trinta e seis, parágrafo único, do decreto-lei número vinte e três mil e cinqüenta e dois, e mais disposições legais aplicáveis.

QUINTA — O segundo outorgante, morador adquirente, obriga-se, porém a continuar a pagar a sua quota parte correspondente ao prémio de seguro e contra incêndio do prédio onde existe a sua moradia, enquanto todos os andares — moradias do mesmo prédio não passarem a propriedade plena dos respectivos moradores adquirentes.

SEXTA — A moradia destina-se exclusivamente a habitação do segundo outorgante, e do seu agregado familiar, e por isto éle ou qualquer das pessoas que ao seu agregado pertençam, não poderão exercer, nem praticar na sua moradia qualquer ramo de comércio ou indústria.

São-lhes, porém, permitidos all os pequenos misteres, e trabalhos manuais de indústria doméstica indispensáveis para a sua subsistência, mediante prévia autorização da Secção das Casas Económicas.

SÉTIMA — Fica expressamente proibido ao segundo outorgante, morador adquirente, ou a qualquer membro do seu agregado familiar, o fabrico, uso, manipulação ou guarda dentro da sua moradia, de quaisquer explosivos ou matérias inflamáveis. O não cumprimento desta cláusula determinará para o morador adquirente e para o seu agregado familiar a rescisão do presente contrato sem direito a qualquer indemnização.

OITAVA — Nos casos de não lhe ser atribuída a propriedade plena da moradia, de o presente contrato ser rescindido, ou de resgate da propriedade da casa, o segundo outorgante, morador adquirente, deverá devolver a moradia à posse da Secção das Casas Económicas, em perfeito estado de conservação, tal como nela é empossado.

NONA — Durante a vigência deste contrato, o segundo outorgante, morador adquirente, não poderá fazer na moradia quaisquer alterações ou demolições sem prévia autorização do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, dada sobre informação da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

DÉCIMA — Todas as benfeitorias e obras de conservação da moradia ficam a cargo e à custa do segundo outorgante, devendo ser efectuadas por elle com observância do disposto no artigo dois mil trescentos e trinta e cinco do Código Civil, e nos artigos vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis do decreto-lei número vinte e três mil e quinhenta e dois.

UNDÉCIMA — O segundo outorgante e as pessoas que pertençam ao

seu agregado familiar, e com êle vivem, deverão comportar-se como bons cumpridores dos seus deveres familiares e sociais, com perfeita moralidade, e respeito de todos os preceitos de sanidade e higiene, sob pena de rescisão do contrato nos termos da cláusula sétima.

DUODÉCIMA — Durante o período de amortização da sua moradia económica, obriga-se o segundo outorgante a cumprir todas as indicações que pela Secção das Casas Económicas lhe sejam dadas relativamente à limpeza e boa higiene da sua moradia e respectivos acessos, sob pena de rescisão do contrato nos mesmos termos da cláusula sétima.

DÉCIMA TERCEIRA — Enquanto não adquirir a propriedade plena da sua moradia fica expressamente proibido ao segundo outorgante dá-la de sub-arrendamento no todo ou em parte, e bem assim por qualquer modo alienar no todo ou em parte os seus direitos à posse e propriedade resolúvel da moradia, ou às servidões, comuns ou não comuns, que lhe pertençam.

Sob estas cláusulas e condições e nos termos das disposições do decreto-lei número vinte e três mil e cinqüenta e dois êle, primeiro outorgante, em nome do Estado, cede e transfere ao segundo outorgante a posse e propriedade resolúvel da moradia já identificada; desde já promete ceder e transferir-lhe, nos termos do parágrafo único do artigo trinta e seis do mesmo decreto-lei a propriedade plena com o pagamento da última prestação de renda mensal, e dá-lhe quitação das *duas* primeiras prestações, por êle pagas.

Pelo segundo outorgante foi dito:

Que aceita a aquisição da posse e propriedade resolúvel da moradia económica que no presente contrato o Estado lhe transmite, nos termos, condições e forma exaradas, a que inteiramente se obriga; e bem assim a aquisição da sua

1940

propriedade plena com o pagamento da última prestação mensal da renda, nos termos do decreto-lei número vinte e três mil e cinqüenta e dois, e a quitação das prestações já êle por pagas.

Que pelo pagamento do restante das duzentas e quarenta prestações de renda mensal, fixado no presente contrato, êle, segundo outorgante, se responsabiliza por si, e com a garantia de uma apóllice de seguro de vida, passada segundo as disposições do referido decreto-lei.

Que para o efeito dos artigos trinta e seis, trinta e sete e trinta e oito do decreto-lei número vinte e três mil e cinqüenta e dois, êle, segundo outorgante, declara como seus herdeiros, sujeitos dos direitos e obrigações do presente contrato, aos que por sua morte lhe sucederem nos termos do artigo mil novecentos e sessenta e nove do Código Civil.

Que para todos os efeitos legais de cumprimento e execução do presente contrato, êle, segundo outorgante, se obriga e sujeita a todas as disposições do decreto-lei número vinte e três mil e cinqüenta e dois.

Não foi paga ciza por estar êste contrato ao abrigo do disposto no decreto-lei número vinte e quatro mil quatrocentos e sessenta e dois de Agosto de mil novecentos e trinta e quatro.

Assim fizeram e outorgaram perante as testemunhas, Senhores *Jose* *Paranfeira de Souza Barradas, casado, guarda-livros,* residente na casa pituita e quatro, do Barrio de *Portunhos*, e *Jose Rebelo, casado, servente,* residente na casa noventa e seis do referido Barrio

que vão assinar esta escritura com o primeiro e segundo outorgante



Bairro Operário
Portimão

Musealização de um Espaço Urbano



- Apresentação
- História
- Características dos espaços
- Projecto Museológico
- Percursos
- Serviço Educativo

- Imagens
- Documentos de interesse

Características do espaço

O Bairro Operário, que ocupa a área de cerca de 2.5 ha, foi construído numa zona periférica da cidade de Portimão, entre o centro e a Praia da Rocha. Com o passar dos anos e com o crescimento da cidade, acabaria por ser integrado na malha urbana.

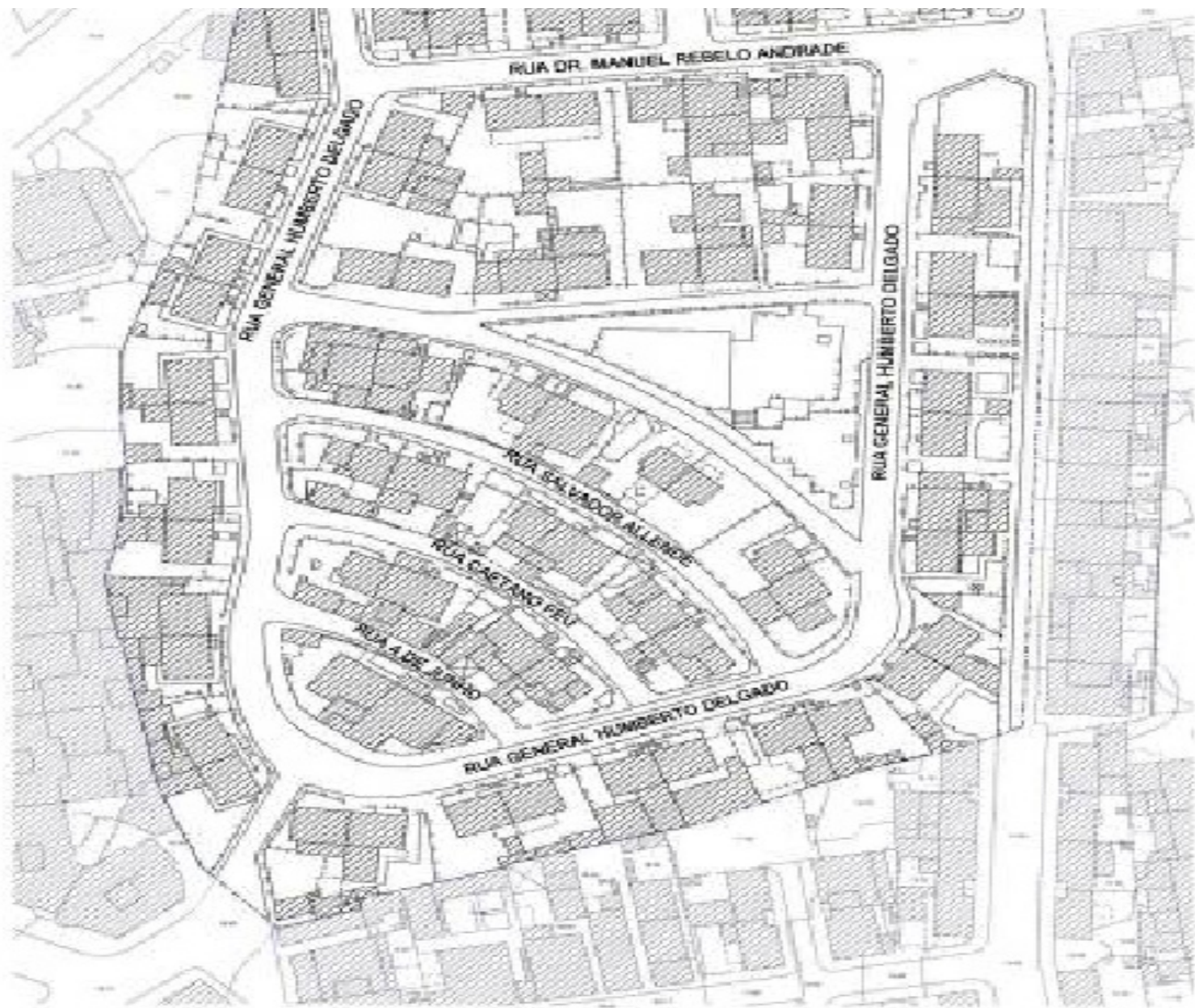
O bairro é constituído por cem habitações, todas térreas, trinta e duas de três quartos, quarenta e oito de dois quartos e vinte de um quarto. As áreas de construção aproximadas para cada tipologia são, respectivamente, 65.00m², 50.00m² e 40.00m².

As de quatro quartos estão dispostas em oito conjuntos de quatro moradias. As de dois quartos acompanham o perímetro do bairro, com 32 moradias geminadas e por um outro conjunto de 16 dispostas ao centro. As de um quarto situam-se no centro do bairro, num conjunto de 20 moradias geminadas.

O programa funcional é de piso térreo, comum a todas as habitações, sintetizado no esquema de sala/vestíbulo, com ligação directa aos restantes compartimentos. As habitações de três quartos, às quais se tem acesso a partir de um pátio coberto, são constituídas por sala, cozinha e uma casa de banho. As habitações de dois quartos são constituídas por sala, cozinha e uma casa de banho. As de um quarto são constituídas por sala, cozinha e uma casa de banho. Todas dispõem de espaço de quintal.

Planta Toponímica





Planta de Tipologias



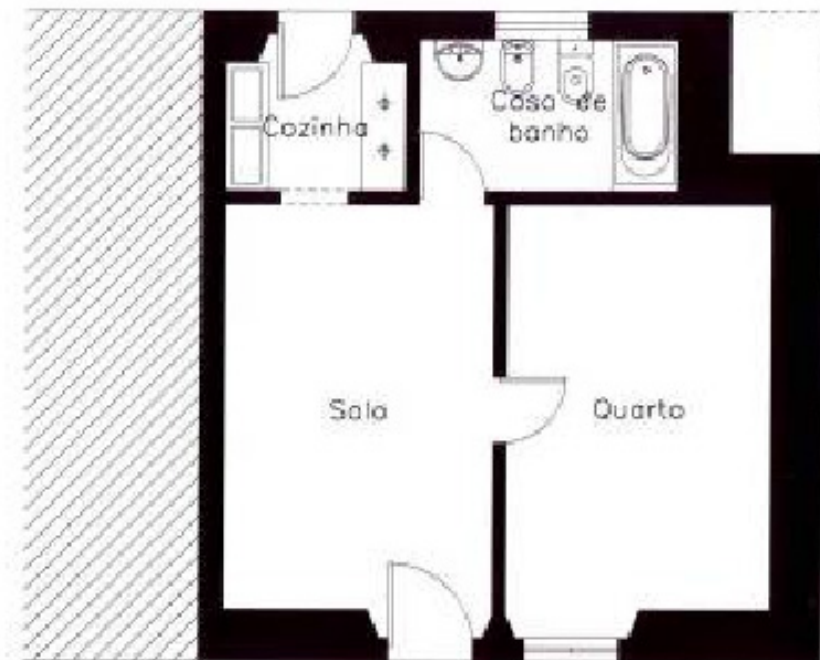


-  Moradia de tipologia T1
-  Moradia de tipologia T2
-  Moradia de tipologia T3
-  Moradia do fiscal
-  Delimitação espacial do bairro

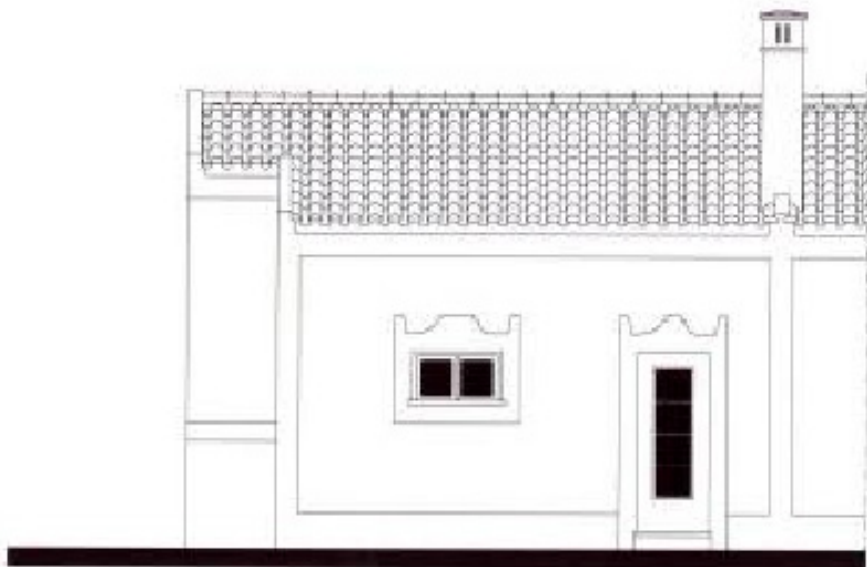


Morada de um quarto

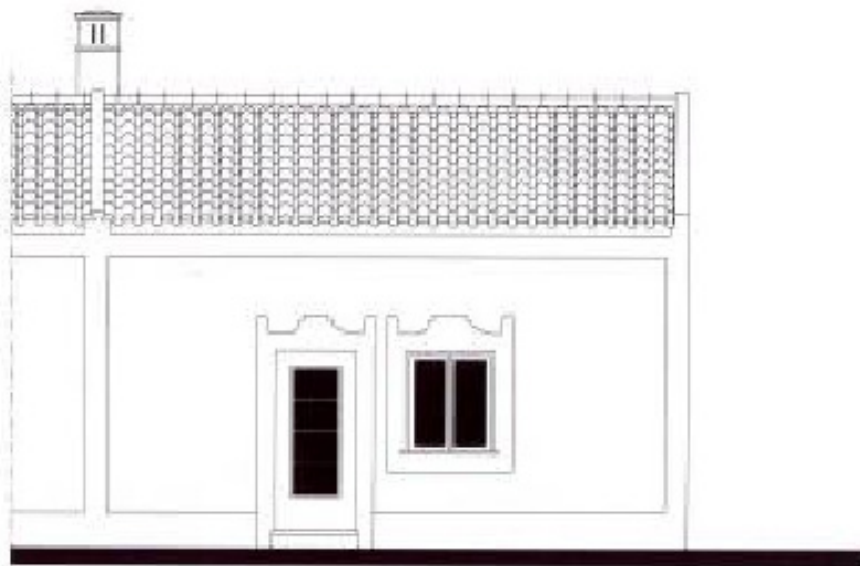
Planta



Alçado Principal



Alçado Tardoz

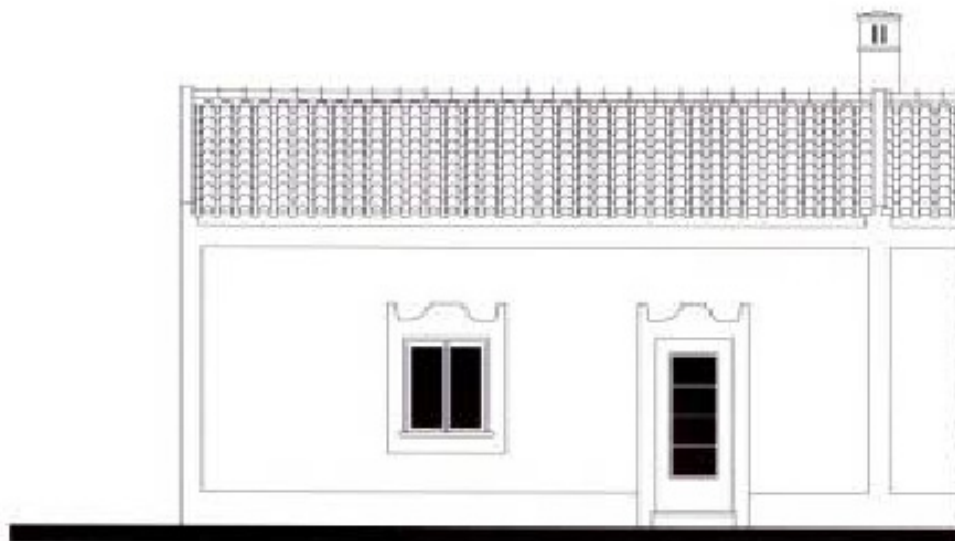


Morada de dois quartos

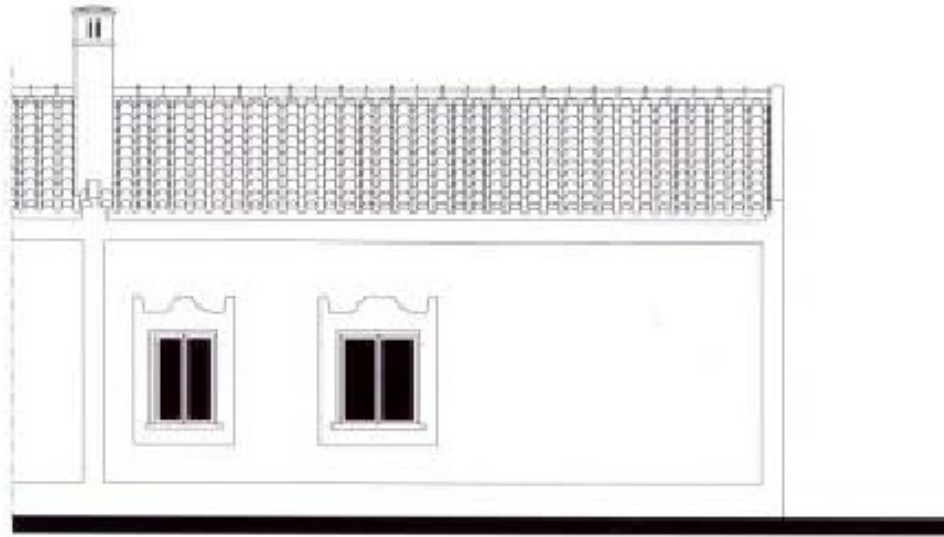
Planta



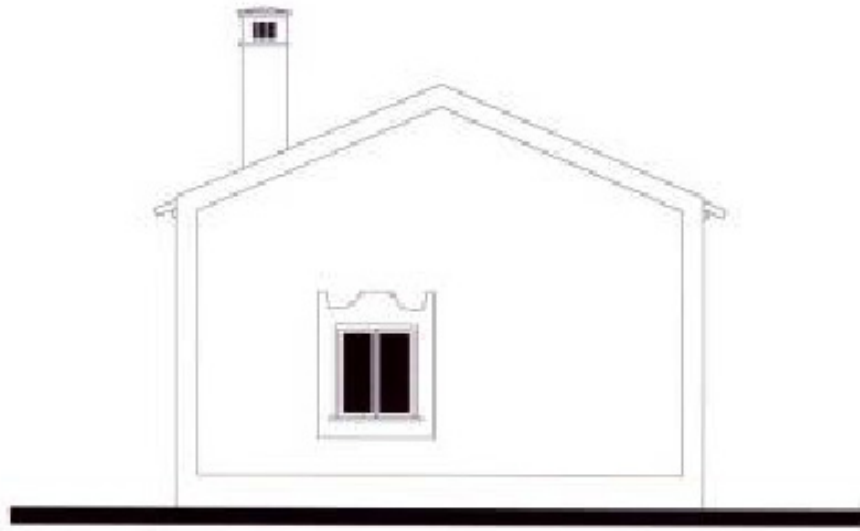
Alçado Principal



Alçado Tardoz



Alçado Lateral

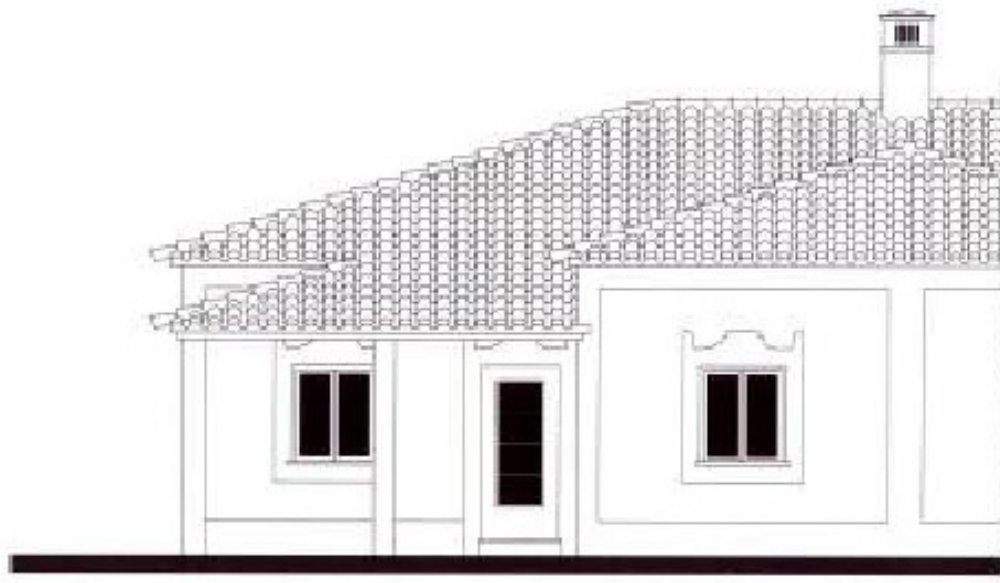


Moradia de três quartos

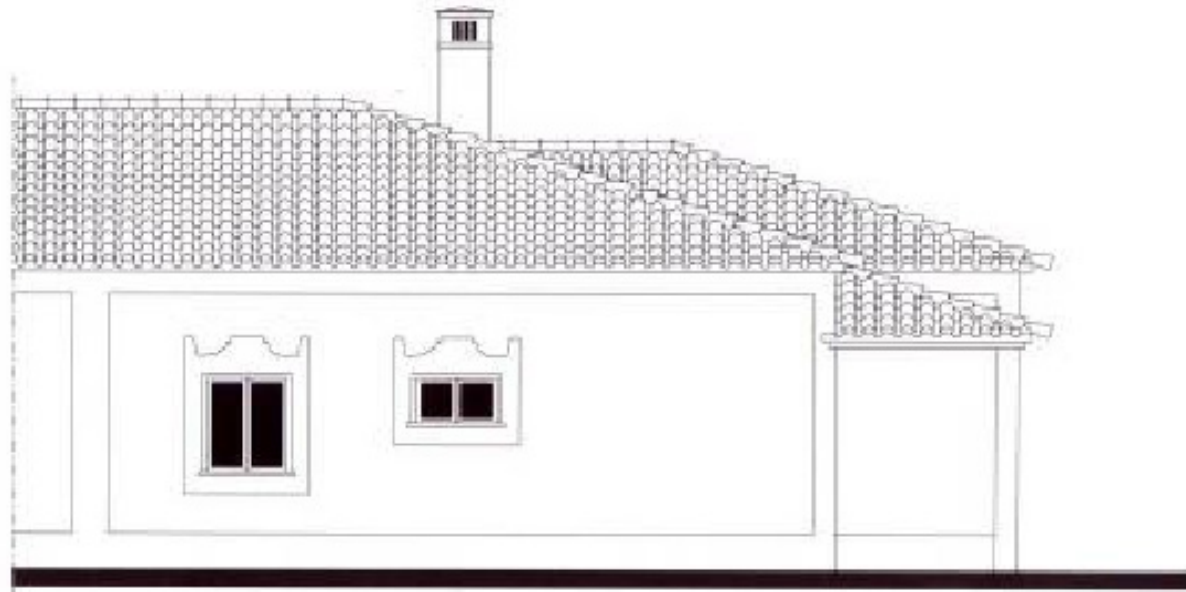
Planta



Alçado Principal



Alçado Lateral



[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percurso](#)s | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#)
| [Documentos de interesse](#)

Morada: Rua ABC | Telef: 282 470 700 | Fax: 282 470 700 E-Mail: bairro_operario@cm-portimao.pt

CLICAR DUAS VEZES NO FICHEIRO

Default.aspx



Bairro Operário
Portimão

Musealização de um Espaço Urbano



- Apresentação
- História
- Características dos espaços
- Projecto Museológico
- Percursos
- Serviço Educativo

- [Imagens](#)
- [Documentos de interesse](#)

Apresentação

O Bairro Operário é uma referência da época industrial da cidade de Portimão.

Este espaço urbano histórico foi erigido no âmbito das políticas de habitação do Estado Novo, na década de 1930, numa localidade fortemente influenciada e condicionada pela indústria conserveira, com repercussões sociais e económicas que ainda hoje perduram.

Além de se pretender dar a conhecer este espaço à população e ajudar na compreensão da importância desta actividade industrial no desenvolvimento da cidade, procurar-se-ia criar as condições para uma conveniente requalificação do bairro, como um garante da sua existência e cuja preservação é importante para a memória colectiva e identidade cultural da comunidade.

A vida do operário não se limita à relação laboral com a fábrica, mas também à partilha de relações com os restantes operários, no dia-a-dia dentro e fora do local de trabalho, as relações com os espaços envolventes, os hábitos e costumes, as relações familiares, factores que constituem o quotidiano da cidade industrial, independentemente da sua dimensão e expressão.

É neste sentido que se propõe constituir o Bairro Operário de Portimão como um espaço urbano museológico e abrindo-o ao território, à população, em complemento ao actual Museu Municipal de Portimão, trazendo até este espaços que fazem parte dos temas retratados.

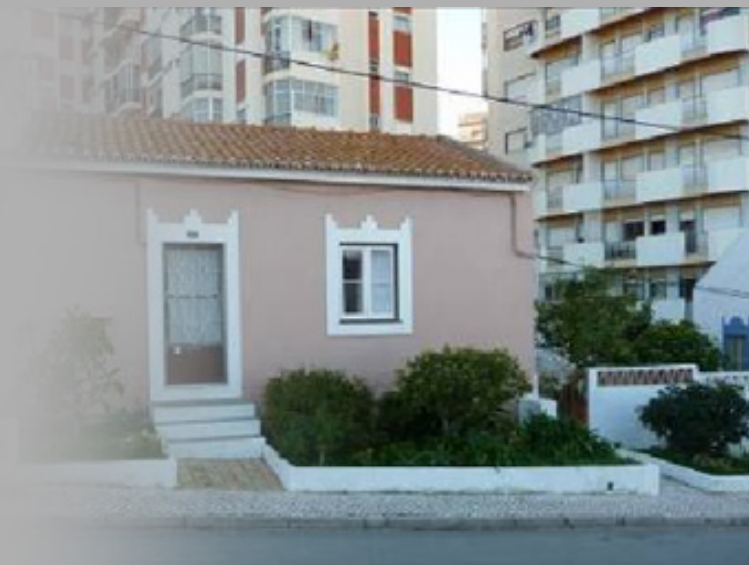
[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percursos](#) | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#)
| [Documentos de interesse](#)

Morada: Rua ABC | Telef: 282 470 700 | Fax: 282 470 700 E-Mail: bairro_operario@cm-portimao.pt



Bairro Operário
Portimão

Musealização de um Espaço Urbano



- Apresentação
- História
- Características dos espaços
- Projecto Museológico
- Percursos
- Serviço Educativo

- [Imagens](#)
- [Documentos de interesse](#)

Documentos de interesse

[Anexos](#)

[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percursos](#) | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#)
| [Documentos de interesse](#)

Morada: Rua ABC | Telef: 282 470 700 | Fax: 282 470 700 E-Mail: bairro_operario@cm-portimao.pt



Bairro Operário
Portimão

Musealização de um Espaço Urbano



- Apresentação
- História
- Características dos espaços
- Projecto Museológico
- Percursos
- Serviço Educativo

- [Imagens](#)
- [Documentos de interesse](#)

História

O Bairro Operário foi inaugurado no dia 7 de Junho de 1936. A construção, inicialmente por iniciativa do industrial conserveiro António Feu Marchena, de nacionalidade espanhola, para albergar os operários da sua fábrica “Feu Hermanos”, actual Museu Municipal de Portimão, mais tarde passaria para a responsabilidade do Estado.

Foram construídas 100 moradias térreas, de três tipologias, com um, dois e três quartos.

[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percurso](#)s | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#)
| [Documentos de interesse](#)

Morada: Rua ABC | Telef: 282 470 700 | Fax: 282 470 700 E-Mail: bairro_operario@cm-portimao.pt



Bairro Operário
Portimão

Musealização de um Espaço Urbano



- Apresentação
- História
- Características dos espaços
- Projecto Museológico
- Percursos
- Serviço Educativo

- Imagens
- Documentos de interesse

Imagens





[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percursos](#) | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#)
| [Documentos de interesse](#)

Morada: Rua ABC | Telef: 282 470 700 | Fax: 282 470 700 E-Mail: bairro_operario@cm-portimao.pt



Bairro Operário
Portimão

Musealização de um Espaço Urbano



- Apresentação
- História
- Características dos espaços
- Projecto Museológico
- Percursos
- Serviço Educativo

- Imagens
- Documentos de interesse

Projecto Museológico

Este bairro viu as suas características arquitectónicas alteradas ao longo da sua existência por força de sucessivas intervenções, situação que modificou a sua unidade como bairro, ao ponto de actualmente quase não se reconhecer a sua identidade. É nesse sentido que se propõe o desenvolvimento de um projecto adequado, com a promoção da sua reclassificação e requalificação, que neste momento ainda se considera possível.

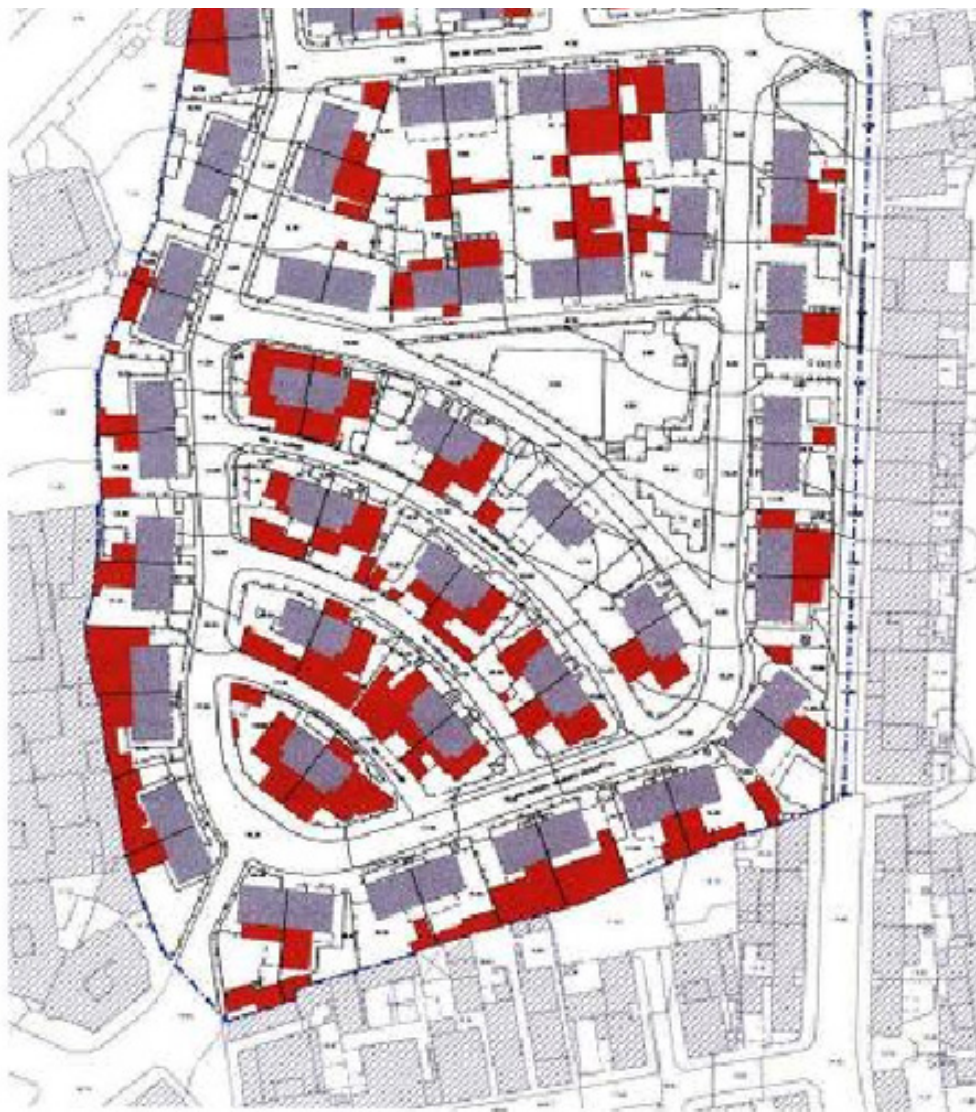
Alguns moradores, familiares de antigos residentes do bairro, estão a desalojar as habitações e a colocá-las à venda. A sugestão a fazer à autarquia local será a de adquirir as habitações devolutas, com o intuito de as requalificar e recuperar as suas características originais. Além de que se poderia propor aos residentes actuais um programa de recuperação conjunto das habitações, de modo a que integrassem o espaço museológico e constituíssem, eles mesmos, um dos seus activos, contribuindo com a sua experiência e conhecimentos da história local.




Este processo demoraria alguns anos a completar, mas o trabalho que seria feito em prol da comunidade e do património municipal seria de grande relevância.

Em três das moradias existentes, cada uma delas consideradas como modelo de cada tipologia, recriar-se-iam os ambientes da época da sua construção, com ornamentos e mobiliário conforme os anos de 1930-40 do século XX.

Planta de obras posteriores à inauguração





-  Moradia - implantações originais
-  Moradia - ampliações posteriores
-  Delimitação espacial do bairro

Reconstituição de moradia de tipologia de um quarto



Reconstituição de moradia de tipologia de dois quartos



Reconstituição de moradia de tipologia de três quartos



[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percurso](#)s | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#)
| [Documentos de interesse](#)

Morada: Rua ABC | Telef: 282 470 700 | Fax: 282 470 700 E-Mail: bairro_operario@cm-portimao.pt



Bairro Operário
Portimão

Musealização de um Espaço Urbano



- Apresentação
- História
- Características dos espaços
- Projecto Museológico
- Percursos
- Serviço Educativo

- [Imagens](#)
- [Documentos de interesse](#)

Percursos

O percurso museológico desenvolver-se-ia através de uma visita guiada pela cidade delimitada pelos espaços dos principais bairros operários de Portimão, nomeadamente, o Bairro dos Pescadores e o Bairro Operário, como complemento aos temas tratados no Museu Municipal.

Considerando o Bairro Operário de Portimão como ponto principal do percurso, a partir do Museu Municipal, propõe-se um roteiro que passe pelos referidos bairros, com paragem nos vários pontos de interesse, designadamente a Casa dos Pescadores, local de era fornecido apoio médico e social aos operários.

A visita seria realizada com o apoio de um monitor e seria fornecida uma ficha-guia a cada visitante no início do circuito para melhor orientação e apoio dos temas a tratar.

Percurso museológico



Percurso - Planta de moradias visitadas





-  Casa modelo T1, nº 11
-  Casa modelo T2, nº 5
-  Casa modelo T3, nº 2
-  Delimitação espacial do bairro

[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percursos](#) | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#)
| [Documentos de interesse](#)

Morada: Rua ABC | Telef: 282 470 700 | Fax: 282 470 700 E-Mail: bairro_operario@cm-portimao.pt



Bairro Operário
Portimão

Musealização de um Espaço Urbano



- Apresentação
- História
- Características dos espaços
- Projecto Museológico
- Percursos
- Serviço Educativo

- [Imagens](#)
- [Documentos de interesse](#)

Serviço Educativo

Além dos programas museológicos base, de visita guiada aos bairros, seria disponibilizado um serviço educativo adequado às distintas faixas etárias, dos três ciclos de ensino, o ensino básico/1º ciclo, o ensino básico/2º ciclo e o ensino secundário/3º ciclo.

Os temas seriam, assim, tratados em função dos diferentes níveis de ensino, com os monitores e elementos de apoio fornecidos devidamente adaptados.

Seriam fornecidas aos visitantes fichas-guia para apoio e melhor compreensão dos assuntos a tratar.

[Apresentação](#) | [História](#) | [Características dos espaços](#) | [Projecto Museológico](#) | [Percurso](#)s | [Serviço Educativo](#) | [Imagens](#)
| [Documentos de interesse](#)

Morada: Rua ABC | Telef: 282 470 700 | Fax: 282 470 700 E-Mail: bairro_operario@cm-portimao.pt